

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

DYALA ASSEF SEHLI

**PAISAGEM SOCIALIZADA:
AVALIAÇÃO PERCEPTUAL DE ESPAÇOS ESQUECIDOS PARA RESGATE DE
GRUPOS SOCIAIS DE RISCO NA GRANDE CURITIBA**

**CURITIBA
2015**

DYALA ASSEF SEHLI

**PAISAGEM SOCIALIZADA:
AVALIAÇÃO PERCEPTUAL DE ESPAÇOS ESQUECIDOS PARA RESGATE DE
GRUPOS SOCIAIS DE RISCO NA GRANDE CURITIBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de pesquisa:
Planejamento e Projeto em
Espaços Urbanos e Regionais

Orientadora:
Profa. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt

**CURITIBA
2015**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

S456p
2015

Sehli, Dyala Assef
Paisagem socializada : avaliação perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba / Dyala Assef Sehli ; orientadora, Letícia Peret Antunes Hardt. – 2015.
296 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015
Bibliografia: f. 269-284

1. Planejamento urbano. 2. Paisagens. 3. Áreas de recreação. 4. Praças. 5. Grupos sociais. I. Hardt, Letícia Peret Antunes. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

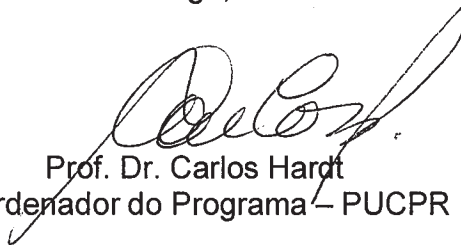
TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGEM SOCIALIZADA: AVALIAÇÃO PERCEPTUAL DE ESPAÇOS
ESQUECIDOS PARA RESGATE DE GRUPOS SOCIAIS DE RISCO NA GRANDE
CURITIBA”**

Por

DYALA ASSEF SEHLI

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Carlos Hardt
Coordenador do Programa – PUCPR




Profª. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt
Orientadora – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Samira Kauchakje
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Giselle Luzia Dziura
Membro Interno – PUCPR



Profª. Dra. Simone Aparecida Polli
Membro Externo – UTFPR

Curitiba, 23 de fevereiro de 2015.

Ao meu pai,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha rocha e socorro bem presente em todos os instantes, que me deu condições de chegar até aqui e realizar este sonho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt, pelo conhecimento compartilhado, pela confiança, atenção, dedicação, compreensão das dificuldades e paciência em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), pelo conhecimento compartilhado.

Ao meu pai, Kalil Sehli, a quem amarei e de quem sentirei saudades em todos os dias da minha vida.

Aos amigos de PPGTU Manon Garcia, Willian Lima, Lis Gracieli Alberti, Schirlei Freder e Raquel Gaidex, pela parceria, companheirismo e incentivo constante nesta jornada.

Ao Gessé Ferreira Lima, pelas valiosas contribuições ao desenvolvimento deste trabalho.

Às amigas Luciana da Cruz, Jiane Mara de Oliveira e Luciana Hatschbach, pelos anos de amizade irrestrita, pelas orações, palavras de encorajamento e infinita paciência com minhas ausências.

Ao amigo Gessivaldo Ramos dos Santos, pelo companheirismo diário.

Sem o apoio e o incentivo de cada um de vocês, o caminho até aqui teria sido muito mais acidentado. Muito obrigada!

Fazei com que vos estejam à mão cidades que vos sirvam de cidades de refúgio, para que ali se acolha àquele que ferir alguma alma por engano.

Números 35:11

RESUMO

A acentuação do fenômeno da urbanização tem modificado os espaços livres tradicionalmente caracterizados como de convívio da sociedade. Em função disso, muitas praças e parques das cidades contemporâneas brasileiras tiveram sua dinâmica funcional alterada, restando, por inúmeras razões, esquecidos pelo poder público e pela população. Parte-se, então, do pressuposto de que tais áreas podem – e devem – assumir papéis que atendam às novas demandas das grandes cidades, especialmente aquelas relacionadas a riscos socioambientais, cabendo destaque à problemática da expansão do tráfego e do consumo de substâncias psicoativas, a qual carece de políticas públicas de enfrentamento e prevenção mais efetivas. Nessa conjuntura, a análise perceptual tem se destacado como importante processo na compreensão de expectativas, satisfações e decepções dos cidadãos no que se refere ao equilíbrio ambiental, à qualidade de vida e ao bem-estar social. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral avaliar a percepção de usuários e comunidades do entorno de praças e espaços similares com vistas à proposição de alternativas para a melhoria desses locais. Com base em estrutura multimétodos e em fundamentação teórica sobre o tema e assuntos relacionados, a pesquisa sobre a área específica de estudo (Cidade Industrial de Curitiba), definida por meio de critérios intrínsecos, resulta na seleção de uma rede de sete praças, com a identificação, por meio da aplicação amostral de questionários, de um perfil diversificado dos seus usuários e dos moradores dos seus entornos imediato e ampliado. Abordando seus hábitos de utilização e determinadas condições socioeconômicas, bem como suas impressões sobre condicionantes paisagísticas locais, a análise da percepção da população alvo confirma a reduzida frequência daqueles ambientes, associada à constante sensação de insegurança, frequentemente vinculada à presença de consumidores de drogas e a delitos característicos de vulnerabilidade socioambiental. Por outro lado, detecta-se o anseio popular por melhorias, sendo constantes as reclamações acerca do precário estado de conservação das praças. Diante dos resultados alcançados, confirma-se a hipótese aventada de que praças e espaços livres públicos semelhantes, em especial aqueles situados em regiões periféricas, são interpretados mais como problemas do que como agentes minimizadores de riscos socioambientais, sendo desvinculados de hábitos de uso em função da sua percepção negativa. Portanto, conclui-se pela necessidade de atuação mais eficaz dos agentes intervenientes visando ao atendimento às reivindicações dos cidadãos, com uma das metas essenciais do processo de planejamento e gestão urbana voltada à ampla apropriação espacial da cidade.

Palavras-chave: Paisagem periférica. Áreas livres. Espaços esquecidos. Praças urbanas. Percepção humana. Gestão de cidades.

ABSTRACT

The increase of the phenomenon of urbanization has changed the public spaces, traditionally characterized as social interaction areas. Owing to this, numerous squares and urban parks of Brazilian contemporary cities have had their functional dynamics altered, remaining, for numerous reasons, forgotten by the public administration and by the population. Then, it is assumed that these open spaces can - and should - take on functions that attend the new demands of large towns, especially those related to social risks and environmental vulnerability, highlighting the problem of trafficking expansion and the consumption of psychoactive substances, which lacks public facing policies and more effective prevention. In this sense, the perceptual analysis has emerged as an important process in understanding expectations, satisfactions and disappointments of citizens with regard to environmental balance, quality of life and social well-being. In this context, this work has as main objective to evaluate the perception of users and surrounding communities of squares aiming at systematization of alternatives for its improvement. Based on a multimethod structure and the theoretical foundation on the topic, the research on the specific study area (Curitiba Industrial City), defined by specific criteria, results on the selection of a group of seven squares, as well as on the identification, through the use of questionnaires, of diverse profile of their users and residents of their immediate and expanded surroundings. Addressing their usage habits and certain socio-economic conditions as well as their views on landscape local conditions, the analysis of the perception of the target population confirms the low attendance of those environments, associated with the constant feeling of insecurity, often linked to the presence of drug users and the crimes that characterize environmental vulnerability. On the other hand, it is detected the popular desire for improvement, with constant complaints about the poor condition of the squares. Given the results achieved, it is confirmed the mooted hypothesis that similar squares and public open spaces, especially those located in peripheral areas, are interpreted more as a problem than as agents of minimizing social and environmental risks, being disconnected from usage habits due to their negative perception. Therefore, it is noticed the need of more efficient performance of the stakeholders, aimed at meeting the demands of the citizens, with one of the essential goals of the process of urban planning focused on large spatial appropriation of the city.

Keywords: *Peripheral landscape. Open areas. Forgotten spaces. Urban squares. Human perception. City management.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Organograma da estrutura da fundamentação teórica	38
Figura 2:	Organograma de classificação dos espaços livres	66
Figura 3:	Mapas de localização da região de estudo – Regional Cidade Industrial de Curitiba CIC) – no país, no estado e no município.....	104
Figura 4:	Mapa de Curitiba e a divisão entre Regionais, com destaque para a Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	105
Figura 5:	Mapa de áreas verdes de Curitiba.....	108
Figura 6:	Imagem aérea de localização do grupo de sete praças selecionadas e do Centro Educacional Marista da Cidade Industrial de Curitiba (CEM-CIC).....	109
Figura 7:	Imagem aérea de localização da Praça Vale Verde (Praça 1) e de identificação dos seus equipamentos.....	110
Figura 8:	Imagem aérea da Praça Vale Verde (Praça 1) associada a vistas do seu interior e do seu entorno.....	112
Figura 9:	Imagem aérea de localização da Praça Gregório Piatkowski (Praça 2) e de identificação dos seus equipamentos	113
Figura 10:	Imagem aérea da Praça Gregório Piatkowski (Praça 2) associada a vistas do seu interior e do seu entorno.....	115
Figura 11:	Imagem aérea de localização da Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3) e de identificação dos seus equipamentos	116
Figura 12:	Imagem da Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3) associada a vistas do seu interior e do seu entorno.....	118
Figura 13:	Imagem aérea de localização da Praça Luiz Geraldo Caillet (Praça 4) e de identificação dos seus equipamentos	119
Figura 14:	Imagem aérea da Praça Luiz Geraldo Caillet (Praça 4) associada a vistas do seu interior e do seu entorno	120
Figura 15:	Imagem aérea de localização da Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5) e de identificação dos seus equipamentos	121
Figura 16:	Imagem aérea da Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5) associada a vistas do seu interior e do seu entorno.....	122
Figura 17:	Imagem aérea de localização da Praça São Rafael (Praça 6) e de identificação dos seus equipamentos.....	123
Figura 18:	Imagem aérea Praça São Rafael (Praça 6) associada a vistas do seu interior e do seu entorno.....	124
Figura 19:	Imagem aérea de localização da Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7) e de identificação dos seus equipamentos	125

Figura 20: Imagem aérea da Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7) associada a vistas seu interior e do seu entorno.....	126
Figura 21: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos usuários das sete praças selecionadas.....	130
Figura 22: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos usuários das sete praças selecionadas.....	131
Figura 23: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos usuários das sete praças selecionadas.....	133
Figura 24: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos usuários das sete praças selecionadas.....	134
Figura 25: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos usuários das sete praças selecionadas.....	136
Figura 26: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média dos motivos para utilização pelos usuários das sete praças selecionadas	137
Figura 27: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas	139
Figura 28: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do período de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas	140
Figura 29: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas	141
Figura 30: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos usuários das sete praças selecionadas	142
Figura 31: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de distância das residências dos usuários em relação às sete praças selecionadas	144
Figura 32: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos usuários nas sete praças selecionadas.....	145
Figura 33: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do uso de outros espaços similares por parte dos usuários das sete praças selecionadas	147
Figura 34: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos usuários nas sete praças selecionadas	148
Figura 35: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência dos usuários das sete praças selecionadas ...	149
Figura 36: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sensação de segurança dos usuários nas sete praças selecionadas	150
Figura 37: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de qualidade dos itens avaliados pelos usuários das sete praças selecionadas	153
Figura 38: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com os usuários das sete praças selecionadas	155

Figura 39: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos usuários das sete praças selecionadas.....	158
Figura 40: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos usuários das sete praças selecionadas	159
Figura 41: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos usuários das sete praças selecionadas.....	160
Figura 42: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	162
Figura 43: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	163
Figura 44: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	165
Figura 45: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	166
Figura 46: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	168
Figura 47: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de usuários entre os moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	170
Figura 48: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para a não utilização pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	171
Figura 49: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de uso de outros espaços similares pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	172
Figura 50: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sugestões dos moradores do entorno imediato para sua futura utilização das sete praças selecionadas.....	174
Figura 51: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para utilização pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	175
Figura 52: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	176
Figura 53: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de período de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	177
Figura 54: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	178
Figura 55: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	179

Figura 56: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	180
Figura 57: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	182
Figura 58: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas	183
Figura 59: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média da sensação de segurança dos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	184
Figura 60: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de qualidade dos itens avaliados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	187
Figura 61: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas.....	190
Figura 62: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	192
Figura 63: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas.....	193
Figura 64: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos moradores do entorno imediato para as sete praças selecionadas	194
Figura 65: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	196
Figura 66: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	197
Figura 67: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	199
Figura 68: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	200
Figura 69: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	202
Figura 70: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de usuários entre os moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	203
Figura 71: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para a não utilização pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	204

Figura 72: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de uso de outros espaços similares pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	205
Figura 73: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sugestões dos moradores do entorno ampliado para sua futura utilização das sete praças selecionadas.....	206
Figura 74: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para uso das praças por parte dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	208
Figura 75: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de distância das residências dos moradores do entorno ampliado em relação às sete praças selecionadas	209
Figura 76: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	210
Figura 77: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de período de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	211
Figura 78: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	212
Figura 79: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas	213
Figura 80: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas	214
Figura 81: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas	216
Figura 82: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência dos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas	217
Figura 83: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sensação de segurança dos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas	218
Figura 84: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de qualidade dos itens avaliados pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas	221
Figura 85: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com os moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	223

Figura 86: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas	226
Figura 87: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas.....	227
Figura 88: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos moradores do entorno ampliado para as sete praças selecionadas	228
Figura 89: Gráficos de proporcionalidade média de gênero da população alvo das sete praças selecionadas	229
Figura 90: Gráficos de proporcionalidade média de faixa etária da população alvo das sete praças selecionadas	230
Figura 91: Gráficos de proporcionalidade média de grau de escolaridade da população alvo das sete praças selecionadas	232
Figura 92: Gráficos de proporcionalidade média de ocupação da população alvo das sete praças selecionadas	233
Figura 93: Gráficos de proporcionalidade média de renda da população alvo das sete praças selecionadas	234
Figura 94: Gráficos de proporcionalidade média de usuários entre a população alvo (moradores dos entornos imediato e ampliado) das sete praças selecionadas	235
Figura 95: Gráficos de proporcionalidade média dos motivos para a não utilização pelos moradores dos entornos imediato e ampliado das sete praças selecionadas	236
Figura 96: Gráficos de proporcionalidade média do uso de outros espaços similares pela população alvo das sete praças selecionadas	237
Figura 97: Gráficos de proporcionalidade média de sugestões dos moradores dos entornos imediato e ampliado para sua futura utilização das sete praças selecionadas	239
Figura 98: Gráficos de proporcionalidade média de motivos para a utilização pela população alvo das sete praças selecionadas	240
Figura 99: Gráficos de proporcionalidade média de dias de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas	241
Figura 100: Gráficos de proporcionalidade média de período de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas	242
Figura 101: Gráficos de proporcionalidade média de atividades realizadas pela população alvo nas sete praças selecionadas	243
Figura 102: Gráficos de proporcionalidade média de tempo de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas	244
Figura 103: Gráficos de proporcionalidade média de opção de companhia por parte da população alvo das sete praças selecionadas	245

Figura 104: Gráficos de proporcionalidade média de distância das residências dos moradores dos entornos imediato e ampliado em relação em relação às sete praças selecionadas	246
Figura 105: Gráficos de proporcionalidade média de situações prejudiciais identificadas pela população alvo nas sete praças selecionadas	248
Figura 106: Gráficos de proporcionalidade média de grau de inibição da frequência pela população alvo das sete praças selecionadas	249
Figura 107: Gráficos de proporcionalidade média da sensação de segurança da população alvo nas sete praças selecionadas	250
Figura 108: Gráficos de proporcionalidade média de grau de qualidade dos itens avaliados pela população alvo nas sete praças selecionadas	255
Figura 109: Gráficos de proporcionalidade média do estado geral das praças e do bairro de acordo com a população alvo das sete praças selecionadas	255
Figura 110: Gráficos de proporcionalidade média de aspectos mais apreciados pela população alvo nas sete praças selecionadas.....	257
Figura 111: Gráficos de proporcionalidade média de aspectos menos apreciados pela população alvo nas sete praças selecionadas	258
Figura 112: Gráficos de proporcionalidade média de melhorias sugeridas pela população alvo para as sete praças selecionadas	259

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Rede de praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)	29
Tabela 2: Capacidade de carga calculada para as sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC).....	32
Tabela 3: Número de questionários aplicados aos usuários de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)	33
Tabela 4: Número geral de questionários aplicados aos moradores dos entornos imediato e ampliado de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC).....	34
Tabela 5: Número específico de questionários aplicados aos moradores dos entornos imediato e ampliado de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC).....	35
Quadro 1: Fases de desenvolvimento da pesquisa.....	27
Quadro 2: Definições de risco à catástrofe e suas interpretações correlatas.....	77

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
CEM	Centro Educacional Marista
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HIV	<i>human immunodeficiency virus</i> (vírus da imunodeficiência humana)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPPUC	Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMS	Rede Marista de Solidariedade
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
ZR	Zona Residencial
ZUM	Zona de Uso Misto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROBLEMÁTICA	21
1.2	JUSTIFICATIVAS	23
1.3	OBJETIVOS	25
2	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	26
2.1	MÉTODOS E TÉCNICAS	26
2.2	ANÁLISE DE PERCEPÇÃO	30
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	38
3.1	PAISAGEM	39
3.1.1	Espaço, lugar e território	41
3.1.1.1	Processo de desterritorialização	47
3.1.2	Paisagem urbana	49
3.1.3	Paisagem periférica	50
3.1.4	Segregação socioespacial	59
3.2	ESPAÇOS LIVRES	61
3.2.1	Áreas verdes	67
3.2.2	Praças	70
3.3	RISCOS	75
3.3.1	Vulnerabilidade	80
3.3.2	Risco socioambiental	83
3.3.3	Vulnerabilidade de crianças e adolescentes	85
3.3.4	Adolescentes, crianças e substâncias psicoativas	90
3.4	PERCEPÇÃO	96
3.4.1	Imagem urbana	100
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	103
4.1	SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	103
4.2	CARACTERIZAÇÃO DAS PRAÇAS SELECIONADAS	109
4.2.1	Praça Vale Verde (Praça 1)	110
4.2.2	Praça Gregório Piatkowski (Praça 2)	112
4.2.3	Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3)	116
4.2.4	Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos Praça 4)	118

4.2.5	Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5).....	121
4.2.6	Praça São Rafael (Praça 6)	123
4.2.7	Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7).....	125
4.3	ANÁLISE PERCEPTUAL	128
4.3.1	Percepção dos usuários	128
4.3.2	Percepção dos moradores do entorno imediato	161
4.3.3	Percepção dos moradores do entorno ampliado	195
4.4	AVALIAÇÃO INTEGRADA	229
5	CONCLUSÃO	264
	REFERÊNCIAS	269
	APÊNDICES	285
	APÊNDICE A	
	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO ENTORNO	
	AMPLIADO DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS.....	285
	APÊNDICE B	
	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS DAS SETE PRAÇAS	
	SELECIONADAS.....	286
	APÊNDICE C	
	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO ENTORNO	
	IMEDIATO DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS	289
	APÊNDICE D	
	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO ENTORNO	
	AMPLIADO DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS.....	293

1 INTRODUÇÃO

Tanto perante a dimensão populacional quanto sob a forma de expansão territorial, o crescimento urbano foi intensificado após o advento da Revolução Industrial (MUMFORD, 2001) e tem se mostrado como um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. A mais extensiva expansão das cidades em terras brasileiras se deu a partir da década de 1960, com particular acentuação nos anos 1980 (PÓLIS, 2001); com isso, surgiu a necessidade de instituição de alternativas mais eficientes de gestão do meio urbanizado, com vistas à garantia da qualidade de vida da população, papel fundamental do processo de planejamento urbano.

Muitas vezes, esse processo está baseado quase que exclusivamente na visão do planejador, que, ao almejar a cidade ideal, pode desconsiderar a evolução da real. Em função dessa ótica, surgem problemas de cunho urbanístico decorrentes justamente da desconexão entre a cidade idealizada pelo gestor e aquela efetivada pelas relações sociais (TARNOWSKI, 2007).

O fenômeno da urbanização crescente tem como uma de suas consequências a progressiva alteração das funções primordiais dos centros urbanos. Tradicionalmente caracterizados como espaços de convívio social, alguns locais públicos das cidades contemporâneas, como parques e praças, por exemplo, por diversas razões têm sido "esquecidos" pelo poder público e, até mesmo, pela população. Outras áreas similares, por sua vez, são substituídas por novas conformações espaciais, como as denominadas "praças de alimentação" em centros comerciais edificadas. Essa também é a realidade da Grande Curitiba, selecionada para estudo de caso da presente proposta (HARDT; HARDT, 2012).

Os espaços livres públicos, por onde diversos indivíduos transitam e estabelecem, cotidianamente, seus relacionamentos interpessoais, podem ser analisados a partir de dois princípios fundamentais: o da técnica e o da subjetividade (PADILHA, 2008). O primeiro auxilia na interpretação dos ambientes arquitetônicos e seus principais componentes paisagísticos, enquanto a segunda possibilita a compreensão da sua percepção por usuários e moradores do entorno.

É notável a crescente preocupação da arquitetura contemporânea com os usuários de suas obras, condicionando-os como aspectos primordiais dos novos projetos, o que torna as intervenções espaciais cada vez mais humanizadas. Assim, é imperativa a investigação das mensagens e emoções que transmitem à população, possibilitando, portanto, a efetiva humanização dos lugares. Além disso, cabe destacar a carência de estudos específicos e aprofundados a respeito dos espaços livres públicos (PADILHA, 2008), os quais requerem atenção especial no contexto urbano (MACEDO, 1999), despertando o sentimento de pertencimento do cidadão a um determinado local (ARENDDT, 2007). Por outro lado, a identificação afetiva com o lugar é fundamental à sua compreensão. Dessa forma, muitos espaços livres públicos não apropriados pela população permanecem esquecidos e registram baixos índices de frequência (PRETO, 2009).

Nesse cenário, um dos mais relevantes papéis apontados por Hardt e Hardt (2012) para esses espaços – que podem abrigar equipamentos de recreação, lazer e esportes, por exemplo – está relacionado à prevenção – ou minoração – de efeitos nocivos de interferências socioambientais. Igualmente significativa, segundo os mesmos autores, é a consideração dos riscos sociais atrelados às questões ambientais, os quais resultam, especialmente em regiões periféricas de cidades brasileiras, do local de moradia, frequentemente precário, além da convivência da população com enchentes, vetores de doenças, águas e solos contaminados, atmosfera poluída e demais aspectos relativos à insalubridade.

Aos ambientais, podem ser acrescentados fatores de riscos sociais, como: gravidez precoce, maus tratos, prostituição, estupro, uso de drogas, desestruturação familiar, depressão, trabalho infantil, dificuldade de aprendizagem e agressividade acentuada (CAUDURO, 2010; DIMENSTEIN, 2000).

Em conformidade com a visão de Lescher et al. (2004), entende-se, neste estudo, que a situação de risco para certos grupos sociais está diretamente relacionada à exposição à violência, ao consumo de substâncias psicoativas (drogas) e a carências de ordens diversas.

Pereira (2009) complementa que, muitas vezes, o indivíduo vislumbra nos segmentos ligados ao tráfico de entorpecentes uma oportunidade única de experimentação de sensação de pertencimento a determinado círculo e, assim, de sobrevivência à dor imputada por sucessivos abandonos e descasos da sociedade em virtude de sua condição socioeconômica.

Cabe também alertar para o perigo representado pelos espaços livres urbanos esquecidos e pouco frequentados, na medida em que o esvaziamento de tais áreas contribui para a elevação dos indicadores de criminalidade e de insegurança real e percebida (JACOBS, 2011; LIMA, 2005).

Os índices de violência têm crescido exponencialmente nas grandes cidades brasileiras, transformando espaços livres públicos em áreas afeitas às ações criminosas. Nessa conjuntura, dentre os grupos expostos a riscos, crianças e adolescentes se mostram particularmente vulneráveis (SIERRA; MESQUITA, 2006; SOCAL et al., 2003).

Em se tratando de menores de idade, Oliva (2008) afirma que o advento da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal Nº 8.069, de 18 de julho de 1990 – BRASIL, 1990) trouxeram inovações significativas, uma vez que passaram a considerar a infância e a juventude como prioridade absoluta e, por conseguinte, passíveis de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

Diante desse desafio, é fundamental que sejam redefinidos espaços, cenários e atores da cidade, de modo a suprir as demandas existentes e a atender adequadamente aos jovens, crianças e suas famílias. Assim, é essencial o desenvolvimento de estruturas eficientes que permitam a aplicação da lei, com consequente efetivação de medidas de proteção, ações socioeducativas, políticas públicas de atendimento social, programas de apoio e providências de promoção familiar, entre outras iniciativas.

O comportamento dos indivíduos frente ao ambiente construído deve ser prioritariamente considerado nas decisões projetuais. Nesse sentido, com base em princípios da psicologia comportamental, Lang (1987) ressalta a relevância das condições espaciais sobre o comportamento humano, especialmente dos elementos mais sensíveis, como crianças e adolescentes.

Diante do exposto, a pesquisa central, intitulada "Paisagem Socializada" (HARDT; HARDT, 2012), constitui um conjunto de estudos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU, em níveis *stricto* – Mestrado e Doutorado – e *lato sensu* – Especialização em Arquitetura Paisagística) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especificamente no Grupo de Pesquisa sobre Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais (Apêndice A).

Também contempla trabalhos advindos do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, especialmente relacionados a atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), inclusive em sua vinculação com o ensino médio (PIBIC-JR) e em sua versão voltada ao desenvolvimento tecnológico e à inovação (PIBITI).

Cabe salientar que tais estudos, em diferentes fases de desenvolvimento, versam sobre questões que envolvem o resgate de grupos expostos a riscos socioambientais em espaços "esquecidos" na conformação urbana. No caso específico desta pesquisa, a avaliação se volta, essencialmente, à percepção e anseios dos usuários da área específica de análise, bem como da comunidade dos entornos imediato e ampliado, visando à estruturação de subsídios para o processo de gestão de cidades associados à inclusão social.

1.1 PROBLEMÁTICA

Ao longo da história, o papel desempenhado por algumas tipologias de espaços abertos tem resultado das necessidades e decorrentes experimentações em cada momento, "ao mesmo tempo em que é um reflexo [...] dos costumes da sociedade" (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p.129).

Nessas circunstâncias, Loboda (2003) adverte sobre o fato de que a contraposição entre questões socioambientais e econômicas nas cidades atuais, resultante da crise estrutural que as tem transformado em mercadorias, relega as áreas públicas a graus inferiores de importância, quando não se tornam simplesmente problemas para a gestão urbana. Tal assertiva reforça a alegação de Santos (2007), para quem as cidades, ao invés de serem ambientadas para os cidadãos, são estruturadas para os interesses econômicos.

Portanto, é recomendável que praças e outros espaços abertos similares assumam finalidades que atendam às novas demandas urbanísticas contemporâneas, principalmente aquelas relacionadas a vulnerabilidades socioambientais, normalmente associadas a impactos sobre o meio e a riscos sociais (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006; PIZARRO, 2001; VIGNOLI, 2001).

Entendido como a probabilidade de ocorrência de um evento (DAGNINO; CARPI JR., 2007), o risco se apresenta em situações ou em áreas com algum tipo de ameaça ou perigo, tradicionalmente compreendido como um fenômeno

antropogênico (BECK, 2011; DAGNINO; CARPI JR., 2007; VEYRET, 2013). Neste trabalho, porém, faz-se necessária a ampliação do seu conceito. Assim, para determinados grupos da sociedade, com especial ênfase àqueles instalados em periferias urbanas do país, está relacionado à exposição à violência, ao uso facilitado de substâncias psicoativas, à exclusão social, ao desfavorecimento econômico e às privações culturais e afetivas, as quais interferem negativamente no pleno desenvolvimento biológico, sociológico e psíquico do ser humano (LESCHER et al., 2004). A esses problemas podem ser associados fatores de risco à sociedade supracitados (CAUDURO, 2010; DIMENSTEIN, 2000).

O Brasil, e também a Grande Curitiba, têm sido preparados para enfrentamento da problemática crescente do consumo e tráfico de drogas, sendo necessário, entretanto, o reconhecimento das particularidades da população brasileira no desenvolvimento de ações de prevenção e combate ao problema. Além disso, os núcleos familiares em assentamentos sujeitos a riscos socioambientais devem constituir prioridade para as políticas públicas locais, o que exige respostas rápidas e, muitas vezes, complexas por parte dos gestores, uma vez que a vulnerabilidade está diretamente relacionada à capacidade de resposta às adversidades do meio (HARDT; HARDT, 2012; LIMA, 2014).

Apesar de Avelino (2009) e Nicastrì (2000) comentarem que o consumo de drogas acompanha a humanidade desde seus primórdios, Pereira (2009) ressalta que a exclusão de camadas da população em condição de vulnerabilidade pode levar à sua inserção em grupos de risco, a exemplo do tráfico de substâncias psicoativas.

Portanto, vale enfatizar novamente a possibilidade de praças e espaços similares comportarem atividades, como práticas esportivas e ações socioculturais, geradoras de novos interesses para a comunidade atingida pela dependência química, as quais, inclusive, podem competir com as substâncias psicoativas (DROGAS, 2012; HARDT; HARDT, 2012).

Por decorrência, cresce a importância desses espaços urbanos como agentes de prevenção ou minimização dos efeitos adversos dos riscos e demais interferências socioambientais, inclusive no que se refere à sua dimensão não ecológica, a exemplo das soluções apontadas por Hardt e Hardt (2012), associadas a atividades de lazer, recreação e esportes. De maneira complementar, vale

ressaltar o alerta de Hardt (2004) para a progressiva degradação ambiental na Grande Curitiba.

A percepção, por sua vez, pode ser compreendida como um processo mental de interação entre indivíduo e ambiente (DEL RIO, 1997) e, como tal, somente pode ocorrer em espaços ocupados pelo ser humano. Influenciada por fatores físicos, sociais e econômicos, constitui importante prática para a compreensão do meio urbanizado (FERRARA, 1999).

Nesse contexto, o **problema central** da pesquisa se volta à indagação sobre como os espaços livres urbanos são essencialmente percebidos pelos seus usuários e pela comunidade que habita o seu entorno. Para tanto, propõe-se a análise das condições perceptuais da população alvo, com o principal desafio residindo no desenvolvimento de procedimentos metodológicos para viabilização dessa avaliação.

Parte-se, então, da **hipótese** básica de que se é negativa a percepção – por usuários e por moradores das redondezas – de praças e espaços livres públicos similares situados em regiões urbanas periféricas, então esses locais são interpretados mais como problemas desvinculados de hábitos de uso do que como agentes minimizadores de riscos socioambientais.

1.2 JUSTIFICATIVAS

A escolha do tema deste estudo é pautada, em primeiro lugar, na prerrogativa de que os espaços abertos públicos estão presentes em praticamente todas as grandes cidades e na vida dos seus cidadãos. Em segunda instância, tem-se a possibilidade de análise das relações desses locais com a subjetividade da percepção dos seus usuários e moradores do entorno, uma vez que, embora haja semelhanças entre configurações espaciais, as componentes paisagísticas não são repetidas com exatidão. Além disso, cada ser humano percebe os espaços de maneira complexa e singular, devido a fatores inerentes às particularidades de cada ambiente em si e às peculiaridades de cada indivíduo (BURKOWSKI, 2013).

Dentre as principais justificativas da pesquisa, também se atenta para o fato de que os espaços abertos urbanos voltados à convivência social, como praças e locais similares, são frequentemente “esquecidos” pelas comunidades que habitam seus entornos e, até mesmo, pela administração pública. Além disso, a maior parte

das grandes cidades contemporâneas abriga grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental e sob riscos, tanto advindos de desastres naturais quanto aqueles relacionados a problemas de ordem socioeconômica, com destaque, na presente investigação, para a dependência química e para a violência, que, como apontam Hardt e Hardt (2012), têm prejudicado a infância e a juventude brasileiras.

As populações que habitam áreas periféricas – em termos físicos ou sociais – da Grande Curitiba, selecionada para o estudo de caso, também se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental (DESCHAMPS, 2004). Por outro lado, a originalidade e os ganhos científicos proporcionados pela pesquisa são evidenciados pela possibilidade de disseminação dos seus resultados, tanto no meio acadêmico quanto na gestão pública, agregando características de intersectorialidade à imprescindível interdisciplinaridade.

Vale mencionar que, para embasamento deste estudo, é imperativa a compreensão da relação entre o comportamento do ser humano e o ambiente que o cerca. Na concepção de Okamoto (2002), a qualidade ambiental é determinada pela condição social de seus habitantes, ou seja, populações em situações de risco e com precárias condições de vida habitam locais onde os padrões socioeconômicos são igualmente reduzidos. Ademais, há acentuada variação entre a percepção da população acerca do meio onde está inserida e, conseqüentemente, as suas formas de apropriação dos espaços.

Nesse âmbito, a percepção ambiental tem se destacado como fenômeno auxiliar no entendimento das expectativas, satisfações e decepções das comunidades envolvidas no que se refere à qualidade ambiental e de vida, assim como ao bem estar social, associando aspectos da psicologia, sociologia e ecologia (OKAMOTO, 2002).

Diante dessas considerações o presente estudo é justificado, fundamentalmente, pela necessidade de avaliação da percepção da área específica de estudo pela população alvo, de maneira a estabelecer novas perspectivas para a requalificação e aproveitamento de espaços esquecidos pelos seus potenciais usuários e por moradores dos seus entornos, reafirmando-os como relevantes instrumentos de inclusão social e de minimização de riscos socioambientais.

1.3 OBJETIVOS

Face ao anteriormente exposto e à constatação da existência de espaços abertos primariamente voltados à convivência comunitária, mas atualmente “esquecidos”, e diante da necessidade de busca de opções para o resgate social de grupos em situação de risco e em regiões de vulnerabilidade socioambiental, o **objetivo geral** desta pesquisa é avaliar a percepção de usuários e comunidades do entorno de praças e espaços similares com vistas à proposição de alternativas para a melhoria desses locais na área específica de estudo.

Com base no estabelecimento de procedimentos metodológicos adequados, bem como do referencial teórico e conceitual pertinente ao tema e assuntos relacionados, constituem **objetivos específicos**:

- a) definir a área de estudo na Grande Curitiba, descrevendo seus principais aspectos;
- b) selecionar os espaços abertos específicos de análise, interpretando suas características estruturantes;
- c) identificar o perfil da população alvo desses locais, constituída pelos seus usuários e por moradores dos seus entornos imediato e ampliado;
- d) analisar a percepção da população alvo, discutindo seus hábitos de utilização dos espaços e determinadas condições socioeconômicas, bem como suas sensações em relação a condicionantes paisagísticas locais;
- e) integrar os elementos percebidos às necessidades da população alvo, subsidiando o processo de gestão urbana.

2 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Conforme descrito por Duarte (2002), a investigação urbana deve ter como base uma realidade teórica e, nesse sentido, tem início por meio de processos de abstrações e reduções, o que, por sua vez, transforma o contato com a concretude em uma matéria que pode ser moldada. Para mensuração e comparação do material resultante, fazem-se necessárias a organização e interpretação das informações encontradas.

Diante do exposto, nesta subseção são abordados os procedimentos metodológicos da pesquisa, com os objetivos de sistematizar os dados obtidos e de estabelecer um instrumental que possa auxiliar futuros trabalhos.

De acordo com Gil (2002), procedimentos metodológicos de uma pesquisa científica compõem o conjunto de operações empregadas em sua elaboração. Os adotados neste estudo são relacionados a múltiplos métodos, os quais são explicitados no Quadro 1, de acordo com as fases estruturantes da investigação e suas respectivas técnicas de produção, fontes de informações, categoria dos dados e resultados específicos de cada etapa.

2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo envolve, em primeira instância, métodos considerados exploratórios, os quais propiciam o aprofundamento de determinado assunto por meio de fontes primárias e secundárias, bem como maiores graus de familiaridade com o tema, especialmente pela consideração de seus vários aspectos. Em outra dimensão, incorpora os classificados como descritivos, que se voltam à caracterização dos objetos e processos a partir de inventários de suas informações básicas, estabelecendo relações entre as diversas variáveis encontradas. Também adotados, os métodos de estrutura analítica visam à sistematização interpretativa dos dados e à análise dos fenômenos observados (GIL, 2002).

Quadro 1: Fases de desenvolvimento da pesquisa

FASES	MÉTODOS	TÉCNICAS	FONTES	DADOS	RESULTADOS
1 estabelecimento de referencial teórico	exploratório	pesquisa bibliográfica	livros, artigos científicos, trabalho acadêmicos, legislação e outras secundárias	conceitos, abordagens e discussões sobre o tema e assuntos relacionados	fundamentação teórico-conceitual e definição de aspectos metodológicos
2 definição da área de estudo	exploratório, descritivo e analítico	pesquisa bibliográfica, documental e de campo	documentos públicos municipais, periódicos, publicações científicas, mapeamentos e outras secundárias	informações cartográficas, dados urbanísticos e socioeconômicos oficiais, índices, estatísticas e outros	reconhecimento de áreas críticas relacionadas a riscos e impactos socioambientais e a índices elevados de violência determinação de critérios para seleção da área seleção da área de estudo
3 caracterização das praças selecionadas	exploratório e descritivo e analítico	pesquisa bibliográfica, documental e de campo	documentos públicos municipais, periódicos, publicações científicas, mapeamentos e outras secundárias observação direta	informações cartográficas, plantas e imagens da área; dados de localização, aspectos naturais e antrópicos, ocupação e uso do solo, infraestrutura e outros	contextualização de inserção regional e municipal identificação das fragilidades socioambientais da área delimitação do espaço específico para aplicação dos questionários
4 análise perceptual	exploratório e analítico	pesquisa perceptual e estatística	questionários aplicados à população alvo (usuários do espaços e moradores dos seus entornos imediato e ampliado)	respostas dos questionários	identificação dos perfis específicos da população alvo e respectiva percepção
5 síntese integrada dos resultados	sintético e analítico	análise estatística e relacional	item 4	item 4	análise do perfil geral da população alvo e respectiva percepção estruturação de subsídios ao processo de gestão urbana

Fonte: Elaborado com base nos objetivos específicos.

Além dos levantamentos de campo, optou-se pela adoção da técnica de documentação indireta, bem como pela pesquisa documental e bibliográfica, como modos de aquisição das informações necessárias ao desenvolvimento da investigação (LAKATOS; MARCONI, 2007).

O **estabelecimento do referencial teórico** subsidia a análise perceptual e foi baseado nos objetivos específicos definidos, a partir dos quais foram determinados os temas relevantes à compreensão do estudo. Além disso, está apoiado no método exploratório, utilizando-se de pesquisa documental, bibliográfica e webgráfica, com vistas à colheita dos dados prévios sobre os tópicos abordados (LAKATOS; MARCONI, 2007). Os conceitos, abordagens e discussões sobre a temática e assuntos relacionados permitiram a fundamentação teórico-conceitual e a definição de aspectos metodológicos da investigação.

Por sua vez, nas fases de **seleção e caracterização da área de estudo** foi, preliminarmente, feito o reconhecimento expedito do espaço da Grande Curitiba, compreendido pelo município e suas áreas conurbadas, identificando regiões críticas relacionadas aos seguintes critérios:

- a) existência de indicadores de riscos socioambientais;
- b) registro de elevados índices de violência;
- c) presença de áreas verdes públicas, como praças, parques e bosques, por exemplo, possivelmente “esquecidos”, ou seja, alterados em suas funções sociais.

Outra determinante para a escolha da área de estudo foi proximidade com o Centro Educacional Marista da Cidade Industrial de Curitiba (CEM-CIC), por solicitação da Rede Marista de Solidariedade (RMS), uma das financiadoras da pesquisa central (Paisagem Socializada – HARDT; HARDT, 2012).

Como resultado, foi selecionada a Regional CIC como área de estudo (ver subseção 4.1) e um conjunto de praças (ver subseção 4.2), distantes, no máximo, 1.720 m do CEM-CIC (Tabela 1). as quais estão, ainda, contidas em região delimitada pelo Contorno Leste, pela Rua Raul Pompeia e pelo ribeirão dos Mueller, importantes marcos do bairro. Além disso, foram também escolhidas em função da proximidade umas das outras e da uniformidade morfológica do espaço em que estão inseridas, conforme descrito na subseção 4.1 – Seleção da área de estudo.

Tabela 1: Rede de praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)

PRAÇA	ÁREA TOTAL (m ²)	DISTÂNCIA AO CEM-CIC (m)
Praça 1 – Vale Verde	3.516,38	209
Praça 2 – Gregório Piatkowski	22.027,11	835
Praça 3 – Jocelina Dias de Melo	9.358,10	1.720
Praça 4 – Luiz Geraldo Caillet	6.927,82	1.652
Praça 5 – Rua Darci Vargas	2.980,13	1.537
Praça 6 – São Rafael	2.340,00	1.280
Praça 7 – Rua Joana Maria Ferreira	2.609,48	203
MÉDIA	7.108,43	1.062

Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2014)

Nota: CEM-CIC = Centro Educacional Marista da Cidade Industrial de Curitiba

Associados a levantamentos de campo, os resultados dessas etapas também são referentes à contextualização de inserção regional e municipal, à identificação das fragilidades socioambientais da área e à delimitação do espaço específico para aplicação dos questionários, efetivada na fase seguinte.

Para a estruturação dos resultados da **análise perceptual**, foram adotados os métodos exploratório, descritivo e analítico, com vistas à identificação do perfil específico de cada grupo estudado e à interpretação da sua percepção (ver subseção 2.2).

Por fim, na fase de **síntese integrada dos resultados**, para viabilizar a sua discussão e a associação do perfil geral da população alvo aos elementos percebidos, optou-se pela utilização dos métodos sintético e analítico para a devida compreensão dos fenômenos envolvidos (GIL, 2002).

2.2 ANÁLISE DE PERCEPÇÃO

No intuito de promover a aproximação entre teoria e realidade, a partir da revisão teórica acerca do tema e assuntos correlatos, foi desenvolvida uma pesquisa de percepção da população alvo, a fim de investigar sua interpretação acerca dos espaços selecionados.

Neste estudo, entende-se como população alvo os usuários dos espaços livres que compõem a área específica de estudo, bem como os moradores dos seus entornos imediato e ampliado, adiante explicitados.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida a partir da seleção dos espaços específicos (rede composta pelas sete praças localizadas na Regional CIC) e por meio da aplicação de questionários para cada grupo de entrevistados, bem como da tabulação das suas respostas e da respectiva análise estatística, com avaliação de aspectos quali-quantitativos.

Para a definição do número total de questionários aplicados aos **usuários** de cada uma das sete praças, foi, em primeira instância, utilizada a metodologia para cálculo da capacidade de carga, desenvolvida por Cifuentes et al. (1992) e citada por Souza et al. (2007), escolhida face à sua execução simplificada, em contraposição a cálculos e estimativas matemáticas de maior complexidade. Desenvolvida para a Fundação Neotrópica da Costa Rica, passou a ser largamente utilizada por considerar tanto as componentes ambientais quanto as sociais.

O conceito de capacidade de carga consiste no estabelecimento da relação entre visitante, espaço e tempo, ou seja, da quantidade de pessoas que podem visitar determinado local durante certo período temporal sem causar danos ao ambiente e à própria experiência dos visitantes (HARDT, 2007; SOUZA et al., 2007). Milano (2001) a define como o nível ótimo (limite aceitável) de uso pelo visitante dos recursos naturais e da infraestrutura relacionada à determinada área, com máxima satisfação dos usuários e mínimos efeitos nocivos aos ecossistemas.

De acordo com Swarbrooke (2000), há vários tipos de capacidade de carga:

- a) física – número máximo de usuários que um lugar pode acomodar fisicamente;
- b) ambiental ou ecológica – número máximo de visitantes que pode ser recepcionado antes da ocorrência de danos ao ambiente ou ao ecossistema;
- c) econômica – número máximo de indivíduos que pode ser recebido anteriormente ao estágio em que a comunidade local começa a sofrer interferências econômicas, a exemplo da desvalorização dos preços de terras e moradia;
- d) social – número máximo de pessoas acima do qual ocorrerá perturbação da sociedade ou prejuízos irreversíveis em termos culturais;
- e) perceptiva – número máximo de sujeitos que um lugar pode abrigar antes que a qualidade da experiência do usuário comece a ser afetada negativamente;
- f) infraestrutural – número máximo de cidadãos que podem ser atendidos pelo suporte de serviços do local.

Para determinação da capacidade de carga de certa área, são considerados fatores como horário de funcionamento, tempo de duração da visita, locais disponíveis para uso efetivo e espaço ocupado por cada usuário. Assim, foi calculada para cada uma das sete praças (Tabela 2), com base nas seguintes fórmulas (CIFUENTES et al., 1992):

$$CCF = \frac{ST \times TT}{SV \times TV} \quad \text{ou} \quad CCF = \frac{S}{sp} \times NV$$

Sendo:

CCF = capacidade de carga física

ST = superfície total da praça

SV = superfície ocupada por um usuário

TT = tempo total diário de abertura da área

TV = tempo requerido para uma visita

S = superfície disponível, em metros, equivalente a ST na primeira fórmula

NV = número de vezes que uma área pode ser visitada por uma mesma pessoa em um dia, podendo ser calculado dividindo o horário de funcionamento pelo tempo necessário para permanência na área, equivalente a TT/TV na primeira fórmula

sp = superfície ocupada por uma pessoa, equivalente a SV na primeira fórmula

Tabela 2: Capacidade de carga calculada para as sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)

PRAÇA	ÁREA TOTAL (m²)	CAPACIDADE DE CARGA (nº usuários / dia)
Praça 1 – Vale Verde	3.516,38	21.098,28
Praça 2 – Gregório Piatkowski	22.027,11	132.162,66
Praça 3 – Jocelina Dias de Melo	9.358,10	56.148,60
Praça 4 – Luiz Geraldo Caillet	6.927,82	41.566,92
Praça 5 – Rua Darci Vargas	2.980,13	17.880,78
Praça 6 – São Rafael	2.340,00	14.040,00
Praça 7 – Rua Joana Maria Ferreira	2.609,48	15.656,88
TOTAL	49.759,02	298.554,12

Fonte: Elaborada com base nos resultados encontrados pela aplicação das fórmulas propostas por Cifuentes et al. (1992).

Considerando que a área total do espaço é fator básico para a determinação desse índice, nota-se que quanto mais extensa é a praça, mais elevado é o valor encontrado. Nesse sentido, a Praça 2 (Gregório Piatkowski) apresenta a maior capacidade de carga (132.162,66 pessoas por dia) e a Praça 6 (São Rafael), a menor (14.040,00 visitantes por dia).

A quantidade total de pessoas (ou seja, universo de amostra, equivalente a 298.554) foi inserida na seguinte fórmula do cálculo amostral para populações finitas (GIL, 2002) para determinação do número necessário de questionários para aplicação aos usuários das praças:

$$n = \frac{(\sigma^2 \times p \times q \times N)}{\{e^2 \times (N-1) + \sigma^2 \times p \times q\}}$$

Sendo:

- δ = nível mínimo de confiança escolhido (95% de confiabilidade)
- p = porcentagem com a qual o fenômeno deve se verificar (50%)
- q = porcentagem complementar (100 – p = 50%)
- e = Índice de erro (5%)
- N = universo da amostra

De acordo com Lakatos e Marconi (2007, p.163), a “amostragem é uma parcela convenientemente selecionada do universo” e sua teoria estuda as relações existentes entre uma população e as amostras dela extraídas, possibilitando o conhecimento científico da realidade.

Considerando um erro máximo de 5% e nível de confiança mínimo de 95%, chegou-se ao total de 384 questionários aplicados aos usuários das sete praças. Entretanto, em função de se tratar de espaços com baixa frequência, optou-se pela redução da amostra à metade, ou seja, adotando-se como base a situação intermediária entre a frequência máxima e o não uso absoluto, resultando na aplicação de 192 formulários.

Para determinação da distribuição dos questionários em cada uma das sete praças (Tabela 3), utilizou-se a regra da proporcionalidade simples, levando-se em consideração a área de cada uma delas.

Tabela 3: Número de questionários aplicados aos usuários de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)

PRAÇA	ÁREA TOTAL (m ²)	% EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL	Nº DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS (usuários)
Praça 1 – Vale Verde	3.516,38	7,07	13
Praça 2 – Gregório Piatkowski	22.027,11	44,27	87
Praça 3 – Jocelina Dias de Melo	9.358,10	18,80	35
Praça 4 – Luiz Geraldo Caillet	6.927,82	13,92	27
Praça 5 – Rua Darci Vargas	2.980,13	6,00	11
Praça 6 – São Rafael	2.340,00	4,70	9
Praça 7 – Rua Joana Maria Ferreira	2.609,48	5,24	10
TOTAL	49.759,02	100,00	192

Fonte: Elaborada com base nos resultados encontrados pela aplicação da fórmula de definição de população amostral proposta por Gil (2002).

Assim, quanto mais ampla a praça, maior o número de questionários aplicados aos seus usuários. Desse modo, considerando que a Praça 2 (Gregório Piatkowski) representa 44,27% da soma total das áreas dos sete locais em questão, determinou-se a aplicação de 87 formulários para essa categoria de entrevistados. Da mesma forma, foram aplicados 9 aos da Praça 6 (São Rafael), justamente a menor em extensão e que corresponde a apenas 4,70% do espaço total de estudo.

Para a determinação do número de questionários aplicados aos **moradores dos entornos** (imediate e ampliado), utilizou-se a somatória da população dos setores censitários (IBGE, 2011) que contêm a rede de sete praças componentes da área de estudo, obtendo-se o total de 13.789 habitantes. Inserindo esse universo na fórmula do cálculo amostral, anteriormente apresentada, e adotando os mesmos percentuais de erro e de nível de confiança supracitados, chegou-se ao total de 374 formulários para essa situação.

Para determinação da distribuição dos questionários aplicados aos moradores do entorno de cada uma das sete praças, utilizou-se novamente a regra da proporcionalidade simples, considerando a área de cada praça (Tabela 4).

Tabela 4: Número geral de questionários aplicados aos moradores dos entornos imediato e ampliado de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)

PRAÇA	ÁREA TOTAL (m²)	% EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL	Nº DE QUESTIONÁRIOS moradores dos entornos (imediate e ampliado)
Praça 1 – Vale Verde	3.516,38	7,07	26
Praça 2 – Gregório Piatkowski	22.027,11	44,27	170
Praça 3 – Jocelina Dias de Melo	9.358,10	18,80	70
Praça 4 – Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	6.927,82	13,92	50
Praça 5 – Rua Darci Vargas	2.980,13	6,00	23
Praça 6 – São Rafael	2.340,00	4,70	17
Praça 7 – Rua Joana Maria Ferreira	2.609,48	5,24	18
TOTAL	49.759,02	100	374

Fonte: Elaborada com base nos resultados encontrados pela aplicação da fórmula de definição de população amostral proposta por Gil (2002).

Assim, quanto mais ampla a praça, maior o número de questionários aplicados aos moradores de seu entorno. Desse modo, considerando a Praça 2 (Gregório Piatkowski), a superior em extensão, determinou-se a aplicação de 170 formulários aos moradores do seu entorno. Da mesma maneira, foram aplicados 17 aos da Praça 6 (São Rafael), aquela de menores dimensões.

Com o auxílio de imagens do Google Earth (2012) e a partir de visitas ao local, foi calculado o número de moradores no entorno imediato de cada uma das sete praças, ou seja, aqueles cujas residências estão diretamente voltadas para esses espaços públicos. Na sequência, o número de questionários aplicados aos moradores do entorno imediato foi subtraído do total de formulários relacionados aos residentes da vizinhança, chegando-se, assim, à quantidade de questionários aplicados aos moradores do entorno ampliado (Tabela 5), ou seja, aqueles cujos domicílios distam, no máximo, cinco quarteirões ou 1 km das praças (COHEN et al., 2006, 2010; FERMINO, 2012; REIS, 2001).

Tabela 5: Número específico de questionários aplicados aos moradores dos entornos imediato e ampliado de cada uma das sete praças selecionadas na área de estudo (Regional Cidade Industrial de Curitiba – CIC)

PRAÇA	Nº QUESTIONÁRIOS entorno imediato	Nº QUESTIONÁRIOS entorno ampliado	TOTAL
Praça 1 – Vale Verde	9	17	26
Praça 2 – Gregório Piatkowski	40	130	170
Praça 3 – Jocelina Dias de Melo	18	52	70
Praça 4 – Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	35	15	50
Praça 5 – Rua Darci Vargas	14	9	23
Praça 6 – São Rafael	17	0	17
Praça 7 – Rua Joana Maria Ferreira	11	7	18
TOTAL	144	230	374

Fonte: Elaborada com base nos resultados encontrados pela aplicação da fórmula de definição de população amostral proposta por Gil (2002).

Portanto, a percepção da população alvo acerca do grupo de sete praças selecionadas foi avaliada a partir do preenchimento de 566 formulários de entrevista, contendo 19 questões para usuários (192 questionários aplicados) e 21 questões para moradores dos entornos imediato (144 questionários aplicados) e ampliado (230 questionários aplicados), separadas em quatro seções.

Lakatos e Marconi (2007) afirmam que a entrevista representa um dos instrumentos fundamentais à coleta de dados, visando obter informações que permitam a compreensão das expectativas e impressões dos respondentes. As autoras dividem-na em:

- a) padronizada ou estruturada – é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas. O pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas;
- b) despadronizada ou não estruturada – o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS; MARCONI, 2007, p.197).

Gil (2002), por sua vez, classifica as entrevistas em informais, focalizadas (com tema específico, permitindo ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto), por pautas (com certo grau de estruturação) e estruturadas (desenvolvidas a partir de perguntas fixas e invariáveis para todos os respondentes, permitindo a análise quantitativa dos dados). Essas últimas interessam, particularmente, aos fins deste estudo.

Dentre as vantagens oferecidas pelas entrevistas estão a versatilidade, pois podem ser utilizadas com praticamente todos os segmentos da população; a flexibilidade, com observação mais criteriosa do entrevistado, sendo possível avaliar seu comportamento; e a possibilidade de coleta de informações que não poderiam ser encontradas em pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Por outro lado, também há limitações, como dificuldades de comunicação clara com o respondente, podendo levar a interpretações equivocadas das perguntas. Além disso, existe a possibilidade de o entrevistador ser, de alguma maneira, influenciado pelo respondente. Deve-se, ainda, considerar que entrevistas

demandam elevado dispêndio de tempo para sua realização, o que as torna pouco econômicas (LAKATOS; MARCONI, 2007).

As quatro seções do questionário aplicado mencionadas anteriormente são:

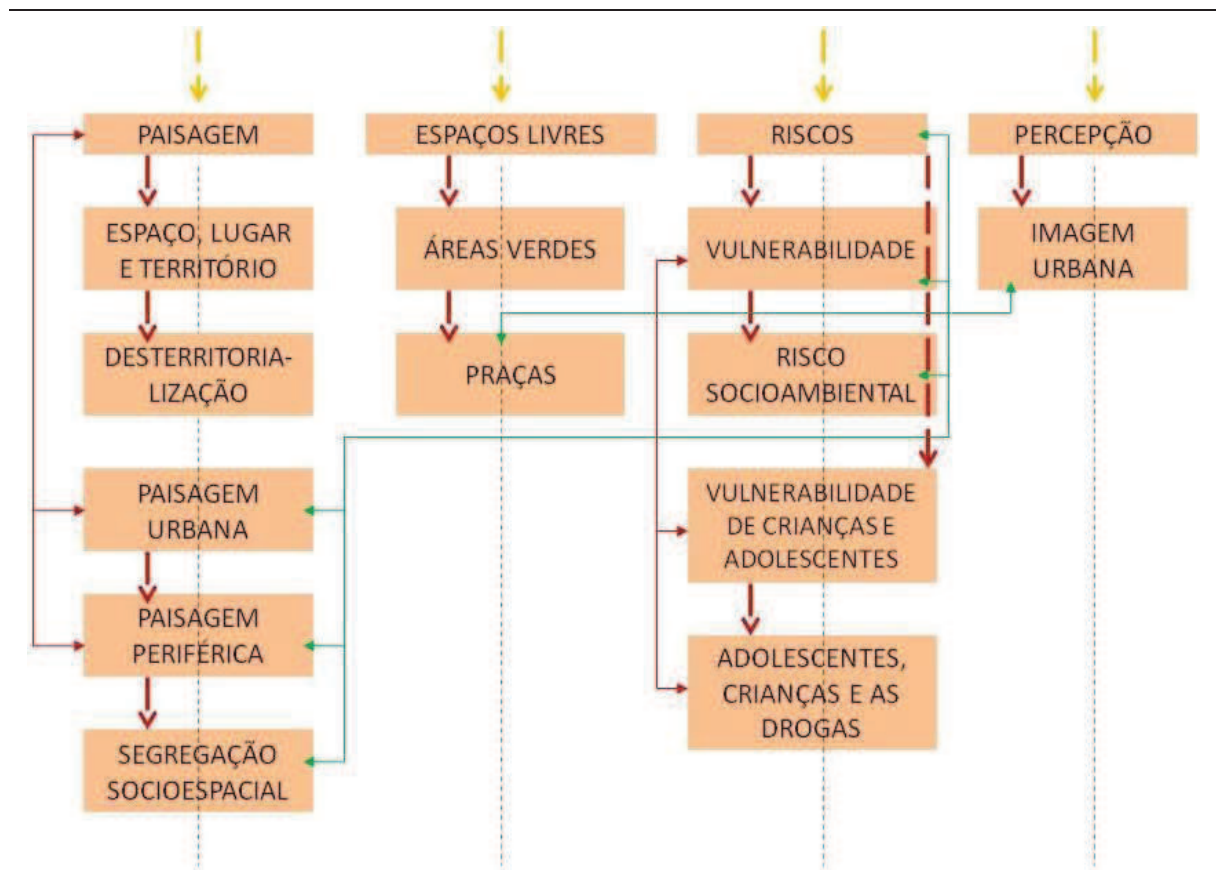
- a) seção 1 – **perfil** dos entrevistados, com informações referentes a gênero, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação e renda (conforme critério Brasil de classificação – ABEP, 2014), visando à comparação dos resultados obtidos com indicadores oficiais equivalentes, especialmente na esfera municipal, e à análise de padrões de comportamento;
- b) seção 2 – **hábitos de utilização** das praças pelos respondentes, com depoimentos relacionados às atividades praticadas nos locais específicos de estudo, bem como motivos de uso ou não – e, neste caso, sugestões que poderiam levar à sua utilização. Esta seção também levanta dados sobre frequência (dias da semana, período do dia, tempo em horas e opção de companhia) e sobre a distância da residência dos usuários e dos moradores do entorno ampliado às áreas em questão, bem como sobre outros espaços similares comumente visitados pelos entrevistados. Igualmente, objetiva esclarecer, no caso dos moradores das vizinhanças, a proporção de indivíduos que não são usuários das praças;
- c) seção 3 – **condições socioeconômicas** dos depoentes, com declarações restritas às situações prejudiciais identificadas e respectivo grau de inibição provocado, além de questões que visam interpretar a sensação de segurança;
- d) seção 4 – **componentes paisagísticas**, com impressões dos consultados relativas à qualidade dos elementos constituintes das praças e ao estado geral das mesmas e do bairro (CIC), além de questões abertas sobre preferências – itens dos espaços mais e menos apreciados – e de sugestões de melhorias.

A aplicação dos questionários ocorreu entre a segunda semana de março e a última de setembro de 2014. Os modelos aplicados às diversas amostras encontram-se expostos nos Apêndices B, C e D.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A estrutura do referencial teórico compreende quatro temas principais referentes à cidade e sua gestão: paisagem, espaços livres, riscos e percepção, que apresentam variadas conexões entre si, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Organograma da estrutura da fundamentação teórica



Fonte: Elaborada com base nas referências consultadas.

Após a apresentação dos principais conceitos, a interpretação das questões sobre paisagem se volta à discussão das definições de espaço, lugar e território, sem deixar de abordar o processo de desterritorialização. Na sequência, parte-se da conceituação de paisagem urbana para, então, tratar daquela tipificada como periférica, o que leva à subseção sobre segregação socioespacial.

Para o enfoque sobre espaços livres, novamente após a abordagem inicial das principais vertentes e conceitos relacionados, a análise é restrita ao

estudo das áreas verdes e praças, justamente as tipologias que, particularmente, interessam ao desenvolvimento deste trabalho.

A terceira subseção tem início com o exame da problemática dos riscos, posteriormente subdividida em vulnerabilidade e risco socioambiental. Em seguida, tem-se a apresentação desses assuntos voltada especificamente a crianças e adolescentes, bem como ao seu envolvimento com substâncias psicoativas.

Por fim, trata-se da percepção humana à luz de seus principais conceitos, abordagens e aplicabilidades.

3.1 PAISAGEM

A partir da década de 1970, emergiu, entre muitos teóricos da Geografia, um entendimento do conceito de paisagem que ultrapassa as fronteiras das simples descrições e passa a considerar também aspectos relacionados às questões sociais, os quais, particularmente, interessam ao desenvolvimento desta pesquisa, centrada na percepção dos sujeitos e nos símbolos da vida cotidiana (SAQUET, 2007). Nesse sentido, a interpretação se dá sob uma ótica interativa, reconhecendo a subjetividade do assunto e embasando a elaboração de planos de desenvolvimento no nível do lugar.

Santos (2008, p.61), por sua vez, traz a seguinte assertiva: “tudo aquilo que nós vemos, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Para o autor, a interpretação de cada pessoa é determinada pelo lugar e pela percepção como resultado cumulativo da estrutura espaço-temporal decorrente de adaptações, com velocidades e direções distintas. Assim, a paisagem está ligada à produção do espaço e, como tal, deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e culturais. Complementando sua definição, o autor afirma que pode ser dissociada em natural e artificial, sendo esta a paisagem transformada pelo ser humano (HARDT, 2000, 2008; SANTOS, 2008, 2012).

A temática está presente não apenas no campo da Geografia, mas também nas áreas da Arquitetura, das Artes e do Turismo, entre outras, sendo notável sua capacidade de despertar emoções e de proporcionar experiências ao homem, inclusive sensoriais (BANDEIRA, 2011; HARDT, 2004).

Ao longo do tempo, o conceito de paisagem adquiriu significados diferentes (HARDT; HARDT, 2006; PADILHA, 2008) e foi empregado de maneiras igualmente distintas, embora invariavelmente associado às óticas de ordem estética (JELLICOE; JELLICOE, 2000). Pires (1993) complementa que, no princípio, estava ligado ao ordenamento geográfico de determinado espaço e, assim, também estava relacionado à ordem social. Nesse sentido, considerando a relevância assumida pelas questões de caráter social e tipológico, a dimensão da percepção também começa a ser incorporada nas análises da paisagem (HARDT, 2004; MACEDO, 1999; PADILHA, 2008; PIRES, 1993).

Neste estudo, adota-se a concepção de Hardt (2000, p.15), que conceitua paisagem como:

[...] combinação de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes que, em determinado tempo, espaço e momento social, formam um conjunto único e indissociável, em equilíbrio ou não, e em permanente evolução, promovendo percepções mentais e sensações estéticas como um ecossistema visto.

Portanto, a parte funcional do ambiente está relacionada ao ecossistema, enquanto a parte perceptível corresponde à paisagem propriamente dita (HARDT et al., 2007). Genericamente, esta pode ser classificada como natural ou antrópica, dependendo da predominância dos seus elementos constituintes. Nesse contexto, Hardt e Hardt (2007) afirmam que a primeira pode, gradativamente, converter-se na segunda, sendo a paisagem urbana a máxima expressão de antropização paisagística.

Justamente por ser utilizado em distintas áreas de atuação, o termo “paisagem” admite a existência de variadas dimensões. A primeira é a estética, a qual incorpora cor, forma e extensão do território. Em função de seu caráter subjetivo, relaciona-se com aspectos perceptivos. A segunda é a ecológica, a qual se refere a compartimentos naturais, formando um conjunto interdependente de elementos. A última é a cultural, na qual o homem atua e transforma as características paisagísticas, estabelecendo estreita relação com fatores psicológicos e perceptuais. Assim, considera o meio em que os usuários estão inseridos e do qual são parte fundamental (HARDT, 2004).

Macedo (1999, p.11) adota a ideia de paisagem como “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo”. Então, é considerada por este autor como um

produto – por resultar de um processo social de ocupação e gestão territorial – e também como um sistema – visto que há reações resultantes das ações impressas sobre o mesmo. Ambas as posturas são interdependentes, de maneira que a paisagem está relacionada à percepção humana e a um ponto de vista social que, comumente, representa um ambiente.

Vale destacar, ainda, que as paisagens são estruturas finitas, uma vez que são interpretadas dentro de uma determinada escala de um dado observador que não é fisicamente capaz de abranger o ambiente completo em seu campo visual e em sua condição analítica. Porém, é resultante de vários tempos vividos (HARDT; HARDT, 2006); assim, “cada paisagem sempre sucederá a uma outra e assim por diante (MACEDO, 1999, p.11).

Diante do exposto, nota-se a amplitude do conceito de paisagem, com várias acepções combinadas entre si (MACEDO, 1999). Considerando a sua aproximação com as definições de espaço e lugar, torna-se fundamental abordar também a conceituação dessas duas dimensões espaciais, complementadas, ainda, pelo conceito de território.

3.1.1 Espaço, lugar e território

Buscar uma definição de **espaço** pode se mostrar uma tarefa complexa em função da inexistência de conceitos claros e concisos. Ao mesmo tempo, tal busca se prova também elucidativa, justamente por evidenciar a ampla gama de áreas do conhecimento que tratam do assunto e para as quais o termo tem fundamental importância.

Com frequência, percebe-se certa confusão entre conceitos de espaço e território, justamente por ambos serem parte, assim como o lugar, de uma mesma matriz espacial. Para Duarte (2002), deve-se ter em mente, contudo, as suas características peculiares. O mesmo autor afirma que, dos elementos definidores do espaço, é possível extrair os conceitos de lugar e território, os quais, ainda que frequentemente compreendidos como sinônimos, na realidade são distintos e complementares. Assim, é importante compreender que os três conceitos não são reciprocamente excludentes, nem tampouco compõem diferentes níveis em uma escala espacial.

A definição moderna de espaço o trata como algo finito, de extensão limitada. Um conceito absoluto, todavia, não colabora para uma discussão aprofundada e objetiva dos fenômenos espaciais. Mais do que acrescentar à sua definição a ideia de multiplicidade, é necessário estabelecer parâmetros que, ao mesmo tempo, auxiliem na definição do objeto de estudo e sirvam de instrumentos para novas considerações (DUARTE, 2002, p.38).

Lefèbvre (2004) o considera como de convívio coletivo e, como tal, não é simplesmente um quadro estático que emoldura os fatos. Assim, o espaço social é o produto das relações da sociedade e, ao mesmo tempo, é suporte para a concretização desses relacionamentos. Para o autor, invariavelmente envolve objetos produzidos pelo homem, sendo categorizado em prática espacial, espaços de representação e representações do espaço, que correspondem àqueles percebidos, vividos e concebidos. Estes últimos são dominantes e neles estão os signos e códigos que formam a estrutura espacial, determinando sua vivência e permitindo sua reprodução em qualquer outro terreno. Por outro lado, os vividos são formados por símbolos nem sempre compreendidos por seus usuários, uma vez que há distintas maneiras para sua apropriação. Finalmente, o percebido está relacionado à formação de lugares específicos, onde a sociedade exprime seus valores e sobre o qual cada pessoa tem sua própria visão.

Em interpretação contrária, Limonad (1999) pondera que a compreensão sobre o espaço físico nem sempre abrigou a dimensão social em sua estrutura, pois a postura historicista dentro dessa discussão isolava o âmbito espacial, elencando apenas o aspecto temporal em seus estudos e, conseqüentemente, confinando o território (espaço físico) ao local onde a história acontecia. Logo, o papel social não participava diretamente dessa concepção, uma vez que eram desconsiderados os produtos da sociedade no ambiente construído.

Dentre as definições de espaço, neste trabalho adota-se a de Santos (2002), que o compreende como o conjunto inseparável de fixos e fluxos, sendo que os segundos englobam ações que modificam o lugar, novas ou renovadas, recriando condições ambientais e sociais. Os primeiros compreendem elementos estáticos, aos quais são atribuídas características que neles se perpetuam, ou seja, fluxos são as informações circulantes para as quais os fixos funcionam como parâmetros ou, até mesmo, como catalisadores. O próprio autor complementa seu conceito afirmando que, se a definição de fixos está relacionada à quantidade (ou densidade),

a de fluxos remete à qualidade (SANTOS, 2007). Portanto, os primeiros são econômicos, culturais, sociais e religiosos, por exemplo, devendo ser compreendidos não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida que deve ser classificado entre fixos públicos e privados.

Nesse contexto, Duarte (2002) considera que somente a ação humana tem uma finalidade e, neste ponto, sua definição se aproxima daquela referente ao espaço social de Lefèbvre (2004). Para complementar a sua análise, Duarte (2002) afirma que um mesmo espaço é apreendido de maneiras diferentes, dependendo dos filtros culturais aplicados. Nesse sentido, os fixos e fluxos estão potencialmente presentes, ainda que grupos ou pessoas possam captar alguns desses elementos enquanto deixam passar outros. Significa afirmar que, em um mesmo espaço, pessoas com base cultural semelhante têm percepções espaciais distintas.

Ao considerar que a essência do espaço é social, Santos (2012) comenta que não pode ser simplesmente formado por objetos geográficos, naturais e artificiais, pois cada uma das suas frações abrange uma parte da sociedade atual. O autor também afirma a sua condição de produto social em constante transformação. Uma vez que impõe sua própria realidade, não é possível que suas determinantes operem fora dela. Conseqüentemente, para estudá-lo, é imperativa a compreensão da sua relação com a sociedade e os efeitos dos processos relativos a tempo e mudança.

Lugar, por sua vez, pode ser definido como a porção do espaço que tem significados e valores que refletem a bagagem cultural de uma ou de um conjunto de pessoas. Duarte (2002, p.65) complementa a definição afirmando que:

Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos refletidos em determinados objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e constituir sua medida cultural no espaço.

De acordo com Ferrara (1999, p.107), o lugar é constituído pela representação do espaço por meio de imagens, sons ou palavras, o que implica em uma organização peculiar de determinados objetos e ações integralmente dependentes da consciência e da percepção do receptor; assim, para a apreensão da informação espacial, há que se fragmentá-lo e transformá-lo em “lugar informado”. “É preciso ultrapassar aquela totalidade homogênea do espaço para descobrir seus lugares nos quais a informação se concretiza, na medida em que

produz aprendizado e comportamento traduzidos nos seus signos” (FERRARA, 1999, p.153). Nesse cenário, o elemento chave na definição de lugar como espaço significado é o uso (DUARTE, 2002; FERRARA, 1999), articulador dos elementos que tornam singulares objetos e ações na estrutura espacial.

Lynch (2008) também utiliza a transformação do espaço em lugar como forma de apreensão do ambiente urbano. Ao analisar a percepção de moradores de três grandes cidades norte-americanas, o autor nota que um mesmo espaço é organizado e percebido de maneiras distintas por diferentes usuários e decodificado em lugares impregnados de significados distintos para cada indivíduo.

Tuan (2013) complementa as ideias anteriores ao reconhecer a importância do uso e ao entender que o lugar é a porção do espaço que tem sua identidade e que foi construído para que aqueles que se identificam com ele possam ali se sentir seguros sem que a dinâmica interna seja comprometida.

Da mesma forma, Kohlsdorf (1996, p.20) entende o lugar como a porção do território em que “se desenvolvem práticas sociais com uma gama de possibilidades muito diversificadas, onde se incluem as contemplativas, de fruição estética ou incursões cognitivas”.

Para Santos (2002), é justamente ao lugar que são atribuídos valores a ações e objetos, os quais têm seus significados atrelados à sua existência, de modo que, uma vez dali retirados, passam a ser meras abstrações. O lugar é, portanto, onde se faz a história e se dá o encontro entre as referências do passado e as expectativas do futuro. Todavia, cabe ressaltar que, na visão de Duarte (2002), não é estático; ao contrário, forma um conjunto de signos mutantes, atribuídos a ações e objetos que, previamente, passaram pelos filtros culturais de cada indivíduo. É, portanto, a mais instável entre as porções espaciais, exatamente por ser vivido de maneira intensa, em meio a constantes processos de ressignificação.

Em se tratando de **território**, cabe mencionar Soja (1971), que prevê a importância do estudo de territorialidades ao julgar essencial a sua potencial influência em qualquer análise comportamental de um indivíduo ou de determinado grupo. A territorialidade é, então, um fenômeno chave na organização espacial da sociedade e não há como estudar o espaço em si observando somente suas características inerentes.

De maneira complementar, Santos (2002) afirma que o território é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem se realiza”.

Haesbaert (2011) também propõe importantes discussões sobre o assunto, ressaltando que, desde o princípio, o conceito de território esteve fortemente vinculado ao seu entendimento enquanto espaço físico como o “pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa”. Ao comentar essas ideias, Crestani (2012) ressalta que, apesar do território ser essencialmente físico-espacial, seu entendimento deve ir além, passando por questões de apropriação e limites que, inclusive, auxiliam na diferenciação entre os conceitos de território e lugar.

À primeira vista, as diferenças conceituais entre lugar e território podem não estar suficientemente claras, mas Crestani (2012) pontua que há diferenciais básicos. Enquanto o primeiro se refere mais à experiência do homem com o espaço impregnado de significados, o segundo está ligado às noções de domínio e poder e, na maior parte dos casos, à delimitação física de determinada porção espacial, com limites bem definidos.

Na visão de Duarte (2002, p.76), território pode ser definido como a “porção do espaço significada, a cujos elementos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo”, sendo que tal significação nada mais é que uma maneira de marcar os elementos espaciais com valores culturais específicos. Nesse sentido, qualquer indivíduo, objeto ou ação que ali se encontre pode ser guiada ou submetida às medidas culturais impostas. Dessa forma, é constituído desde que haja “um sistema de valores compartilhado pelos elementos que ocupam tal porção do espaço, para que, então, esse sistema determine a dinâmica de todos os outros objetos e ações”. Qualquer elemento sob influência de um território não necessariamente faz parte dele, mas deve a ele se submeter.

Hall (1990) destaca que sua noção está atrelada à de domínio, não esquecendo que é baseado no espaço e, assim sendo, tem elementos percebidos a partir de filtros biológicos e culturais.

Para diversos autores, a exemplo de Souza (2009), o que define território é fundamentalmente o poder, com a dimensão política assumindo papel preponderante. Por outro lado, isso não significa que os signos, identidades – que o autor chama de cultura – e os processos econômicos não sejam relevantes à sua compreensão.

Raffestin (2009, p.17) enriquece a discussão ao pontuar as relações e diferenças entre território, ambiente e paisagem:

O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, em uma paisagem. Esta não é uma construção material, mas a representação ideal da construção. Isso significa que o território não resulta, obrigatoriamente, em paisagem, sem a intermediação da imaginação condicionada por um mediador peculiar.

Território, portanto, é apresentado por esse autor como uma construção cotidiana que, eventualmente, pode se transformar em paisagem, tornando os produtores de condições territoriais também geradores de conjunturas paisagísticas.

O autor também retoma a discussão acerca das confusões conceituais entre espaço e território, afirmando que não são termos equivalentes e explicando que o primeiro está em posição antecedente ao segundo. Assim, este é gerado a partir daquele, na medida em que constitui o “resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, [...] apropriando-se de um espaço que o ator territorializa” (RAFFESTIN, 2009, p.26).

Ao comentar este último conceito, Souza (2009) ressalta que, equivocadamente, não considera o aspecto relacional, visto que que o território é, antes de tudo, um campo onde operam relações de poder espacialmente delimitadas. O mesmo autor complementa a discussão acerca dos conceitos de lugar e território afirmando que:

Observe-se que, se se tratasse do conceito de lugar, já não seria mais a dimensão do poder que estaria em primeiro plano, mas sim das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos de lugar enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significados [...]. O que não significaria dizer que a dimensão do poder (assimetrias, conflitos, dominação) não deveria ser considerada. Uma região ou um bairro são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas; são, portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente territórios, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho do Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um contra poder insurgente (SOUZA, 2009, p.60-61).

Não há como discutir os conceitos de espaço, lugar e território à luz da segregação socioespacial e seus riscos sem tratar também das questões relacionadas ao processo de desterritorialização, cujos principais conceitos e abordagens são adiante explicitados.

3.1.1.1 Processo de desterritorialização

Para Duarte (2002, p.91), apesar de o termo “desterritorialização” muitas vezes estar relacionado a teorias sobre o fim das estruturas espaciais, seu cerne diz respeito a profundas alterações no âmbito do lugar, objetos e ações que, muitas vezes, modificam profundamente o espaço humano. O autor comenta, ainda, que esse processo pode ser compreendido como de transformação ou de inserção de objetos, ideias ou técnicas que alteram a influência dos fixos e fluxos sobre um determinado espaço.

Deleuze e Guattari (1997) comentam que, por trás do debate teórico acerca da desterritorialização, está a disseminação da problemática do fim dos territórios, ou seja, o enfraquecimento da dimensão espacial na vida das sociedades.

Na visão de Souza (2009), o processo está relacionado ao rompimento de indivíduos ou de grupos com suas raízes culturais, podendo implicar na privação do acesso a recursos. Antes, porém, envolve o exercício de poder e sua projeção no âmbito espacial e, portanto, nenhuma dimensão das relações sociais deve ser negligenciada ou excluída.

Nos dias atuais, a noção de desterritorialização está frequentemente relacionada ao enfraquecimento da dimensão espacial e, por conseguinte, ao fortalecimento das virtualidades. O conceito, assim, auxilia na definição de processos que transformam as relações estabelecidas em virtuais, ao mesmo tempo que as preparam para a reterritorialização. Nesse sentido, a desterritorialização é comumente associada à pós-modernidade, às sociedades em rede e aos hibridismos culturais (NATÁLIO, 2013).

Para Haesbaert (2011), a desterritorialização é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras das questões geográficas, uma vez que está presente nas mais diversas esferas das Ciências Sociais, como a Antropologia e a Sociologia. Ao iniciar a discussão sobre o assunto, o autor declara defender a ideia de que é, na realidade, “a intensificação da territorialidade no sentido de uma multiterritorialidade”, ou seja, é um processo simultâneo de construção e destruição de territórios em variadas escalas, tendo como resultado o surgimento de novas formas de articulação territorial. Enquanto a desterritorialização é “o movimento pelo qual se abandona o território”, há que se considerar que a reterritorialização é justamente

seu oposto, ou seja, é o movimento da sua construção (HAESBAERT, 2011, p.127). O autor dá prosseguimento à discussão ao questionar a relação entre desterritorialização e as diversas concepções de território, enfatizando a imensa gama de termos utilizados pelos diversos autores estudiosos da questão.

A desterritorialização pode estar, por exemplo, ligada à fragilidade das fronteiras estatais e, conseqüentemente, vinculada à concepção de território político (HAESBAERT, 2011). Da mesma maneira, se estiver relacionada à heterogeneia cultural que impede o claro reconhecimento de identidades bem definidas, o território correspondente, enquanto espaço de construção dessas identidades, é simbólico.

Guattari e Rolnik (1996) alertam para o fato de que todo território está sujeito à desterritorialização, na medida em que a humanidade está imersa nesse processo, no sentido de que seus territórios primitivos estão em constante esfacelamento, seja em função da divisão social do trabalho ou do que se pode chamar de “sistemas maquínicos”, que acentuam as segregações e estratificações materiais.

Para Haesbaert (2011), é importante destacar que a dimensão social da desterritorialização encontra-se à margem das principais discussões sobre o tema, pois as relações mais relevantes para a análise do fenômeno se dão justamente entre esse processo e o de exclusão socioespacial.

Pode-se afirmar, então, que a desterritorialização e a reterritorialização são indissociáveis, sempre que houver o primeiro movimento, haverá também o segundo (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Quando se fala em desterritorialização desvinculada dos processos de reterritorialização, percebe-se sua estreita relação com fenômenos de instabilidade ou fragilização territorial, especialmente entre grupos socialmente excluídos ou segregados, que, assim, tornam-se incapazes de controlar seus próprios territórios, tanto no sentido de dominação econômica e política quanto no tocante à apropriação cultural e simbólica.

Logo, a sobreposição entre desterritorialização e exclusão social parte do pressuposto de que “ambas as noções incorporam sempre um caráter social multidimensional, dinâmico e que deve ser geográfica e historicamente contextualizado” (HAESBAERT, 2011, p.313).

Por outro lado, ao contrário da exclusão social, a desterritorialização não é necessariamente um fenômeno negativo, face ao seu potencial transformador.

Assim, as questões relacionadas ao que Haesbaert (2011, p.312) denomina “ponto de vista periférico” e seu estreito vínculo com aqueles fenômenos são adiante discutidas, a partir da revisão teórico-conceitual sobre conceitos e implicações da paisagem urbana.

3.1.2 Paisagem urbana

Para dar início às discussões sobre paisagem urbana, deve-se recordar a afirmação de Hardt e Hardt (2007), que a entendem como a máxima expressão de um espaço antropizado. De maneira genérica, pode ser definida como a visualização do ecossistema urbano, envolvendo não apenas funções ecológicas e aspectos estéticos, mas também percepções mentais e dimensões sensoriais (HARDT, 2000; TUAN, 2012).

Para Bonametti (2000, p.5), também pode ser compreendida como “reflexo da relação entre o homem e a natureza” e como tentativa de ordenamento de uma paisagem natural. O autor também considera a dimensão cultural, uma vez que esta ordenação é fruto da maneira como é projetada e construída, bem como é “resultado da observação do ambiente e da experiência individual ou coletiva com relação ao meio”.

Não se pode deixar de abordar o conceito de Cullen (2008), para quem é a capacidade de organizar visualmente o emaranhado de ruas, edifícios e outros espaços que formam o ambiente urbanizado. O autor afirma, também, que uma edificação isolada é mera arquitetura; mas se outros elementos se somarem a esta edificação, tem-se a paisagem urbana, a qual deve ser compreendida justamente por meio dessas relações entre componentes naturais e construídos dos cenários das cidades.

Cullen (2008) recorre a três aspectos para estruturar seu conceito de paisagem urbana. O primeiro – ótica – é a visão propriamente dita, formada pela percepção sequencial de espaços que, apesar de distintos, estão inter-relacionados. O segundo – local – diz respeito às reações do ser humano acerca de sua localização no espaço. O terceiro – conteúdo – se relaciona com a construção da cidade e suas cores, estilos, escalas e texturas que caracterizam a malha urbanizada e as edificações que a compõem.

Este conceito, apesar de ter sido elaborado nos anos 1960, ainda influencia urbanistas em função de sua representatividade, visto que possibilita a análise da paisagem a partir do âmbito estético, admitindo que os elementos paisagísticos também causam impactos de ordem emocional, que promovem a percepção da cidade. Por outro lado, é importante destacar que, para Cullen (2008), o sujeito é apenas um observador passivo que interage com a cidade, sem, contudo, interferir. Nesse sentido, não é um participante ativo diante da paisagem urbana, nem tampouco transformador da realidade externa.

De acordo com Kliass (1993), a paisagem urbana é a materialização espacializada das civilizações, em que a participação popular – em menor ou maior grau – e o regime de poder fazem com que atenda aos anseios de seus cidadãos de forma mais ou menos direta. Para Hardt (2004), é estruturada, basicamente, pela combinação entre o espaço visual e os mecanismos perceptuais. Em função da diversidade de elementos relacionados, torna-se difícil avaliá-la em termos absolutos, fazendo-se necessário, portanto, o estabelecimento de critérios baseados em juízos de valor, inclusive em se tratando de espaços suscetíveis ao fenômeno da periferização, palco contumaz de condições paisagísticas deterioradas.

Del Rio (1997) defende que os novos modelos urbanísticos presentes nas grandes cidades promovem o que o autor chama de “não lugar”, na medida em que fragmentam e desarticulam os espaços urbanos e suas relações com os cidadãos.

Por fim, cabe destacar a assertiva de Sposito (2007), lembrando que a paisagem urbana se espalha com velocidade superior à capacidade de atendimento das necessidades da população por parte do poder público, resultando em extensas áreas periféricas – espacial ou socialmente – nas cidades de maior porte.

3.1.3 Paisagem periférica

Ao longo das três últimas décadas, o Brasil vivenciou um processo intenso de urbanização, com drásticas alterações na distribuição demográfica. Antes dispersa nas zonas rurais, a população passou a convergir para as áreas urbanizadas, em um movimento associado às transformações produtivas do país, que concentravam as oportunidades de trabalho, os investimentos, as inovações tecnológicas, a industrialização e a oferta de serviços nas cidades maiores.

O resultado desse contexto foi um intenso crescimento urbanístico, especialmente dos principais centros de portes médio e grande do Centro-Sul do território nacional. Somente quando o contingente populacional brasileiro passou a ser predominantemente urbano é que se fez presente a necessidade de desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão territorial, a fim de articular o significativo incremento urbanístico à provisão de infraestrutura, ao direcionamento da expansão das áreas urbanizadas e ao controle do uso e da ocupação do solo (MARICATO, 1996; PEQUENO, 2008).

Este surto de urbanização, porém, ocorreu às vistas da passividade dos técnicos e da estagnação dos processos de planejamento urbano e regional, cujos instrumentos, até então, não combatiam as desigualdades nem respondiam adequadamente às questões imediatas e de cunho prático (PEQUENO, 2008; VILLAÇA, 2001). Assim, diante da inexistência de políticas que efetivamente norteassem esses processos e regulassem a implementação dos instrumentais de gestão do solo, tem-se um desordenamento socioespacial díspar e à mercê da especulação imobiliária, resultando em uma paisagem deteriorada, especialmente nas periferias. Além disso, a tolerância com a ocupação desordenada da cidade, coerente com a lógica capitalista do mercado fundiário, contribuiu para o agravamento dessa situação. Com isso, foram amplificadas as desigualdades socioespaciais nas áreas urbanizadas (MARICATO, 1996; PEQUENO, 2008, VILLAÇA, 2001).

De maneira genérica, o termo “periferia” denota regiões localizadas fora do centro. Segundo Sposito (2007, p.10), a origem do termo está associada a um viés social em espaços residenciais geograficamente afastados da área central primária. Para a autora, tais áreas são:

Marcadas pela presença de moradias precárias e inacabadas, pela ausência ou insuficiência de meios de consumo coletivo, resultantes de um processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses de implantação de loteamentos regulares ou irregulares em áreas distantes, cujos terrenos são mais baratos, tornando espaços não urbanos em espaços que podem ser colocados no mercado como urbanos, ainda que não sejam dotados das condições mínimas para tal.

Domingues (1995) afirma que os conceitos de periferia e subúrbio estão de tal forma banalizados que se tornou um desafio encontrar definições claras e consensuais, o que contribui para a rasa compreensão de regiões periféricas como mera contraposição às áreas centrais. O autor argumenta que é o grau de

afastamento em relação a um centro que estabelece a posição periférica, seja ela morfológica, física ou social. Assim, o caráter periférico de uma determinada área é acentuado quanto maior a visibilidade, posicionamento e a clareza dos atributos da região central.

De acordo com Ultramari e Moura (1994, p.37), o afastamento das periferias em relação ao centro das cidades não é apenas físico, mas principalmente revelado pelas condições socioeconômicas dos moradores do centro e das áreas periféricas, evidenciando a desigualdade. Urbanisticamente, as periferias se caracterizam pela baixa densidade de ocupação e pela veloz expansão. Sua distância em relação ao centro faz aumentar os “custos sociais da urbanização, comprometendo a eficiência das administrações públicas e criando áreas onde os problemas da cidade se avolumam”.

A periferia é descrita por Ultramari e Moura (1994, p.37) como:

Um mosaico composto de quadras que nem sempre se encaixam; terrenos que parecem não ter acesso; ruas descontínuas; vias de comunicação expressa (grandes avenidas, linhas de trem, metrô e até pedaços de estrada) dividindo comunidades, pequenas sobras de vegetação; rios poluídos [...] e que somem abruptamente ao aproximarem-se das áreas centrais, em canalizações; algumas fábricas vizinhas e áreas residenciais.

Nem sempre é composta por lotes com ruas abertas que organizam as moradias, mas seu crescimento acontece quase que espontaneamente, o qual, em sua gênese, ignora normas legais de uso e ocupação do solo, com gradativa apropriação dos espaços (ULTRAMARI; MOURA, 1994). Atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das grandes cidades não são classificadas como periféricas, na medida em que o termo adquiriu um viés sociológico. Periferia, portanto, hoje significa áreas com infraestrutura deficiente e oferta insuficiente de serviços e equipamentos básicos, sendo, essencialmente, o lugar da população de baixa renda (SERPA, 2002).

Por outro lado, Sposito (2007) adverte para a fragilidade do termo “periferia” enquanto conceito, quando utilizado para mencionar o anel que forma o entorno urbano, quando se tem em mente que áreas residenciais de padrão médio e alto, indústrias e vazios também podem ali ser encontrados. Nesse âmbito, negligencia-se a ideia de subúrbio, que difere de periferia do ponto de vista das lógicas de produção espacial, bem como das formas de apropriação e uso do território da cidade.

O subúrbio configura, então, a negação da periferia, por se tratar do espaço de ascensão social, enquanto esta é, por excelência, o espaço estreito da falta de opções de ascensão socioeconômica (SPOSITO, 2007).

Corrêa (2002) afirma que a periferia urbana não é meramente uma faixa homogênea que circunda um centro principal. Assim, mais adequado seria falar em setores periféricos, representados tanto por ocupações elitizadas quanto por camadas mais carentes da população. Ainda que espacialmente opostas, ambas são reflexo de uma sociedade de classes e representam um meio de reprodução dos grupos sociais que ali habitam.

Qualquer periferia implica em maior ou menor nível de fragmentação espacial, onde a cidade de limites claros e compactos se expande em um conjunto de fragmentos em que a continuidade e a legibilidade urbanística cedem lugar a formações territoriais urbanas complexas. Nessa concepção, é o lugar impreciso e urbanisticamente não consolidado, à margem da centralidade e dos processos de planejamento extremamente regulados. São áreas resultantes de processos espontâneos de maior ou menor densidade, frequentemente caracterizados por baixos índices de infraestrutura básica (DOMINGUES, 1995). Corrêa (2002) argumenta que, na verdade, existem duas periferias: aquela caracterizada pelo *status* e outra evidenciada pela urbanização popular. Enquanto a primeira ganha infraestrutura adequada, na segunda as carências são inúmeras. Nesse sentido, pode-se afirmar que os bairros localizados nas periferias nobres, ainda que à margem das áreas centrais, não são socialmente periféricos.

Em bairros da periferia com urbanização de *status*, existe a tendência de formação de circuitos restritos e exclusivos de residências de alto padrão, condomínios fechados e áreas de lazer e consumo, aos quais são agregados outros serviços de apoio. A lógica desses bairros, portanto, está centrada na valorização da segurança, aliada à acessibilidade para a elite (SERPA, 2002).

Enquanto nas periferias populares, as edificações produzem um cenário evidente de degradação ambiental, nas elitizadas, face à disseminação homogênea de técnicas, materiais e modismos, o cenário construído revela, muitas vezes, um quadro sem relação com o entorno natural. Regiões periféricas nobres são perpetuadas na paisagem urbana por meio de condomínios fechados, habitados pelos mais abastados, que podem pagar por qualidade ambiental superior, em pontos distantes do centro da cidade. Assim, ocorrem mutações no uso e ocupação

do solo, resultado de ações combinadas entre proprietários de terras e administração pública em prol de tornar comercialmente atraentes áreas urbanas que poderiam ser invadidas pela população sem teto (PAVIANI, 2006).

Para Paviani (2006), é justamente a precariedade da configuração espacial que diferencia as periferias do restante da malha urbana e imprime ao urbano um processo social de exclusão que tem na moradia seu elemento norteador.

Chaveiro e Anjos (2007) comentam sobre as distâncias espacial e social das periferias em relação às áreas centrais, afirmando que a primeira pode ser sobreposta à segunda, a qual está atrelada à vivência do sujeito no lugar e a experiências biológicas e psicossomáticas. Dessa forma, mantêm o cidadão arraigado ao meio socioespacial onde desenvolve práticas mais intensas de vida. Significa afirmar que existe um vínculo entre o espaço físico e o sujeito social nele inserido.

A periferização está vinculada não somente à distância física das regiões centrais, dotadas de infraestrutura, mas também à falta de acessibilidade socioeconômica da população, atestando a ineficiência das políticas reguladoras do Estado, que repele o indivíduo e coopera ativamente na produção dessas áreas periféricas. Na visão de Bertone (1996), interesses governamentais e corporativos são determinantes para a existência de um sistema regulatório para a distribuição de bens, serviços e consumos, condicionando, assim, a reprodução desse sistema sobre o espaço.

Santos (2008) afirma que a especulação imobiliária é responsável por deslocar cidadãos para a periferia, fazendo com que, dentro da malha urbanizada, o acesso à infraestrutura e aos serviços varie em função da renda de cada camada social, resultando em “cidades justapostas” dentro de um mesmo centro urbano, que apresentam entre si vínculos insuficientes ou até mesmo inexistentes.

Em grande parte das principais áreas urbanizadas:

as periferias são a materialização de mecanismos de exclusão/segregação, tais como: habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infraestruturas básicas, baixa possibilidade de acesso rápido e confortável aos lugares de trabalho, malha viária e equipamento de transporte coletivo deficientes, etc. Acresça-se a estes problemas a disseminação de práticas administrativas acentuadamente incrementalistas, pontualizadas, assistencialistas e paternalistas, que fragmentam a atuação governamental. Por outro lado, o incremento dá aparência de operância e dinamismo aos gestores urbanos (PAVIANI, 2006, p.182).

Cabe destacar que as periferias são efetivadas em regiões distintas de uma mesma cidade. Muitos contingentes de desfavorecidos ocupam espaços não contínuos no tecido urbanizado, muitas vezes próximos da área central da urbe, o que significa que, nem sempre, a área periférica está geograficamente localizada nos extremos dos espaços urbanos (PAVIANI, 2006).

Assim, as áreas resultantes de ações perifерizadoras, que tradicionalmente se opõem ao centro e sua gama de infraestrutura disponível, estão infiltradas em toda a malha urbanizada e, segundo Paviani (2006), são qualificadas por diferentes ações nos âmbitos:

- a) do trabalho, uma vez que grandes contingentes de trabalhadores não têm acesso aos empregos melhor remunerados, ou ainda sofrem reduções salariais sistemáticas. Tal população pode até estar geograficamente bem posicionada em relação aos locais dessas atividades, mas socialmente não possuem *status* educacional que lhe permita conseguir colocações que exigem mão de obra qualificada. Como consequência, em algumas cidades, os mais carentes estão localizados próximos ao centro, mas não possuem os requisitos técnicos necessários aos postos de trabalho ali oferecidos;
- b) da educação, por uma massa de analfabetos ou alfabetizados incompletos;
- c) da moradia, na medida em que é a manifestação mais flagrante das diversas formas de segregação espacial e boa parte das políticas habitacionais impede o acesso dos menos favorecidos;
- d) da cidadania, considerando-se tanto a conquistada quanto a dada, esta última configurada por meio de políticas assistencialistas e intermináveis práticas de favorecimento. O desemprego e a falta de acesso à infraestrutura intimida a classe trabalhadora, que se rende à concedida, ao mesmo tempo em que os programas sociais enfraquecem a luta pela conquistada. Essas duas categorias formam dois tipos diferenciados de cidadãos.

Chaveiro e Anjos (2007) chamam a atenção para o aumento da violência, que contribui para a criação de uma imagem negativa de determinados locais periféricos, sem um real esforço para a compreensão de todas as faces da periferia e dos fatores que levaram os indivíduos às práticas violentas e criminosas.

Os problemas decorrentes da expansão das periferias têm se mostrado desafiadores para governantes e acadêmicos, bem como para seus residentes, especialmente no cenário das complexas relações socioespaciais e da desigualdade na distribuição dos bens de uso e consumo para seus habitantes (PAVIANI, 1996). Por outro lado, perversamente, quando o Estado chega a essas áreas para atender as demandas sociais, suprir a oferta de infraestrutura e serviços, e regularizar as posses de terras até então ilegais, são criados elementos que valorizam o solo urbano, gerando, conseqüentemente, discrepâncias entre o poder aquisitivo dos atuais moradores e o custo de manutenção da área após a recepção das melhorias. Assim, incidem novas pressões sobre essas regiões, expulsando muitos de seus moradores para áreas periféricas ainda mais longínquas e carentes de melhorias urbanísticas (ULTRAMARI; MOURA, 1994).

Muitas das comunidades periféricas acabam por se tornar abrigo de criminosos, que, ao lutar contra o poder instituído, tornam-se seus “benfeitores”, especialmente onde o Estado falha no cumprimento desse seu papel social. Silêncios coniventes e trocas de favores criam um ciclo vicioso que se perpetua e se institui como a lei informal dessas áreas periféricas esquecidas (ULTRAMARI; MOURA, 1994).

Em se tratando do significado da vivência na periferia, Chaveiro e Anjos (2007) argumentam que as impressões podem ser inferidas a partir da consideração dos componentes espaciais, sociais, econômicos e culturais que atuam simultaneamente na vida de cada cidadão. Considerando que cada indivíduo aplica seus filtros pessoais sobre cada componente, o sentido de ser periférico é relativo.

Ao encarar a periferia e o subúrbio como pré-conceitos sociais, Domingues (1995) afirma que correspondem a uma representação social estigmatizada, na medida em que as áreas periféricas são locais de exclusão, da ausência da noção de pertencimento e do déficit de cidadania. Neste sentido, a distância ao centro é muito mais sociológica do que propriamente física, uma vez que as centralidades se caracterizam pela diversidade e densidade das relações sociais, pela fervilhante vida cívica, pelo acesso à informação e pela abundante disponibilidade de recursos. Essa distância, portanto, é definida por um afastamento, antes de mais nada, simbólico, independentemente do grau de degradação urbanística da periferia em questão, ou de sua posição geográfica no contexto urbano. Por outro lado, o autor comenta que se deve evitar generalizações, visto que

não se pode medir a diferença entre central e periférico apenas por meio de critérios administrativos, nem a participação cívica em função de parâmetros restritos ao exercício formal da democracia.

Todavia, o modelo tradicional de periferia, largamente retratado pela sociologia urbana a partir da década de 1970, era encarado como resultado da acumulação do capital e da especulação imobiliária, tendo, como principal expressão, os assentamentos socialmente homogêneos, distantes do centro, habitados pela massa operária, que mantinha em movimento a própria engrenagem da acumulação (BORELLI, 2012; TORRES et al., 2003). A partir da década de 1990 e mais expressivamente após o início dos anos 2000, porém, o acesso a serviços públicos, como educação e saneamento básico, teve relevante ampliação, atribuída principalmente ao processo de redemocratização do país, a mudanças importantes em relação a certas políticas públicas e ao fortalecimento dos movimentos sociais. Nesse contexto, Borelli (2012) afirma que o crescimento demográfico e a expansão dessas áreas periféricas têm contribuído para o aumento da heterogeneidade das periferias.

Apesar disso, conforme apontam Torres et al. (2003), a ampliação do acesso aos serviços públicos e respectivos investimentos estatais não bastaram para efetivamente melhorar as condições de vida da população de baixa renda até atingir o padrão de outras regiões das cidades, não apenas em função do déficit socioeconômico entre esses grupos sociais, mas também graças à comumente baixa qualidade dos serviços e equipamentos implantados.

De fato, em termos atuais, as periferias devem ser compreendidas como conteúdo de uma pluralidade de práticas e contextos socioespaciais. Dessa maneira, não podem mais ser retratadas como uma realidade urbana única e espacialmente limitada. Torna-se, então, fundamental o conhecimento da diversidade espacial que compõem atualmente as áreas mais distantes do centro primitivo. Na medida em que são desenvolvidas novas dinâmicas, a periferia se transforma em um espaço plural de usos e até mesmo de indivíduos. Por outro lado, em vez de integrar a multiplicidade de funções e a proximidade física de conteúdos sociais e culturais diversos, gera separação sob a forma de segregação socioespacial ou de tecido urbano fragmentado (SPOSITO, 2007).

Bichir (2009) também alerta para a heterogeneidade das áreas periféricas, indicando a crescente necessidade de se falar em periferias e suas particularidades e realidades distintas, e não mais em uma grande área periférica homogênea.

Torres et al. (2003) argumentam que as características de homogeneidade das periferias têm sido questionadas em função de algumas mudanças estruturais significativas, como o surgimento de diversos empreendimentos voltados aos mais abastadas, ou seja, condomínios e *shopping centers* construídos em áreas antes ocupadas apenas pelos mais humildes e que funcionam como enclaves que, apesar de conferir maior heterogeneidade às periferias, não garantem interações efetivas entre as diversas camadas da sociedade.

Assim, as periferias heterogêneas da atualidade já não permitem prever seus atores e dinâmicas sociais e econômicas de maneira simplista. Diferentes grupos sociais vivem sob condições distintas sob vários aspectos, como moradia, escolaridade e índices de criminalidade, por exemplo. Em algumas áreas periféricas, é intensa a concentração de indicadores negativos, o que denota a existência do que Torres et al. (2003, p. 98) chamam de “pontos críticos”. Pode-se, então, compreender que a distribuição de grupos sociais nas grandes cidades é atualmente muito mais complexa do que retratavam os estudos elaborados à época das periferias homogêneas.

Lopes Júnior e Santos (2009) comentam que a formação de novas centralidades decorre da alteração na configuração espacial das cidades, em um claro questionamento da tradicional posição subalterna em relação à região central que as periferias assumiam tempos atrás. Todavia, em uma metrópole polinucleada, essas áreas periféricas passam a se relacionar não mais somente com um único núcleo principal, mas com as novas centralidades do tecido urbano. Os autores pontuam, ainda, que as vias de comunicação e de transporte são elementos essenciais para a compreensão dessas novas interações, em um processo de desconcentração diretamente relacionado à acessibilidade e às distâncias percorridas pela população periférica.

Atualmente, as análises das periferias urbanas contemplam novas modalidades, como estudos da percepção, do cotidiano e da imagem que cada indivíduo tem do lugar onde está inserido, partindo do pressuposto que o real é também produto do estabelecimento de significados (CHAVEIRO; ANJOS, 2007).

3.1.4 Segregação socioespacial

Embora existam variadas formas de segregação nas grandes cidades brasileiras, neste trabalho é tratada especificamente a segregação socioespacial – formada pela oposição entre centro e periferia – em função de sua dominância sobre a estruturação do espaço urbano do país.

Para Villaça (2001, p.142), segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Portanto, não impede que outros estratos cresçam no mesmo espaço, ou seja, nenhuma área de nenhuma metrópole brasileira é exclusivamente habitada pelas camadas de renda mais elevada, embora o oposto aconteça em alguns casos. Apesar de derivada de disputa por lugares, a segregação se dá entre classes sociais.

Ainda que tenha se acentuado após os surtos de urbanização das últimas décadas, especialmente nos países latino-americanos, o surgimento da segregação remete às sociedades antigas. Cidades gregas, romanas e chinesas possuíam divisões políticas, sociais e econômicas bem definidas (NEGRI, 2008).

Maricato (1996) comenta que o processo acelerado de urbanização trouxe consigo o crescimento da desigualdade, resultando em considerável concentração da pobreza. Pode-se afirmar, então, que a exclusão social tem sua expressão mais notável na segregação espacial, na medida em que a população empobrecida tende a se concentrar em guetos ou a se alastrar por grandes áreas homogêneas.

A segregação socioespacial apresenta dois aspectos importantes: um de dimensão geral e outro de aspecto local. O primeiro diz respeito às grandes cidades brasileiras e é decorrente da distribuição de renda, o que explica uma localização residencial e de serviços que segue padrão semelhante. O segundo está relacionado à maneira diferenciada pela qual a segregação se manifesta em cada cidade (GALBINSKI, 1996).

Castells (2000) afirma que a segregação socioespacial visa reproduzir as forças de trabalho, de maneira articulada com a estrutura social, com a cidade materializando a sociedade no espaço geográfico. Então, não é apenas um fator de divisão de classes, mas também um instrumento para o controle do espaço urbano.

Segundo o autor, o padrão de segregação residencial das cidades da América Latina faz com que grupos socialmente homogêneos se concentrem em uma mesma região.

Caldeira (2011) compreende esse fenômeno sob uma ótica antropológica, contestando o modelo centro-periferia. A autora relata a existência atual de maior proximidade física entre grupos sociais distintos, o que explicaria a obsessão das classes mais abastadas no erguimento de muros ao redor de seus condomínios, áreas comerciais e demais espaços privatizados, ao que chama de "enclaves fortificados". Esses redutos surgem não como forma de proteção contra a criminalidade crescente, mas também como resposta dos mais ricos à proximidade dos mais pobres quando ambos os grupos habitam as periferias, sem, contudo, impedir que o distanciamento psicológico e social resultante da segregação se mantenha presente.

Lojkine (1981¹ apud VILLAÇA, 2001, p.147) distingue três tipos não excludentes de segregação urbana:

- a) oposição entre periferia e centro, onde o preço da terra é mais elevado;
- b) crescente separação entre zonas de moradia popular e aquelas destinadas às camadas sociais privilegiadas;
- c) "esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona industrial, zona de moradia, zona de escritórios etc."

Na visão de Villaça (2001), a população de mais alta renda é a responsável pela segregação socioespacial, na medida em que consome e valoriza o espaço urbano de forma diferenciada. Em contrapartida, é justamente a existência desse fenômeno segregacionista que permite à classe mais abastada perpetuar sua dominância sobre o espaço produzido. Pode-se afirmar, então, que a exclusão é um processo dialético, pois a discriminação de uns provoca, ao mesmo tempo, a de outros.

¹ Ver argumentação do autor em:
LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

Dois modelos de segregação socioespacial podem ser identificados: a voluntária e a involuntária. A primeira acontece quando o indivíduo passa a residir em determinado local da cidade por iniciativa própria, enquanto a segunda ocorre quando, por forças externas, o cidadão é obrigado a habitar outros espaços. Nesse contexto, a segregação nas periferias das cidades brasileiras pode ser normalmente compreendida como involuntária (NEGRI, 2008; VILLAÇA, 2001).

Na interpretação de Maricato (1996), a exclusão socioespacial não pode ser mensurada. É possível, todavia, ser caracterizada por indicadores, como ilegalidade, irregularidade, informalidade, pobreza, baixa escolaridade, raça, gênero e ausência da cidadania.

A mesma autora separa a segregação em ambiental e social, afirmando que aquela é uma das faces mais ativas desta. Além da dificuldade de acesso à infraestrutura urbana e a serviços de qualidade, somam-se reduzidas oportunidades de emprego e profissionalização, discriminação racial e de gênero, injustiça social, exposição ampliada à violência e acesso restrito ao lazer.

A segregação ambiental não é simples reflexo de uma sociedade que produz a violência, mas faz parte de um processo em que o mercado imobiliário segregador é um importante fator que alimenta a violência. Nesse sentido, violência e forma urbana estão intimamente relacionados (MARICATO, 1996; NEGRI, 2008), especialmente em se tratando de áreas urbanas públicas abertas, que neste estudo são chamadas de espaços livres.

3.2 ESPAÇOS LIVRES

Apesar de o termo “espaço livre” ser relativamente novo, trata de áreas e intervenções que já têm certa história no planejamento das cidades (MATOS, 2010). No contexto urbano e no âmbito público, formaram a essência da *polis* como espaço de oposição ao campo, compreendendo o local onde os cidadãos se reuniam para deliberações políticas e relações sociais. Portanto, assumia função cidadã, de tal forma que os excluídos (escravos, estrangeiros etc.) não podiam participar da vida pública (MENEGAT, 2000).

Apesar de existirem desde os primórdios da civilização, foi na Antiguidade que, uma das primeiras vezes e destacadamente na Grécia, os espaços livres assumiram função pública ao serem considerados como áreas de passeio, encontro

e lazer. Posteriormente, na Idade Média, consistiram, basicamente, de jardins internos de escala reduzida (HARDT; HARDT, 2006; LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Espaços livres públicos, em especial áreas verdes, começaram a aflorar nas cidades europeias e americanas somente a partir do século XVI, uma vez que se tratava de uma forma de consolidação da estrutura urbanística em paralelo ao surgimento da ciência moderna e de uma nova vertente de apreciação da paisagem à luz da reorganização das relações entre homem e natureza. Pode-se afirmar, então, que, ao longo da história, o papel que os espaços livres desempenharam nos tecidos urbanizados é consequência das necessidades peculiares de cada época, bem como reflexo dos costumes sociais (SEGAWA, 1996).

Após as transformações geradas a partir da década de 1970, tornou-se premente a compreensão dos diversos aspectos socioambientais do espaço urbano para o planejamento e a gestão das cidades brasileiras. Assim, tem-se a explicação do aumento dos debates técnicos e científicos acerca dos temas relativos à qualidade ambiental, com destaque da vegetação intraurbana frente ao seu importante papel na melhoria das condições dos ambientes urbanizados (BARGOS; MATIAS, 2011).

Kliass e Magnoli (2006) definem espaços livres como locais não edificados, independente de seu uso e, quando possuem significativa cobertura vegetal, passam a ser chamados de áreas verdes (HARDT; HARDT; DUARTE, 2009). Assim, pode-se afirmar que o primeiro termo é mais abrangente que o segundo.

Lima et al. (1994) reforçam que o conceito de espaço livre é, de fato, o mais amplo, integrando os demais e contrapondo-se ao ambiente construído das áreas urbanizadas. Porém, carece de integração ao uso, à escala e à função.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as áreas verdes estão inseridas nos espaços livres, mas nem todo espaço livre é área verde.

Vale lembrar que ambos os tipos podem ser públicos ou privados, sendo que estes se distinguem daqueles por não permitirem o acesso livre da população (GUZZO et al., 2006). Cavalheiro e Del Picchia (1992) consideram-nos locais ao ar livre, independente do uso. Segundo os autores, desempenham papel ecológico e são socialmente integradores.

As diferentes conceituações nas definições dos termos “área verde”, “área livre”, “espaço livre”, “arborização urbana”, “área de lazer”, entre outros, tem-se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma linguagem única, que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações (LIMA et al., 1994, p.540).

Os espaços podem ser livres tanto de edificação (ruas, praças, largos, parques e quintais, por exemplo) quanto de urbanização (áreas rurais com ou sem construções, normalmente esparsas e em pequeno número). Na maioria das vezes, são constituídos, nas cidades, por áreas pavimentadas e não por ambientes vegetados, sendo condicionados pelas formas de propriedade e pelos decorrentes parcelamentos do solo (MACEDO, 1999).

Tominaga (2006) atesta que os espaços livres públicos das grandes cidades são mais arborizados e bem conservados em áreas de interesse das classes mais favorecidas e, por conseguinte, mal mantidos, ou até mesmo inexistentes, nas periferias mais pobres.

Projetos de espaços livres públicos estão associados ao contexto urbano em que se inserem e, em qualquer escala, exigem a mesma atenção em sua implementação (MACEDO, 1999). A importância da sua valorização reside justamente na oportunidade de se criar o senso de “bem comunitário”, gerando o entendimento de que pertence e é acessível a todos; como tal, amplia o reconhecimento de que a totalidade dos indivíduos compartilha um mundo comum (ARENDDT, 2007). No entendimento de Preto (2009), dirigir políticas públicas sobre espaços livres exige elevado grau de conhecimento local e afetivo do território, avaliando cada possibilidade de uso e apropriação de maneira ímpar.

Queiroga (2011) complementa que os espaços livres de uso comum na cidade estão em constante transformação e adequação às novas demandas e pressões sociais. Por decorrência, o melhor atendimento às solicitações cotidianas depende da disponibilidade de recursos financeiros e, sobretudo, das decisões políticas a respeito da sua qualificação.

Retomando as considerações de Kliass e Magnoli (2006), o significado dos espaços livres transcende sua capacidade de auxiliar no equilíbrio ambiental. Além de eliminar toxinas, equilibrar as camadas de ar poluído e permitir a abertura de áreas de luz e sol, podem constituir bens públicos que promovem o reencontro do homem com a natureza, compreendendo palcos onde se desenvolvem atividades urbanas em variadas escalas.

Preto (2009) defende que a análise da escala local, na qual se estabelecem as relações cotidianas e de identificação afetiva com o lugar, é fundamental para a compreensão dos espaços livres. Já na visão de Matos (2010), o ordenamento desses locais, quando de domínio público, é fundamental para o aumento da qualidade de vida urbana.

A mera existência de espaços livres públicos destinados à recreação não significa a sua automática apropriação pela população, pois várias dessas áreas permanecem desocupadas, esvaziadas ou baldias por longo tempo (PRETO, 2009).

Muitas questões relativas a esses espaços resultam, entre outros fatores, da modificação das práticas humanas e da legislação urbanística. A diferenciação entre exterior e interior, coletivo e individual, público e privado, é alterada pela fragmentação social e funcional dos bairros e pelo surgimento de novas centralidades, de inovadores elementos sociais e de diferenciadas formas de comunicação, bem como pela utilização disseminada do transporte individual (MATOS, 2010).

Por sua natureza, espaços livres públicos são mais abertos e sua função primordial, que os distingue dos privados, é o acesso facilitado, na medida em que todos podem utilizá-los com os mesmos direitos. Sua essência, porém, diz respeito à maneira como são apropriados pelos atores sociais, podendo sua forma favorecer ou inibir sua frequência. Seu uso, além das funções relacionadas a características dos indivíduos, como gênero, idade, classe social etc., também incorpora aspectos subjetivos: motivações, aspirações e valores pessoais. Assim, entende-se que a dimensão simbólica é fortalecida, fazendo com que sejam utilizados também em função de sua imagem, qualidade e conforto (MATOS, 2010).

Como já comentado, nem todo espaço livre é aberto ao público de forma irrestrita. Gomes e Chiesa (2006, p.150) citam que há "normas, atritos e restrições ao uso dos espaços, de acordo com a presença de grupos sociais, dos usos consentidos e das formas de apropriação de tais locais".

Os espaços livres vegetados são componentes importantes para o ecossistema urbano, mas seu potencial ecológico, recreativo, estético e econômico somente será explorado a contento se houver planejamento adequado (BUCCHERI FILHO, 2010), inclusive de forma sistêmica.

O sistema de espaços livres de uso público de uma cidade é composto pelo conjunto de suas áreas livres, vegetadas ou não, estando relacionados à experiência e ao aprendizado dos habitantes locais acerca de seu território ao longo do tempo (GOMES; CHIESA, 2006).

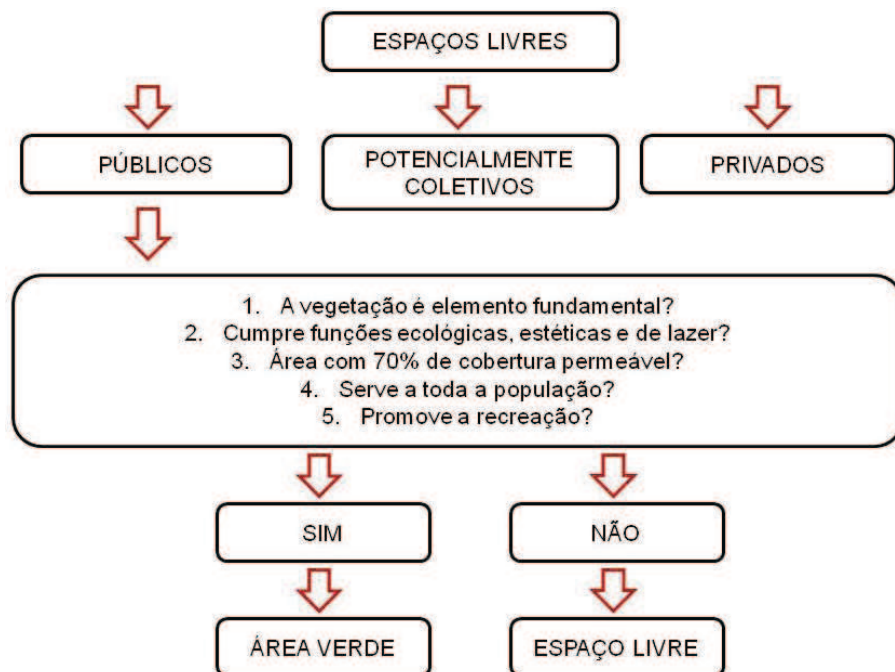
Sistemas eficientes têm por atribuição evitar a degradação ambiental e, conseqüentemente, o comprometimento da sua própria evolução e equilíbrio. Além disso, sistemas equilibrados agem sobre relações sociais, estimulando encontros e aumentando possibilidades de trocas. Mais do que um conjunto de espaços distintos em escala, usos e funções, são estruturas em que os componentes se organizam de maneira hierarquizada (GOMES; CHIESA, 2006).

Ainda que não tenha sido planejado sob premissas claras desde sua origem, a evolução do sistema pode assumir determinados objetivos e/ou reformulá-los, conforme se desenvolve o processo de urbanização e a percepção da população sobre a relação natureza/sociedade/cidade. Para isso, é determinante que as pessoas possam perceber e refletir sobre a trajetória dessa relação, ampliando seu conhecimento sobre as dinâmicas de transformação do território e da paisagem, assim como sobre as artes, os saberes e os processos tecnológicos que permitem seu desenvolvimento (GOMES; CHIESA, 2006, p.151).

Como já citado, as áreas verdes públicas fazem parte da categoria de espaços livres e, além das funções tradicionais de lazer e convivência social, produzem resultados higiênicos e profiláticos contra a degradação ambiental das cidades.

Já Cavalheiro e Del Picchia (1992) propõem que os espaços livres sejam, preliminarmente, classificados conforme sua tipologia, ou seja, se são particulares, potencialmente coletivos ou públicos e, na sequência, divididos de acordo com categorias como, por exemplo, praças, parques, jardins e áreas de arborização urbana (BARGOS; MATIAS, 2011) (Figura 2).

Figura 2: Organograma de classificação dos espaços livres



Fonte: Elaborada com base em Bargas e Matias (2011).

Matos (2010, p.22) afirma que os espaços livres públicos apresentam duas tipologias espaciais básicas:

- a) de circuitos – “percursos urbanos” que permitem a mobilidade de pessoas e veículos, podendo ser exclusivos para cada um desses usuários
- b) de permanência – definidos como de estímulo a ações e comportamentos espontâneos, como passear, jogar, descansar e encontrar pessoas, entre outros.

Orth e Cunha (2000) afirmam que o uso dos espaços livres públicos está atrelado às suas funções, sejam as propostas originalmente ou as vinculadas às atuais necessidades dos cidadãos. Assim, é possível que alguns condicionados a certa finalidade pelos responsáveis pela política urbana local tenham, na prática, utilizações diversas daquelas propostas de antemão.

De qualquer maneira, às áreas verdes podem ser relacionados importantes benefícios à qualidade ambiental e de vida dos cidadãos (SANTOS; HARDT, 2013), conforme abordagem adiante exposta.

3.2.1 Áreas verdes

Até a Revolução Industrial, as áreas verdes tinham função representativa para autoridades e elite, em um período em que quase todas as cidades eram pequenas e, portanto, não havia a necessidade de sua reserva além dos limites fortificados. Assim, o que existia intramuros eram algumas praças e largos com vegetação, normalmente localizados em frente a igrejas, onde a população se reunia em ocasiões festivas (LIMA et al., 1994). Por outro lado, no período contemporâneo, tem-se atribuído às áreas verdes um importante papel para melhoria da qualidade climática e paisagística do ambiente urbano (PRETO, 2009).

Hardt (2000) define áreas verdes como espaços livres, públicos ou privados, com características predominantemente naturais, independente do porte ou origem da vegetação.

Para Geiser et al. (1975)², p.30 apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992), áreas verdes são: “áreas com vegetação fazendo parte dos equipamentos urbanos, parques, jardins [...] bosques, praças de esportes, playgrounds, balneários, *campings* e margens de rios e lagos”.

Toledo e Santos (2011) consideram que são espaços destinados à preservação ambiental, à implantação de vegetação ou ao lazer, com papel fundamental na qualidade de vida da população. Guzzo et al. (2006) também as entendem da mesma forma, classificando-as em públicas ou privadas, associadas ao lazer ou não. Pode-se afirmar, então, que constituem um tipo especial de espaço livre urbano em que o solo não permeabilizado e a vegetação são elementos estruturantes.

² Ver consideração dos autores em:
GEISER, R. Áreas verdes nas grandes cidades. In: Congresso Nacional de Botânica, XXVI, Rio de Janeiro, 1975. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Paisagismo – SBP; Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP, 1975. s.p.

Os mesmos autores dão continuidade à argumentação ao comentar sobre a existência de espaços não vegetados ou construídos espacialmente para abrigar equipamentos de lazer que são comumente encontrados em parques, praças e jardins comunitários e, de fato, são espaços livres de uso público. Não podem, todavia, ser considerados áreas verdes, as quais, na visão dos autores, necessitam de pelo menos 70% de seu espaço composto por cobertura vegetal com solo permeável.

Oliveira (1996, p.17) afirma que, para ser completo, o conceito de áreas verdes precisa descrever suas estruturas e, sobretudo, enfatizar sua importância em termos de funções (ecológica, estética, social e econômica), propondo a seguinte definição:

áreas permeáveis [...], públicas ou não, [...] que apresentem funções potenciais capazes de proporcionar um microclima distinto no meio urbano em relação à luminosidade, temperatura e outros parâmetros associados ao bem-estar humano (funções de lazer); com significado ecológico em termos de estabilidade geomorfológica e amenização da poluição e que suporte uma fauna urbana (funções ecológicas); representando também elementos esteticamente marcantes na paisagem (função estética), independentemente da acessibilidade a grupos humanos ou da existência de estruturas culturais como edificações, trilhas, iluminação elétrica, arruamento ou equipamentos afins.

Na visão de Bargos e Matias (2011), áreas verdes constituem uma categoria de espaço livre urbano, público ou não, composta por vegetação e com solo livre de edificações ou coberturas, sendo permeável em pelo menos 70% da sua extensão e exercendo minimamente suas funções ecológicas, estéticas e recreativas.

As áreas verdes [públicas] não são necessariamente voltadas para a recreação e o lazer, objetivos básicos dos espaços livres [públicos], porém devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé) (MAZZEI et al., 2007, p.39).

Bargos e Matias (2011) comentam que, face à diversidade de conceitos acerca do termo “áreas verdes”, torna-se cada vez mais desafiadora a elaboração de diretrizes de planejamento urbano que evitem maior declínio da qualidade de vida nas cidades e atendam às necessidades de uma sociedade que, cada vez mais, vive em ambientes artificializados. Faz-se necessário, portanto, padronizar minimamente o conceito, sem, contudo, deixar de considerar as especificidades de cada lugar.

Por sua vez, Hardt (2000, p.14) as tipifica em:

- a) públicas, sujeitas a enfoque mais técnico da administração municipal, comportando tanto os espaços verdes com funções relacionadas ao lazer e à recreação (e.g.: parques, praças), à conservação ambiental (e.g.: áreas de preservação permanente, unidades de conservação) ou especiais (e.g.: cemitérios-parque), quanto a arborização de ruas;
- b) privadas, subordinadas a enfoque mais político e legal (devido à inacessibilidade pública e à facilidade de supressão da cobertura vegetal), enquadrando espaços verdes voltados ao lazer (e.g.: jardins, quintais), à conservação ambiental (e.g.: áreas de preservação permanente, unidades de conservação) ou a funções especiais (e.g.: cemitérios-parque).

As áreas verdes podem trazer diversos benefícios para a cidade, tais como controle da poluição atmosférica e sonora; melhoria do conforto ambiental; estabilização do solo (em virtude da presença das raízes das plantas); redução do escoamento superficial das águas das chuvas; proteção de nascentes e mananciais; organização e composição dos espaços sociais; valorização visual dos ambientes voltados ao convívio da sociedade; aumento da oferta de áreas para recreação e diversificação da paisagem construída, entre outros (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992; HARDT, 1994; LIMA et al., 1994; OLIVEIRA, 1996; TOLEDO; SANTOS, 2011). Hardt (1994; 2000) amplia essas funções, citando, além das anteriores, a amenização climática; o controle da poluição hídrica, o aperfeiçoamento do conforto visual; a ampliação da biodiversidade; a recomposição de habitats florísticos e faunísticos; a melhoria das condições de conforto visual e de eficiência de sistemas de infraestrutura (a exemplo da drenagem urbana) e de serviços sociais (como educação e lazer); e as possibilidades de conservação de energia, de redução do estresse e de valorização imobiliária, entre várias outras.

Bargos e Matias (2011) classificam as funções das áreas verdes em:

- a) social – vinculada às opções de lazer que oferecem à população. Os autores atentam para a necessidade de hierarquização de tais espaços;
- b) ecológica – na medida em que atuam no provimento de melhorias ambientais e climáticas, resultando no bem-estar dos habitantes das suas cercanias;
- c) estética – uma vez que promovem a diversificação da paisagem urbana e embelezam a cidade;
- d) educativa – visto que possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, inclusive de cunho ambiental;

- e) psicológica – pois permitem a realização de atividades antiestresse e de relaxamento.

Oliveira (1996) lembra que o estilo de vida urbano, tendente ao sedentarismo, e a estrutura cultural das cidades aumentam a demanda por áreas verdes e espaços voltados à recreação.

O conhecimento da localização e da classificação das áreas verdes no espaço urbano é de fundamental importância para que os gestores públicos possam direcionar suas ações para o seu controle, manutenção e ampliação, determinando, inclusive, seus adequados raios de influência sobre seu entorno (BARGOS; MATIAS, 2011).

Oliveira (1996) define a distância máxima a ser percorrida ou o tempo limite gasto no percurso que se espera que uma pessoa caminhe, a partir do seu local de moradia, até o espaço em questão. De acordo com o autor, a vantagem da aplicação desta técnica é que, quanto maior a quantidade de áreas verdes, maior o número de regiões de influência e, conseqüentemente, maior a resolução espacial dos modelos aplicados. Por outro lado, sua desvantagem reside na consideração de somente uma área verde de forma isolada, ou seja, não há análise tanto dos sistemas desses espaços quanto a possibilidade de desfrute pelos cidadãos de outros locais similares na cidade ou, até mesmo, em seu bairro, que não os mais próximos de sua residência.

Em suma, as áreas verdes constituem importantes indicadores de qualidade ambiental e precisam ser adequadamente consideradas no processo de planejamento urbano, suprindo as necessidades da sociedade. Por esse motivo, e por constituírem o objeto principal deste estudo, faz-se necessária a abordagem detalhada de praças e das principais questões a elas relacionadas.

3.2.2 Praças

De maneira ampla, as praças podem ser definidas como espaços públicos urbanos, geralmente livres de edificações, que promovam o convívio social ou o desenvolvimento de atividades recreativas para seus usuários (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009).

Ampliando essa definição, Macedo e Robba (2002) acrescentam que devem ser acessíveis a todos os cidadãos e livres da circulação de veículos, definidas pela malha urbana formal e inferiores à extensão de três quarteirões consecutivos.

Macedo (1999) também comenta que são destinadas exclusivamente ao pedestre, uma vez que as ruas recebem volume crescente de tráfego em consequência direta das políticas públicas que priorizam o veículo individual, em detrimento do transporte público de massa.

Em tempos remotos, eram um importante símbolo de liberdade e poder, na medida em que a ágora ateniense era o lugar onde cada cidadão podia expressar sua própria opinião e o fórum romano era o palco dos atos políticos. No Brasil, desde o início da sua colonização, a presença desses espaços foi marcante, na medida em que as praças e os largos eram o ponto focal de concentração da população e ao seu redor estavam localizados os mais apurados exemplares arquitetônicos da época (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Até meados do século XVIII, as praças eram, em geral, restritas ao entorno dos palácios, os quais nem sempre estavam inseridos na malha urbana, ou relacionadas à existência de mercados populares e outros estabelecimentos comerciais, ou ainda situadas junto a igrejas e catedrais (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009).

Lima (2005) destaca que, em muitas cidades medievais europeias, constituíam o local do teatro, torneios e jogos populares. As ruas que convergiam para as praças, paulatinamente passavam a ter vocação comercial e, conseqüentemente, maior concentração de pessoas. Rapidamente, esses espaços se transformaram em locais públicos de vivência coletiva.

Com o passar do tempo, o poderio do urbano se expandiu sem controle e o prazer de viver em coletividade foi praticamente extinto. As praças foram, então, banalizadas e relegadas ao esquecimento, ou reduzidas a diminutos oásis de vegetação. Em outros casos, tiveram suas funções primordiais alteradas, passando a constituir território de desocupados, palco de criminalidade ou área de prostituição, a ponto de inibir o usufruto desses espaços pelos cidadãos (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

É importante destacar que as praças possuem diversas características relacionadas à morfologia e às funções sociais. Ainda que muitas delas tenham se modificado e se adequado às novas necessidades do cotidiano das cidades contemporâneas, seguem como o mais emblemático espaço de confluência social (ANJOS et al., 2013).

Para Dizeró (2006), além de serem locais de convívio por excelência, são também repletos de simbologia, associando o real, o imaginário, a ação, a concentração e a dispersão, além de constituírem marcos arquitetônicos. Comumente, são também palco de transformações históricas e socioculturais. Assim, a possibilidade de contato interpessoal que oferecem permite que se estabeleçam ações fundamentais no âmbito social e potencializa a noção de identidade urbana que espaços de lazer privados dificilmente seriam capazes de proporcionar.

Em relação aos espaços públicos de lazer, Rechia e Tschoke (2006) consideram legítimos os espaços voltados à sociabilidade, cuja característica mais interessante é justamente o seu potencial de se tornarem lugares de encontro por meio do cruzamento e da combinação de usos variados.

Espacialmente, a praça é definida pela vegetação, por elementos construídos ou apenas por esses últimos. Nesse sentido, Macedo e Robba (2002) a dividem em quatro tipologias distintas:

- a) jardim – onde a vegetação, o contato com o ambiente natural e a circulação são prioridades;
- b) seca – desprovida de cobertura vegetal significativa, suportando intensa circulação de pedestres. O espaço é delimitado pelo conjunto arquitetônico do entorno imediato e são as relações volumétricas entre cheios e vazios que estabelecem a escala humana;
- c) azul – onde a água tem papel de destaque;
- d) amarela – praias em geral.

A vegetação presente nas praças atua diretamente no conforto ambiental e, dentre suas vantagens, destacam-se: melhoria microclimática, em função da interceptação da radiação solar; diminuição da velocidade dos ventos e aumento da umidade do ar; retenção de partículas poluidoras; barreira acústica e proteção contra o ofuscamento das luzes. Entretanto, os benefícios não estão restritos à presença

vegetal e aos aspectos ambientais, conforme apontam Viero e Barbosa Filho (2009), pois também influenciam positivamente as condições psicológicas de seus usuários.

Além de valores ambientais, Macedo e Robba (2002) atribuem às praças outros de ordem funcional, na medida em que são importantes opções de lazer urbano e servem como locais de realização de encontros sociais e de representação de atributos estéticos e simbólicos, considerando que são importantes objetos referenciais e cênicos da paisagem e exercem papel de destaque na identidade de uma cidade, rua ou bairro.

Na concepção de Costa (1993³ apud CUNHA; ORTH, 2000), as praças e áreas de lazer públicas apresentam as seguintes funções:

- a) circulação – quando compreendem passagens entre pontos significativos da cidade;
- b) amenização – quando apresentam vegetação contrastante com seu entorno, podendo ter influência no clima local. Esse não é um critério ambiental apenas no sentido climático ou de saneamento, mas também paisagístico, pois esses espaços quebram o ritmo da volumetria das edificações e da trama das ruas;
- c) recreação – quando oferecem equipamentos específicos de lazer, como parques infantis ou quadras para jogos e prática de esportes, entre outros;
- d) embelezamento – quando abrigam elementos que agregam valor estético ao entorno, ou ainda quando oferecem atrativos paisagísticos artificiais ou propiciam o contato com as belezas naturais do entorno.

Bartalini (1986) acrescenta as seguintes funções:

- a) cívica – quando são cenários para manifestações públicas, que podem ser políticas, populares, militares ou religiosas, por exemplo;
- b) referencial e simbólica – quando passam a ser referência local ou são dotadas de significado especial de apropriação por parte do usuário ou dos habitantes da cidade.

³

Ver consideração do autor em:
COSTA, M. L. Urbanismo e paisagismo na concepção de praças. In: Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente (ENEMA), 4º, Cuiabá, 1993. **Anais...** Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS/UFMT, 1993. p.241-249.

As praças e demais tipologias de espaços livres públicos não podem ser consideradas como meros produtos do desenho urbano, visto que os fenômenos físicos não agem isoladamente como agentes históricos. Faz-se imperativa, então, a compreensão das relações mutantes entre a morfologia propriamente dita, a estrutura social e os espaços livres públicos, na medida em que a representação da cidade não escapa da visão que seus moradores têm do seu próprio espaço (LIMA, 2005).

Nesse âmbito, não podem ser ignoradas as considerações de Jacobs (2011), que já nos anos 1960 advertia para o perigo representado pelas áreas livres urbanas esquecidas e com baixas taxas de frequência. Sua crítica ferrenha era direcionada ao urbanismo moderno, que tentava eliminar o ambiente público da rua ao criar vazios amorfos chamados de “espaços verdes”, praticamente inutilizados pelos residentes do entorno. Conforme a autora, quando a população não se apropria de locais como praças, jardins e parques urbanos, delinquentes e consumidores de drogas o fazem. Sugere, então, o retorno da via tradicional como meio de socialização, onde todos se conhecem, as edificações estão mais próximas das divisas e o “olho da rua” é o principal instrumento de controle sobre as áreas comunitárias. A multifuncionalidade de usos e a integração das funções sociais, econômicas, de moradia, de trabalho, de lazer e de cultura são elementos fundamentais ao equilíbrio dos espaços públicos (JACOBS, 2011).

Lima (2005) complementa as ideias de Jacobs, afirmando que, atualmente, nota-se o esvaziamento do convívio em praças e demais espaços abertos, o que contribui para o aumento dos seus índices de violência e de periculosidade. Além disso, o descaso da administração pública e a insuficiência de resolução das questões sociais também corroboram para a criação de zonas perigosas nas metrópoles e para o esvaziamento de áreas originalmente pensadas para a convivência da sociedade.

Por outro lado, com a adequação dos espaços abertos e com o monitoramento das atividades de recreação e lazer, podem ser reduzidos os riscos aos quais a população urbana está sujeita. A compreensão dos conceitos e demais questões envolvendo tais riscos é fundamental para embasar futuras ações no intuito de minimizar seus efeitos deletérios sobre os espaços livres públicos e, conseqüentemente, sobre toda a população.

Especificamente sobre as praças periféricas de Curitiba, Rechia e Tschoke (2006, p.276) afirmam que:

O modelo dos espaços públicos de lazer de Curitiba pode ser considerado “sucesso” se analisado somente na região central, porém em relação à gestão na periferia da cidade, parece ser um fracasso. Faz-se muito pouco em relação à manutenção e limpeza, e também em relação à educação para os usos desses espaços no tempo de lazer, o que contribui para a ausência de apropriação. Emergem ainda como limites que dificultam, e até mesmo impedem, a apropriação por parte das crianças [...]: o sentimento de insegurança da comunidade, a violência, o próprio vazio dos espaços, a raridade de ações no âmbito do esporte e lazer, a ausência dos pais no cotidiano infantil, assim como questões relacionadas à gestão e à administração dos espaços. [...]. Percebe-se que as crianças não frequentam esses espaços, portanto não se constituem como espaços de lazer vivenciados, com sentidos e significados para a comunidade local.

No que se refere aos espaços públicos de lazer em Curitiba de maneira geral, Rechia (2003) avalia que, embora seu planejamento seja de grande importância, deve estar relacionado a políticas públicas que efetivamente atendam às necessidades dos cidadãos.

Apesar disso, a autora comenta que, embora Curitiba ainda seja por muitos considerada cidade modelo em termos ecológicos, “demonstra as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de progresso urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contradição à precariedade de outras” (RECHIA, 2003, p.88). Essas condições ampliam o potencial de riscos de diversas ordens.

3.3 RISCOS

Nota-se uma extensa variedade de termos para caracterizar risco, o que torna o seu estudo excessivamente fragmentado. Se, por um lado, cientistas sociais têm avançado significativamente no seu entendimento como uma característica importante da sociedade contemporânea, por outro lado, estudiosos o têm utilizado como argumento no desenvolvimento de políticas públicas. A problemática reside na profusão de traduções e de entendimentos acerca dos termos “risco, perigo, acidente, desastre, crise e catástrofe”, entre outros, sem que haja consenso acerca de suas definições (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2004).

Com a publicação intitulada “Sociedade de Risco” (com versão original de 1986 em alemão), Ulrich Beck passou a ser um dos principais teóricos a tratar do assunto. Em sua visão, a palavra “risco” não deve estar associada a previsões

apocalípticas, mas a um componente decisório. Então, é algo a que se é submetido corriqueiramente, representando o perigo inerente a algo que se decide enfrentar. O argumento central de Beck (2011) é que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens de consumo, foi suplantada pela sociedade de risco, na qual a distribuição desses problemas não acompanha as diferenças socioeconômicas. O desenvolvimento tecnológico e científico dos tempos modernos não é mais capaz de prever e controlar os riscos – ecológicos, genéticos, nucleares, químicos e econômicos – que contribuiu para criar e que têm graves e desconhecidas consequências para o homem e para o meio. O conceito elaborado pelo autor se funde com o de globalização, na medida em que são democráticos, afetando nações e classes sociais sem distinção.

Apesar de Beck (2011) considerar que algumas pessoas ou regiões são mais afetadas que outras pelos riscos ambientais e tecnológicos, em sua obra não consta a análise da integração entre pobreza e ameaças de graves consequências, bem como a maneira pela qual são potencializados por sistemas estatais de controle e fiscalização deficientes.

Complementares e interferentes, Beck (2011) considera a existência de três tipos de riscos globais:

- a) relacionados à destruição ambiental, oriunda do desenvolvimento industrial;
- b) diretamente vinculados à pobreza e aos problemas habitacionais;
- c) decorrentes de armas de destruição em massa, que são agravados quando vinculados ao fundamentalismo e ao terrorismo.

O próprio autor enfatiza que a principal contribuição de sua teoria consiste na demonstração de que distintas sociedades podem enfrentar, simultaneamente, os mesmos desafios impostos pela modernidade, mas através de filtros culturais diferentes.

Também importante é a obra da geógrafa francesa Yvette Veyret (2013, p.11), que afirma que risco é um objeto social definido como:

a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal.

Como consequência, configura a percepção de uma potencial crise, acidente ou catástrofe. Não é, portanto, o acontecimento catastrófico propriamente dito. Para a autora, é comum haver confusão entre termos, tomando um conceito pelo outro (Quadro 2). Mas, enquanto a crise e a catástrofe devem ser geridas na urgência, o gerenciamento dos riscos é preventivo e exige integração às decisões de políticas públicas de organização dos territórios e às práticas econômicas.

Quadro 2: Definições de risco à catástrofe e suas interpretações correlatas

TERMOS	CONCEITOS
Risco	Percepção de um perigo possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido a ele exposto
Álea ou <i>hazard</i>	Acontecimento possível e sua probabilidade de realização, podendo ser um processo natural, tecnológico, social ou econômico
Perigo	Consequências objetivas de uma álea sobre um indivíduo ou um grupo, sobre a organização do território ou sobre o ambiente, podendo ser associado especificamente a riscos tecnológicos
Vulnerabilidade	Magnitude do impacto previsível de uma álea sobre os alvos, ou seja, medição dos impactos danosos do acontecimento sobre os alvos afetados, podendo ser humana, socioeconômica e ambiental
Crise	Realização concreta de uma álea cuja amplitude excede a capacidade de gestão espontânea da sociedade que sofre o evento
Catástrofe	Definida em função da amplitude das perdas causadas às pessoas e aos bens

Fonte: Elaborado com base em Veyret e De Richemond (2013).

Veyret (2013) defende que um processo potencialmente perigoso pode ser definido como risco para as populações afetadas quando é previsível, seja porque a álea emite sinais prévios à sua real ocorrência, seja em razão da repetição, permitindo o estabelecimento de uma frequência. Portanto, acontecimentos imprevisíveis e excepcionais não podem ser incluídos nas políticas de prevenção de riscos e devem, na verdade, ser geridos como crise.

Por outro lado, Veyret (2013) afirma que os riscos são poderosas alavancas para a ação e, como tal, devem estar integrados às práticas de gestão em diferentes escalas, inclusive global, como também defende Beck (2011). Assim, não são mais uma questão interna de um só país, mas parte integrante da reflexão sobre o desenvolvimento sustentável em nível planetário.

A capacidade de resposta institucional, por outro lado, varia de acordo com o município, estado ou país, e nem sempre se mostra adequada ao risco ou à crise em questão. A inexistência de recursos técnicos, a ineficácia dos modelos e a

falta de competência dos gestores, aliadas às dificuldades de aporte financeiro, muitas vezes constituem aspectos relevantes a serem considerados. Assim, a capacidade de resposta de um sistema complexo (uma cidade, por exemplo) de reagir adequadamente ao risco e de se restabelecer após uma catástrofe também é levada em consideração ao se determinar o grau de vulnerabilidade (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

A governança dessas questões é amparada em três elementos: precaução, prevenção e indenização, sendo a última baseada na ideia de que todo dano pode ser reparado e compensado em termos financeiros, fazendo com que, frequentemente, o risco se torne aceitável e decresça o empenho para sua prevenção (VEYRET, 2013).

Na visão de Veyret e De Richemond (2013), o risco não pode ser dissociado da política, na medida em que gerir os recursos equivale, em parte, a construir cenários futuros que vêm acompanhados de certa dose de ameaças calculáveis e avaliáveis.

Em se tratando da sua categorização, Veyret e De Richemond (2013, p.63) afirmam que existem inúmeros critérios, como: ambientais, industriais, tecnológicos, econômicos, geopolíticos e sociais. Aqui, no entanto, interessam aqueles cuja percepção e gestão são acompanhadas de uma dimensão espacial, tendo em mente que diferentes fatores interagem uns com os outros, de maneira que alguns riscos pertencem, simultaneamente, a mais de uma tipologia.

Os ambientais resultam da combinação entre os naturais e os derivados de processos da natureza agravados pela ação humana e pelo padrão de ocupação do território. Os primeiros resultam de processos puramente físicos, pressentidos, percebidos e suportados por um indivíduo ou grupo social. Escapam à intervenção humana e a única maneira de considerá-los é pela previsão meteorológica precisa, pois compreendem ciclones, tempestades, erupções vulcânicas e terremotos, entre outros fenômenos. Dentre aqueles agravados pela ação do homem, as autoras destacam: incêndios urbanos e florestais; poluição do ar, da água e dos solos; e contaminação resultante dos meios de transporte, entre outros.

Dagnino e Carpi Jr. (2007) classificam os riscos em:

- a) sociais – são a maioria e são divididos em endógenos (elementos naturais e ameaças externas) e exógenos (produtos das sociedades e administrações). Os autores afirmam preferir o termo “fatores de vulnerabilidade social”, mais coerente com a noção de que a suscetibilidade da sociedade é condicionada pela capacidade de defesa ou resposta da população frente aos riscos;
- b) ambientais – englobam os demais, considerando que as situações de risco não estão desligadas do ambiente (natural ou construído);
- c) antropogênicos – originados a partir da condição humana de ser social (cultura) e econômico;
- d) naturais – que não podem ser atribuídos ou relacionados à ação humana;
- e) tecnológicos – relacionados aos processos de produção (recursos, técnicas, equipamentos, maquinário,...) e de trabalho (relações entre empregados e empregadores).

Além de discorrer sobre seus múltiplos conceitos, Dagnino e Carpi Jr. (2007) entendem risco como a probabilidade de que um evento – esperado ou não – se torne realidade. Como consequência, a ideia de que algo possa vir a ocorrer já o configura, mas também compreende uma oportunidade, na medida em que a crise traz consigo uma perspectiva de mudança. Portanto, apresenta-se em situações ou áreas em que existe a probabilidade, susceptibilidade, vulnerabilidade, acaso ou azar de ocorrer algum tipo de ameaça, perigo, problema, impacto ou desastre. Assim, a interpretação sobre a possibilidade de algo ser definido como risco deve ser composta pela experiência e honestidade individual do pesquisador, aliada à memória coletiva daqueles que já vivenciaram algo semelhante.

Pinto et al. (2007) trabalham, basicamente, com duas classificações de riscos: construídos e produtivos. Enquanto os primeiros se relacionam às transformações espaciais estabelecidas sobre o espaço natural e à ocupação socioeconômica que geram impactos ao ambiente, os últimos estão diretamente ligados às atividades produtivas, econômicas ou não.

De acordo com Thouret (2013), a avaliação e a gestão dos riscos constituem um problema importante para as áreas urbanas de países em desenvolvimento, uma vez que as populações, fluxos, trocas e, também, os agentes

patogênicos estão concentrados em uma região relativamente restrita. Além disso, são inerentes ao sistema urbano, na medida em que os efeitos da densidade de ocupação, os resultados da concentração populacional, os problemas da mobilidade dos cidadãos e os impactos da falta de planejamento das políticas de urbanização levam à interação da cidade com os agentes destruidores do sistema.

Sob a ótica desse autor, a pobreza constitui um triplo fator de risco, uma vez que força os cidadãos a viverem em zonas mais precárias, domina o cotidiano daqueles que não têm tempo nem recursos econômicos para a implementação de medidas de preservação ambiental e força o desflorestamento e a expansão para atendimento às necessidades básicas da população.

A maior parte dos riscos é percebida como tendo efeitos negativos sobre o grupo social ou indivíduo afetado, os quais são traduzidos em perda de bens, doença ou, até mesmo, morte. Suas relações com saúde devem fazer parte da reflexão central sobre o tema. Em muitas cidades de países em desenvolvimento, a expansão urbana descontrolada, aliada à gestão ineficiente dos recursos, fornece clássicos exemplos da relação entre risco e saúde, materializados em epidemias de doenças infectocontagiosas (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

Já a relação entre risco para a saúde e substâncias psicoativas é relativamente recente e engloba três aspectos fundamentais: comportamentais (partilha de seringas), sanitários (morte por overdose, contaminação pelo *human immunodeficiency virus* – HIV, ou seja, vírus da imunodeficiência humana, hepatites etc.) e sociais (marginalização e condição profissional) (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

Além da profusão de conceitos e entendimentos, a palavra risco é, frequentemente, confundida com a noção de vulnerabilidade, tornando necessário o estabelecimento das diferenças entre ambos, especialmente a partir da definição deste último.

3.3.1 Vulnerabilidade

Rebelo (2003) reitera que existe desordem entre termos utilizados para tratar de risco e vulnerabilidade. Enquanto determinados autores seguem a ideia de *álea*, alguns preferem a de *hazards*, e outros mais defendem a utilização do vocábulo “perigo” para tratar de ameaças.

Porém, há um ponto comum:

Independentemente das palavras utilizadas, está, na prática, aceite, por quase todos os que se dedicam a este tipo de estudos, que o risco é, então, o somatório de algo que nada tem a ver com a vontade do homem (aleatório, acaso, casualidade ou periculosidade), com algo que resulta da presença direta ou indireta do homem, ou seja, a vulnerabilidade (REBELO, 2003, p.252).

Conforme descrito anteriormente, a vulnerabilidade pode ser compreendida como a magnitude dos impactos previsíveis de uma álea sobre os alvos. Mede, portanto, as interferências danosas do acontecimento sobre as áreas afetadas e, de acordo com Veyret e De Richemond (2013), podem ser de ordem natural ou antrópica.

As mesmas autoras comentam sobre a existência de outras maneiras de retratá-la, podendo ser definida também como a determinação dos danos máximos em função de distintas variáveis, como, por exemplo, diversos usos do solo e tipos de construção. Neste caso, se houver inundação, uma residência de dois pavimentos não apresenta o mesmo grau de vulnerabilidade que uma habitação térrea, inteiramente exposta à álea. Assim, é fundamental o estabelecimento de níveis de vulnerabilidade que determinem limites para o uso e ocupação do solo.

Também não pode ser definida com simples índices técnicos ou científicos, na medida em que engloba aspectos físicos, ambientais, econômicos, sociais, políticos e psicológicos. Retornando ao exemplo das inundações, o limite máximo atingido pelas águas não é suficiente para distinguir a vulnerabilidade desigual dos lugares atingidos (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

Pode-se, então, considerar que estar vulnerável significa também estar fisicamente exposto a uma álea (natural ou não) e não ter acesso aos meios disponíveis para enfrentar a crise. Consequentemente, reduzir a vulnerabilidade não consiste em diminuir a frequência da incerteza, o que muitas vezes é sequer possível, mas em minimizar os possíveis efeitos das adversidades por meio do conhecimento dos processos e da implementação de adequados dispositivos de resposta (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

Veillard-Baron (2013) afirma que a vulnerabilidade, ao contrário do risco, independe diretamente da distância entre a coletividade e a origem do perigo, uma vez que está relacionada a critérios de morfologia social aplicáveis a grupos sociais organizados, como habitantes de uma mesma cidade, moradores de um bairro ou veranistas de um balneário, por exemplo. Esses critérios morfológicos podem ser:

densidade populacional, atividades econômicas dos adultos, taxa de desemprego dos jovens e qualidade da moradia, entre outros. Desse modo, cada pessoa ou grupo social estaria vulnerável a riscos específicos que dependem de sua própria morfologia.

A intensidade da vulnerabilidade varia em função de desigualdades sociais produtoras de riscos, que se manifestam a médio e longo prazo. Quando a catástrofe atinge os grupos sociais, as populações mais afetadas são justamente aquelas com menor condição de mobilidade e com nível de vida mais precário (VIEILLARD-BARON, 2103).

Cunha et al. (2003) apontam para a possibilidade de divisão de um espaço em zonas de vulnerabilidade, possibilitando, assim, a identificação de carências ou vantagens específicas que deem maior poder de resposta às dificuldades que o espaço desigual impõe aos seus habitantes.

Para Dagnino e Carpi Jr. (2007), a identificação de vulnerabilidades permite a compreensão das carências de uma comunidade, uma vez que a abordagem pode se dar em distintas escalas ou a partir de temas diferentes.

Os autores supracitados trazem a ideia de que a intensidade do risco (alta, média ou baixa) depende da combinação entre nível de ameaça e grau de vulnerabilidade. Mesmo que ambos sejam baixos, o risco está sempre presente e cresce à medida que os índices das variáveis também aumentam. Para exemplificar esta afirmação, propõem uma reflexão sobre as cheias dos rios, em que a ameaça, neste caso, é representada por períodos chuvosos. A vulnerabilidade, de outra maneira, está relacionada à presença de residências nas planícies de inundação ou áreas sujeitas ao fenômeno.

Deschamps (2004, p.82) pontua que a vulnerabilidade está diretamente relacionada à:

capacidade de resposta e ajustes frente às condições adversas do meio, ou seja, a capacidade que as famílias têm de mobilizar ativos, escassos ou não, para enfrentar as adversidades. As famílias ou pessoas com pouco capital humano, com ativos produtivos escassos, com carências no plano da informação e das habilidades sociais básicas, com falta de relações pessoais e com pouca capacidade para manejar seus recursos, estão em condições de vulnerabilidade diante de qualquer mudança ocorrida em seu entorno imediato.

Soma-se a essa colocação, a noção de vulnerabilidade socioambiental, apresentada por Hogan et al. (2001), que traz à tona a associação da abordagem socioeconômica a dados que evidenciam a distribuição desproporcional dos bens e

serviços, bem como as desigualdades socioespaciais. O mapeamento das vulnerabilidades pode auxiliar na identificação de fragilidades a que o ambiente e, conseqüentemente, determinada população estão sujeitos.

Acseirad (2006) alerta que a caracterização objetiva da condição de vulnerabilidade, interpretada como relação, é dificultada por se considerar a vulnerabilização como um processo, relacionado a contextos político-institucionais e sociais. Ao tratar da relação de vulnerabilidade, argumenta que é uma noção relativa, por estar normalmente associada à exposição ao risco e à maior ou menor suscetibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas.

Diversos fatores contribuem para o grau de exposição ao risco e para a probabilidade de chances de proteção contra seus efeitos, podendo ser objetivos (mobilidade espacial, influência nos processos decisórios, condição socioeconômica etc.) e subjetivos, visto que há diferentes concepções do que é ou não tolerável. A condição de vulnerabilidade, portanto, é socialmente construída e definida a partir de um ponto de vista, normalmente pelo Estado ou por movimentos sociais que denunciam no espaço público a intolerância a determinadas condições existenciais (ACSELRAD, 2006). No âmbito do presente trabalho, essas questões ganham destaque em consonância a riscos interativos ao ambiente e à sociedade.

3.3.2 Risco socioambiental

Áreas urbanas diferentes apresentam impactos ambientais distintos em tipos, intensidades e efeitos nocivos, como, por exemplo: incremento da temperatura; aumento do escoamento superficial da água da chuva; diminuição da umidade relativa do ar e do solo; redução de espécies nativas e ampliação de indivíduos exóticos e invasores de flora e fauna; acréscimo do dióxido de carbono na atmosfera; elevação dos níveis dos mares; e contaminação por despejos indevidos de dejetos no solo e cursos d'água, entre outros (BRYANT, 2006). Muitas dessas consequências negativas são resultantes da ausência de planejamento sistemático que considere, em detalhes, as necessidades da área específica e, conseqüentemente, são decorrentes da negligência em relação à estruturação de espaços livres vegetados (BUCCHERI FILHO, 2012).

Veyret e De Richemond (2013) separam o risco social do ambiental no contexto das cidades, argumentando que aquele geralmente remete à segregação e à fragmentação urbana, relacionando-se, portanto, com a insegurança, cuja dimensão mais visível está ligada a agressões e outras incivildades comumente relacionadas aos jovens.

A insegurança resulta de um sentimento de desigualdade ligado à ruptura dos elos sociais que por muito tempo foram estabelecidos mediante ajudas específicas ligadas às políticas locais. Ela também está associada a situações econômicas precárias, ao desemprego e, a esse título, fornece um exemplo de impacto de risco econômico (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013, p.73).

Para Mendonça (2004), a abordagem da problemática ambiental agrega questões de ordem social. Não se trata, necessariamente, de concorrência, mas de complementaridade, pois, quando os problemas ambientais afloram, torna-se muito difícil excluir suas repercussões sociais. Assim, riscos e impactos de fenômenos naturais se dão muito mais fortemente sobre a população mais pobre, com menor acesso às tecnologias de prevenção e mitigação.

Dagnino e Carpi Jr. (2007) consideram que a definição de risco ambiental mais adequada é formada por uma fusão das noções aceitas popularmente, em que se une a percepção das pessoas com os conceitos já estabelecidos na literatura sobre o tema. Assim, abre-se espaço para a aplicação e adaptação dos conceitos conforme as características de cada pesquisa ou dos objetivos pedagógicos de cada atividade, bem como para o seu emprego de acordo com a área estudada e a população envolvida.

De acordo com Vieillard-Baron (2013, p.276), a expressão “risco social” reúne duas noções, cujas definições são mal determinadas e, por isso, pode ser interpretada equivocadamente. A primeira é de ordem exógena, ou seja, relacionada aos elementos naturais e ameaças externas capazes de afetar as sociedades humanas, como inundações, terremotos, secas, epidemias e guerras. A segunda é de âmbito endógeno, compreendida como produto da sociedade, geralmente associado ao crescimento urbano, à industrialização e à densidade excessiva. Pode, ainda, estar relacionada à uma administração pública ineficiente.

Além disso, não existe teoria do risco social que permita conceituar a associação desses dois termos e precisar sua significação de maneira racional. Tal fato permite classificar como social a maior parte das ameaças, uma vez que as causas e as consequências humanas são intrínsecas à sua noção. Todo

acontecimento provocado por uma sociedade ou que a afete diretamente está relacionado a riscos específicos que podem ser qualificados como sociais. Assim, pode-se apontar a sua existência quando a vida em comunidade estiver sujeita a uma série de adversidades claramente identificáveis, ou seja, quando a harmonia coletiva estiver ameaçada (VIEILLARD-BARON, 2013).

De qualquer forma, a busca pelas origens dos riscos sociais pode se mostrar incômoda, uma vez que a superpopulação, a proximidade de modos culturais antagônicos, o urbanismo medíocre e a má qualidade das construções, por exemplo, estimulados pelas políticas públicas equivocadas, pela desatenção dos gestores, pela corrupção dos envolvidos, pela ausência dos serviços públicos básicos e de qualidade, e pela insegurança dos cidadãos, contribuem para dividir as cidades em bairros segregados (VIEILLARD-BARON, 2013).

Dagnino e Carpi Jr. (2007) priorizam a expressão “risco ambiental”, pois entendem que situações de insegurança não estão desligadas do que ocorre em seu entorno, seja no ambiente natural ou no meio construído. Nesse contexto, o termo passa a ser sinótico, sem que as demais tipologias de ameaças sejam esquecidas ou menosprezadas.

Contudo, amplia-se aqui o conceito tradicional de risco enquanto fenômeno antropogênico (HARDT, 2012), sendo necessário abordar ameaças a que estão expostos determinados grupos sociais, em especial crianças e adolescentes, que constituem um dos focos principais deste estudo.

3.3.3 Vulnerabilidade de crianças e adolescentes

A violência urbana tem atingido índices alarmantes, tornando-se parte do cotidiano dos habitantes das grandes cidades. Praças, ruas e outros espaços livres foram transformados em alvo de ações criminosas, levando os cidadãos a um constante estado de temor. Nesse cenário, crianças, adolescentes e jovens ora são vítimas, enquanto população vulnerável, ora agressores. Não se pode deixar de considerar que o problema da prática criminosa por esse estrato populacional é complexo e demanda a análise de fatores socioeconômicos, políticos e normativos (SOCAL et al., 2003). Da mesma maneira, é importante a colocação de Sierra e Mesquita (2006) de que vulneráveis também são aqueles que perderam o direito de usufruir das funções básicas da cidade ou têm seu direito ameaçado.

Segundo descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal Nº 8.069, de 18 de julho de 1990 – BRASIL, 1990), considera-se criança qualquer indivíduo com até doze anos incompletos, e adolescente aqueles com idade entre doze e dezoito anos.

De acordo com Abramovay et al. (2002a), crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são aqueles que sofrem as consequências negativas das desigualdades sociais, da pobreza, dos vínculos familiares e afetivos frágeis ou inexistentes, da falta de acesso à educação de qualidade, da entrada precoce no mercado de trabalho e da exploração do trabalho infantil; enfim, da falta de recursos materiais e emocionais mínimos para uma vida de dignidade.

Para terem seus direitos atendidos, crianças e adolescentes dependem dos adultos cumprirem seus deveres. Esta condição lança à família, ao Estado e à sociedade a responsabilidade por sua formação. Por outro lado, a partir do ECA, não são mais apenas vítimas dos problemas sociais, mas passam a ser responsabilizados pelos seus atos segundo normas específicas. O aumento da autonomia dos adolescentes tem como algumas de suas consequências a restrição a privilégios e a intolerância com atos infracionais. Assim, projetos sociais diversos visam impedir que entrem em conflito com a lei (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Abramovay et al. (2002b) afirmam que o ECA foi um importante ponto de partida para a política com foco em crianças e adolescentes, que passaram a ser vistos como cidadãos e, conseqüentemente, como detentores de direitos. Foi a partir da promulgação dessa lei que expressões como “delinquente” e “criminoso” passaram a não ser mais aceitas para designar indivíduos menores de idade que cometem algum tipo de crime ou delito. Passou-se, então, a utilizar o conceito de “ato infracional” para referência às transgressões cometidas por crianças e adolescentes e o termo “infrator” para descrever a sua situação legal. Nesse sentido:

a infração é entendida como uma situação transitória na vida do jovem, que passa a ser julgado pelas transgressões tipificadas no Código Penal, sendo passível de medidas socioeducativas de acordo com a gravidade do ato e de suas condições para cumpri-la. Com isso, a nova lei passou não só a ratificar os conteúdos da Declaração Universal dos Direitos Humanos como também a reconhecer e consagrar a criança e adolescente como indivíduos sujeitos de direitos (ABRAMOVAY et al., 2002b, p.156).

A vulnerabilidade social desse estrato da população tem estreita relação com a atual configuração do papel do Estado, que transformou as políticas sociais em ações de pontuais, emergenciais e compensatórias (TELLES et al., 2011). Sierra

e Mesquita (2006) argumentam que o conceito está relacionado à ideia de fragilidade e de dependência de caráter econômico, social, afetivo e intelectual, alertando que sua maior perversidade se manifesta justamente sobre crianças e adolescentes mais carentes.

Oliva e Kauchakje (2009) esclarecem que se pode verificar se o Estado prioriza ou não a criança e o adolescente na destinação orçamentária por meio da análise dos programas e ações governamentais descritos nos planos inerentes à administração pública, especialmente no âmbito municipal. A avaliação criteriosa de tais informações é essencial para que a sociedade civil possa fiscalizar e resguardar os direitos desse grupo.

Na visão de Telles et al. (2011), o papel do Estado na destinação de aporte financeiro em ações voltadas à proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade é fundamental para que essas ações adquiram caráter mais formal e, portanto, institucionalizado.

Para a compreensão da vida na infância e na adolescência, é necessário um olhar apurado sobre o contexto em que seus relacionamentos se desenvolvem, bem como sobre os riscos a que estão expostos esses indivíduos. É notória a existência de relação direta entre a sua qualidade de vida e os aspectos qualitativos de sua rede social, ou seja, o conjunto de pessoas com as quais interagem regularmente e com as quais estabelecem interações representativas (PEREIRA, 2010).

Redes sociais confiáveis geram saúde, ao mesmo tempo em que deficientes ou deterioradas aumentam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, bem como a sua exposição a riscos. Por outro lado, o envolvimento nessas situações também colabora para o decréscimo da qualidade de vida. Assim, quando um indivíduo desse grupo passa a dar sinais de envolvimento com drogas ou a cometer atos infracionais, ocorre ruptura ou estagnação no seu processo de desenvolvimento, com desequilíbrio das suas relações familiares (PEREIRA, 2010).

Em se tratando especificamente do processo de construção das redes sociais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, percebe-se que as causas da exclusão não são meramente socioeconômicas, mas também identitárias, resultantes da busca desses indivíduos por posicionamento e afirmação de sua singularidade e, ao mesmo tempo, por unidade da sua identidade (PEREIRA; SUDBRACK, 2008).

Casos mais sérios de vulnerabilidade e violação de direitos ocorrem dentro de casa, pois é comum que a criança e o adolescente sejam menos protegidos onde são menos visíveis. Deve-se, portanto, valorizar não apenas a qualidade dos relacionamentos, mas também as condições dos espaços públicos que fazem parte da infância e da memória afetiva dos indivíduos (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Entre os fatores de vulnerabilidades das crianças e adolescentes, destacam-se riscos inerentes:

- a) à dinâmica familiar – problemas relacionados, por exemplo, ao alcoolismo e aos conflitos entre casais, transformando a criança ou o adolescente em testemunha de ofensas e agressões; ou seja, toda forma de violência doméstica, traumas psicológicos, abusos sexuais e carências afetivas;
- b) ao lugar de moradia – precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, indisponibilidade dos espaços destinados ao lazer, inadequadas relações de vizinhança, proximidade à localização de pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas etc.;
- c) a formas de repressão – essencialmente a policial em relação às atividades do tráfico de drogas e à violência urbana;
- d) ao trabalho – abusos praticados por profissionais de instituições relacionadas à infância e à adolescência, encobertos por uma estratégia de funcionamento de exclusão da participação social;
- e) à saúde – ausência de trabalho de prevenção e precariedade de acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- f) ao trabalho infantil – exploração até pela própria família, por meio de atividades na informalidade;
- g) à exploração da prostituição infantil – necessidade de ganhos em dinheiro por parte de famílias pobres;
- h) à própria criança ou adolescente – personalidade e comportamento mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce e das práticas do roubo e do furto (SIERRA; MESQUITA, 2006).

De acordo com Telles et al. (2011), os fatores de risco incidentes sobre a vida desses indivíduos ultrapassam a questão da exclusão social, envolvendo, também, os relacionamentos interpessoais nos âmbitos público e privado, fazendo com que as intervenções sobre as situações e fatores de vulnerabilidade devam ser mais abrangentes, focadas não apenas na condição socioeconômica, mas também nas formas de socialização e de produção de signos.

Se, por um lado, a qualidade da infância e da juventude depende da relação do indivíduo com sua família, por outro, está profundamente marcada pelo lugar de moradia, pela vizinhança e pelos serviços aos quais tem acesso, não remetendo apenas a um tempo específico na vida de crianças e adolescentes, mas também a um lugar e, conseqüentemente, a um sentido de pertencimento. Esses locais compreendem a região onde se morava e onde estavam localizados os espaços de referência, como a escola, a rua, a praça e o clube, uma vez que cada ambiente comporta distintas formas de relacionamento e de comportamento, as quais variam para cada pessoa (SIERRA; MESQUITA, 2006).

O entendimento sobre a noção de vulnerabilidade amplia a compreensão sobre problemas sociais, uma vez que reconhece que os desequilíbrios vivenciados por indivíduos, grupos e comunidades envolvem não apenas necessidades materiais, mas também simbólicas; quando não atendidas em sua totalidade, passam a ser de responsabilidade do Estado e, por conseguinte, da sociedade como um todo. Conseqüentemente, a escassez de recursos materiais acentua a condição de vulnerabilidade (ABRAMOVAY et al., 2002a).

Sumariamente, a relação entre vulnerabilidade e direitos para crianças e adolescentes expressa menos a ideia de fragilidade e dependência do que a intenção de criação de condições para a sua superação, com base no exercício de uma cidadania especial, que compreende uma concepção mais complexa de bem-estar.

Os problemas decorrentes do uso, da dependência e do tráfico de substâncias psicoativas constituem um dos principais fatores de vulnerabilidade do grupo social composto por crianças e adolescentes (CAUDURO, 2010; DIMENSTEIN, 2000; LESCHER et al., 2004); por esta razão, faz-se necessário o aprofundamento teórico desta questão.

3.3.4 Adolescentes, crianças e substâncias psicoativas

O consumo e o tráfico de drogas configuram fenômenos presentes na vida de adolescentes e, até mesmo, de crianças. Embora não possam ser considerados exclusivamente urbanos, sua percepção no meio rural é significativamente menor. Outro dado importante é que, geralmente, o uso de substâncias psicoativas é mais percebido pela juventude do que o tráfico em si (CARA; GAUTO, 2009).

Apesar de não ser um fenômeno recente na história da humanidade, o uso dessas substâncias foi intensificado dramaticamente a partir do final do século XX e atualmente está atrelado a fatores como fuga da realidade, busca por prazer e, especialmente, envolvimento com o tráfico (BEZERRA, 2004).

Segundo definição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1993), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento. Utiliza-se o termo “droga” de forma coloquial para designar as substâncias psicoativas, ou seja, aquelas que têm atuação direta sobre o sistema nervoso central, causando alterações cognitivas e fisiológicas no organismo (NICASTRI, 2000). Informações da OMS (1993) ainda definem como “droga de abuso” aquela que age nos mecanismos de gratificação do cérebro, acarretando efeitos estimulantes, euforizantes, tranquilizantes e alucinógenos (BEZERRA, 2004).

De qualquer forma, a questão do uso abusivo de substâncias psicoativas é um fenômeno que não pode ser compreendido sem a avaliação do universo relacional dos usuários (PEREIRA; SUDBRACK, 2008).

De maneira geral, as drogas são classificadas em lícitas e ilícitas. Enquanto as primeiras têm seu uso legalizado no território brasileiro, como os casos do álcool, tabaco e psicofármacos, as segundas têm sua utilização e comercialização proibidas por lei. As drogas ilícitas mais difundidas são maconha, cocaína e *crack* (NICASTRI, 2000; BEZERRA, 2004).

Em termos gerais, as drogas são classificadas em três grupos básicos, de acordo com seus efeitos (NICASTRI, 2000):

- a) depressoras – incluem uma vasta gama de substâncias que, apesar de quimicamente diferentes entre si, apresentam, como ponto comum, a capacidade de causar diminuição na atividade global ou sistêmica do cérebro. Como consequência, ocorre redução da atividade motora e da ansiedade, sendo comum o aumento da sonolência após um efeito inicial de euforia. A capacidade de concentração e os reflexos também são reduzidos. As principais drogas depressoras são: álcool, barbitúricos, inalantes e opiáceos;
- b) estimulantes – estão incluídas nesse grupo as substâncias capazes de aumentar a atividade de determinados sistemas neurais, acarretando um estado de alerta extremo, com aceleração psíquica e cardíaca, insônia, elevação da pressão arterial e, em casos extremos, alucinações e convulsões. Com o consumo de doses elevadas, esses efeitos são acentuados. O tempo prolongado, além do vício, pode levar à tolerância. As principais drogas estimulantes são: cocaína, anfetaminas e tabaco;
- c) perturbadoras – seu efeito principal consiste em provocar alterações no funcionamento cerebral resultantes em anomalias psíquicas, como delírios e alucinações, razão pela qual também são chamadas de drogas alucinógenas. O uso contínuo interfere na memória e na capacidade de aprendizagem, podendo levar a uma síndrome amotivacional, em que o indivíduo perde a vontade de realizar quaisquer atividades. As principais drogas perturbadoras do sistema nervoso central são: maconha, *lysergsäurediethylamid* (LSD – dietilamida do ácido lisérgico), *extasy* e anticolinérgicos.

Nicastro (2000) ressalta que nem todas as substâncias psicoativas são capazes de provocar dependência e algumas, inclusive, podem ser utilizadas como auxiliares no tratamento de algumas doenças, com efeitos benéficos e medicamentosos.

Socal et al. (2003) comentam que o uso abusivo de substâncias psicoativas representa um grave problema de saúde pública na atualidade, na medida em que afeta não apenas o usuário, mas também sua família e a sociedade

em que está inserido. Sudbrack e Carreteiro (2001) complementam que o estudo de questões que têm um viés social forte, como é o caso da dependência de substâncias psicoativas e da prática de atos infracionais na infância e na adolescência, não pode negligenciar o contexto local e as diferentes situações de manifestação dessa problemática.

Mosimann (2000) elenca os seguintes danos oriundos do uso abusivo de drogas:

- a) físicos – doenças diversas (estomacais, hepáticas e dos sistemas circulatório, respiratório, nervoso e imunológico), além de acidentes de trabalho;
- b) psíquicos – transtornos em geral (psicóticos, de humor, neuróticos, de personalidade e comportamentais), além de distúrbios do sono;
- c) sociais – desestruturação familiar, violência, negligência, diminuição do rendimento escolar, perda de produtividade laboral, acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e perda precoce de vidas.

O mesmo autor afirma que o consumo de drogas na sociedade brasileira é reflexo, principalmente, da inexistência de políticas públicas integradas para enfrentamento do problema, uma vez que os órgãos governamentais muitas vezes atuam de forma isolada e raramente transformam suas propostas em ações práticas e efetivas.

Pereira e Sudbrack (2008) utilizam o termo “drogadição” para designar um conjunto de relações e comportamentos, uma vez que a avaliação do comportamento individual ou do estado provocado pela droga não é suficiente para a adequada compreensão do problema. Mais do que a dependência do produto em si, é necessário o combate às dependências relacionais.

Constata-se que a iniciação às drogas tem ocorrido cada vez mais cedo, ainda na infância, fase na qual os filhos mais dependem, social e emocionalmente, de seus pais e do núcleo familiar para a formação de seus hábitos e identidade. Neste ponto, a criança diferencia-se do adolescente, que já alcançou maior grau de autonomia em relação aos seus genitores e já vivenciou a maior parte dos processos de formação do indivíduo (ZAGURY, 2011).

Bezerra (2004) aponta a presença dos problemas familiares como causadores ou influenciadores do uso de drogas por crianças e adolescentes, embora não se possa deixar de considerar fatores externos como indutores na

experimentação de substâncias psicoativas, tais como curiosidade, influência de amigos e situação de tráfico, em que vários tipos são oferecidos no intuito de propiciar rápido processo de vício.

O estudo de Baus et al. (2002) reitera a influência da família na iniciação do uso de substâncias psicoativas, evidenciando que o consumo da maconha e do tabaco por adolescentes é associado à separação dos pais, à moradia com outras pessoas e ao desajuste familiar na primeira infância como precedentes ao surgimento do vício.

Há que se ter em mente que a droga apresenta uma fase inicial de encantamento, atraindo o adolescente por prazer, facilitando suas relações interpessoais, abrindo espaço em novas redes sociais e incitando o desejo por situações de risco. Em um segundo momento, porém, os efeitos desagradáveis são revelados, causando sofrimento e descontrole, fazendo com que o usuário passe do uso racional esporádico ao frequente e abusivo. Por fim, em um terceiro estágio, o jovem passa a se relacionar com as drogas tão intensamente que não mais está apto a manter suas atividades cotidianas sem que esteja sob o efeito dessas substâncias. É nesta fase, segundo Pereira e Sudbrack (2008), que se instala a relação de dependência.

Ao analisar a questão da codependência, as mesmas autoras propõem diferentes instâncias de dependência relacional:

- a) dos efeitos, pelas características citadas;
- b) das relações afetivas, partindo-se do pressuposto de que, dentro da rede social do usuário, existe pelo menos mais um indivíduo dependente de drogas;
- c) dos fornecedores, correspondendo a pessoas implicadas no sistema de distribuição das drogas;
- d) dos provedores, ou seja, dos relacionamentos com pessoas que fornecem ao usuário, direta ou indiretamente, o recurso financeiro para a compra da substância;
- e) dos pares, compreendendo a rede de parceiros envolvidos no intercâmbio de informações ou no compartilhamento do uso;
- f) das crenças, com dependência da convicção comum de que as substâncias psicoativas podem auxiliar o indivíduo a se restabelecer diante de suas dificuldades pessoais e relacionais.

Não se pode perder de vista que a juventude está diretamente ligada à formação da identidade, bem como à afirmação pessoal e à busca por pertencimento. O envolvimento com substâncias psicoativas, a prática de atos ilícitos e a violência aparecem como recursos à construção e preservação da autoimagem, pois ser violento ou estar envolvido com a criminalidade é também uma forma de alcançar *status* social. De acordo com Cara e Gauto (2009), a violência enquanto afirmação de identidade necessita de uma plateia, uma vez que comunica por meio do rompimento das regras, quem é o indivíduo e o lugar que deseja ocupar.

Na concepção de Pereira e Sudbrack (2008), confluyente com as ideias de Pereira (2010), citadas anteriormente, a compreensão das crianças e adolescentes no contexto de suas relações interpessoais leva diretamente às suas redes sociais, ou seja, família, amigos, escola, trabalho e comunidade como um todo, uma vez que é por meio dessas estruturas que esses indivíduos constroem seu universo relacional e sua autoimagem, reconhecendo-se, conseqüentemente, como cidadãos. O conceito de rede social, portanto, remete a um contínuo processo de construção individual e coletiva.

Por meio da análise de resultados de pesquisa científica, Bezerra (2004) afirma ser comum, no âmbito do tráfico de drogas, o incentivo ao uso por parte de crianças, justamente os indivíduos que têm reduzidas condições de autodefesa. Tal fato se dá em função de dois motivos principais. O primeiro diz respeito a problemas com a legalidade, na medida em que traficantes costumam usar esses menores como “aviãozinhos”, ou seja, transportadores de drogas entre o fornecedor e o consumidor. Neste caso, se surpreendidas com o porte de drogas ilícitas, a sanção máxima será o seu encaminhamento aos órgãos competentes e a sua subordinação a medidas de orientação e apoio familiar, além da inserção em programas de atendimento e outras ações propostas pelo ECA. No caso dos adolescentes, há a submissão a medidas socioeducativas, que também incluem a internação. Em tais circunstâncias, especialmente os menores se tornam alvos livres da polícia e, portanto, estratégicas para o avanço e operacionalização do tráfico de drogas.

O segundo motivo é o estímulo ao consumo a ponto de causar a dependência química. Considerando que crianças são indivíduos cujos organismos ainda se encontram em desenvolvimento, são mais suscetíveis à dependência, mesmo se expostas à droga por período mais curto de tempo. Assim, traficantes, em primeiro lugar, oferecem a substância de forma gratuita; quando a criança passa a

buscá-la sistematicamente, iniciam seus serviços como “aviãozinho” para poder sustentar seu vício (BEZERRA, 2004).

A capacidade de resistência à violência e ao envolvimento com as drogas depende diretamente do suporte que os jovens têm no núcleo familiar e na própria comunidade, uma vez que o acolhimento e a proteção têm papel fundamental nessas situações (CARA; GAUTO, 2009).

Em linhas gerais, constata-se que as políticas públicas voltadas aos jovens para enfrentamento dos problemas relacionados ao consumo e ao tráfico de substâncias psicoativas devem ultrapassar as fronteiras dos índices de criminalidade, comprovando a necessidade de maior reconhecimento das demandas desses indivíduos no tocante à segurança, ao mesmo tempo em que é premente a adoção de uma agenda de garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como atores sociais dinâmicos e, como tal, detentores de direitos (CARA; GAUTO, 2009).

De acordo com Oliva (2008), os municípios são os responsáveis pela maior parte das ações públicas em prol de crianças e adolescentes, em obediência ao princípio de descentralização político-administrativa estabelecido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ainda assim, a autora comenta que Estados e União não estão isentos de contribuição com ações paralelas dos administradores públicos em conjunto com a sociedade civil, conforme o modelo de democracia participativa.

A desigualdade social no Brasil prejudica, de maneira especial, os socialmente excluídos, ou seja, os indivíduos que não têm plenas condições de se defender e que se encontram em condições peculiares de desenvolvimento. Crianças e adolescentes são enquadrados nesse perfil, na medida em que não apresentam condições similares às de um adulto para reivindicar seus direitos e para lutar por sua cidadania. Nesse sentido, Oliva (2008) afirma que a distribuição desigual de renda, a situação de risco e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, bem como a inexistência de políticas públicas voltadas a tais indivíduos, contribuem para acentuar a exclusão social.

Correspondendo a estados de privação ou carência, de discriminação, de segregação ou de vulnerabilidade em alguma instância, a exclusão social é associada a um processo de desvinculação socioespacial que impede o indivíduo de exercer a plenitude de sua cidadania (FEIJÓ; ASSIS, 2004). Em se tratando de

jovens, um dos reflexos dessa situação é que a sociedade passa a temê-los, especialmente quando envolvidos com o consumo de substâncias psicoativas e com o crime organizado (RIZZINI, 1993).

Nesse contexto, é fundamental à conclusão deste estudo o entendimento acerca da percepção dos atores sociais que habitam periferias e que estão envolvidos em cenários de vulnerabilidade socioambiental.

3.4 PERCEPÇÃO

Não são raras as áreas do conhecimento que buscam compreender a percepção do homem sobre o ambiente que o rodeia, os processos que influenciam esse entendimento e as respostas decorrentes dos estímulos aos quais é submetido constantemente.

A percepção pode ser compreendida como um processo mental de interação entre indivíduo e ambiente (DEL RIO, 1997) e, como tal, somente pode ocorrer em locais ocupados pelo ser humano. Influenciada por fatores físicos, sociais e econômicos, constitui importante prática para se chegar à compreensão do espaço urbano (FERRARA, 1999).

A percepção como controle da experiência urbana surge como aquela dimensão da linguagem responsável pelo desenvolvimento da capacidade de apreender o cotidiano da cidade e extrair, daí, os elementos capazes de estimular a ação, o comportamento e a intervenção sobre ela. Aprendizado e mudança de comportamento são os fatores que caracterizam apreensão e produção de informação, percepção enfim (FERRARA, 1999, p.107).

Centrado nos mecanismos cognitivos, o processo perceptual acontece, necessariamente, a partir da forma física dos lugares, conforme as distintas abordagens geográficas e arquitetônicas (KOHLSDORF, 1996).

Mesmo nos contatos iniciais entre observador e objeto, os atributos do espaço estão carregados de significados e formam uma totalidade capaz de conduzir o indivíduo à descoberta das leis comportamentais da situação em análise. Nesse sentido, Kohlsdorf (1996) afirma que o mundo jamais demonstra neutralidade.

Conforme relatado por Del Rio (1997), o ser humano se comunica por meio de um processo cognitivo que inclui três fases distintas: percepção (campo das sensações), seleção (campo da memória) e atribuição de significados (campo do raciocínio). A percepção é, acima de tudo, um procedimento seletivo, na medida em que cada indivíduo capta somente aquilo que sua mente o prepara para apreender.

A respeito da apreensão inicial do espaço, Kohlsdorf (1996, p.50) cita que:

no ponto de partida de seu aprendizado, os lugares apresentam-se no que se chama "espaço urbano real": uma totalidade complexa formada por atividades, formas, significados e práticas sociais, que é sensivelmente captável. Nele convivem variáveis incapazes de revelar suas leis essenciais, juntamente com outras, as quais podem conduzir às relações que aparecem, à primeira vista, escamoteadas. Identificar tais informações, como pertencentes a uma ou outra categoria é a primeira atitude de coleta de dados para análise e depende do referencial teórico assumido.

Del Rio (1997), Ferrara (1999) e Lynch (2008) utilizam o termo "percepção ambiental" para designar a tipologia referente ao local e dependente de condições socioculturais do observador, bem como das características físicas, econômicas e de infraestrutura do espaço. Nessa esfera, pode ser considerada uma prática cultural delineada para a melhor compreensão da cidade, baseada nos usos e na imagem física do meio urbanizado.

Burkowski (2013) afirma que a percepção é mais complexa do que o simples ato de receber e interpretar estímulos, visto que podem ocorrer variações no processo de apreensão espacial, devido a fatores inerentes às peculiaridades do ambiente em si e de cada indivíduo.

O estudo da percepção tem como principal propósito a compreensão do espaço analisado para compor o que Del Rio (1997, p.92) chama de "experiência visual", além da identificação da imagem pública e da memória coletiva. A partir da interpretação do que os usuários percebem e com qual intensidade, torna-se possível o estabelecimento de diretrizes para a organização física e ambiental do local.

De acordo com Ferrara (1999), a percepção humana é fundamental para o conhecimento do significado da cidade no cotidiano de seus habitantes, com base não meramente em descrições físicas ou estatísticas, mas nos usos habituais que revelam a maneira pela qual o homem produz significações simbólicas eficientes.

Kohlsdorf (1996) entende que o nível sensorial empírico, ou seja, aquele apoiado em experiências vividas, é definido por atividades cognitivas responsáveis pela formação de noções, as quais, contrariamente aos conceitos, não são resultantes de teorias e métodos científicos. Nesse âmbito, não se pode perder de vista que as noções são frequentemente confirmadas, configurando fundamentos para análises específicas.

Sob essa mesma ótica, Okamoto (2002, p.21) também explora o conceito de realidade empírica, ou seja, “tudo o que existe e pode ser reconhecido através da experiência”, a qual consiste no conhecimento transmitido pelos sentidos e pela consciência. Então, a experiência externa é estabelecida por meio de estímulos do ambiente, ao mesmo tempo em que a interna é formada a partir da consciência. Por consequência, não há como ter o entendimento da realidade de maneira absoluta, mas apenas daquilo que é perceptível.

Inconscientemente, sente-se o ambiente por meio dos estímulos dele recebidos; diante desse fluxo contínuo, são selecionados os aspectos de maior interesse ou que tenham chamado a atenção por algum motivo. Só então, tem-se a percepção (imagem) e a consciência (pensamento ou sentimento), resultando em uma resposta que, finalmente, conduz a um comportamento (OKAMOTO, 2002).

Somente chegam ao observador os estímulos que não encontraram obstáculos em seu trajeto, uma vez que há entre aquele e estes o que Okamoto (2002) chama de filtros, classificados em três tipologias básicas: sensorial, operativo ou fisiológico, e cultural. Este último se mostra particularmente interessante a este trabalho, por considerar que, dependendo da origem familiar ou da formação da cultura de cada indivíduo, a visão da realidade difere, já que seus valores e costumes transformam seu modo de enxergar e interpretar a realidade.

A percepção e a sensação são interdependentes, sendo compreendidas por Kohlsdorf (1996) como um processo de cooperação único de apreensão da realidade. A autora afirma que as sensações são, ao mesmo tempo, responsáveis pelo contato inicial do homem com o mundo ao seu redor e meio de aproximação entre o “real” e o “consciente” (aquilo que é, de fato, percebido). A percepção, então, torna-se capaz de alterar os sinais provenientes dos elementos reais do que a autora chama de “signos”, ou seja, representações da realidade segundo as experiências perceptivas. A apreensão dos lugares se dá por intermédio de sua forma física e, para que sejam analisados conforme as aspirações de seus usuários, devem possibilitar o fluxo de informações das suas características para os indivíduos.

Tuan (2012) explica que as percepções do ser humano estão inseridas em um contexto de experiências pessoais e, nessa ótica, cada indivíduo percebe o mundo simultaneamente por meio de seus sentidos.

Hardt (2004, p.602) defende que a percepção da paisagem é condicionada por dois filtros pessoais principais:

- a) biofísico – determinado pelas condições de visibilidade do observador (intrínsecas: acuidade visual e outras condições sensitivas; extrínsecas: limitações espaciais – posição do observador, condições atmosféricas, iluminação e barreiras visuais; limitações fisiográficas – distância do indivíduo e compartilhamento visual);
- b) condutual – relativo às reações sensitivas, cognitivas (culturais, sociais e econômicas) e psicológicas (emocionais e afetivas), além de outros fatores abstratos.

Os filtros biofísico e condutual estimulam os processos de percepção visual e psíquica da paisagem, respectivamente.

As características dos espaços urbanizados sensíveis à percepção são manifestações externas e visíveis do fenômeno urbano, resultantes de certas questões, em sua maioria, não explícitas. Para que possam ser identificadas, faz-se necessária, então, a compreensão da cidade enquanto fenômeno social, indissociavelmente vinculada às demais instâncias da sociedade (KOHLSDORF, 1996).

A percepção resulta, portanto, da sensação, porém não como uma simples cadeia de seus produtos isolados, mas como nova qualidade do reflexo sensorial. Na percepção do espaço, em que pese a contribuição dos receptores visuais e tátil-cinético, não comparecem apenas essas características do objeto, mas toda sua complexidade, porque entram em ação os demais órgãos sensoriais. A síntese dos estímulos provenientes de todos os receptores, tanto dos sensoriais (sinais primários) quanto dos decodificadores (sinais secundários) ocorre no córtex cerebral (KOHLSDORF, 1996, p.57).

Diante do exposto, pode-se afirmar que o que se olha não é, necessariamente, idêntico ao que se percebe. O processo perceptual obrigatoriamente transforma os sinais em signos; desse modo, o entendimento das características percebidas de certo lugar passa pela seleção de seus atributos.

A relação que se estabelece entre indivíduo, identidade e lugar remete ao que Tuan (2012) chama de “topofilia”, ou seja, os laços afetivos do ser humano com o meio. Essa afetividade varia em intensidade e em forma de expressão, tendo caráter permanente; por se tratar de sentimentos, tem difícil expressão. Quando a topofilia atinge a esfera emocional, o lugar passa a ser o condutor para eventos importantes nesse âmbito ou é percebido de forma emblemática (TUAN, 2012). Portanto, locais com identidade positiva instigam sensações igualmente benéficas; bem como aqueles com identidade negativa trazem à tona apreensões adversas.

A importância do desenvolvimento de trabalhos que tratem da percepção dos espaços urbanos se manifesta claramente nos processos de planejamento e desenho urbano, na medida em que envolvem pesquisadores, técnicos e grupos sociais que efetivamente vivenciam a cidade, e que têm seus modos de conhecimento colocados frente a frente. Ainda que os dois primeiros atores utilizem teorias não pertencentes ao senso comum e desenvolvam análises e projetos com certo rigor profissional e científico, há que se considerar que suas decisões levarão à construção de espaços reais, que serão interpretados e apropriados por seus usuários segundo seu saber empírico. Daí a necessidade de aprimoramento de instrumentos de gestão baseados na democracia e na efetiva participação popular, uma vez que é imprescindível traduzir as análises em propostas de linguagem acessível à população como um todo (KOHLSDORF, 1996).

Por fim, cabe lembrar a consideração de Tarnowski (2007) de que os filtros pessoais citados anteriormente atuam a partir de um espaço visual comum e influenciam a interpretação particular da paisagem que ampara o processo de criação da imagem do objeto observado.

3.4.1 Imagem urbana

Baseada em relações de similaridade entre objeto e observador (DEL RIO, 1997), a imagem urbana é estruturada sob três aspectos fundamentais, os quais devem estar preservados e inteligíveis para que se forme uma concepção adequada do espaço. Embora também sejam retratados por Ferrara (1999) e comentados por Del Rio (1997), tais aspectos surgiram, em primeira instância, com os estudos de Lynch (2008 – originalmente publicados em 1960), consistindo em:

- a) legibilidade – interpretada como a clareza com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente, sendo relacionada às estruturas que orientam a leitura e o reconhecimento de determinado espaço. Refere-se às características visuais da cidade, ou seja, não considera esquemas não-visuais. Lynch (2008) afirma que uma boa imagem ambiental permite uma locomoção mais rápida e confere ao observador um senso de segurança emocional, harmonizando suas relações com o mundo exterior. O autor também destaca a necessidade de riqueza de significado, ao mesmo tempo

em que reconhece o perigo da interferência de uma quantidade excessiva de estímulos na coerência espacial;

- b) estrutura, identidade e significado – são os componentes em que a imagem ambiental pode ser decomposta. De forma integrada, estão relacionados à identificação de uma área, à sua diferenciação com referência a outra e à sua personalidade e individualidade. Lynch (2008) afirma que a estrutura é obrigatória à coerência do todo e à definição das relações internas. Ao mesmo atributo, Ferrara (1999 p.254) dá a denominação de “funcionalidade” e comenta o pioneirismo de Lynch ao apontar a imagem urbana como “ponto de referência que marca os usuários e, a partir de seus esquemas mentais, impede que eles se percam ou se desorientem na cidade”;
- c) imaginabilidade – considerada por Lynch (2008) como a qualidade de um objeto físico que lhe confere alta probabilidade de remeter a uma forte imagem em qualquer observador. Por decorrência, uma cidade de alta imaginabilidade e claramente legível há que ter um caráter expressivo, permanecendo no tempo sem alteração da condição visual básica formada pelo observador. Para definir o mesmo aspecto, Del Rio (1997) prefere utilizar o termo “imageabilidade”, alegando que não se trata de capacidade de imaginação, mas de geração de imagens.

Pode-se afirmar, portanto, que a imagem urbana é essencial à identificação do indivíduo com o ambiente que o rodeia e à sua orientação na cidade. Quando adequada, Lynch (2008) aponta que propicia ao observador sensação de segurança; da mesma forma, quando confusa e desconhecida leva à sua desorientação.

Considerando que “o desenvolvimento da imagem é um processo interativo entre observador e coisa observada” (LYNCH, 2008, p.12), pode-se reforçá-la com artifícios simbólicos e com o reaprendizado de quem a percebe, por meio da reformulação de seu entorno.

Frente ao fato de que cada observador dá ao objeto visível um significado único e particular, a imagem de uma mesma realidade pode variar significativamente, dependendo da percepção individual de cada indivíduo. Para a real compreensão das diferentes imagens de uma mesma cidade, é imperativa a consideração de que cada observador possui uma bagagem única que reflete na percepção por intermédio de variados filtros pessoais, interferindo diretamente nas suas relações com o meio circundante (HARDT, 2000; LYNCH, 2008).

Infere-se, então, que a percepção e a imagem urbana são fatores relevantes para a relação entre o indivíduo e o espaço à sua volta, pois, a partir da formação da identidade e do sentido de lugar, bem como da apropriação espacial, influenciam diretamente na frequência ou no abandono de determinados locais da cidade (TARNOWSKI, 2007).

Por fim, destaca-se que a percepção da imagem urbana pode ser influenciada por diversas condições de riscos e vulnerabilidade, principalmente em espaços livres estruturantes da paisagem da cidade, em especial em áreas periféricas sujeitas a processos de segregação socioespacial.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados adiante e discutidos nesta seção – caracterização da área de estudo e pesquisa de percepção – derivam dos diferentes procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho e respondem aos objetivos específicos descritos anteriormente.

Os resultados obtidos estão relacionados ao conjunto de sete praças selecionadas para o estudo e aos questionários aplicados aos seus usuários e moradores dos entornos imediato e ampliado.

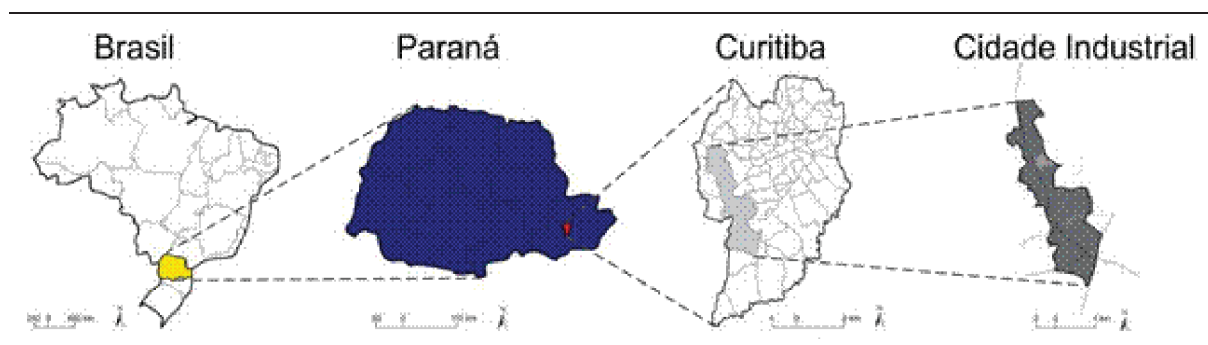
4.1 SELEÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A partir de métodos exploratórios e descritivos, a coleta de dados e da análise das principais características da macrorregião, aqui entendida como a Grande Curitiba, possibilitaram o estabelecimento de diretrizes para a seleção da área específica de estudo.

Como detalhado na seção 2 – Estruturação metodológica, foi feita, preliminarmente, a interpretação geral do município e suas circunvizinhanças, bem como o mapeamento das possíveis regiões de análise. Em um primeiro momento, foram excluídas aquelas sem existência de indicadores de riscos sociais e ambientais, bem como as sem presença de áreas verdes públicas, como parques, bosques e praças, possivelmente esquecidos ou alterados face à perda de suas funções primordiais. Além disso, em decorrência de solicitação da Rede Marista de Solidariedade (RMS), uma das financiadoras da pesquisa central (Paisagem Socializada – HARDT; HARDT, 2012), fez-se necessária a localização da área de estudo selecionada nas proximidades do Centro Educacional Marista da Cidade Industrial de Curitiba (CEM-CIC).

A Figura 3 apresenta a localização da Regional CIC no contexto de Curitiba, do estado e do país.

Figura 3: Mapas de localização da região de estudo – Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) – no país, no estado e no município



Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2014a).

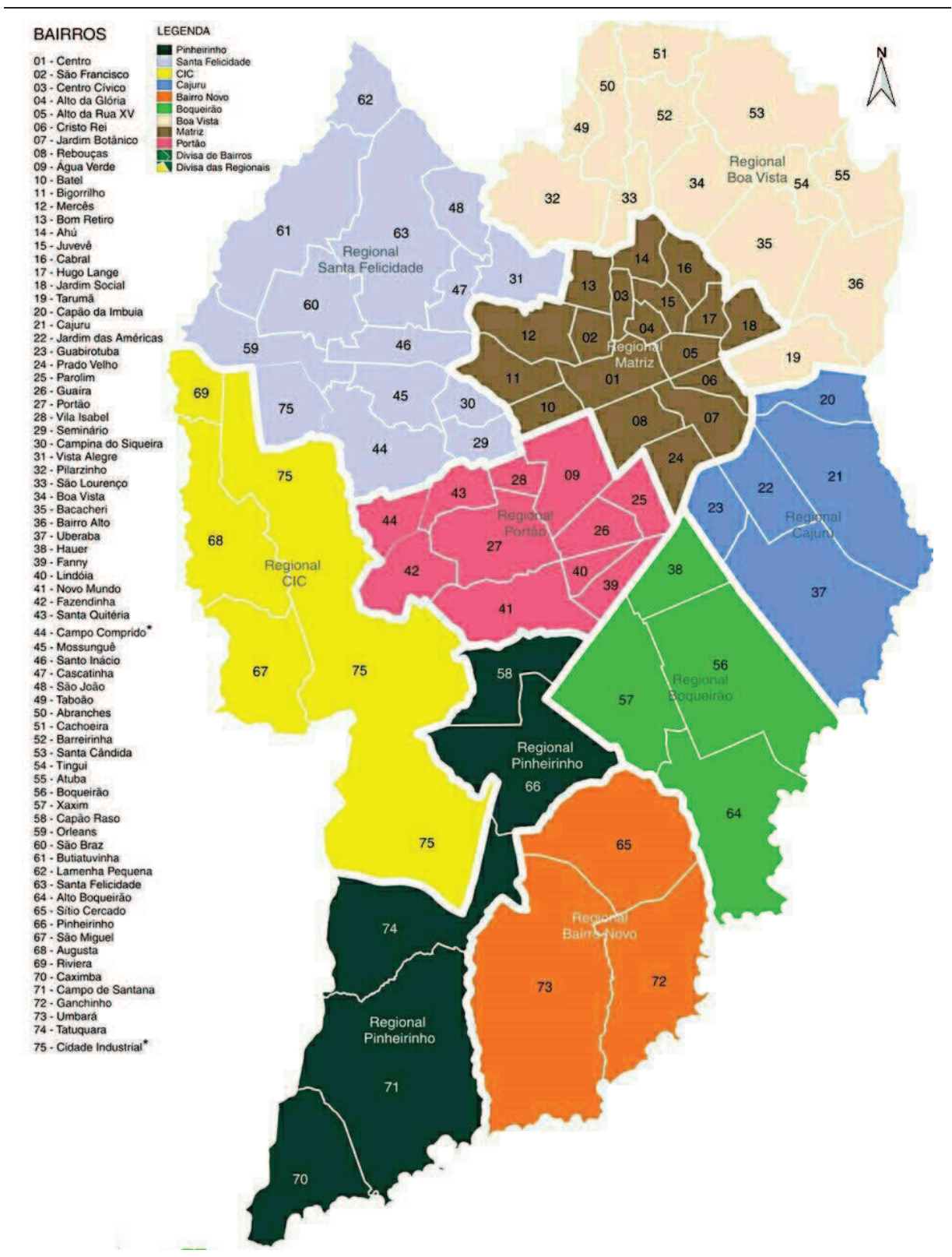
Uma vez definido que a área específica de estudo seria parte integrante da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)⁴ (Figura 4), foram realizadas duas visitas prospectivas *in loco*, nos dias 10 de setembro de 2013 e 04 de outubro do mesmo ano, com o objetivo de buscar informações mais detalhadas sobre a região.

Na ocasião da primeira visita, com o acompanhamento da equipe do CEM-CIC e com o apoio técnico da equipe da Regional CIC da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), foi realizado um percurso de reconhecimento das áreas mais degradadas e com maior risco socioambiental. A segunda visita teve como objetivos principais aprofundar o conhecimento do espaço do CEM-CIC e realizar reunião com a equipe para a obtenção de dados sobre os projetos em andamento e sobre a comunidade local atendida pelo centro.

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP, 2014), a Regional CIC é uma das mais violentas da capital paranaense, liderando as estatísticas de 2014 quanto aos principais crimes envolvendo mortes violentas. Em termos numéricos, somente no bairro Cidade Industrial, principal da Regional, no terceiro trimestre de 2014, ocorreram 63 homicídios dolosos, 2 latrocínios (roubo seguido de morte) e 3 lesões corporais seguidas de morte, o que corresponde a 14,32%, 14,29% e 30% do total ocorrido em todo o município, no mesmo período.

4 Curitiba é dividida em nove regionais: Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Fazendinha/Portão, Matriz, Pinheirinho e Santa Felicidade, as quais identificam e estabelecem prioridades, acompanham, de maneira integrada, as ações das secretarias municipais dentro de suas respectivas áreas e participam da organização de seus serviços (IMAP, 2015).

Figura 4: Mapa de bairros e regionais de Curitiba



Fonte: Elaborada com base em IPPUC (2014b)

O bairro CIC é o maior do município, estando localizado na porção oeste municipal, a 10 km do centro. Seus 4.337 hectares equivalem a 10% de toda a extensão territorial da capital paranaense (AGÊNCIA CURITIBA, 2015).

Sua população é composta por 172.822 indivíduos, correspondendo a 9,86% do total de habitantes de Curitiba, o que o torna também o mais populoso do município (IBGE, 2010). Conta, oficialmente, com dois bosques, quatro parques, 25 jardinetes e 63 praças públicas, que somam 8,55 ha, o que equivale a 19% da área do bairro e 8,41% de todas as áreas verdes da cidade, embora o estado de conservação da maioria desses espaços esteja aquém do desejável (IPPUC, 2014a).

A CIC foi criada em 1973 e, de acordo com Pilotto (2010), surgiu como consequência das transformações intraurbanas ocorridas em Curitiba a partir da década de 1970 e em função da necessidade de alteração, por meio da promoção do setor secundário, da dinâmica produtiva, baseada, até então, na agricultura (AGÊNCIA CURITIBA, 2015). Esse fato coincidiu, ainda, com o expressivo crescimento populacional da cidade, com o aumento das ocupações irregulares e com a expansão das periferias.

Até meados dos anos 1950, a área industrial da capital paranaense estava localizada em sua região central, uma vez que a proximidade da ferrovia era fator primordial para viabilizar as indústrias da época. Embora os planos urbanísticos dos anos 1960 já trouxessem em seu escopo propostas para a sua mudança locacional, confirmada somente com a criação da CIC (FIRKOWSKI, 2009).

A efetiva definição da CIC resultou do Plano Diretor de Curitiba de 1966, que previa a criação de cinco eixos conectores, interligando a CIC com a malha urbana consolidada na área central da cidade (AGÊNCIA CURITIBA, 2015).

A implantação da CIC ocorreu por meio da desapropriação de extensa área da região sudoeste da cidade, e muitos conjuntos habitacionais, loteamentos populares e ocupações irregulares sucederam a sua instalação. O primeiro grande conjunto habitacional de Curitiba (Vila Nossa Senhora da Luz), inclusive, foi inaugurado alguns anos antes, no mesmo setor urbano (AGÊNCIA CURITIBA, 2015; PILOTTO, 2010).

De modo a fomentar a instalação de indústrias na região, foram oferecidos alguns incentivos, como o financiamento de terras em longo prazo e os préstimos de serviços de topografia e terraplanagem, além de isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (AGÊNCIA CURITIBA, 2015).

Dentre as 121 empresas que se instalaram na CIC até 1975, cerca de 55 ainda permanecem ativas. Atualmente, o bairro abriga 7.991, a maior parte comercial (46%), seguida por serviços (32%) e indústrias (21%). Estima-se que tais estabelecimentos gerem, formalmente, 28 mil empregos diretos e 79 mil indiretos. Ainda assim, os estabelecimentos comerciais do bairro estão concentrados no entorno dos grandes equipamentos públicos – como a Rua da Cidadania e o terminal de ônibus - e ao longo das vias principais (AGÊNCIA CURITIBA 2014b, IPPUC, 2014a). Nesse contexto, buscou-se, então, referências mais consistentes para a definição de área específica de estudo contida na Regional CIC e, a partir de discussões com os demais componentes do grupo de pesquisa (ver seção 1 – Introdução – e Apêndice A), foram agregados e mapeados os seguintes dados:

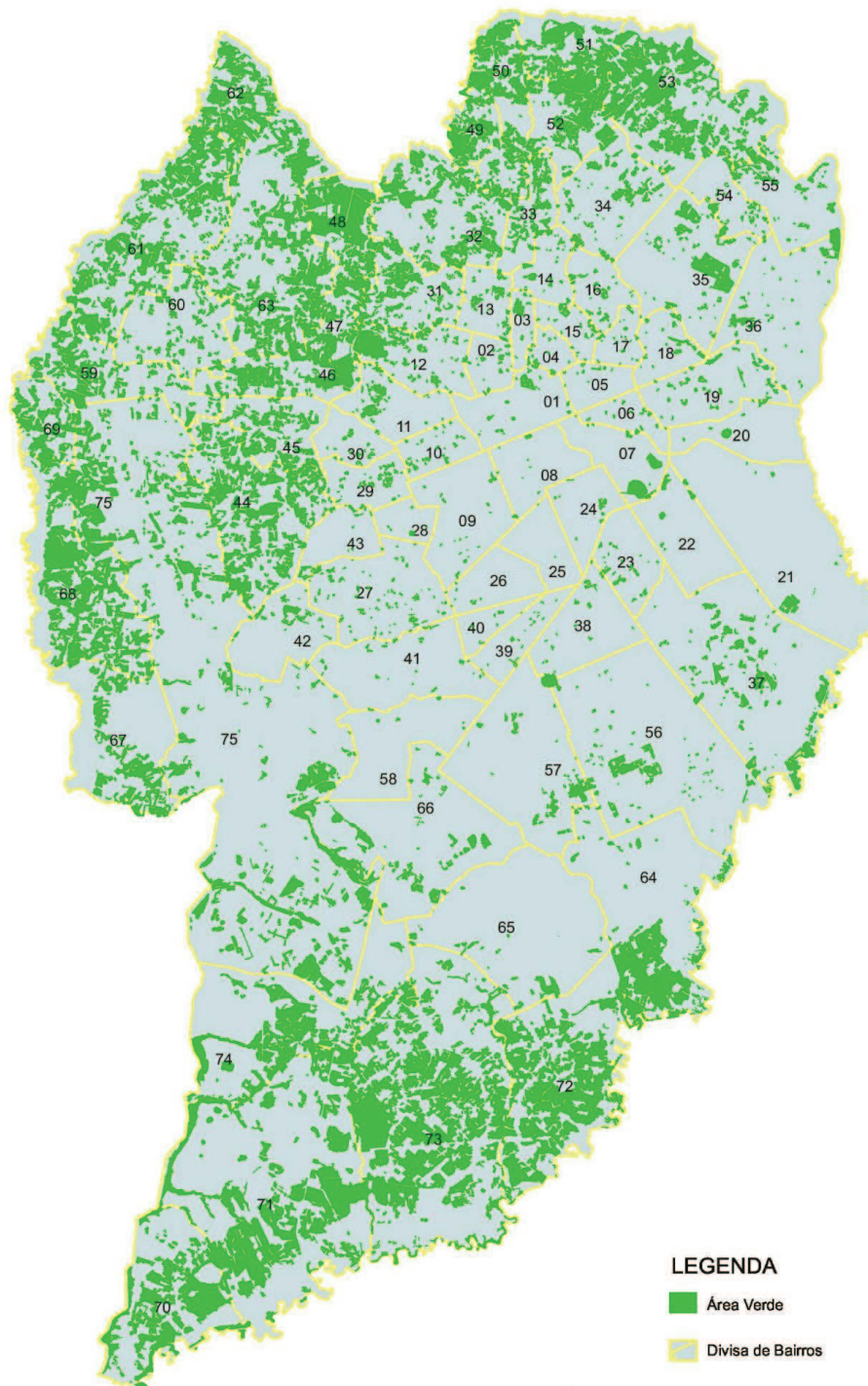
- a) praças, parques e bosques;
- b) creches e instituições de ensino médio e fundamental;
- c) assentamentos irregulares e loteamentos clandestinos;
- d) centros de assistência social;
- e) espaços culturais, de esporte e de lazer;
- f) distribuição da população por sexo e idade.

Com o auxílio do programa Google Earth (2012), a investigação voltou-se ao levantamento e diagnóstico de espaços de interesse na área selecionada, com destaque para áreas verdes de uso público. A Figura 5 refere-se às áreas verdes da capital paranaense, tanto públicas quanto privadas.

Figura 5: Mapa de áreas verdes de Curitiba – 2005

BAIRROS

- 01 - Centro
- 02 - São Francisco
- 03 - Centro Cívico
- 04 - Alto da Glória
- 05 - Alto da Rua XV
- 06 - Cristo Rei
- 07 - Jardim Botânico
- 08 - Rebouças
- 09 - Água Verde
- 10 - Batel
- 11 - Bigorriño
- 12 - Mercês
- 13 - Bom Retiro
- 14 - Ahú
- 15 - Juvevê
- 16 - Cabral
- 17 - Hugo Lange
- 18 - Jardim Social
- 19 - Tarumã
- 20 - Capão da Imbuia
- 21 - Cajuru
- 22 - Jardim das Américas
- 23 - Guabirota
- 24 - Prado Velho
- 25 - Parolim
- 26 - Guaíra
- 27 - Portão
- 28 - Vila Isabel
- 29 - Seminário
- 30 - Campina do Siqueira
- 31 - Vista Alegre
- 32 - Pilarzinho
- 33 - São Lourenço
- 34 - Boa Vista
- 35 - Bacacheri
- 36 - Bairro Alto
- 37 - Uberaba
- 38 - Hauer
- 39 - Fanny
- 40 - Lindóia
- 41 - Novo Mundo
- 42 - Fazendinha
- 43 - Santa Quitéria
- 44 - Campo Comprido*
- 45 - Mossunguê
- 46 - Santo Inácio
- 47 - Cascatinha
- 48 - São João
- 49 - Taboão
- 50 - Abranches
- 51 - Cachoeira
- 52 - Barreirinha
- 53 - Santa Cândida
- 54 - Tingui
- 55 - Atuba
- 56 - Boqueirão
- 57 - Xaxim
- 58 - Capão Raso
- 59 - Orleans
- 60 - São Braz
- 61 - Butiatuvinha
- 62 - Lamenha Pequena
- 63 - Santa Felicidade
- 64 - Alto Boqueirão
- 65 - Sítio Cercado
- 66 - Pinheirinho
- 67 - São Miguel
- 68 - Augusta
- 69 - Riveira
- 70 - Caximba
- 71 - Campo de Santana
- 72 - Gançinho
- 73 - Umbará
- 74 - Tatuquara
- 75 - Cidade Industrial*



LEGENDA

- Área Verde
- Divisa de Bairros

Fonte: Elaborado com base em IPPUC (2014c).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PRAÇAS SELECIONADAS

A avaliação das áreas existentes resultou na seleção de um grupo de sete praças (Figura 6) que, além de atender aos critérios básicos de seleção descritos anteriormente, foram escolhidas em função de sua proximidade umas com as outras (distância máxima de 1.600 m) e com o CEM-CIC (distância média de 1.000 m), além da uniformidade morfológica da região em que estão inseridas, a qual configura uma paisagem periférica (ver subseção 3.1.3).

Figura 6: Imagem aérea de localização do grupo de sete praças selecionadas e do Centro Educacional Marista da Cidade Industrial de Curitiba (CEM-CIC)

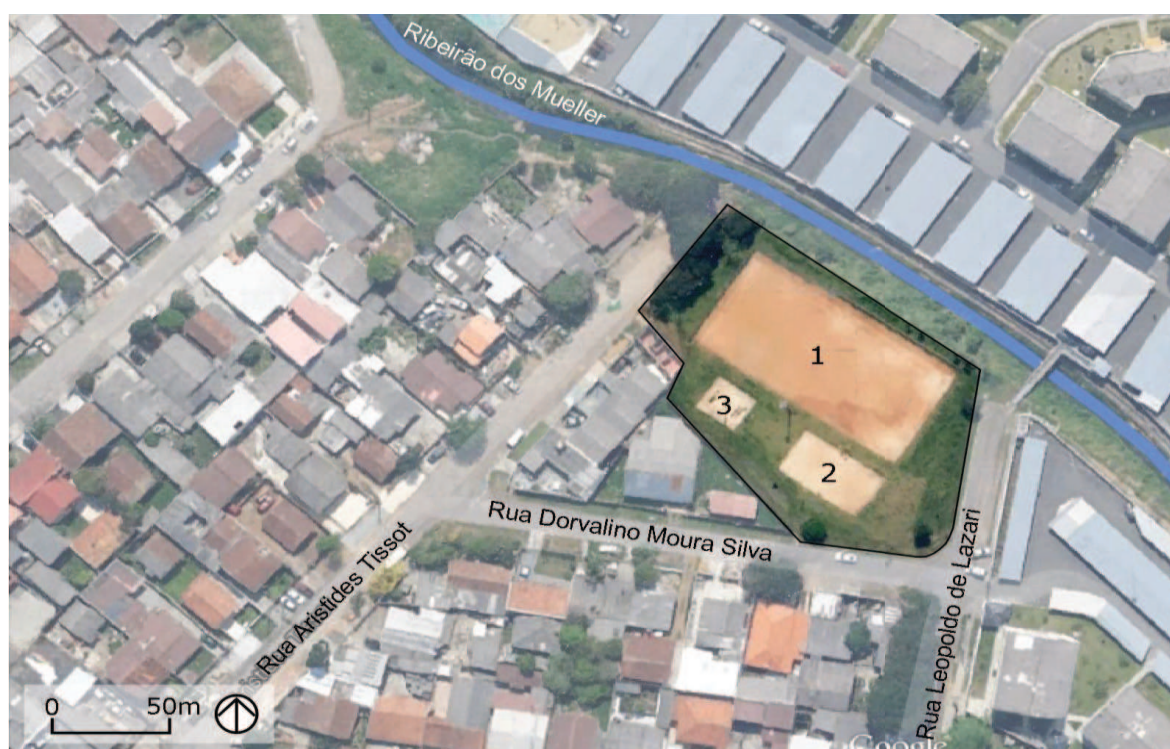


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

4.2.1 Praça Vale Verde (Praça 1)

Com área de 3.516,38 m², esta praça está situada entre as ruas Leopoldo de Lazari, Dorvalino Moura Silva e Aristides Tissot, compreendida entre a vegetação lindeira do ribeirão dos Mueller e os muros posteriores das residências da segunda via (Figura 7).

Figura 7: Imagem aérea de localização da Praça Vale Verde (Praça 1) e de identificação dos seus equipamentos



1- Quadra de futebol de areia **2-** Quadra de vôlei de areia **3-** Playground

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

O terreno da praça é praticamente plano em toda a sua extensão e não há vegetação de porte significativo em nenhum trecho; apenas algumas árvores isoladas. Somente em sua porção noroeste há um pequeno grupo de espécimes arbóreos de portes médio e grande, já nas proximidades com o ribeirão dos Mueller. Nos demais trechos lindeiros a este curso d'água, a cobertura vegetal é meramente arbustiva.

Em se tratando de equipamentos, conta com uma cancha de futebol de areia com traves sem redes, não apresentando qualquer tipo de proteção ou fechamento em suas laterais, à exceção da porção noroeste. Existe, ainda, uma cancha de vôlei de areia em mau estado de conservação, visto que apenas os suportes para a colocação da rede estão instalados e gramíneas crescem por baixo da areia. Por fim, a praça abriga um pequeno *playground*, onde os brinquedos para recreação infantil estão parcialmente enferrujados e com a pintura descascada.

A praça está localizada em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde a densidade máxima é de 80 habitações/ha e as edificações devem, por lei, contar com no máximo dois pavimentos (CURITIBA, 2000). Seu entorno é essencialmente residencial e homogêneo, com edificações de baixo gabarito. As ruas são relativamente estreitas e não há calçada para o trânsito seguro de pedestres.

Apesar da legislação vigente, existem no entorno imediato dois condomínios residenciais de habitação coletiva, com edificações de quatro pavimentos, o que é explicado pelo fato de os edifícios terem sido construídos anteriormente à aprovação da lei em vigor. Há, ainda, uma única edificação de uso misto (comercial e residencial), de caráter vicinal, cujo fluxo gerado não representa impacto significativo na vizinhança.

Próximo à praça, do outro lado do ribeirão, há um dos condomínios residenciais supracitados, de grande porte. Ainda que o seu acesso de veículos não ocorra nas imediações da praça, existe uma ponte de madeira para travessia de pedestres, que liga o condomínio à Rua Leopoldo de Lazari, na lateral da praça. Assim, o maior fluxo de pessoas observado foi de pedestres realizando este cruzamento e, portanto, utilizando a praça como passagem.

Chamam a atenção, ainda, o fato de os muros posteriores de algumas das residências do entorno imediato, localizadas nas ruas Aristides Tissot e Dorvalino Moura Silva, serem contíguos à praça.

O entorno imediato e os equipamentos existentes na praça podem ser observados na Figura 8.

Figura 8: Imagem aérea da Praça Vale Verde (Praça 1) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.2 Praça Gregório Piatkowski (Praça 2)

Com área de 22.027,11 m², esta praça está situada entre as ruas Cidade de Laguna, Joaçaba e Porto União (Figura 9), em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde a densidade máxima é de 80 habitações/ha, as quais podem ter até dois pavimentos (CURITIBA, 2000). Grande parte de seu território está situado entre a vegetação lindeira do ribeirão dos Mueller e os muros posteriores das residências da Rua São Miguel do Oeste.

Figura 9: Imagem aérea de localização da Praça Gregório Piatkowski (Praça 2) e de identificação dos seus equipamentos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

Nota: CMEI = centro municipal de educação infantil

Embora praticamente plano em quase toda a sua extensão, o terreno apresenta um pequeno trecho em desnível de cerca de 10 m, sendo os pontos mais altos situados próximos ao ribeirão, na margem oposta à principal via de acesso (Rua Cidade de Laguna). Assim, as áreas mais elevadas da praça são de difícil acesso e, portanto, não utilizadas pela população.

Constata-se a existência de vegetação variada, com algumas árvores de maior porte, como araucárias (*Araucaria angustifolia*) e tipuanas (*Tipuana tipu*). Também nota-se a concentração de cobertura vegetal arbórea ao longo do ribeirão dos Mueller (mata ciliar), formando espaços semifechados e escondidos, o que pode facilitar a realização de atividades ilícitas.

Dentro dos limites da praça há um centro municipal de educação infantil (CMEI) e, em frente, uma escola municipal no lado leste e outro CMEI do lado oeste, o que pode significar um estreitamento dos laços de crianças e adolescentes com o espaço em questão e também sua maior exposição a atividades ilícitas e situações de risco relacionadas ao uso e comercialização de substâncias psicoativas. Algumas edificações que abrigam funções comerciais e serviços vicinais também são encontradas no entorno imediato, o qual é essencialmente residencial e homogêneo, com construções de gabarito baixo.

As ruas são hierarquicamente variadas. O trecho da Rua Cidade de Laguna que passa em frente à cancha de areia é mais largo e comporta a passagem de linha de ônibus municipal. As demais têm largura reduzida e apresentam fluxo diminuto de veículos e pedestres. Há calçadas apenas na via de maior movimento; ainda assim estreitas e irregulares.

É notável a importância da cancha de areia para prática de esportes (ver subseção 4.3 – Pesquisa de percepção), fechada com grades. Existem, ainda, um *playground* em estado regular de conservação e apenas as bases para a instalação de equipamentos de ginástica, motivo de reclamação por parte de usuários e moradores do entorno, conforme relatado nos resultados da subseção 4.3.

De maneira geral, todo o espaço da praça encontra-se em mau estado de manutenção, com lixo e dejetos depositados em local impróprio, grama e vegetação rasteira necessitando de corte, calçadas quebradas e equipamentos de esporte e lazer sem reparos regulares, o que denota um processo ineficaz de gestão urbana, desmotivando a utilização do espaço por parte da população que dele poderia se apropriar e facilitando a prática de atividades ilícitas.

Os equipamentos da praça e as edificações do seu entorno imediato podem ser observados na Figura 10.

Figura 10: Imagem aérea da Praça Gregório Piatkowski (Praça 2) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.3 Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3)

Com área de 9.358,10 m², esta praça está situada entre a Rua Município de Campo Novo e a vegetação lindeira do ribeirão dos Mueller (Figura 11).

Figura 11: Imagem aérea de localização da Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3) e de identificação dos seus equipamentos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

Todo o terreno da praça é praticamente plano em toda a sua extensão. Há concentração de vegetação de porte significativo em suas porções sudoeste e nordeste, ao longo de ribeirão. Ainda que estes trechos da praça sejam cercados por um alambrado que impede o acesso direto ao curso d'água, os espaços semifechados e escondidos que ali se formam podem facilitar a realização de atividades ilícitas.

Quanto aos equipamentos, a praça conta com uma cancha de futebol de areia, onde há traves sem redes e não existe qualquer tipo de proteção ou fechamento em suas laterais. Comporta, ainda, uma cancha de vôlei de areia em mau estado de conservação, visto que não há sequer suportes para a colocação da rede. Também compreende um *playground*, onde os brinquedos para recreação infantil estão em bom estado de conservação.

A praça está localizada em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde a densidade máxima é de 80 habitações/ha e as edificações devem, por lei, possuir até dois pavimentos (CURITIBA, 2000). Seu entorno é essencialmente residencial e homogêneo, com edificações de gabarito baixo. As ruas são relativamente estreitas e não há calçada para o trânsito seguro de pedestres.

Apesar da legislação vigente, existe nas imediações da praça um condomínio residencial de habitação coletiva, com edificações de quatro pavimentos, fato explicado por terem os edifícios sido construídos anteriormente à aprovação da lei em vigor. Não há edificações de uso misto ou exclusivamente comercial em seu entorno imediato.

Anexo à praça existe uma pequena porção de terra cercada por alambrado e fechada por cadeados, onde, na época do início das visitas à área e da aplicação dos questionários, havia uma horta que era cuidada por um dos moradores do entorno imediato. Atualmente, no entanto, os vegetais outrora plantados não mais existem. O terreno encontra-se limpo e permanece trancado.

Os equipamentos da praça, edificações do entorno imediato e outros aspectos descritos acima podem ser observados na Figura 12.

Figura 12: Imagem da Praça Jocelina Dias de Melo (Praça 3) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.4 Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (Praça 4)

Com área de 6.927,82 m², esta praça está situada entre as ruas Darci Vargas e Formosa do Oeste e o Contorno Leste. Contíguo ao limite da praça, ao longo da segunda rua, existe um jardinete linear que oficialmente não tem nome, estendendo-se desde a primeira via até a Rua Nicolau Vorobi, dois quarteirões adiante (Figura 13). Em função da sua proximidade, foi igualmente considerado para fins deste estudo.

Figura 13: Imagem aérea de localização da Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (Praça 4) e de identificação dos seus equipamentos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

O terreno da praça é praticamente plano em boa parte de sua extensão, apresentando, todavia, leve aclive no trecho que avança em direção ao Contorno Leste.

Não há concentração de cobertura vegetal de porte significativo, com registro de apenas algumas árvores isoladas. Na porção da praça e no trecho mais extenso do jardimete, a vegetação é, basicamente, composta por gramíneas. Apenas na parte intermediária deste último espaço, entre as ruas Darci Vargas e Osvaldo Ormiamin, existe pequena concentração de espécimes arbóreos.

O espaço engloba duas canchas de futebol de areia, de dimensões distintas. A maior está localizada na praça e possui traves sem redes; a menor fica no jardimete e consiste apenas de um retângulo de areia, sem traves ou redes. Em ambas, não há qualquer tipo de proteção ou fechamento em suas laterais. Existe, ainda, uma cancha de bocha em bom estado de conservação, localizada no trecho do jardimete mais próximo à praça. Há também um *playground*, onde os brinquedos para recreação infantil estão em situação razoável de manutenção. No decorrer da pesquisa e da aplicação dos questionários, foi instalada uma academia ao ar livre, antiga reivindicação da comunidade, conforme apresentado na seção 4.3 (Análise perceptua). Até a finalização deste estudo, seus equipamentos específicos continuavam em bom estado de conservação.

Assim como as anteriores, a praça localiza-se em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde a densidade máxima é de 80 habitações/ha e as edificações devem, por lei, contar com o limite de dois pavimentos (CURITIBA, 2000). Seu entorno apresenta características distintas, conforme o trecho da praça. A rua principal (Darci Vargas) é importante via do bairro; hierarquicamente caracterizada como coletora, concentrando atividades de uso misto – residências, comércio e um CMEI, embora o gabarito das edificações se mantenha reduzido. As demais ruas são relativamente estreitas e não há calçada para o trânsito seguro de pedestres. Em tais vias, o entorno é essencialmente residencial e homogêneo, com edificações também de gabarito baixo. O Contorno Leste, apesar de estar nas imediações da praça, não representa grande impacto na paisagem, já que está localizado na direção do trecho menos utilizado da praça, face à inexistência de atrativos.

Os equipamentos da praça, edificações do entorno imediato e outros aspectos mencionados podem ser observados na Figura 14.

Figura 14: Imagem aérea da Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos (Praça 4) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.5 Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5)

Com área de 2.980,13 m², esta praça está situada no logradouro homônimo. De acordo com registros oficiais do município (IPPUC, 2014a), não tem denominação específica e, por este motivo, optou-se por identificá-la por meio do nome da via de acesso (Figura 15).

Figura 15: Imagem aérea de localização da Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5) e de identificação dos seus equipamentos



1- Quadra de futebol de areia 2- Playground

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

Plana em toda a sua extensão, a praça consiste, basicamente, de uma grande cancha de futebol de areia, um *playground* e uma quadra de vôlei de areia. A primeira tem duas traves sem redes, é cercada por alambrados e conta com iluminação diferenciada, o que permite a prática esportiva no período noturno. Os demais equipamentos encontram-se em mau estado de conservação, visto que a quadra de vôlei tem apenas os suportes para as redes e os brinquedos do *playground* têm marcas de ferrugem.

Não há concentração de vegetação de porte significativo, uma vez que é composta exclusivamente por gramíneas e está presente em trechos de pequenas dimensões.

A praça também está localizada em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde as edificações devem, por lei, contar com até dois pavimentos e a densidade máxima é de 80 habitações/ha (CURITIBA, 2000).

Seu entorno apresenta características distintas. A rua principal (Darci Vargas) é importante via do bairro; hierarquicamente caracterizada como coletora, concentrando atividades de uso misto – especialmente residências e comércios –, embora o gabarito das edificações se mantenha reduzido. As demais ruas são relativamente estreitas e não há calçada para o trânsito seguro de pedestres. Em tais vias, o entorno é homogêneo e essencialmente residencial, com edificações também de gabarito baixo. O Contorno Leste, apesar de estar nas imediações da praça, não representa grande impacto visual na paisagem. A maior interferência é produzida pela grande transportadora localizada na porção sudeste, que faz divisa direta com o terreno em questão.

Os equipamentos da praça, edificações do entorno imediato e demais características relatadas podem ser observados na Figura 14.

Figura 16: Imagem aérea da Praça da Rua Darci Vargas (Praça 5) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.6 Praça São Rafael (Praça 6)

Com área de 2.340,00 m², esta praça está situada na Rua Nicolau Vorobi, entre as ruas Dr. José Guilherme Loyola e Dr. Nelson Luís Wolski Velloso (Figura 15).

Figura 17: Imagem aérea de localização da Praça São Rafael (Praça 6) e de identificação dos seus equipamentos



1- Quadra poliesportiva 2- Quadra de areia 3- Playground

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

Assim como nas demais praças estudadas, o terreno é plano em toda a sua extensão. À exceção de duas árvores isoladas, não há concentração de vegetação de porte significativo, prevalecendo apenas gramíneas.

A praça possui uma cancha de futebol de areia e uma quadra poliesportiva, sendo esta cercada por um alambrado. As traves, todavia, não têm redes. Também abriga um *playground*, onde os brinquedos para recreação infantil estão em estado razoável de conservação. Diferentemente das demais praças, esta está localizada em compartimento da Zona de Uso Misto (ZUM), que, de acordo com

a lei municipal de zoneamento de uso do solo (CURITIBA, 2000), correspondem a áreas de ocupação múltipla (especialmente residencial e comercial), que têm como função primordial dar apoio às zonas industriais e de serviços localizadas na CIC.

Seu entorno apresenta características homogêneas no que se refere ao gabarito das edificações, normalmente baixo. Ao redor da praça estão localizados, além de residências de até dois pavimentos, dois condomínios residenciais de quatro andares e um pequeno supermercado. As ruas são relativamente estreitas e não há calçada para o trânsito adequado de pedestres.

Os equipamentos, edificações do entorno imediato e demais condições antes especificadas podem ser observados na Figura 16.

Figura 18: Imagem aérea da Praça São Rafael (Praça 6) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

4.2.7 Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7)

Com área de 2.609,48 m², esta praça está situada entre o logradouro homônimo e o ribeirão dos Mueller (Figura 17). De acordo com registros oficiais do município (IPPUC, 2014a), não tem denominação oficial; por este motivo, optou-se por identificá-la por meio do nome da via de acesso.

Figura 19: Imagem aérea de localização da Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7) e de identificação dos seus equipamentos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012).

De maneira similar às outras praças, seu terreno é plano em toda a sua extensão. Em boa parte do seu território, existem apenas alguns pequenos conjuntos arbóreos isolados, à exceção do trecho limeiro ao ribeirão, onde há uma linha de árvores

A praça comporta com uma cancha de futebol de areia cercada por alambrado. As traves, todavia, não têm redes. Também conta com *playground*, onde os brinquedos para recreação infantil estão em estado razoável de conservação.

Também está localizada em compartimento da Zona Residencial 2 (ZR-2), onde as edificações devem, por lei, ter, no máximo, dois pavimentos e a densidade deve ser inferior a 80 habitações/ha (CURITIBA, 2000). Na rua limítrofe, há somente residências de gabarito reduzido em seu entorno imediato. Não existe, todavia, calçadas para o trânsito com segurança de pedestres do lado das residências, havendo esses passeios somente ao longo do espaço.

Dentre todas as estudadas, é a praça mais próxima do Centro Educacional Marista.

Os equipamentos, edificações do entorno imediato e demais aspectos antes caracterizados podem ser observados na Figura 18.

Figura 20: Imagem aérea da Praça da Rua Joana Maria Ferreira (Praça 7) associada a vistas do seu interior e do seu entorno



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2012) e em Sehli (2014).

A respeito do conjunto das sete praças selecionadas para este estudo, diagnostica-se a sua localização em uma região de ocupação densa e homogênea. Trata-se de área essencialmente residencial, composta por edificações de gabarito baixo, com alguns poucos condomínios esparsos de habitação coletiva, os quais não excedem quatro pavimentos. À exceção da Praça 6 (São Rafael), todas as demais estão localizadas em áreas em compartimentos de mesmo zoneamento (ZR-2), ou seja, sob os mesmos princípios urbanísticos. Além disso, os preceitos que regem a ocupação do entorno da Praça 6, que está em uma ZUM, são relativamente semelhantes aos prescritos para a ZR-2, com construções baixas e atividades comerciais de caráter vicinal, ou seja, que não geram fluxos excessivos de pedestres e de veículos, não produzindo, portanto, impactos significativos na paisagem local.

Por trazer ao indivíduo novos dados para a compreensão não somente de um ambiente específico, mas também do entorno onde está inserido, Tuan (2012) alerta para a importância da percepção ambiental, auxiliando, assim, no estabelecimento das relações sociais.

Visualmente, as praças apresentam, em geral, boa permeabilidade espacial, na medida em que não há barreiras visuais significativas, tampouco entraves físicos que possam repelir os usuários. Dziura (2009) afirma que espaços permeáveis estão relacionados a acessos e travessias, produzindo importantes efeitos sociopsicológicos.

Obviamente, considerando os baixos índices de frequência de todas as praças, há outros fatores que explicam a resistência dos moradores do entorno para a sua utilização, os quais vão desde problemas práticos de segurança até impedimentos que remetem à falta de permeabilidade sociopsicológica. Ao contrário, sua presença produz a intensidade da sensação de segurança para que pessoas acessem e utilizem determinado espaço, bem como a capacidade dos indivíduos de construir uma imagem mental clara, de modo que sejam capazes de se deslocar sem que se sintam perdidos no local (DZIURA, 2009).

Há que se ter em mente que a permeabilidade sociopsicológica e visual são interdependentes, pois as condições de visibilidade de certo local interferem na sua utilização na medida em que a “capacidade de vigilância natural tem implicações para a escolha dos locais de convívio, a composição e o comportamento dos grupos que os utilizam e também para as atividades que praticam” (DZIURA, 2009, p.19).

Melazo (2005) afirma que as cidades precisam ser vistas sob uma nova perspectiva e, para tanto, deve-se buscar formas inovadoras de administração dos processos socioespaciais que as produzem e as modificam por meio de ações que compreendam as especificidades de cada lugar, com suas relações de entorno e suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

Dziura (2009) e Sposito (2007) apontam para a necessidade de se discutir as intervenções nos espaços públicos, que seguem sendo, por excelência, os locais de contato social. Nesse cenário, Hardt (2004) destaca a importância da sua percepção pelos seus usuários e observadores.

4.3 ANÁLISE PERCEPTUAL

Nesta subseção, são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários (ver Apêndices B, C e D) à população alvo do grupo de sete praças definidas como área específica de estudo, composta por seus usuários e pelos moradores dos seus entornos imediato e ampliado.

Os gráficos apresentados a seguir sistematizam dados do perfil dos entrevistados, seus hábitos de utilização dos espaços selecionados, algumas das suas características socioeconômicas e sua percepção acerca das condições paisagísticas e ambientais da área de estudo.

4.3.1 Percepção dos usuários

Para satisfazer a necessidade de contato com outros indivíduos, o homem carece de locais adequados para suas interações sociais e, nesse sentido, Lynch (2008) afirma que os espaços livres públicos expandem as possibilidades de escolhas individuais e trazem satisfação a partir de um investimento econômico e social mínimo. Em tais espaços, é possível experimentar situações distintas daquelas vivenciadas em ambientes fechados, permitindo ao homem se engajar em relações mais diretas com outras pessoas e com o mundo ao redor.

Na concepção de Reis (2001), apesar da crescente valorização dos espaços livres enquanto opções de lazer, sua concepção e manutenção parecem estar relacionadas mais a questões ambientais do que propriamente ao atendimento das expectativas da comunidade e de seus usuários.

Em se tratando do PERFIL dos 192 usuários entrevistados, observa-se, pela análise da média entre as sete praças, a maior ocorrência do **gênero** masculino (53%) e pertencentes às **faixas etárias** de 15 a 19 e de 10 a 14 anos (17% e 12%, respectivamente). Entre os adultos, predomina o intervalo entre 40 e 44 anos (10%). A menor porcentagem entre os respondentes se relaciona com idades acima de 75 anos (1%) (Figuras 21 e 22). Souza (2010) argumenta que a pequena proporção das faixas etárias da terceira idade pode ser explicada pela inexistência de equipamentos específicos e adequados a este público, dificultando sua frequência.

A Praça 1 (Vale Verde) apresenta o maior número de usuários do sexo masculino (61%), ao passo que as praças 5 (Rua Darci Vargas) e 6 (São Rafael) são as únicas do grupo onde predominam mulheres (61% em ambas). Dados oficiais (IPPUC, 2014a), todavia, apontam para a predominância de indivíduos do sexo feminino (52%) no município de Curitiba. O bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) confirma a tendência municipal, com 83.753 homens (48%) e 89.069 mulheres (52%).

Ainda segundo informações divulgadas pelo IPPUC (2014a), a partir de dados coletados no censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011), a faixa etária de 25 a 29 anos é a predominante em Curitiba, com um total de 165.750 pessoas, o que corresponde a quase 10% do total da sua população total. Para a faixa etária de 10 a 14 anos, o município conta com 129.993 indivíduos (pouco mais de 7%).

Estudos desenvolvidos por Cohen et al. (2006, 2010), Fermino (2012), Reis (2001), Souza (2010), Souza et.al (2014) e Zerbini (2009) reforçam a assertiva de que os homens jovens são os principais frequentadores dos espaços livres públicos voltados para o lazer, recreação, prática de esportes e outras atividades afins.

Figura 21: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 22: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

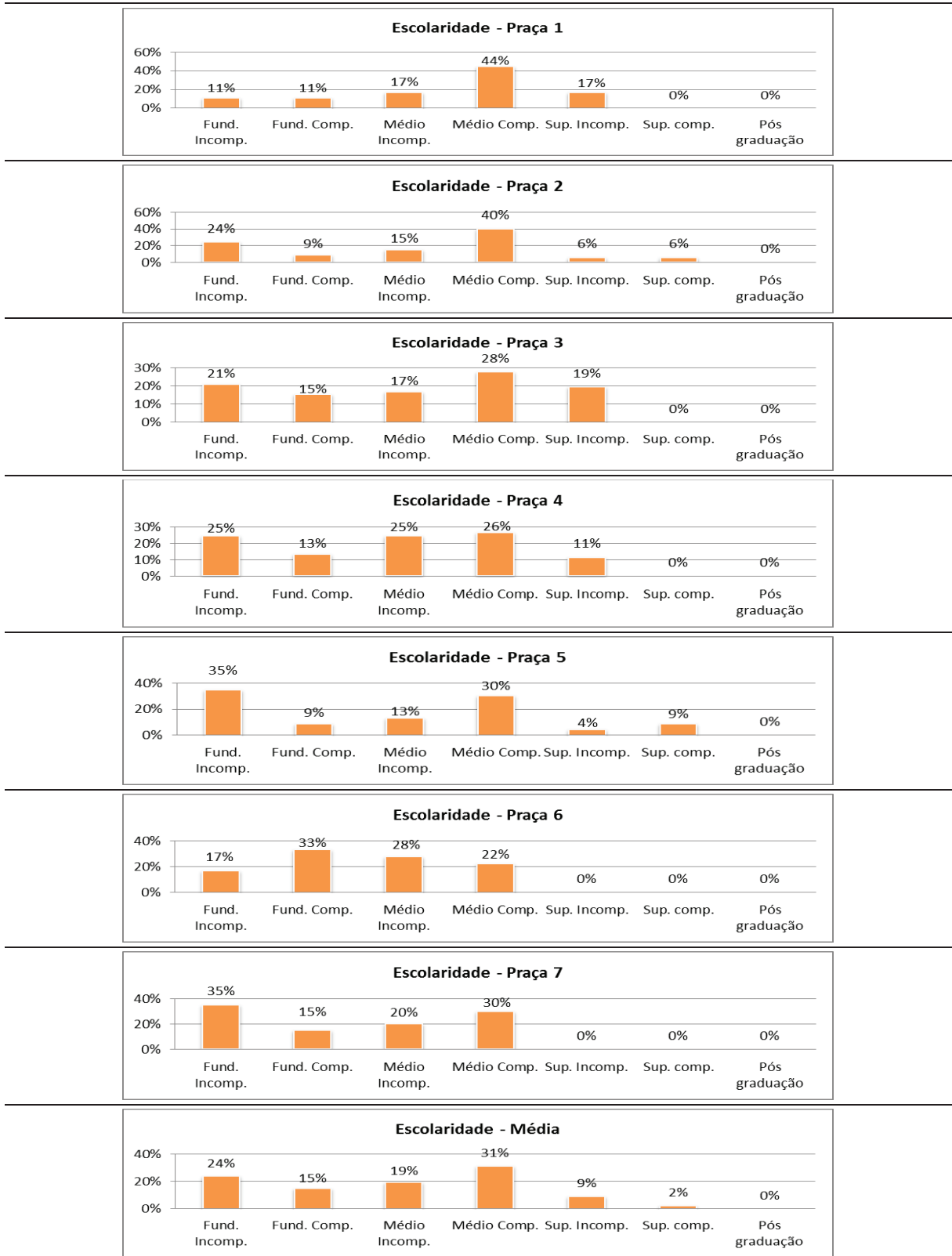
Constata-se, ainda, a predominância de grau de **escolaridade** correspondente ao ensino médio completo (31%), superior à porcentagem do município para indivíduos com o mesmo nível, que é de 29,86%, segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a). Apenas 2% dos usuários possuem ensino superior completo e nenhum dos 192 respondentes é pós-graduado (Figura 23).

Analisando os dados obtidos em cada praça, individualmente, observa-se significativa diversidade de escolaridade entre os usuários. Enquanto as praças 1 a 4 (Vale Verde, Gregório Piatkowski, Jocelina Dias de Melo e Luiz Geraldo Caillet) também apresentam maioria de indivíduos com instrução correspondente ao ensino médio completo (44%, 40%, 28% e 26%, respectivamente), as 5 (Rua Darci Vargas) e 7 (Rua Joana Maria Ferreira) apresentam número significativo de respondentes com ensino fundamental incompleto (ambas com 35%). Estes últimos índices são superiores aos dados oficiais, que atestam a existência de 9% da população do município com este nível escolar. Em se tratando de indivíduos com ensino fundamental completo, este índice sobe para 10%.

Os resultados quanto à escolaridade dos usuários das sete praças estudadas reforçam a assertiva de Vieillard-Baron (2013) de que um dos fatores de vulnerabilidade social é justamente o baixo nível de instrução da população. Del Rio e Oliveira (1999), por sua vez, consideram que esse aspecto, em associação com gênero e faixa etária, influenciam a percepção ambiental dos indivíduos.

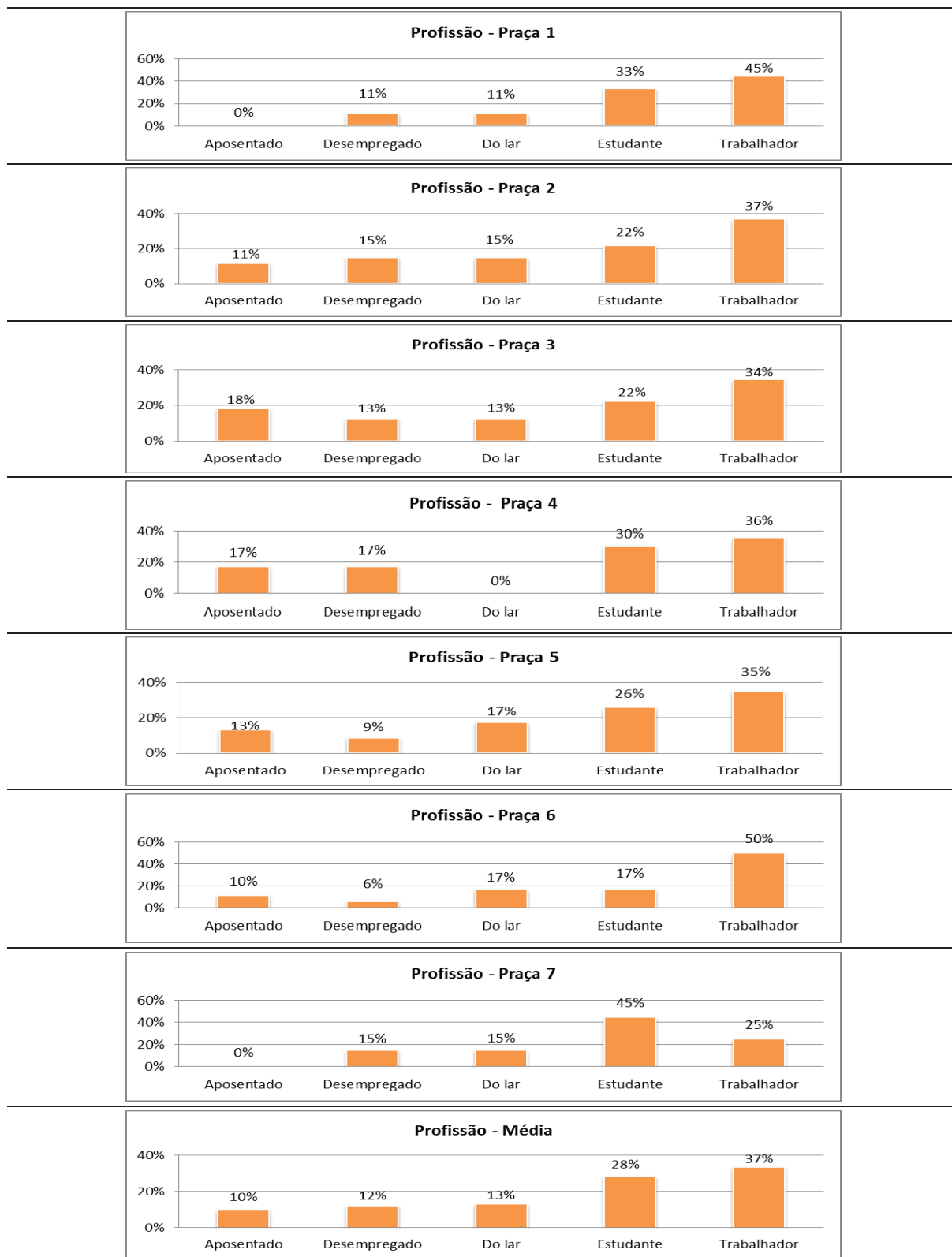
Quanto à **ocupação** (Figura 24), em sua maioria os usuários pertencem à classe trabalhadora (37%), índice pouco abaixo do encontrado em dados oficiais, que apontam para um total de 38% de trabalhadores na cidade de Curitiba (IPPUC, 2014a). É conveniente ressaltar que não há aqui distinção entre empregos formais e informais. Aposentados representam 10% do total de entrevistados, enquanto estudantes somam 28%, sendo a presença desses indivíduos particularmente marcante na Praça 7 (Rua Joana Maria Ferreira), onde são maioria (45%). Desempregados somam 12%.

Figura 23: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 24: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

De acordo com o critério Brasil de classificação de **renda** (ABEP, 2014), a maioria é representante da classe C1 (média a média baixa – 34%), seguida da B2 (média a média alta – 26%) (Figura 25). Dados oficiais do município, por outro lado, apontam para a predominância de representantes da B (média alta – 29%), seguidos pela C (média baixa – 18%), segundo informações do censo demográfico de 2010 (AGÊNCIA CURITIBA, 2014a; IBGE, 2011).

Respondentes que pertencem à classe A2 (alta) representam apenas 3% do total de entrevistados e estão concentrados nas praças 2 (Gregório Piatkowski) e 4 (Luiz Geraldo Caillet). É notável, ainda, a inexistência de representantes das classes E (muito baixa) e A1 (muito alta) entre os usuários, ou seja, não há indivíduos extremamente pobres nem tampouco com poder aquisitivo muito elevado.

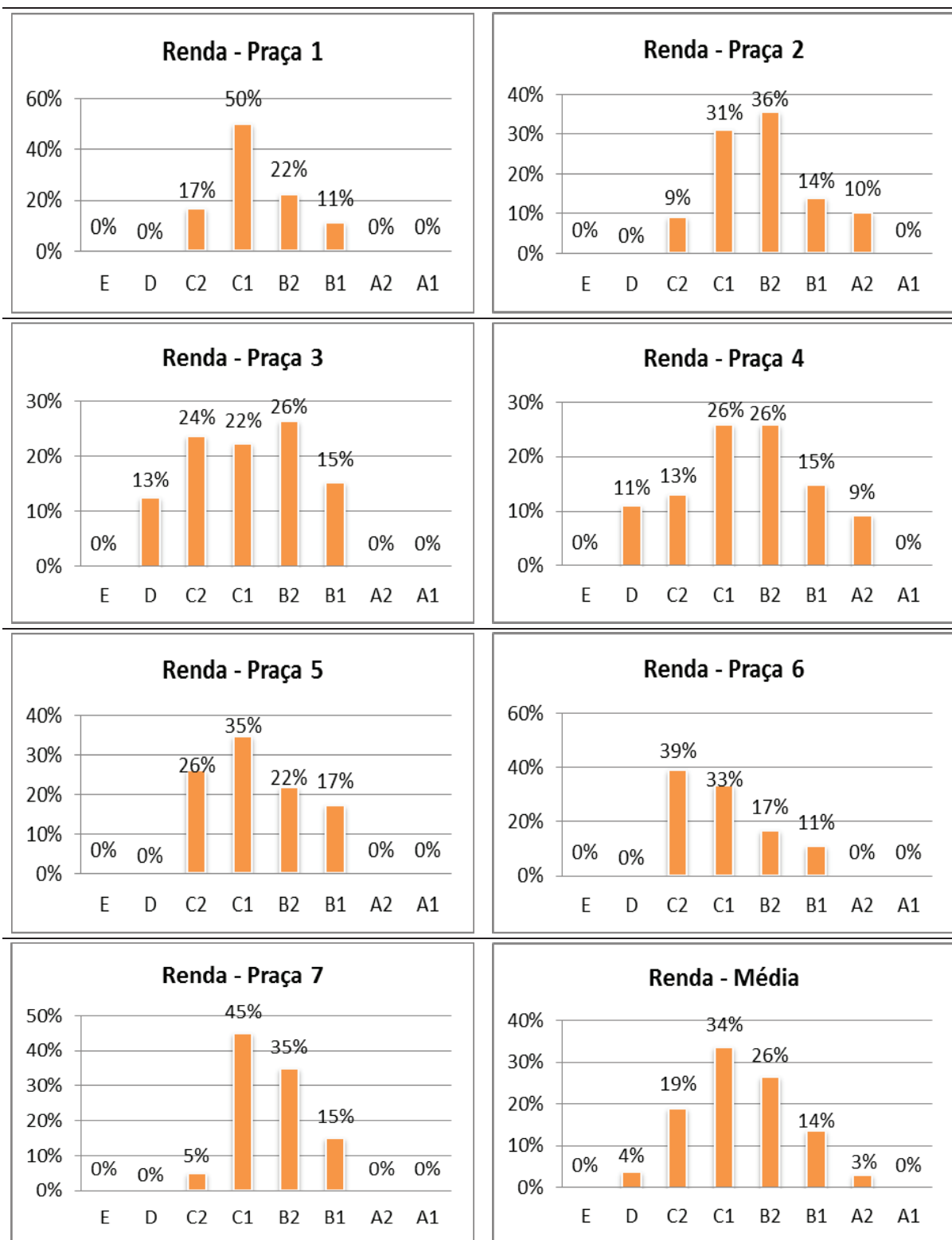
Apesar de os resultados obtidos auxiliarem na definição de um perfil médio dos usuários do conjunto de sete praças, observa-se grande diversidade entre os respondentes, o que pode ser reiterado por interpretação de Castrogiovanni (2000) de que o espaço urbano é compartilhado entre pessoas com temperamentos, formações, etnias, ocupações e classe sociais distintas e, assim, seus elementos representar tal diversidade.

Quanto aos HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO, os usuários apontaram como um dos principais **motivos para utilização** das praças o fato de servirem como local de passagem (31%), embora a proximidade de suas residências ou locais de trabalho e a inexistência de outras opções de espaços livres públicos sejam também apontados como importantes (29% e 28%, respectivamente). Apenas 12% dos respondentes declararam frequentar os espaços em função de preferência do lugar (Figura 26).

A proximidade com a residência surge também como importante motivação para o uso de espaços públicos livres em estudos desenvolvidos por Cohen et al. (2010), Fermino (2012), Reis (2001) e Souza (2010).

Comparativamente, todavia, em se tratando do Parque Cambuí, localizado nas imediações, apenas 5% dos respondentes declararam frequentá-lo devido à proximidade da sua moradia (LIMA, 2013).

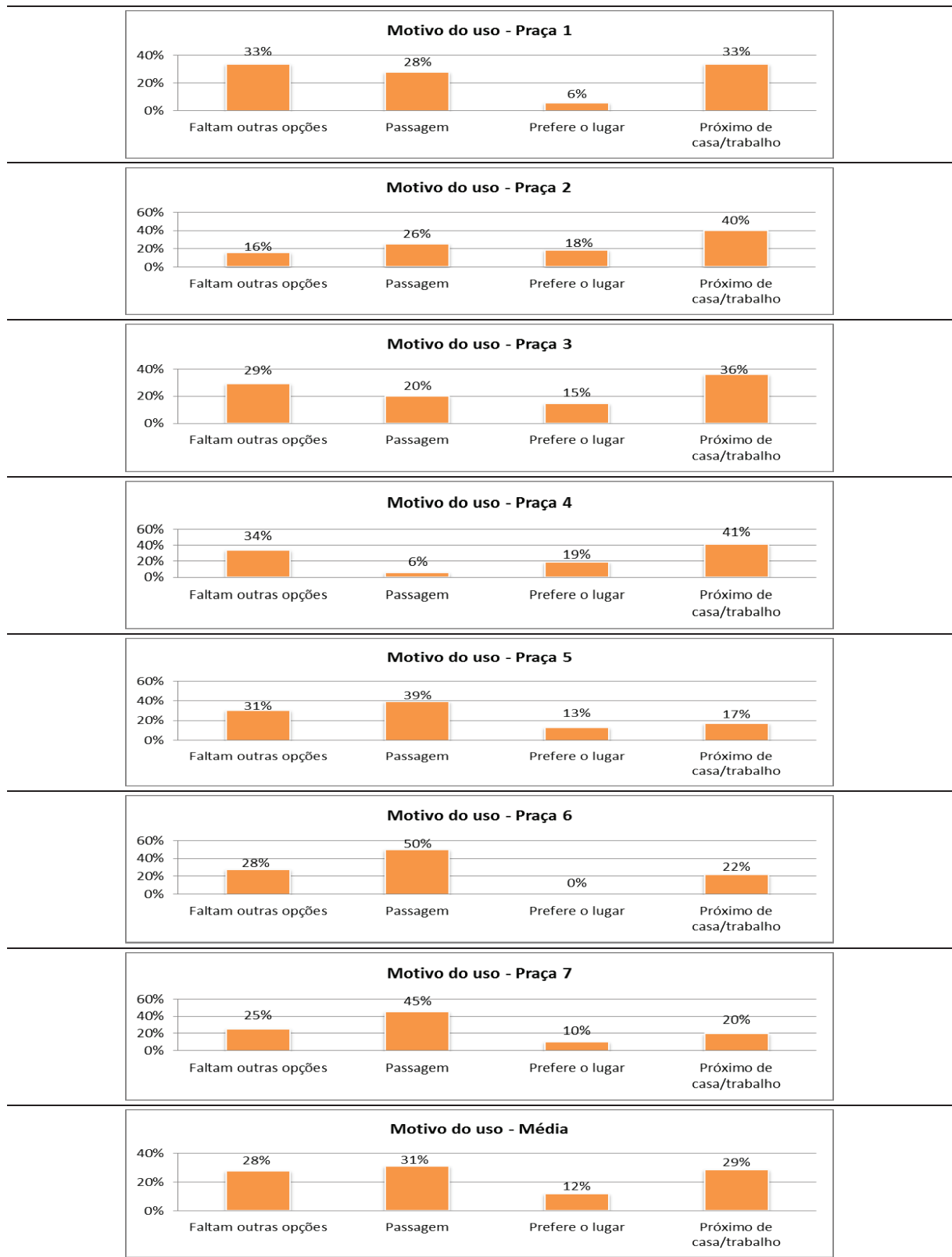
Figura 25: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Nota: A1 = muito alta; A2 = alta; B1 = média alta a alta; B2 = média a média alta; C1 = média a média baixa; C2 = média baixa a baixa; D = baixa; E = muito baixa

Figura 26: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média dos motivos para utilização pelos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Observa-se preferência pelos **dias** de finais de semana e de feriados (57%), no **período** da tarde (57%), com **tempo** médio de permanência de 30 minutos (36%) (Figuras 27, 28 e 29).

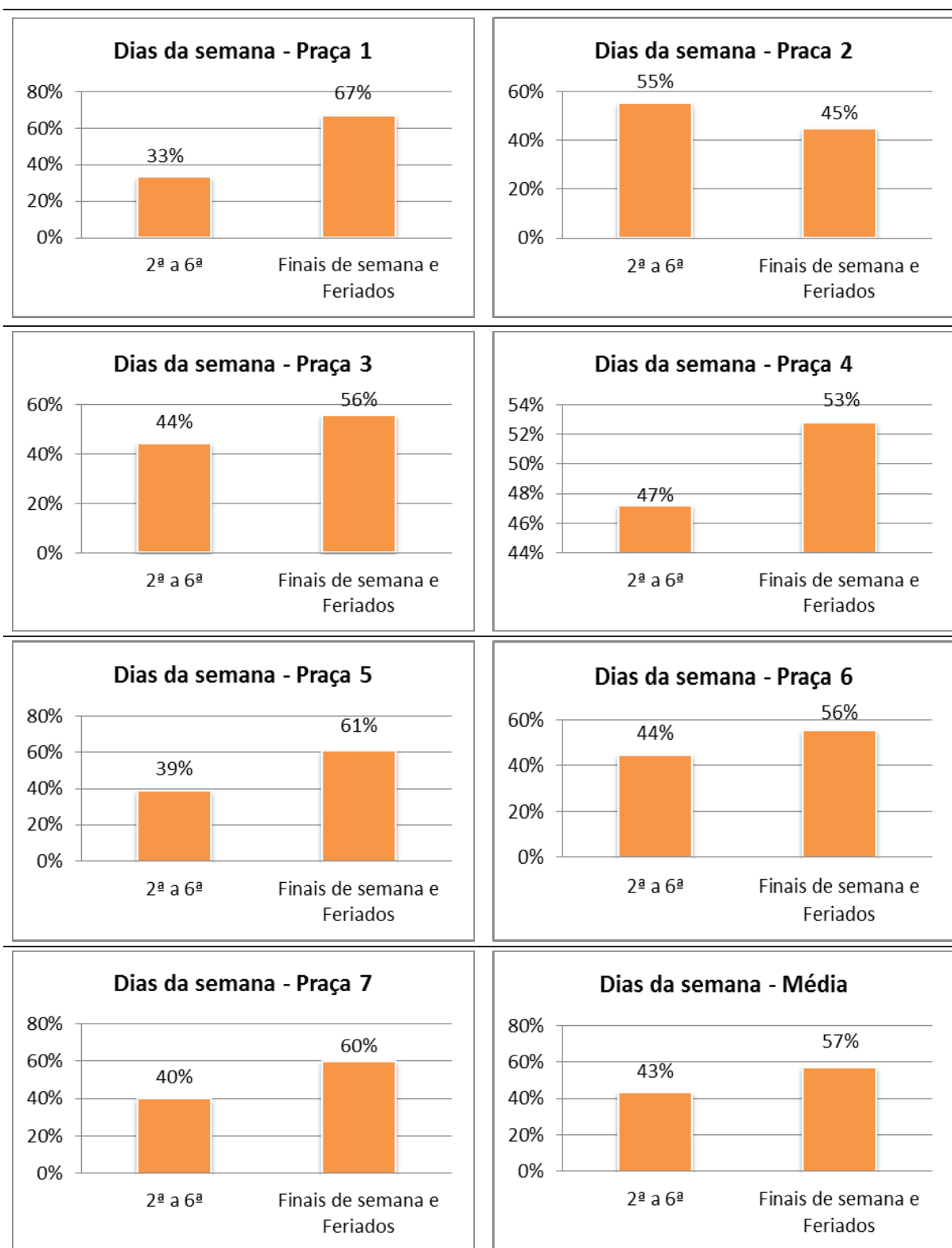
Somente os usuários da Praça 2 (Gregório Piatkowski) declararam preferir frequentá-la nos dias de semana, ao passo que a maior parte dos entrevistados das praças 1 (Vale Verde), 5 (Rua Darci Vargas) e 6 (São Rafael) declarou não saber ao certo por quanto tempo costumam frequentar os espaços (44%, 39% e 44%, respectivamente).

Os estudos desenvolvidos por Lima (2013) sobre o perfil de frequência dos usuários e respectivos hábitos no Parque Cambuí, área de lazer também localizado no bairro CIC, revelam que, assim como ocorre nas praças da área de estudo, os usuários preferem frequentá-lo nos finais de semana (81%).

Cohen et al. (2006), Fermino (2012), Reis (2001) e Souza (2010), em investigações acerca dos hábitos de uso de outros espaços livres curitibanos, obtiveram resultados que confirmam a preferência de sua utilização nos finais de semana e no período vespertino.

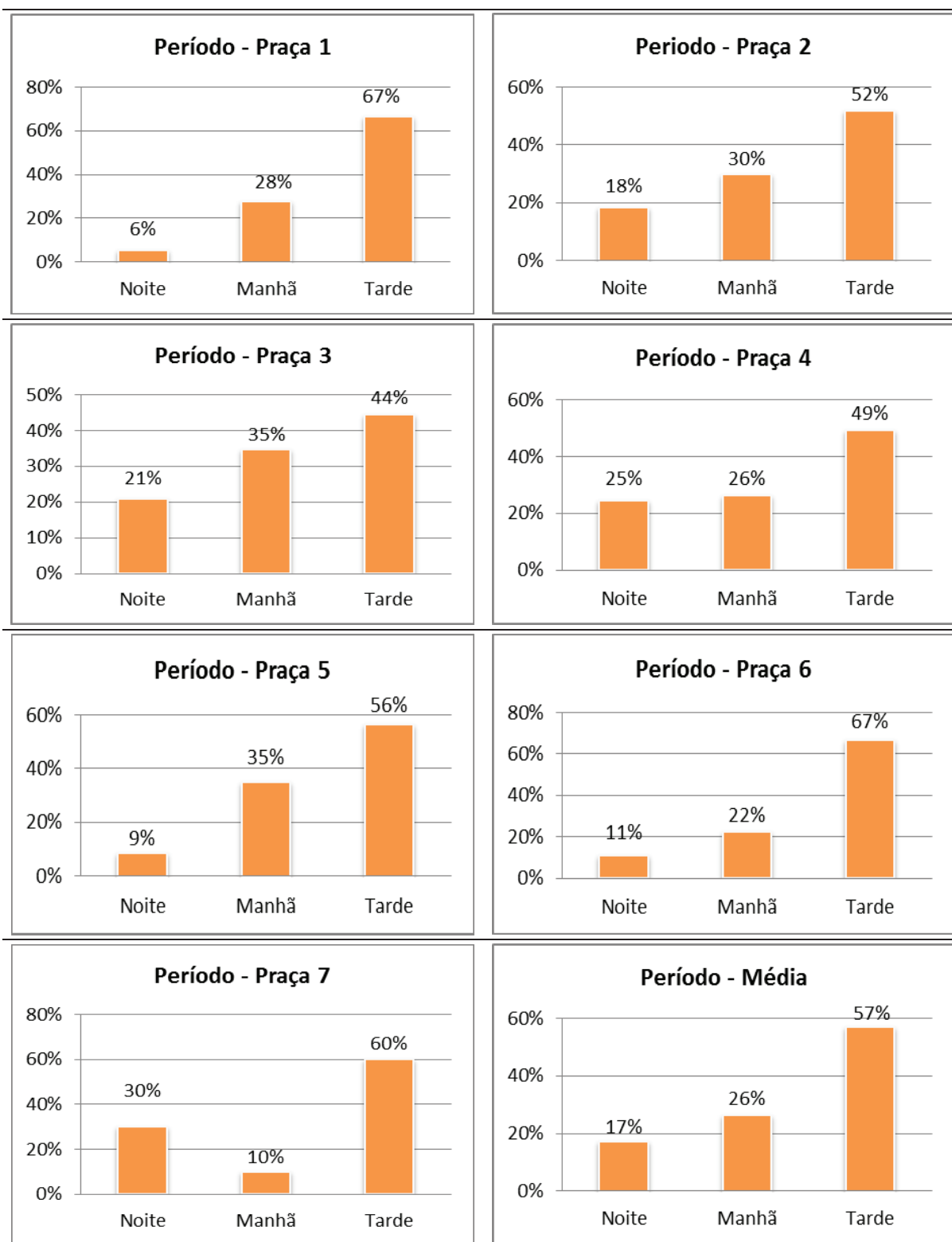
No quesito **companhia**, a opção de uso do espaço acompanhado de amigos obteve o maior número de respostas (33%), reiterando a opção de frequentadores de outro espaço de lazer próximo (Parque Cambuí – LIMA, 2013). Número expressivo de usuários também declarou preferir visitar as praças sozinho (28%) (Figura 30).

Figura 27: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas



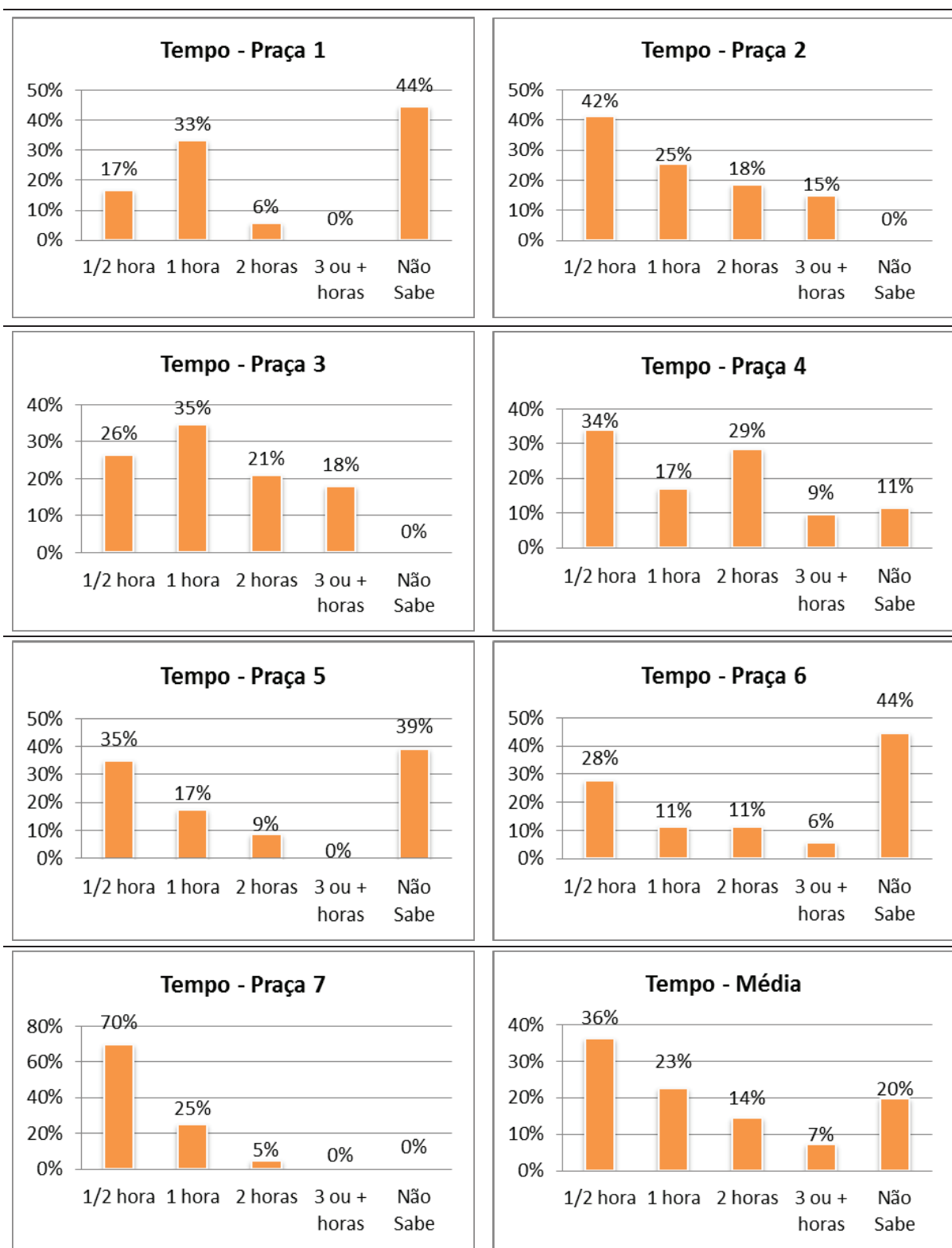
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 28: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do período de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas



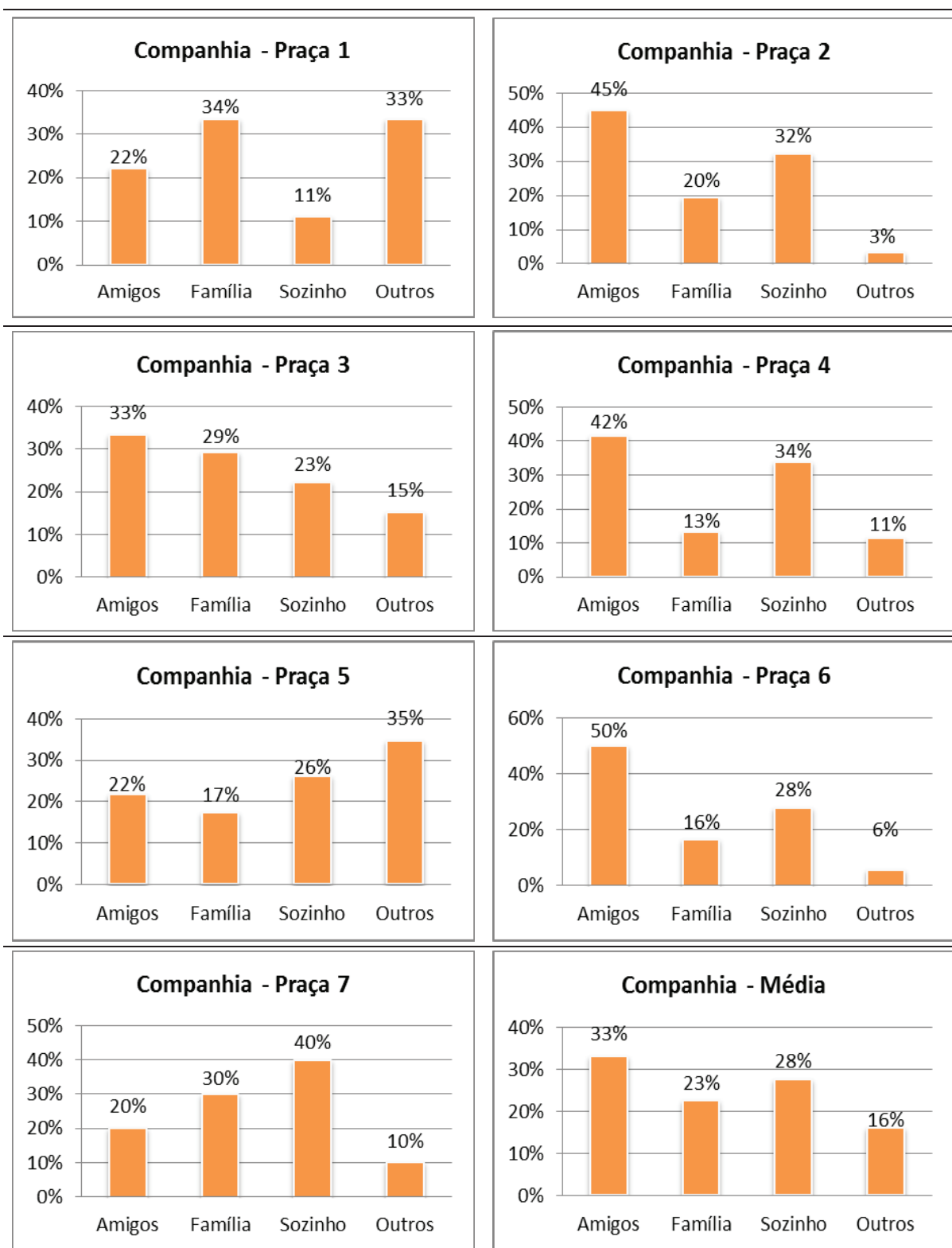
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 29: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 30: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

A grande maioria dos usuários reside a uma **distância** de uma quadra das praças estudadas (81%) (Figura 31), sendo que nenhum declarou morar a mais de quatro quarteirões.

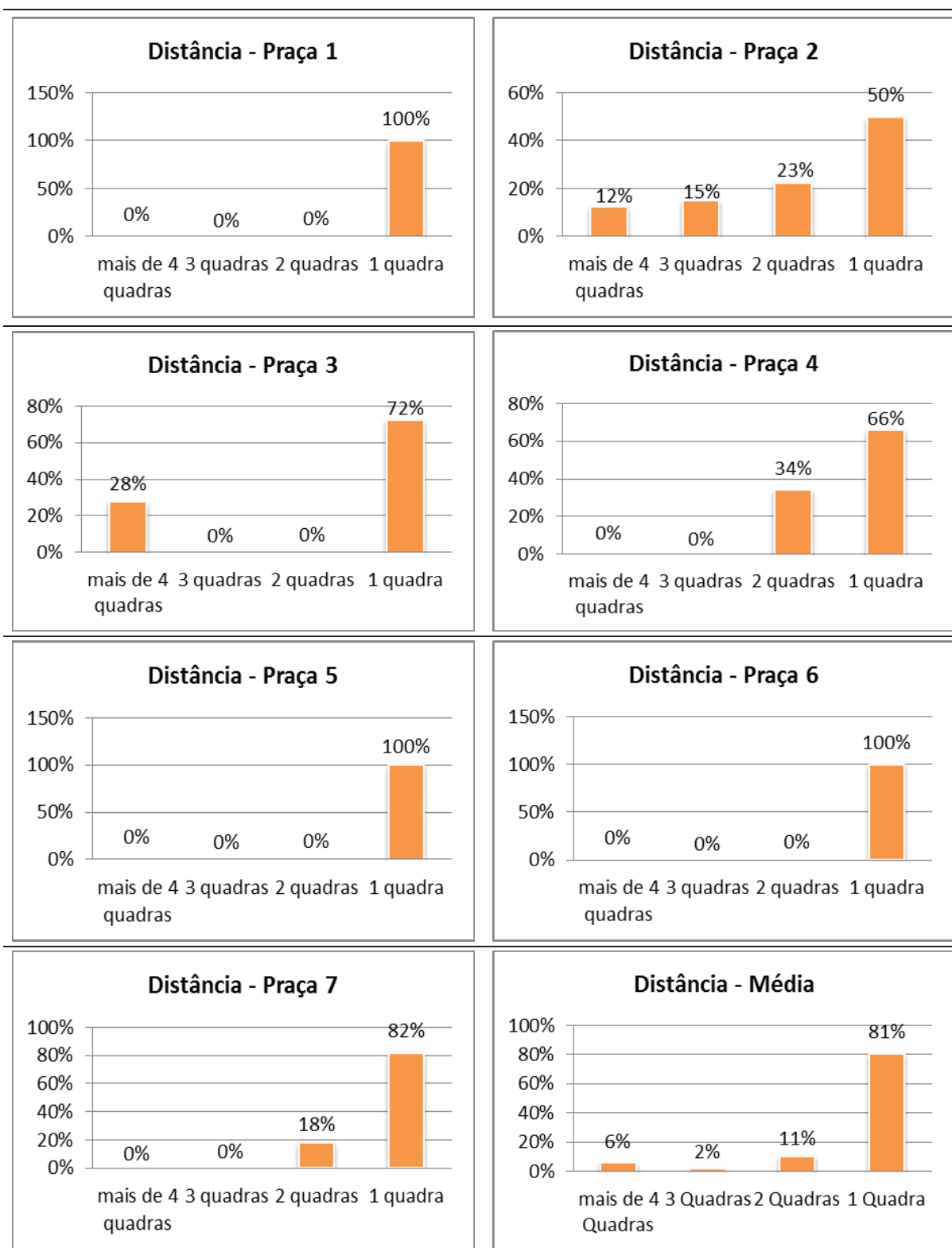
Extenso estudo realizado por Cohen et al. (2006) a respeito dos hábitos de frequência de *pocket parks* em bairros periféricos pobres de Los Angeles, concluiu que a proximidade é fator crítico para a utilização constante de praças e parques, ou seja, a grande maioria dos usuários vive a uma distância máxima de uma milha (pouco mais de 1.660 m) da área de lazer que costuma frequentar. Já para Fermino (2012), a partir de 500 m de distanciamento entre a residência do indivíduo e o espaço livre mais próximo, o índice de visitação diminui dramaticamente (81%).

Em termos de **atividades realizadas**, os respondentes utilizam os espaços principalmente para a prática de esportes (24%) e atividades de lazer (21%) (Figura 32). De fato, eventos esportivos são amplamente desenvolvidos em outras áreas livres públicas da cidade e, conforme relata Fermino (2012), estão associados a índices mais elevados de frequência, ou seja, quanto mais equipamentos voltados ao esporte, mais usuários terá o espaço.

A presença de instalações adequadas à prática esportiva tem se mostrado um atrativo para jovens e adolescentes, cooperando para incentivar o esporte e manter tais indivíduos afastados de atividades ilícitas, na medida em que contribui para a integração social saudável (SOUZA et al., 2014).

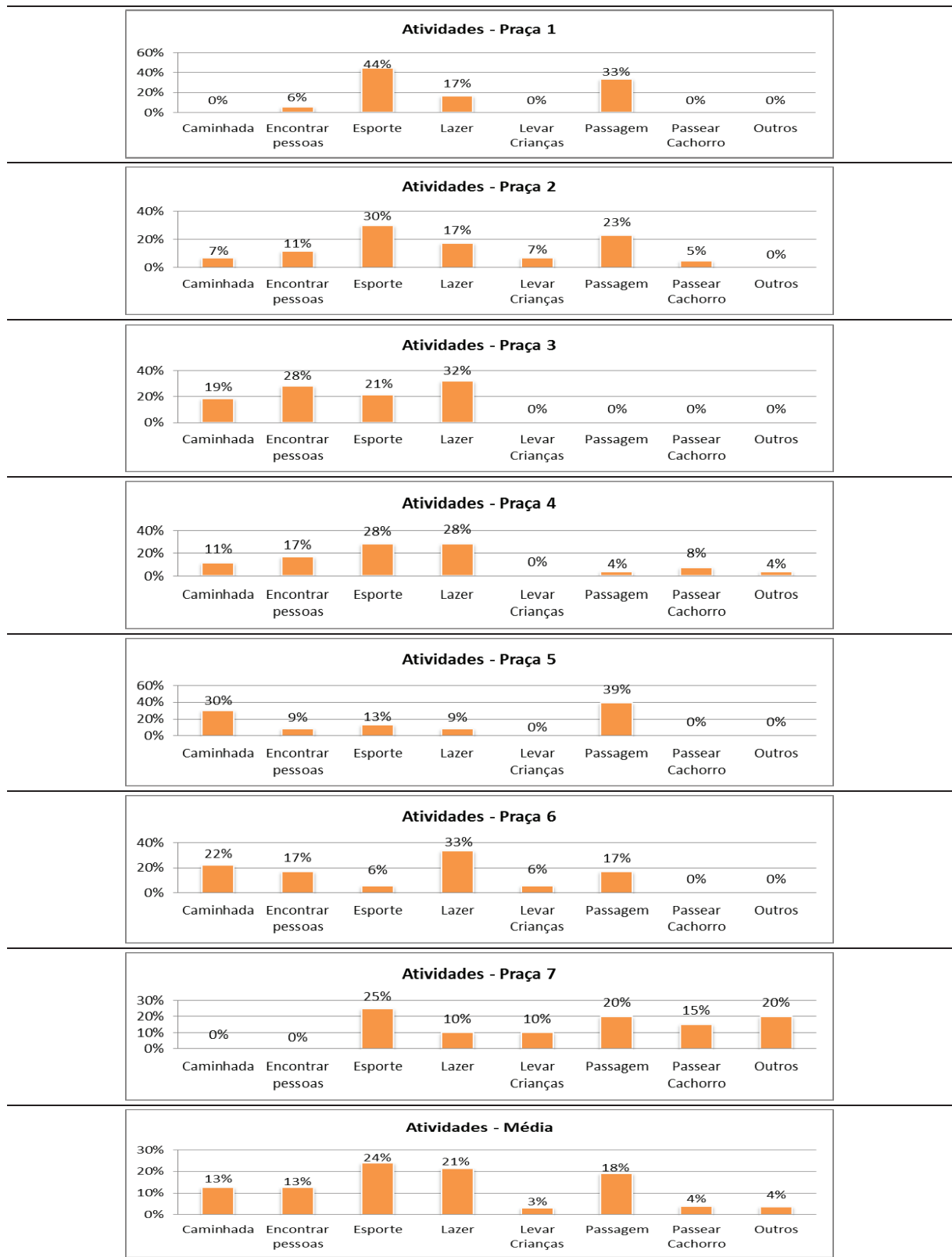
Zerbini (2009) sustenta a ideia de que homens jovens buscam as praças e demais espaços livres públicos para a prática esportiva, ao passo que mulheres os procuram para atividades como caminhada e lazer com os filhos, o que significa afirmar que a frequência de representantes do sexo feminino nas quadras poliesportivas costuma ser significativamente inferior à daqueles do gênero masculino. A autora também destaca que a prática de esportes assume importante papel no aumento dos níveis de qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina, da noção de responsabilidade e do trabalho em equipe, relevantes aprendizados que ampliam o sucesso escolar e auxiliam a adaptação do jovem às dificuldades da vida.

Figura 31: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de distância das residências dos usuários em relação às sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 32: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos usuários nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

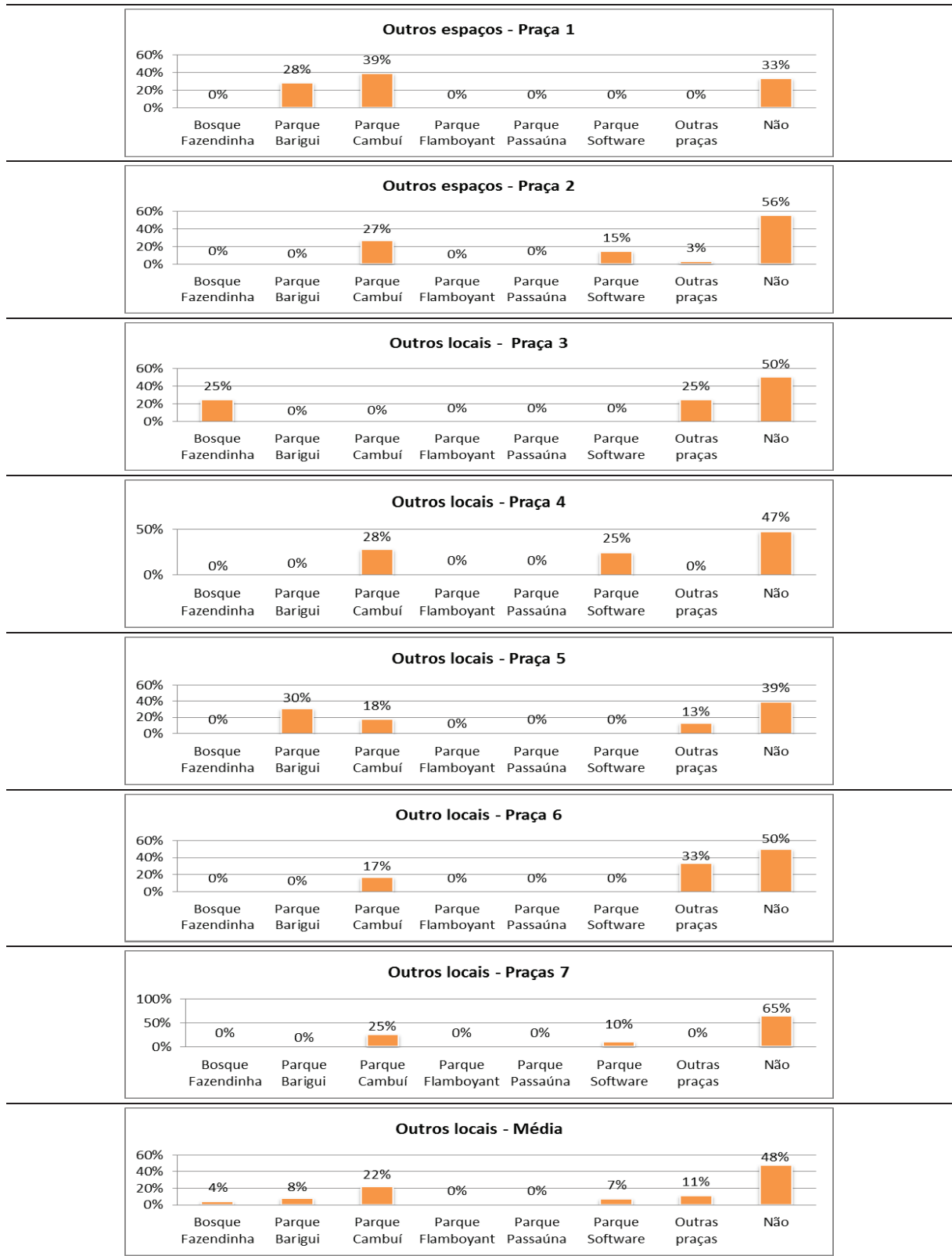
Quando questionados se há **outros espaços similares** que visitam (Figura 33), a grande maioria respondeu que “não” (48%), embora outros tenham afirmado utilizar o Parque Cambuí (22%), localizado no mesmo bairro (CIC), o qual oferece melhor estrutura para seus usuários e proporciona maior sensação de segurança, conforme levantamentos efetivados por Lima (2013). O Parque do Software, também localizado nas proximidades, surge como área livre alternativa utilizada por 7% dos respondentes. Dentre os parques mais tradicionais da cidade, o Barigui surge como opção de frequência para 8% dos entrevistados, enquanto 11% afirmaram frequentar outras praças, sem, todavia, especificá-las. Vale lembrar que áreas livres vigiadas e localizadas em vizinhanças consideradas mais seguras tendem a ser mais utilizadas que outras situadas em locais menos resguardados (COHEN et al., 2006).

Em termos de CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, uma das principais **situações prejudiciais** identificadas pelos usuários (Figura 34) foi o uso facilitado de drogas (41%), seguido por insegurança (10%), bem como por prática de sexo nos espaços públicos (9%), além de furtos e roubos (9%). A maioria dos respondentes (33%) afirmou que tais situações provocam forte **inibição** para a frequência das praças (33%) (Figura 35).

Em se tratando da **sensação de segurança**, 36% afirmaram sentir-se pouco seguros nesses locais durante o dia. Já no período noturno, 38% dos entrevistados declararam não se sentir nada seguro ao utilizar os espaços estudados (Figura 36). Os principais fatores apontados pelos respondentes como determinantes para tais sensações foram a insegurança efetiva dos locais (37%) e a presença de consumidores de drogas (30%).

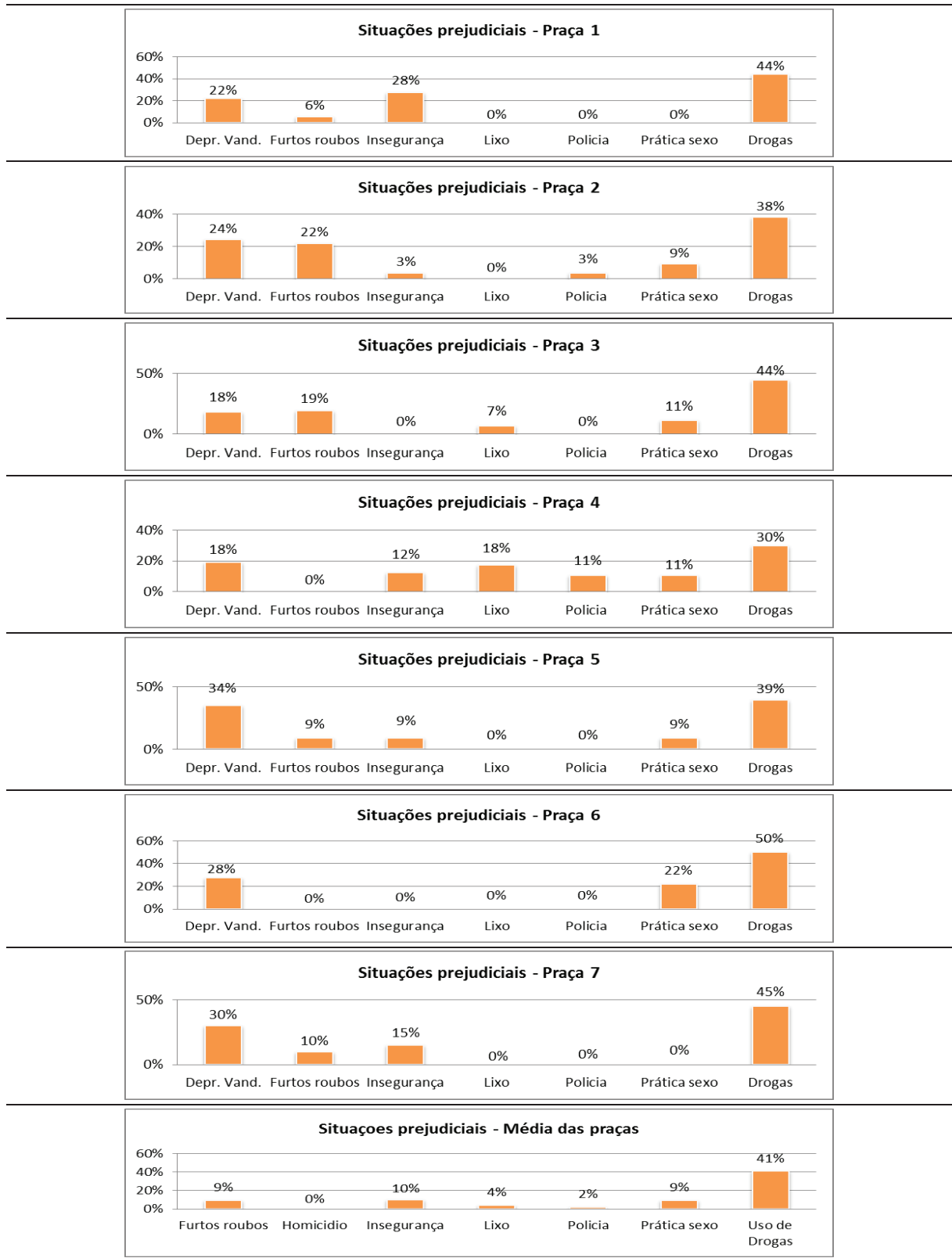
Resultados obtidos por Souza et al. (2014) também apontam a presença de usuários de substâncias psicoativas como um problema em espaços livres públicos. Por outro lado, dos 26% dos entrevistados que afirmaram se sentir totalmente seguros ao frequentar essas áreas durante o dia e muito seguros à noite (24%) atribuíram essas sensações à tranquilidade das praças.

Figura 33: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do uso de outros espaços similares por parte dos usuários das sete praças selecionadas



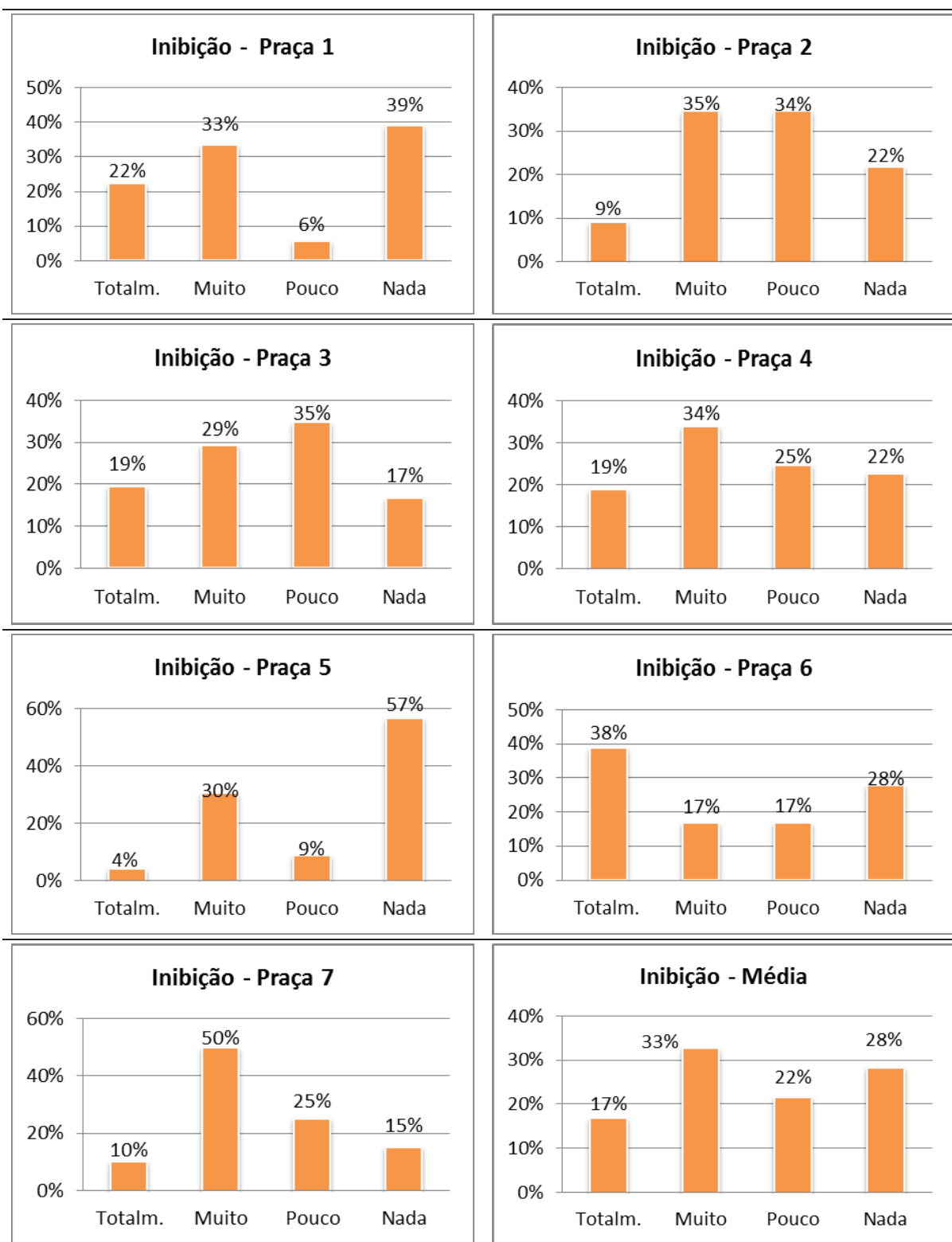
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 34: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos usuários nas sete praças selecionadas



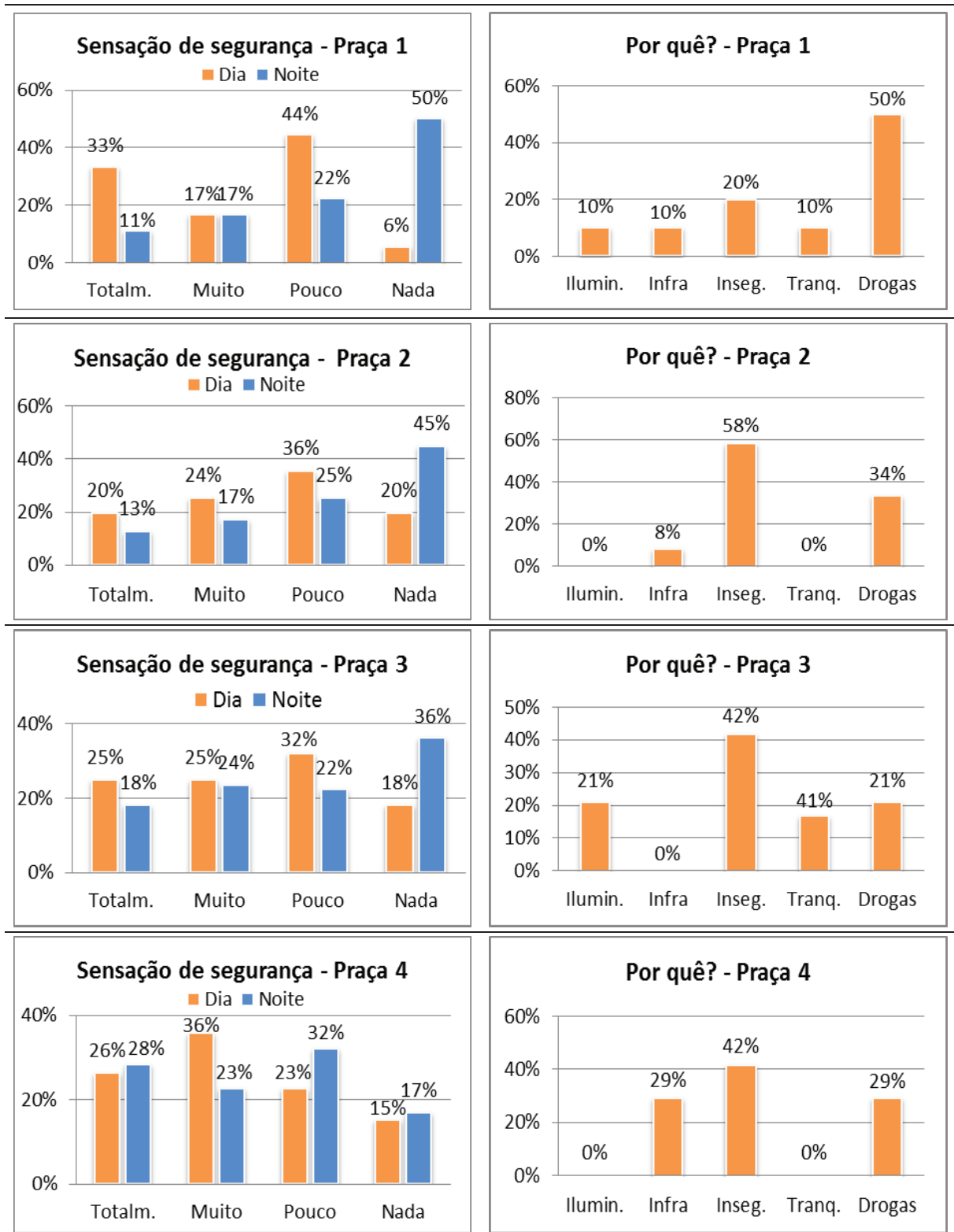
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 35: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência dos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

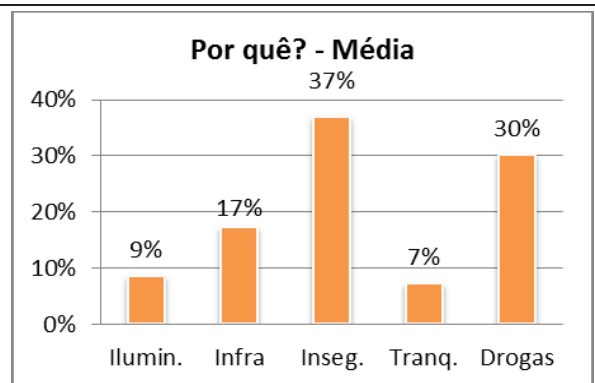
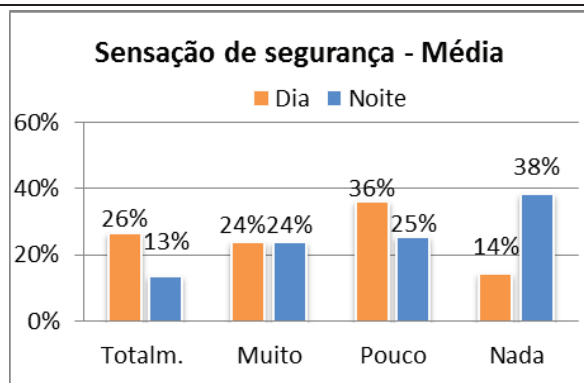
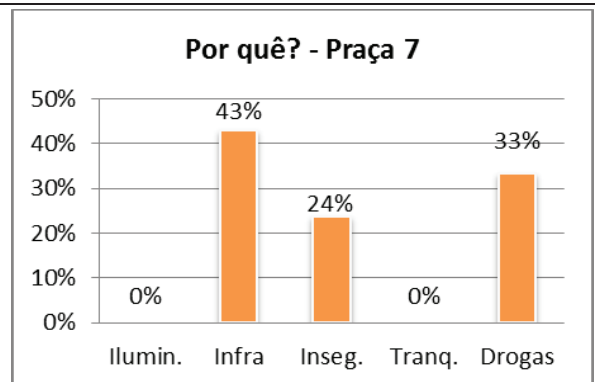
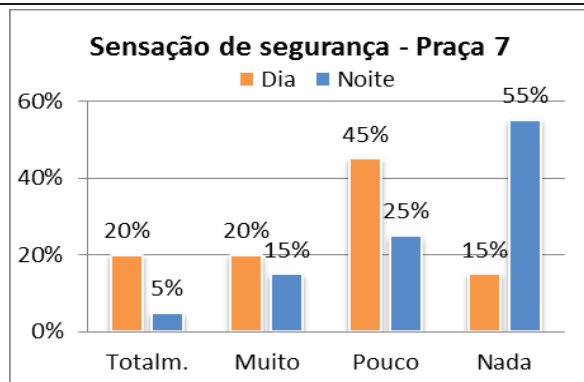
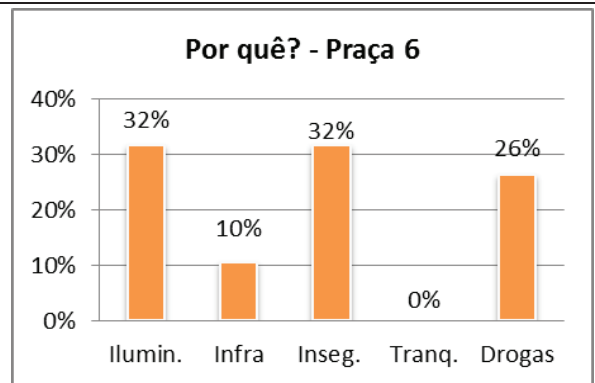
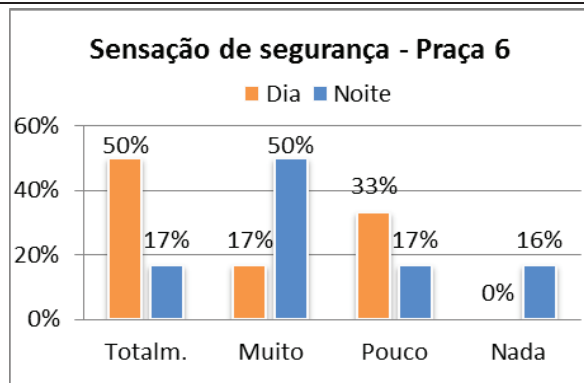
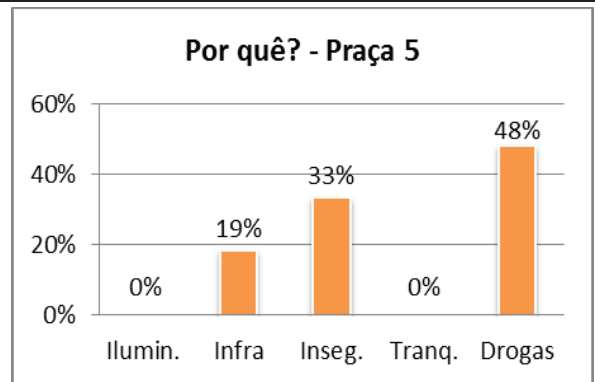
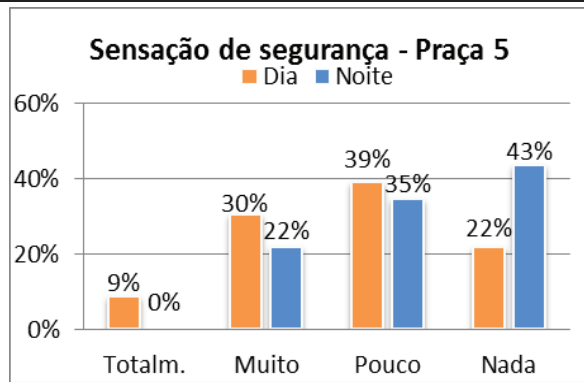
Figura 36: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sensação de segurança dos usuários nas sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

Os resultados corroboram a conclusão de Lima (2013), uma vez que 49% dos frequentadores do Parque Cambuí, opção importante de espaço livre público para a comunidade, conforme descrito anteriormente, declararam utilizá-lo justamente em função da maior sensação de segurança.

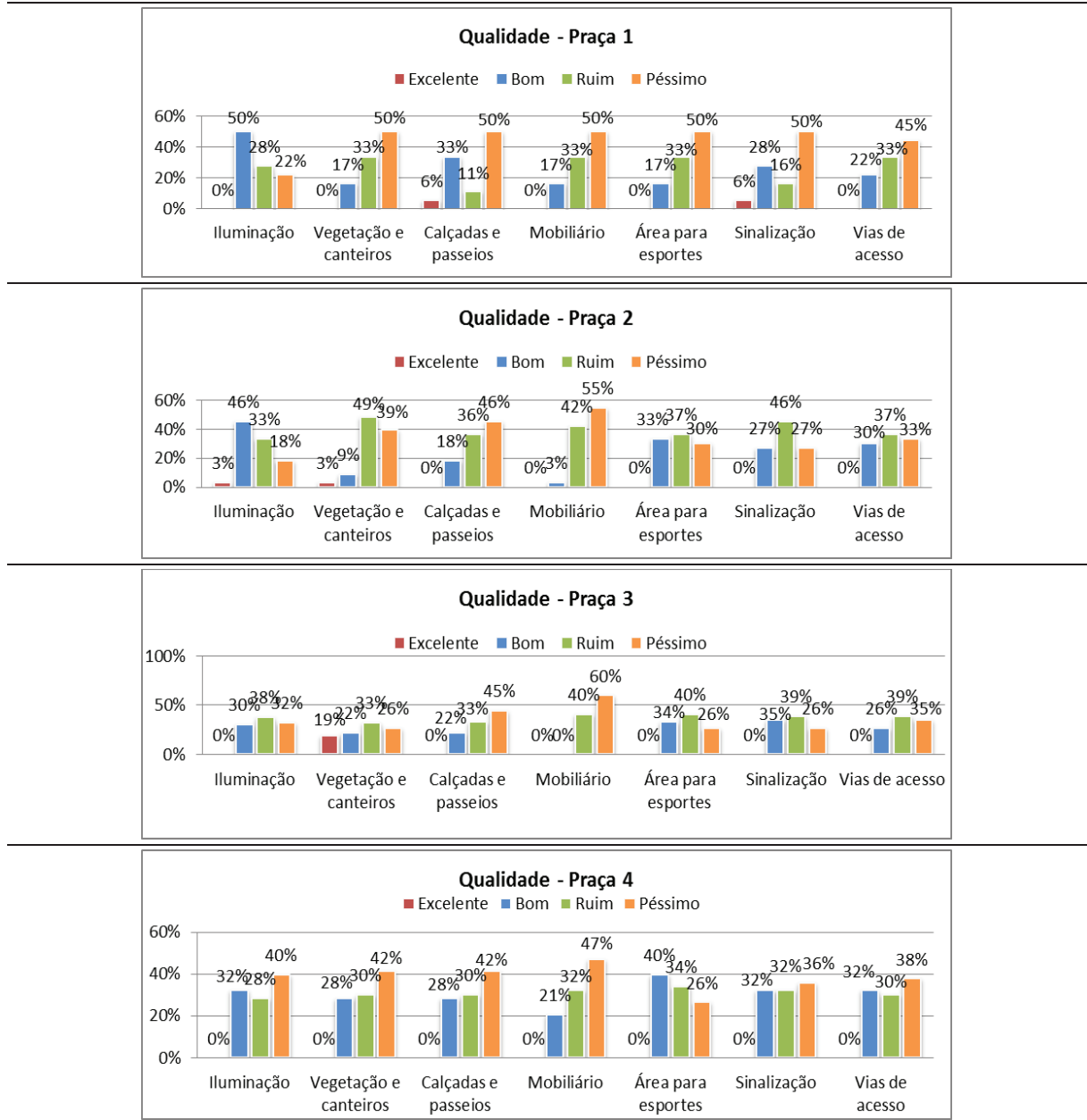
Para Reis (2001), a existência de serviços de segurança pública de qualidade e a presença de equipamentos adequados e em perfeito estado de conservação são fatores que estimulam a frequência dos espaços livres. O autor cita, inclusive, que diversas pesquisas associam a existência de boas instalações ao aumento da prática esportiva.

Com o intuito de obter a opinião dos respondentes sobre COMPONENTES PAISAGÍSTICAS, considerando preliminarmente a **qualidade** dos espaços (Figura 37), foram avaliados os seguintes itens: iluminação, vegetação e canteiros, calçadas e passeios, mobiliário, área para esportes, sinalização e vias de acesso. O primeiro obteve maior quantidade de respostas para “excelente” e “bom” (39%). As vias de acesso foram preferencialmente enquadradas na classe “ruim” (39%), enquanto os demais foram interpretados predominantemente no estrato “péssimo”, com proporcionalidades de 34% a 50%.

Nota-se que as praças da área de estudo obtiveram pior avaliação referente às suas condicionantes ambientais e paisagísticas do que o Parque Cambuí, avaliado como “bom” pela maioria dos usuários quanto à segurança (44%) e à iluminação (34%). Apenas o item “manutenção” foi indicado pela maioria daqueles respondentes (31%) como “ruim” (LIMA, 2013).

Quando perguntados sobre o **estado geral** das praças, a maioria dos usuários respondeu “ruim” (44%). Por outro lado, quando indagados sobre o bairro, a maior parte declarou considerá-lo “bom” (53%) (Figura 38).

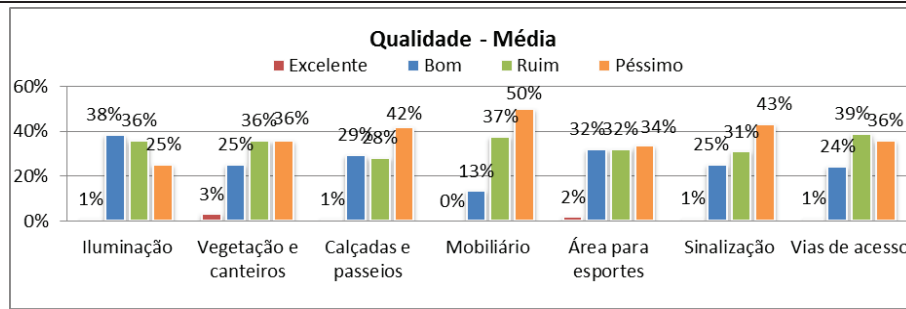
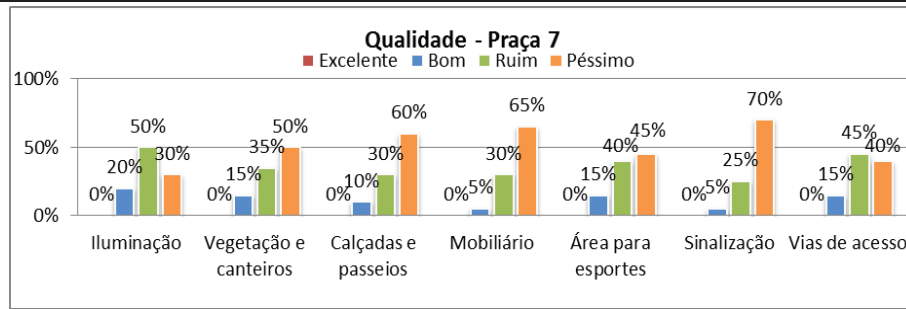
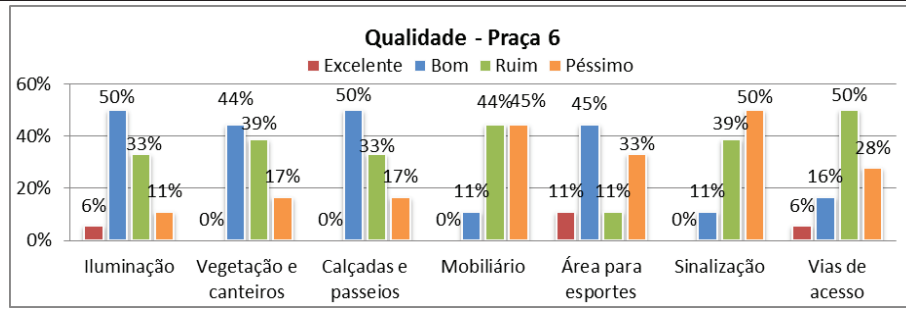
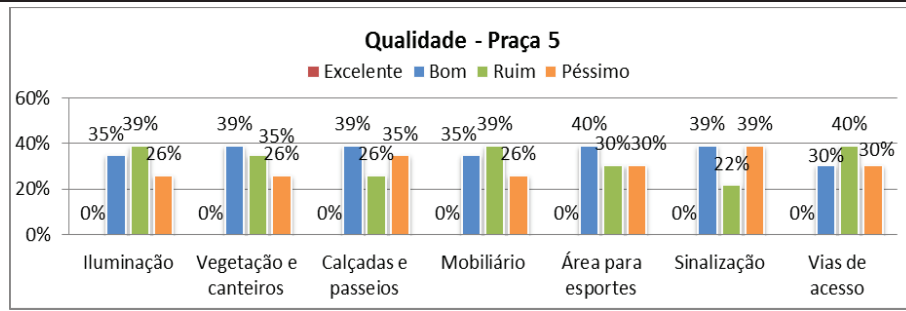
Figura 37: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média dos graus de qualidade dos itens avaliados pelos usuários das sete praças selecionadas



(Continua)

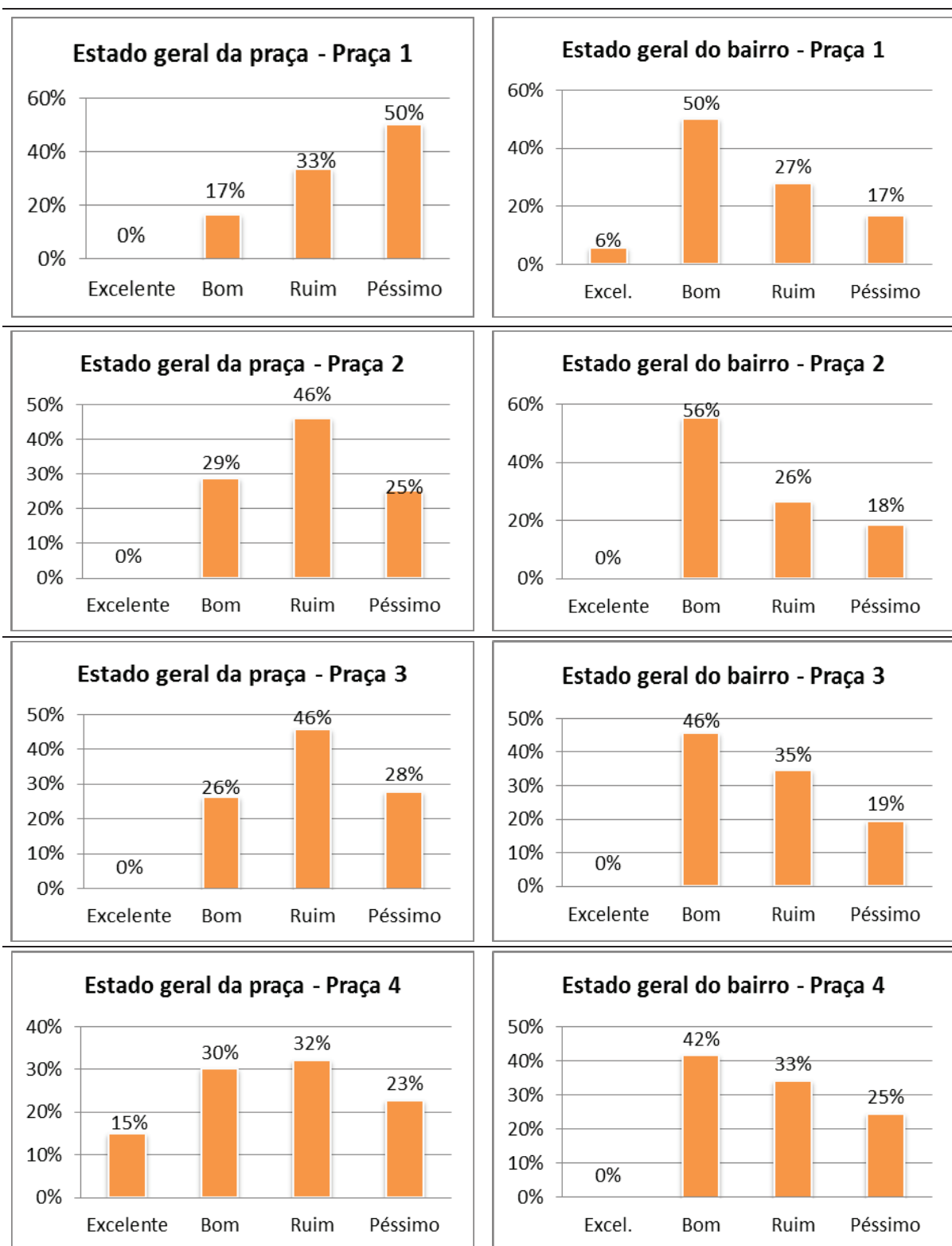
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

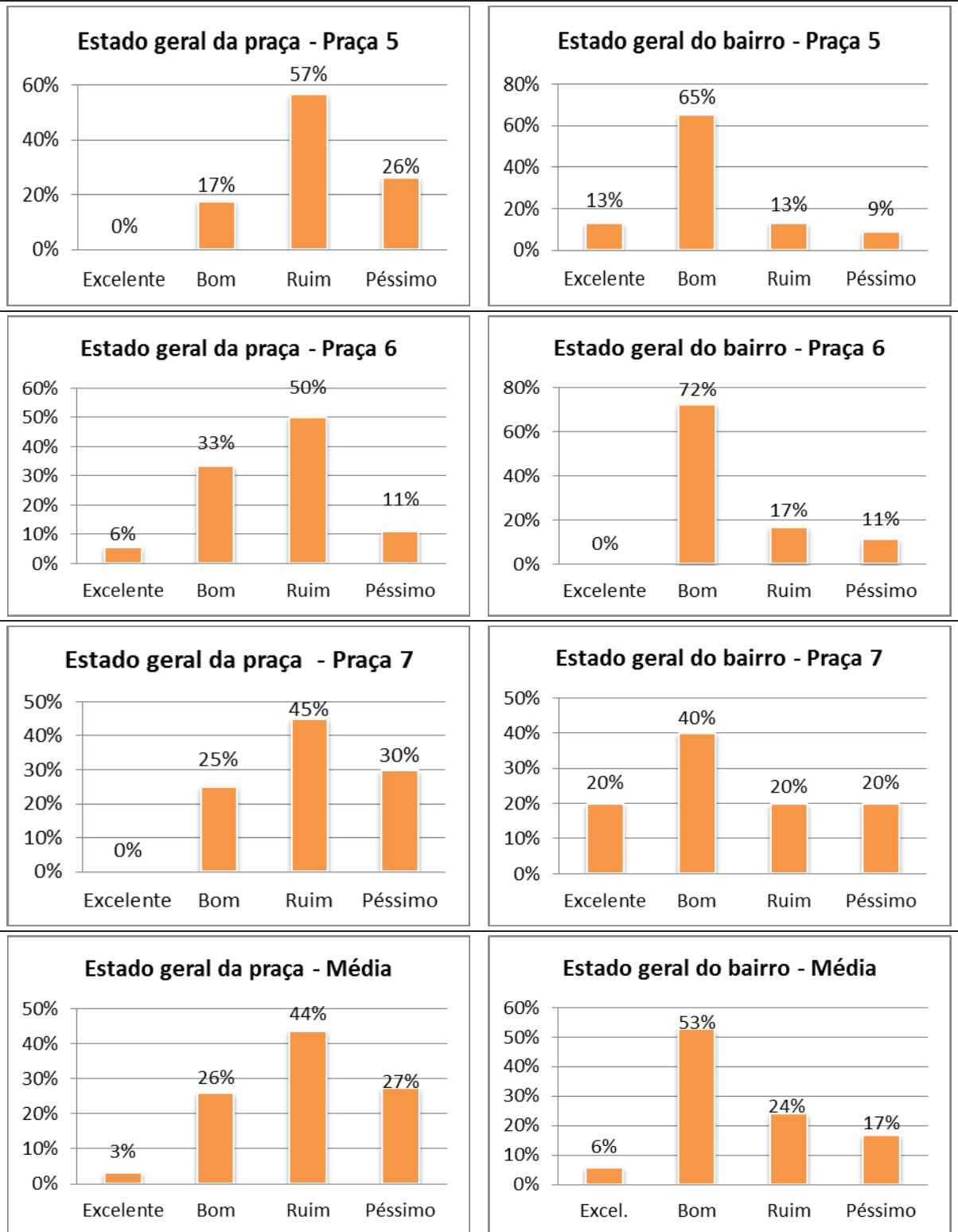
Figura 38: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com os usuários das sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

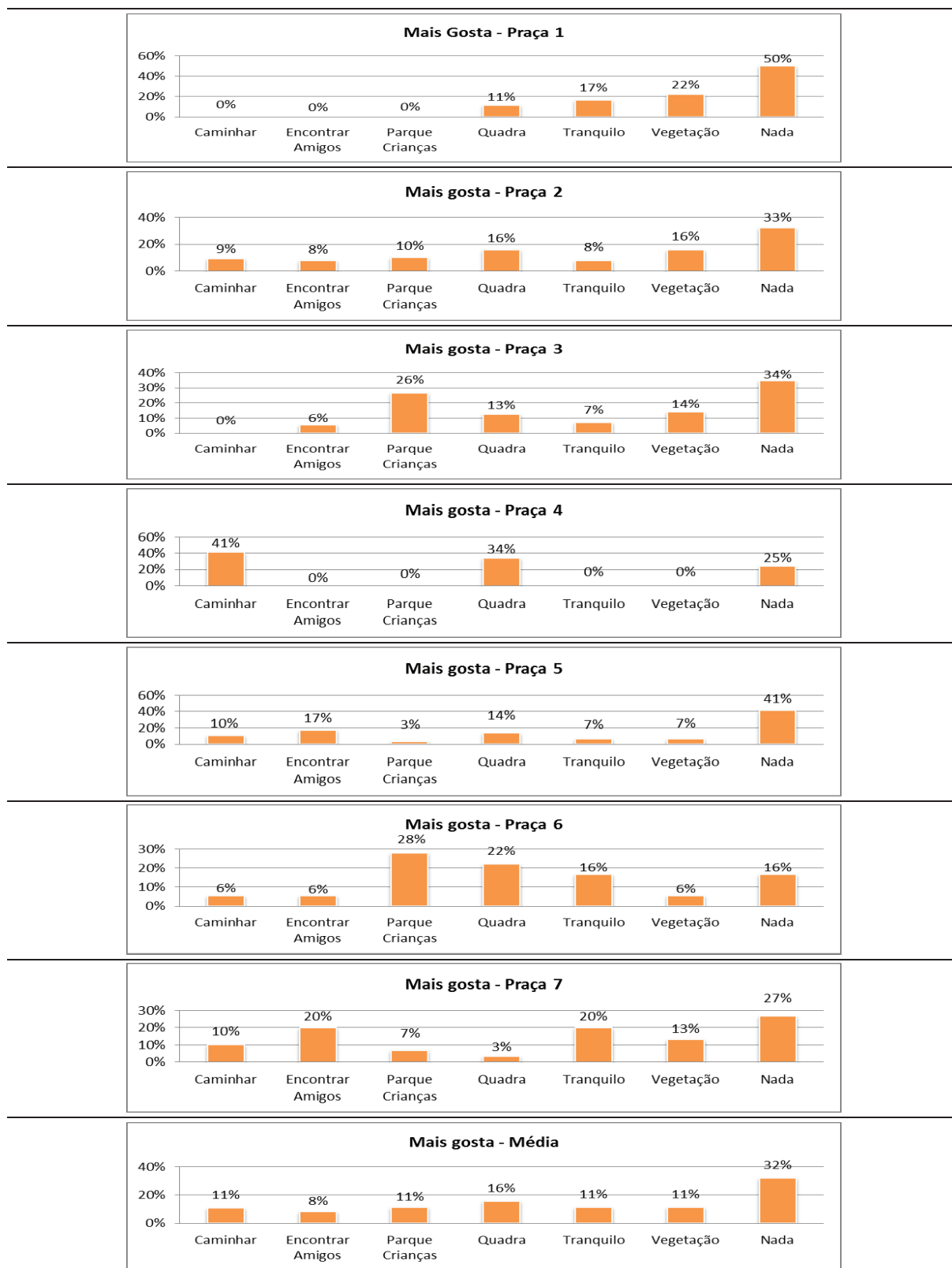
Diante do exposto, nota-se que a avaliação negativa das praças não foi repetida quando os entrevistados foram indagados a respeito da qualidade geral do bairro, demonstrando que a percepção dos usuários não é capaz de conectar as primeiras ao segundo, como se as praças estivessem desconectadas do seu entorno. Tal fato pode ser considerado um dos principais aspectos que impedem a efetiva apropriação do espaço público pelos moradores vizinhos, a qual possibilita a geração do sentimento de pertencimento, ampliando os valores sociais da vida em comunidade (SILVA; EGLER, 2002).

No âmbito da opinião dos usuários, a resposta “nada” apareceu em maior número para o que era **mais apreciado** (32%), seguida por “quadra para prática de esportes” (16%) (Figura 39). Por outro lado, os entrevistados responderam que **mais desgostam** igualmente de “nada” e da presença de consumidores de drogas (24% e 16%, respectivamente). A falta de manutenção adequada, bem como seu quantidades expressivas de indicações como itens **menos apreciados**, com 13% cada (Figura 40).

Zerbini (2009) argumenta que o sentimento de satisfação está diretamente relacionado à agradabilidade de um ambiente, o que, para Lynch (2008), depende de propriedades baseadas no significado, ritmo, estímulo e escolha, além da imaginabilidade, que trata da necessidade de identificação do sujeito com o espaço. Na visão de Nasar (1998), a preferência é uma resposta rápida de avaliação das características ambientais de um local, que precede uma percepção consciente. Significa afirmar que essa condição independe do processo cognitivo de reconhecimento do objeto, sendo uma comunicação direta das suas variáveis formais.

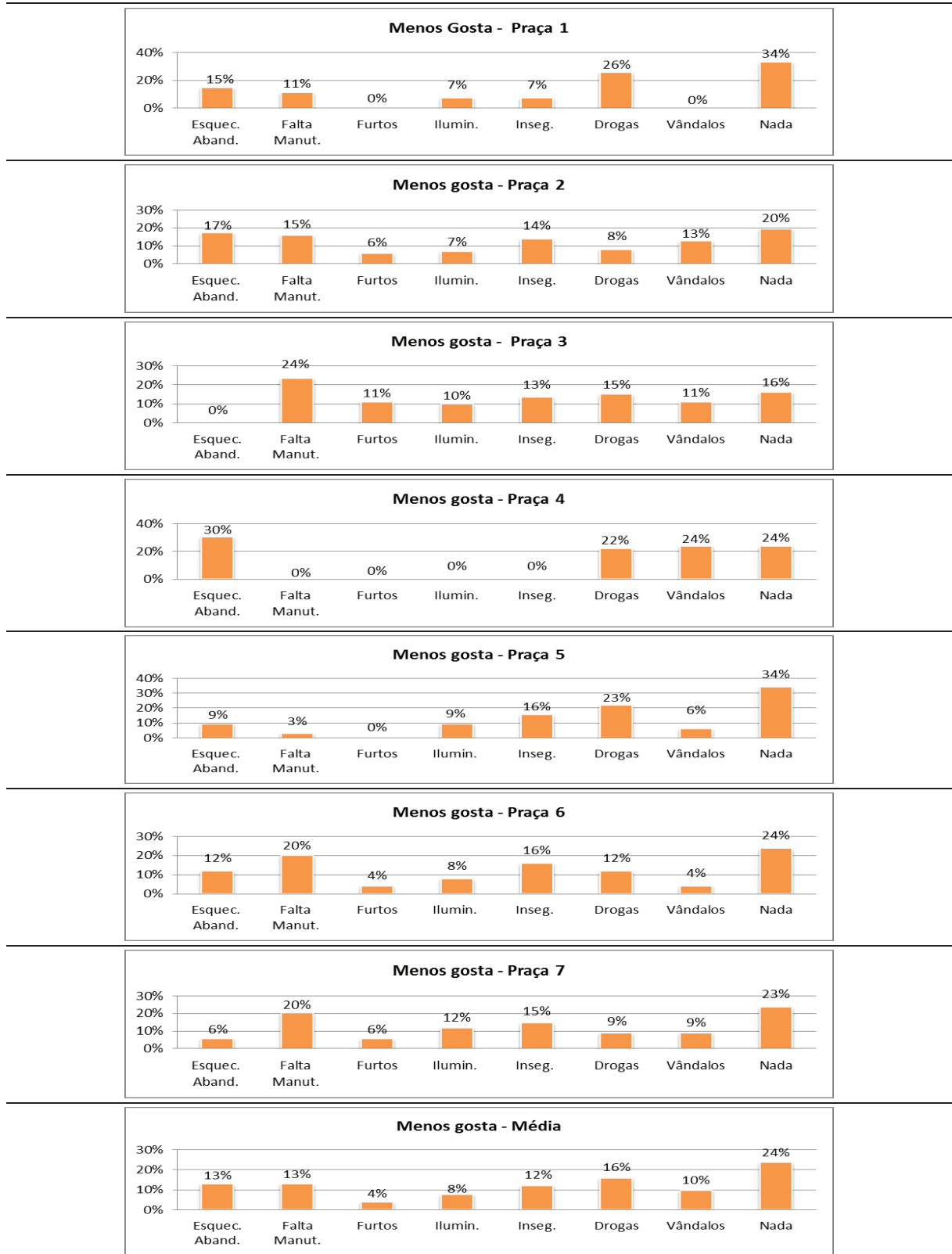
É importante destacar que a maior parte das **melhorias sugeridas** pelos usuários (Figura 41) está relacionada à limpeza e à manutenção (18%), semelhantemente às respostas dos frequentadores do Parque Cambuí (LIMA, 2013). As demais sugestões dos usuários em número significativo versam sobre a instalação de mais e melhores equipamentos (16%) e sobre a ampliação das condições de segurança (15%)

Figura 39: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos usuários das sete praças selecionadas



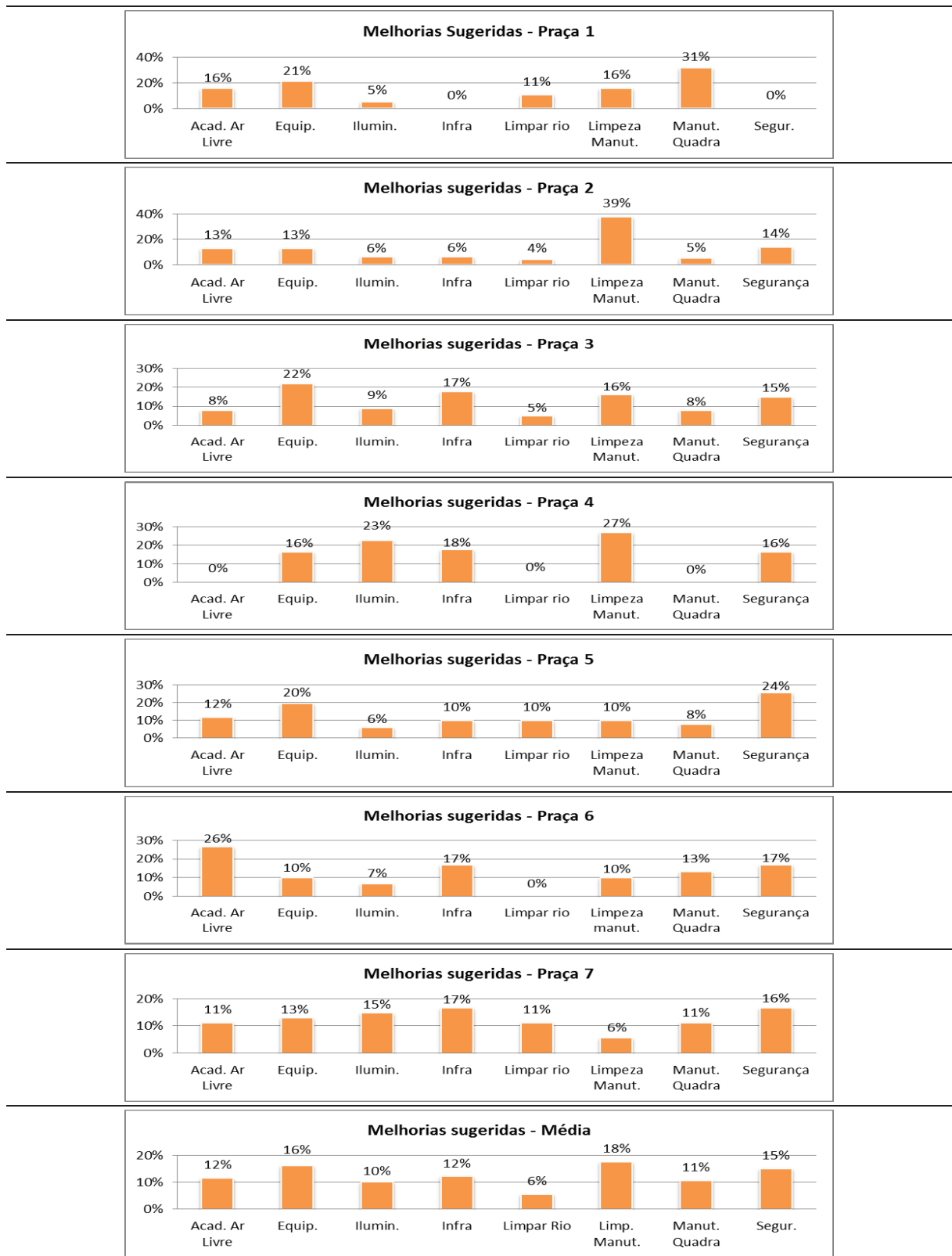
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 40: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 41: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos usuários das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

4.3.2 Percepção dos moradores do entorno imediato

Relativamente ao seu PERFIL, entre os 144 residentes identificados no entorno imediato do conjunto de sete praças, predomina o **gênero** feminino (62%) (Figura 42). A vizinhança próxima da Praça 3 (Jocelina Dias de Melo) apresenta, dentre todos esses espaços, o maior número de respondentes deste sexo, somando 78%, enquanto na da Praça 6 (São Rafael), as mulheres representam pouco mais da metade dos entrevistados (58%). Apenas no entorno imediato da Praça 5 (Rua Darci Vargas) há predominância de homens (57%).

Os dados obtidos se assemelham aos oficiais municipais, os quais também revelam a predominância de indivíduos do sexo feminino. A proporção de mulheres encontrada no entorno imediato das praças, contudo, está significativamente acima da registrada no município de Curitiba e no bairro CIC (52% em ambos os casos) (IPPUC, 2014a).

No que se refere à **faixa etária** (Figura 43), em média, há predominância de pessoas entre 55 e 59 anos (11%), seguida das faixas etárias entre 15 e 19, 30 a 34, 60 a 64 e 65 a 69 anos, contando com 10% dos entrevistados cada. Esses resultados revelam, assim, expressiva diversidade de respondentes. As menores porcentagens estão nos estratos acima de 75 (1%) e entre 20 e 24 anos (3%). Diferentemente do que mostram os resultados sobre os moradores do entorno imediato do grupo de sete praças, os dados oficiais apontam, como prevalentes em Curitiba e no bairro CIC, os indivíduos entre 25 e 29 anos (9% e 10%, respectivamente) (IPPUC, 2014a).

Figura 42: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 43: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Em se tratando do grau de **escolaridade** (Figura 44), tem-se, em média, assim como entre os usuários, o maior número de respondentes com ensino médio completo (27%), com porcentagem ligeiramente inferior à do município para habitantes com a mesma formação, que é de 29,86%, segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a).

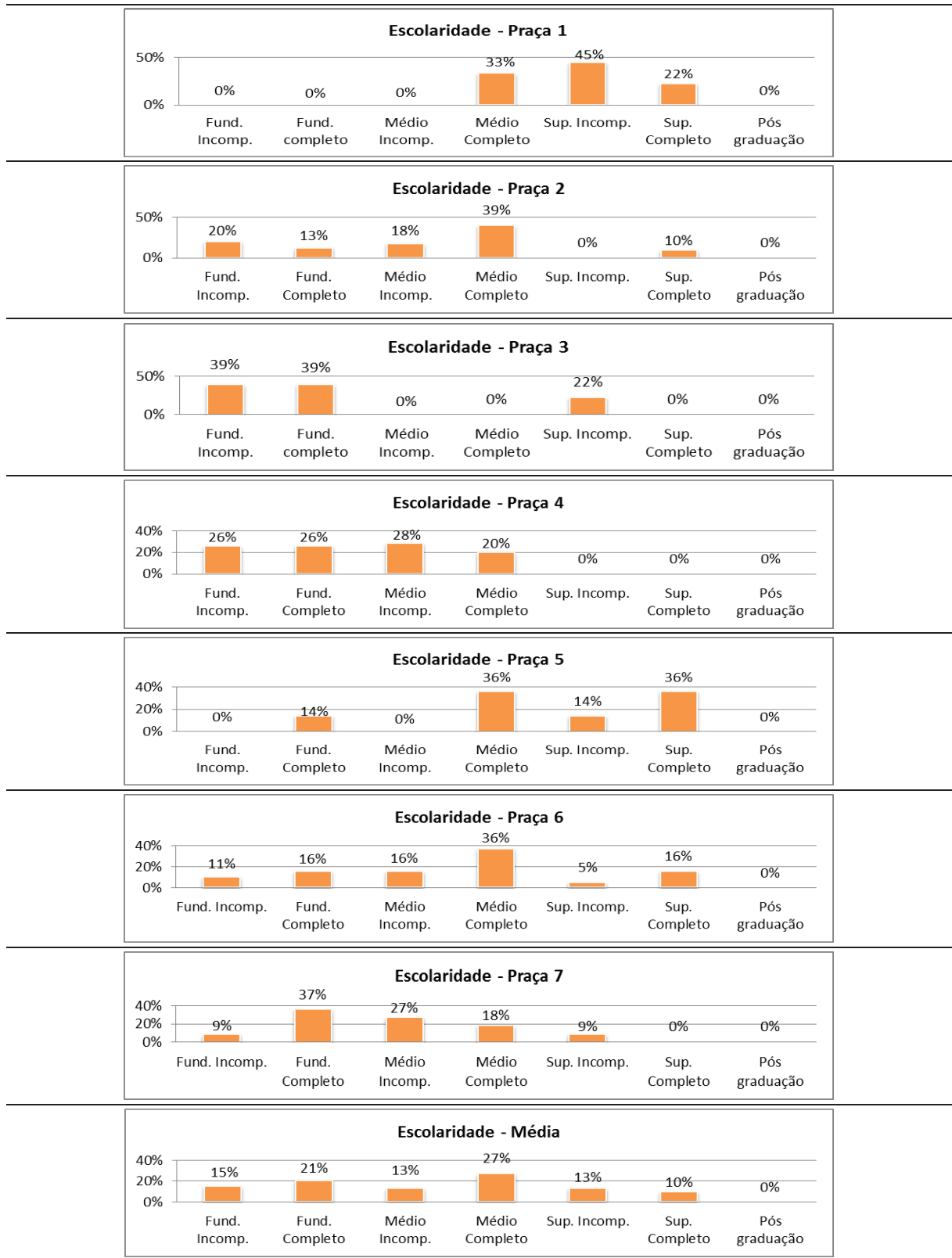
Analisando os resultados obtidos nas proximidades de cada praça, individualmente, observa-se significativa diversidade de nível de instrução entre os respondentes. Enquanto nas vizinhanças das praças de números 2, 5 e 6 (Gregório Piatkowski, Rua Darci Vargas e São Rafael) também há maioria de pessoas com ensino médio completo (39%, 36% e 36%, respectivamente), as das praças 3 (Jocelina Dias de Melo) e 4 (Luiz Geraldo Caillet) apresentam número significativo de entrevistados com ensino fundamental incompleto (39% e 26%, respectivamente).

Esses índices são superiores aos dados oficiais, que apontam a existência de apenas 9% da população do município com ensino fundamental incompleto. Em se tratando de indivíduos com essa mesma formação completa, este valor sobe para 10% (IPPUC, 2014a).

Os resultados sobre escolaridade dos moradores do entorno imediato das sete praças estudadas reforçam, novamente, o enquadramento de Vieillard-Baron (2013) do baixo nível de escolaridade da população como um dos principais fatores de vulnerabilidade social.

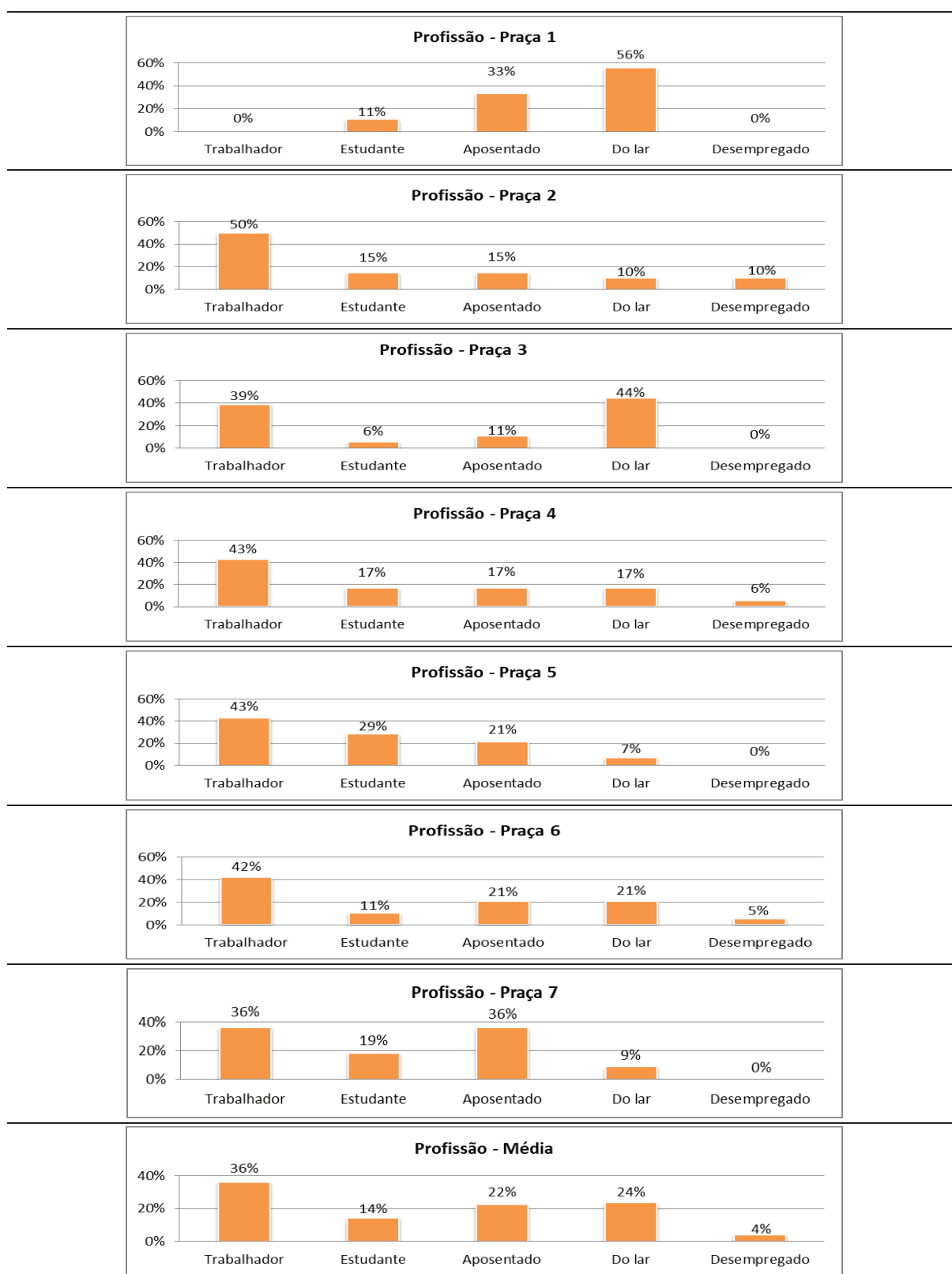
Em termos de **ocupação** (Figura 45), em sua maioria, assim como os usuários, os moradores do entorno imediato pertencem à classe trabalhadora (36%), índice pouco abaixo do encontrado em dados oficiais, que apontam para um total de 38% em Curitiba (IPPUC, 2014a). Aposentados representam 22% do total de entrevistados; a presença desses indivíduos é particularmente marcante entre os respondentes no entorno das praças 1 (Vale Verde) e 7 (Rua Joana Maria Ferreira), com 33% e 37%, respectivamente.

Figura 44: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 45: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos moradores do entorno imediato das sete praças seleccionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Cabe destacar a inexistência, nas entrevistas, de representantes da classe trabalhadora no entorno imediato da Praça 1 (Vale Verde), em contraposição ao elevado índice de 50% desses sujeitos na vizinhança próxima da Praça 2 (Gregório Piatkowski). Desempregados somam apenas 4%, embora caiba salientar que não há distinção entre empregos formais e informais.

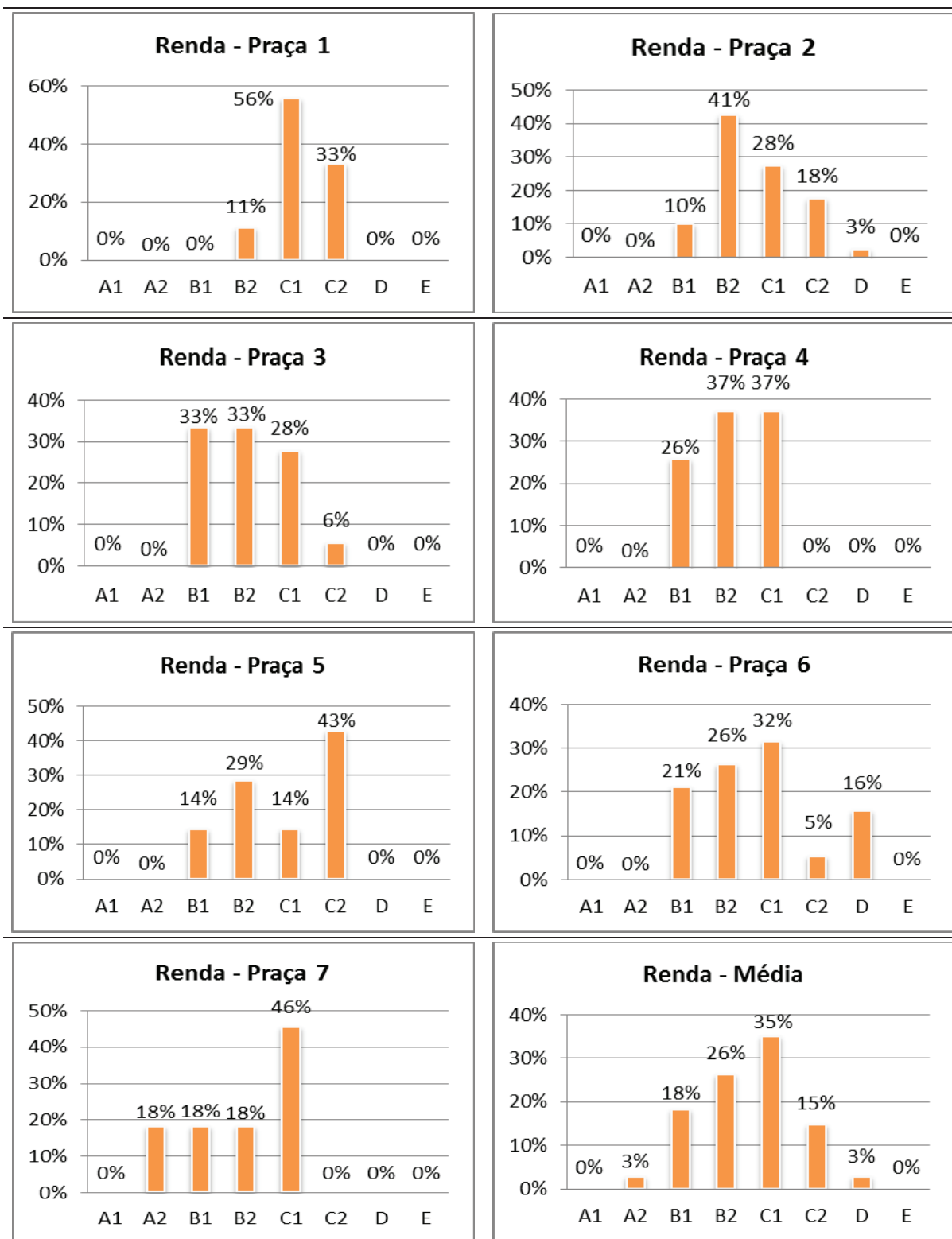
Algumas particularidades, contudo, devem ser mencionadas, como a forte presença de depoentes “do lar” entre os moradores do entorno imediato das praças 1 (Vale Verde) e 3 (Jocelina Dias de Melo), com 56% e 44%, respectivamente, elevando sua média para 24% do total de entrevistados. O baixo índice médio de estudantes (14%) pode ser explicado em função do horário em que as entrevistas foram realizadas, sempre no período diurno, quando significativo número de acadêmicos encontra-se em sala de aula.

Conforme o critério Brasil de classificação de **renda** (ABEP, 2014), 35% estão enquadrados na classe C1 (média a média baixa – Figura 46), em porção significativamente superior à observada no município, que conta com 18% de seus habitantes enquadrados nesta categoria. Logo abaixo, representando 26% do total, estão os representantes da B2 (média a média alta), que, na cidade de Curitiba, compreende 29% dos seus habitantes, segundo dados do censo demográfico de 2000 (AGÊNCIA CURITIBA, 2014a; IBGE, 2011).

Há que se ressaltar, porém, o aumento significativo da população pertencente à classe C (média baixa) na capital paranaense. Dados estratificados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2014), com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), apontam um crescimento de quase 10% em apenas seis anos.

Respondentes que pertencem à classe A2 (alta) equivalem a apenas 3% do total de entrevistados e estão concentrados no entorno imediato da Praça 7 (Rua Joana Maria Ferreira). É notável, ainda, a inexistência de representantes dos estratos A1 (muito alta) e E (muito baixa) entre os entrevistados.

Figura 46: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos moradores do entorno imediato das sete praças seleccionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Nota: A1 = muito alta; A2 = alta; B1 = média alta a alta; B2 = média a média alta; C1 = média a média baixa; C2 = média baixa a baixa; D = baixa; E = muito baixa

Em seus HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO, a maioria dos respondentes do entorno imediato declarou não ser **usuária** das praças (64%) (Figura 47), mesma situação observada ao se analisar individualmente as praças 1 (Vale Verde), 2 (Gregório Piatkowski), 5 Rua Darci Vargas), 6 (São Rafael) e 7 (Rua Joana Maria Ferreira). Metade dos moradores da vizinhança próxima da Praça 3 (Jocelina Dias de Melo), porém, declarou-se usuária deste espaço e 51% informou utilizar a Praça 4 (Luiz Geraldo Caillet).

Os principais **motivos para a não utilização** das praças foram indicados como a falta de equipamentos adequados, a insegurança e a presença de usuários de drogas (25%, 22% e 20%, respectivamente) (Figura 48). Merece destaque o fato de entrevistados declararem não usá-las por falta de tempo ou simplesmente por desinteresse (14% e 7%, respectivamente).

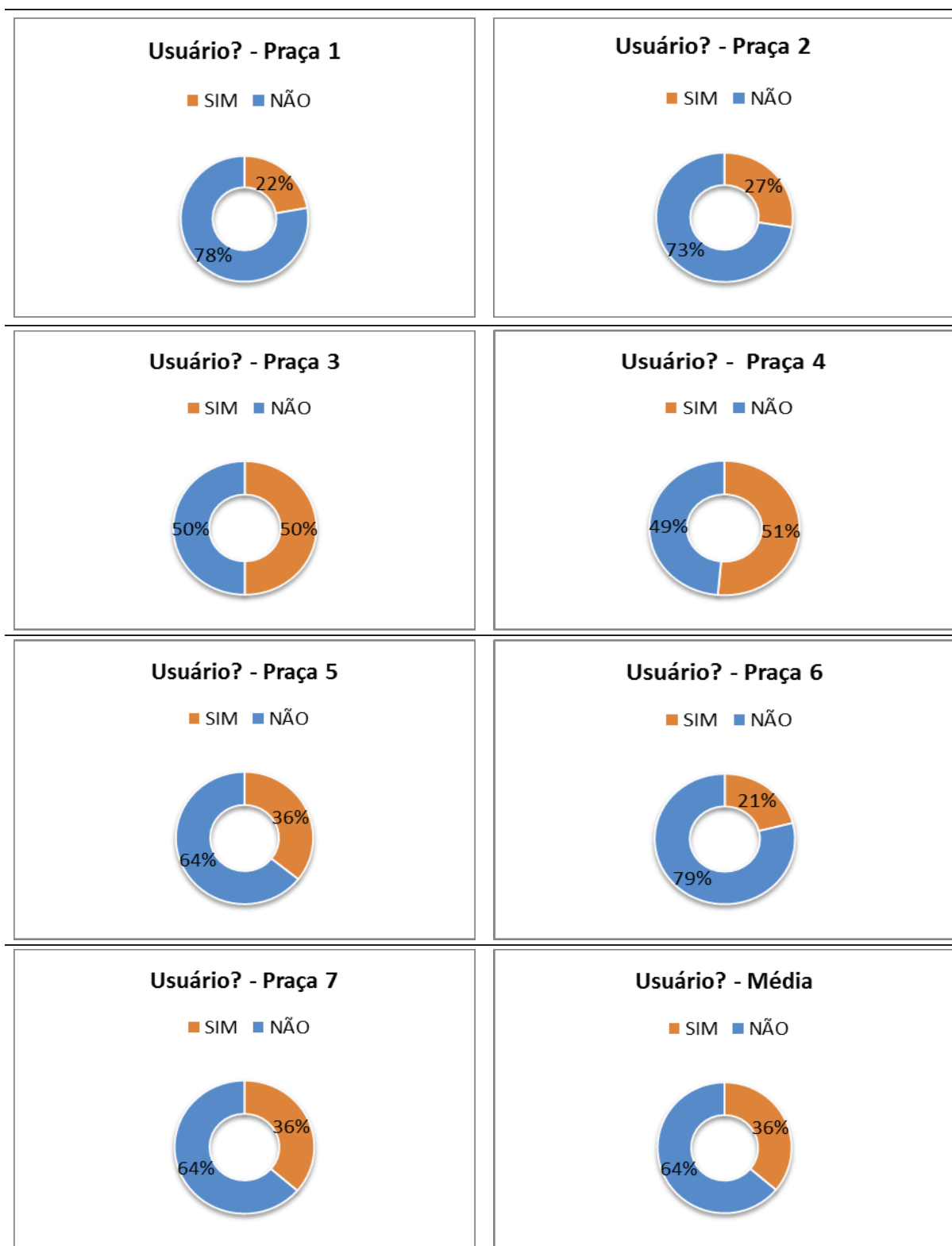
Henderson e Frelke (2000) sugerem que a escolha de frequentar ou não certos locais voltados a atividades de lazer e à prática esportiva é determinada, entre outras variáveis, por valores, aspirações e preferências. Quando tais fatores não são identificados, cresce o sentimento de não pertencimento do indivíduo em relação àquele ambiente.

São notáveis as diferenças entre os perfis dos respondentes de usuários (maioria composta por homens jovens) e moradores do entorno imediato (maioria composta por mulheres de mais idade), o que corrobora para explicar a opção da maior parte desses últimos pela não frequência das praças.

Quando questionados sobre seu uso de **outros espaços similares** (Figura 49), a grande maioria respondeu que “não” (51%), embora outros tenham afirmado utilizar o Parque Cambuí (13%), situado no mesmo bairro e detentor de melhor estrutura para seus usuários, conforme os levantamentos executados por Lima (2013). O Bosque Fazendinha, também localizado nas proximidades, surge como área livre alternativa, sendo frequentado por 11% dos respondentes, Vale mencionar que 12% dos entrevistados mencionaram frequentar outras praças, sem, todavia, especificá-las.

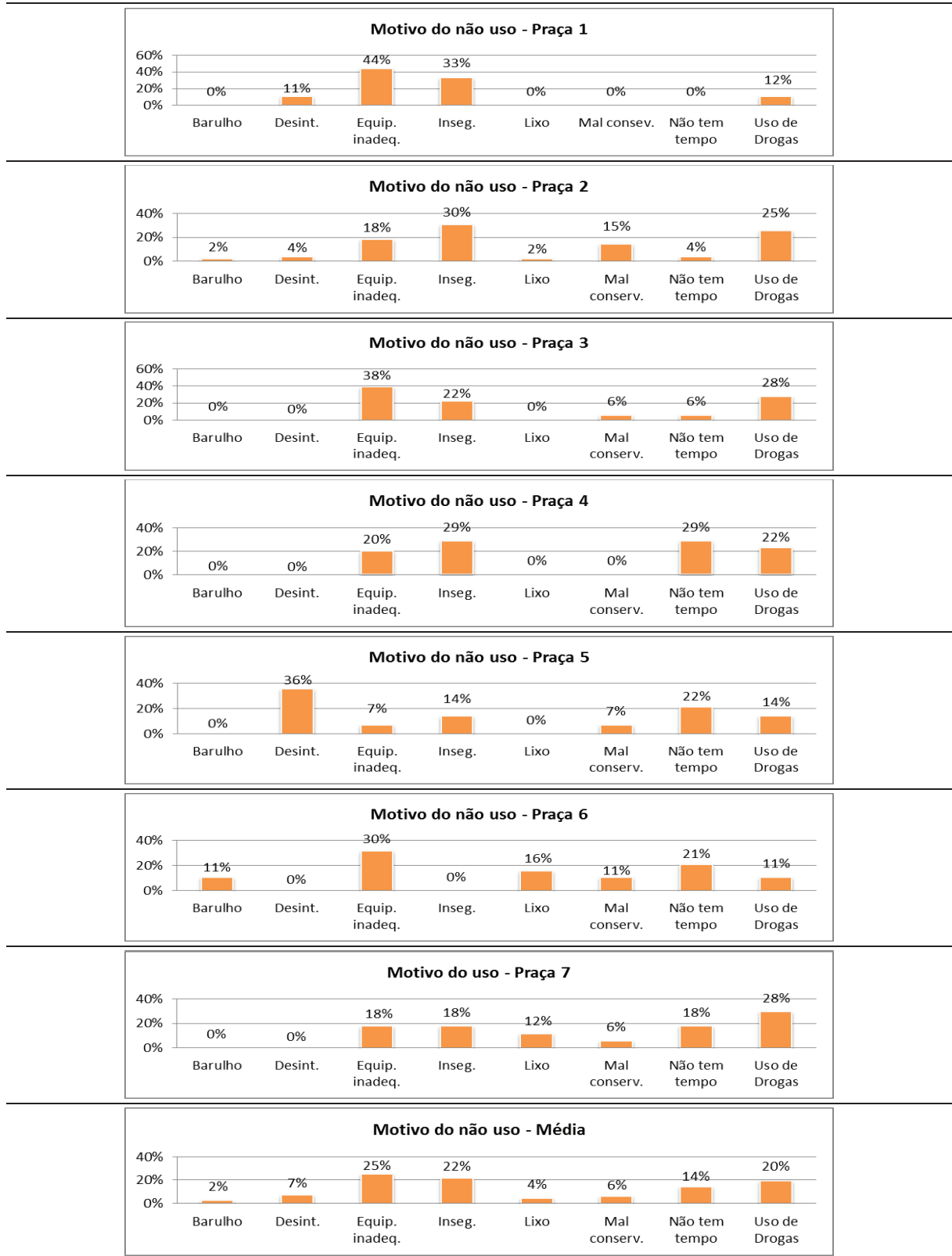
Cohen et al. (2006) citam que espaços livres públicos localizados em áreas periféricas e consideradas inseguras tendem a ser menos visitados pela comunidade ou apresentam níveis de frequência irregulares.

Figura 47: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de usuários entre os moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



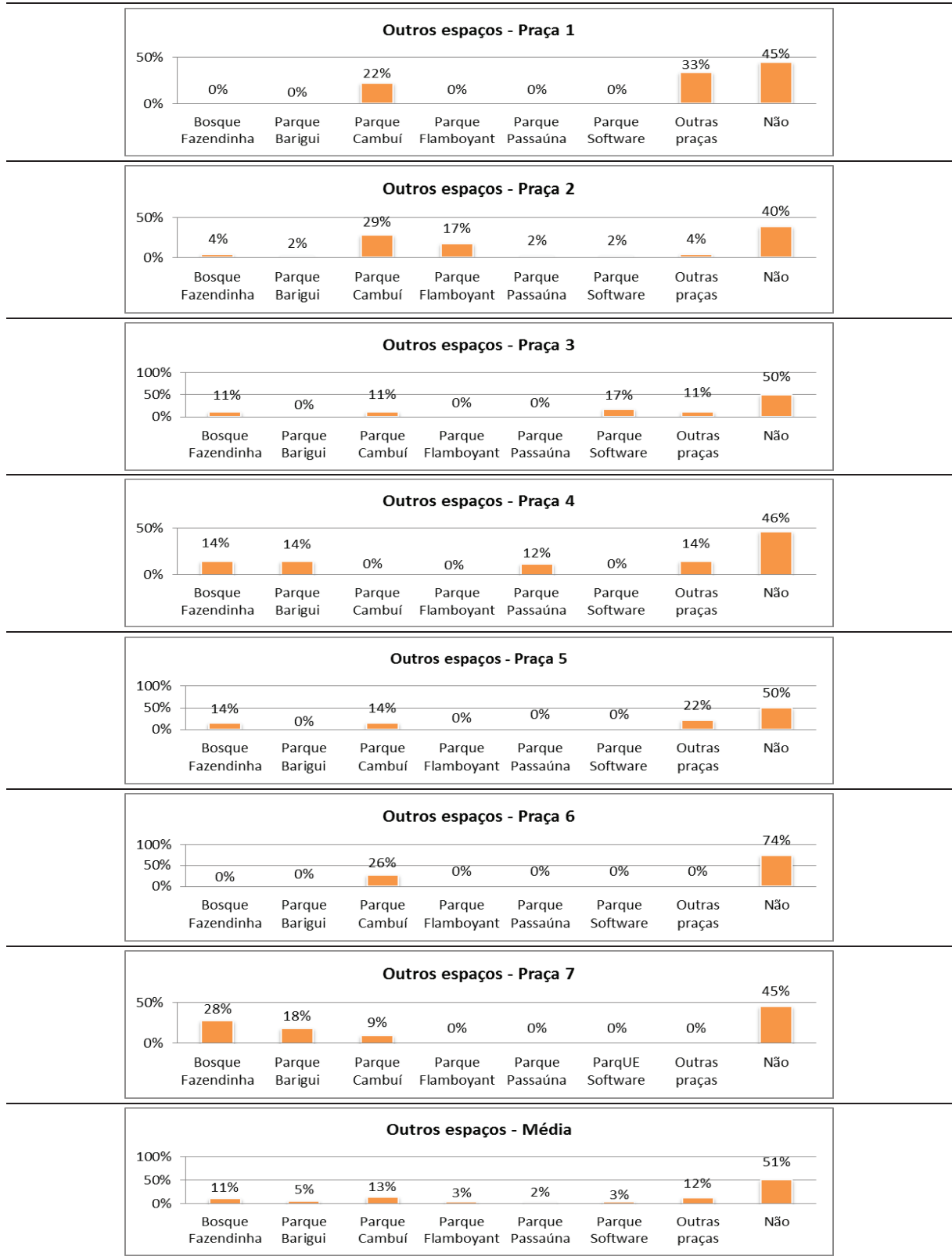
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 48: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para a não utilização pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 49: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de uso de outros espaços similares pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Dentre as **sugestões** dos moradores do entorno imediato como condição para que passem a utilizar as praças, tem destaque a instalação de academias ao ar livre, a qual corresponde a 22% do total das respostas, constando como proposta para todos os espaços estudados, à exceção da Praça 4 (Luiz Geraldo Caillet), onde já existem tais equipamentos (Figura 50).

Também alegaram, como **motivos para utilização**, que se houvesse mais segurança (14%), considerariam utilizar esses locais. Sugerem, ainda, melhorias na limpeza e manutenção dos espaços (13%) e instalação de novo mobiliário (13%). No entanto, também 13% dos respondentes afirmaram que nenhuma melhoria os tornaria usuários das praças (Figura 51).

Aqueles que as utilizam, o fazem em virtude da proximidade de suas residências (80%), da mesma forma que os usuários, e preferem frequentá-las nos **dias** relativos aos finais de semana (61%) (Figura 52), no **período** da tarde (73%) (Figura 53), buscando, principalmente, **atividades** de lazer e de prática de esportes (51% e 24%, respectivamente) (Figura 54), com **tempo** médio de uso de cerca de uma hora (35%), embora seja também significativa a porcentagem daqueles que frequentam as praças por 30 minutos (27%) (Figura 55).

Estudo desenvolvido por Lima (2013) sobre o perfil dos usuários e hábitos de frequência do Parque Cambuí, situado nos arredores das sete praças analisadas e citado como opção de lazer pelos residentes da vizinhança próxima das mesmas, confirma a preferência do seu uso nos finais de semana (81%).

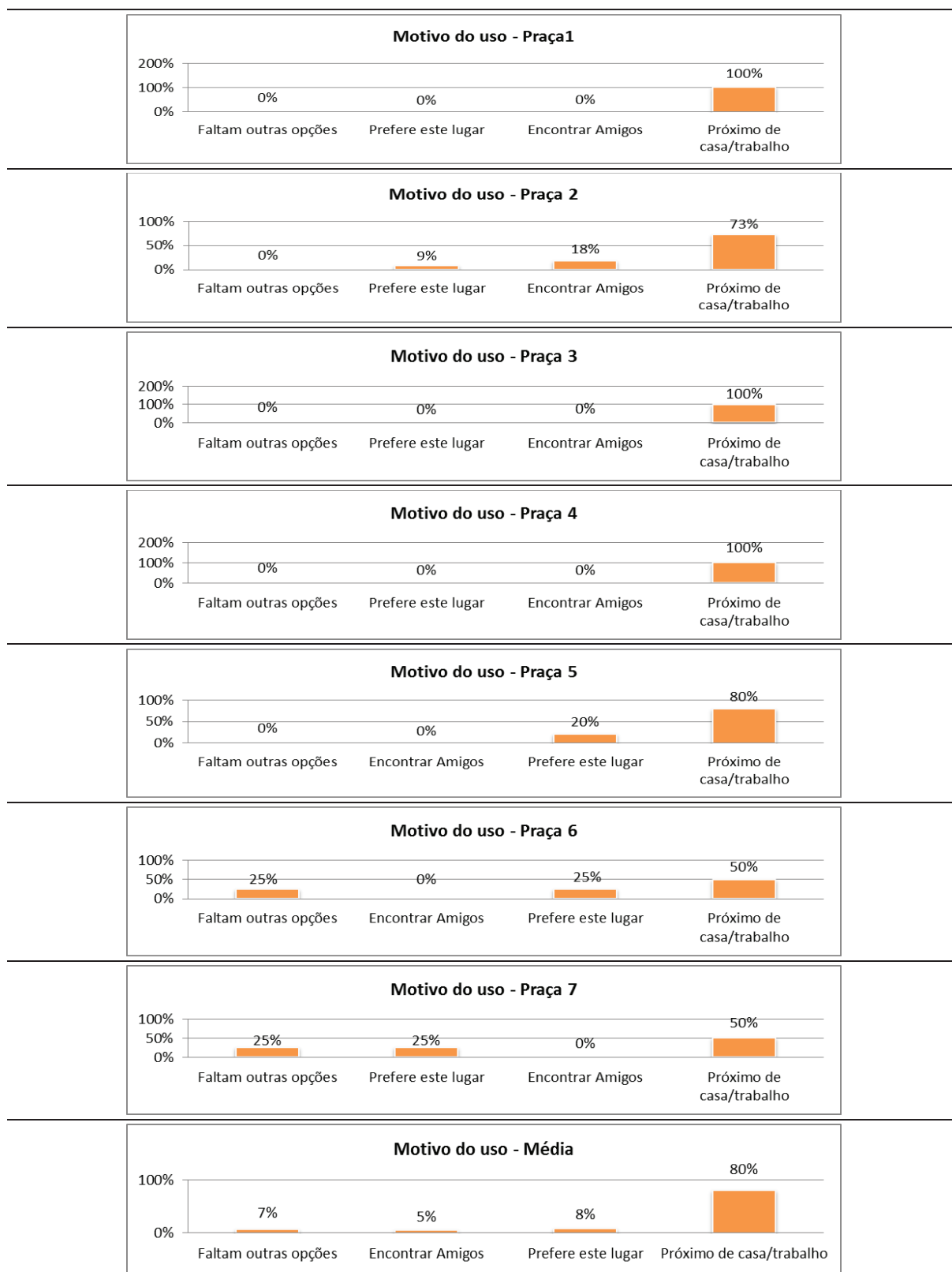
Os moradores do entorno imediato que utilizam os espaços preferem fazê-lo na **companhia** de familiares (44%) e amigos (30%) (Figura 56). Macedo e Robba (2002) lembram que as praças urbanas, enquanto importantes alternativas para lazer nas cidades, constituem locais para a promoção de encontros sociais.

Figura 50: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sugestões dos moradores do entorno imediato para sua futura utilização das sete praças selecionadas



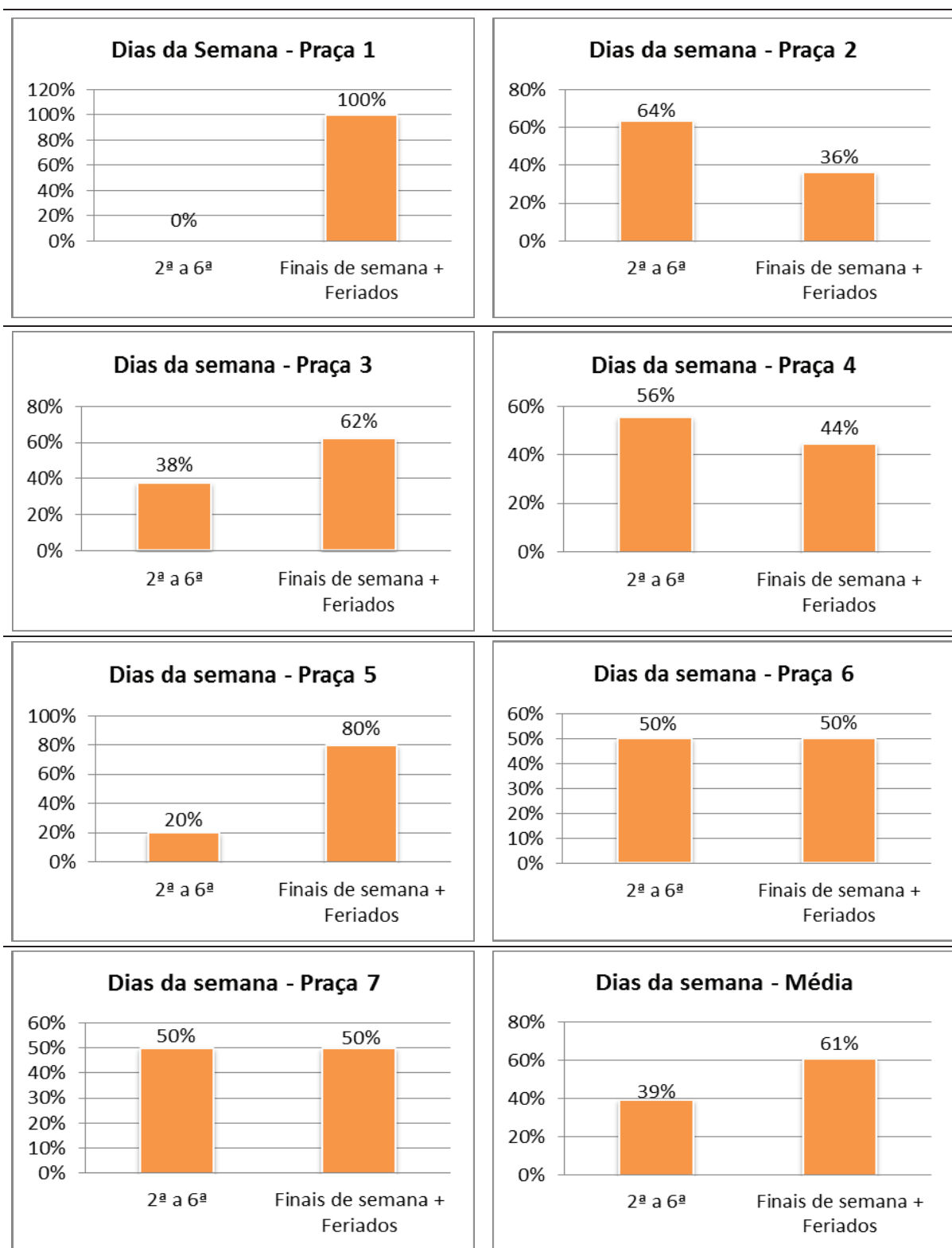
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 51: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para utilização pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



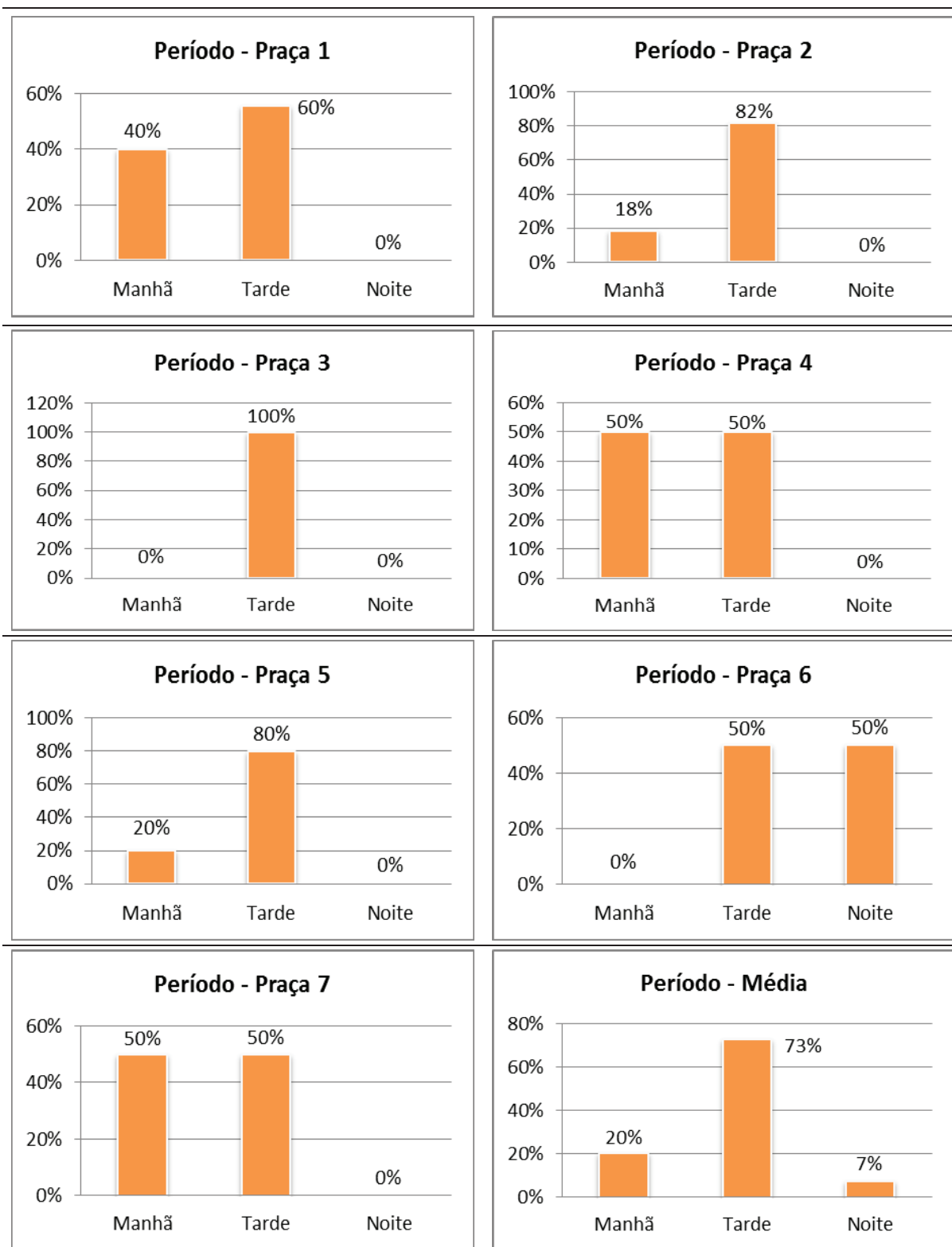
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 52: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



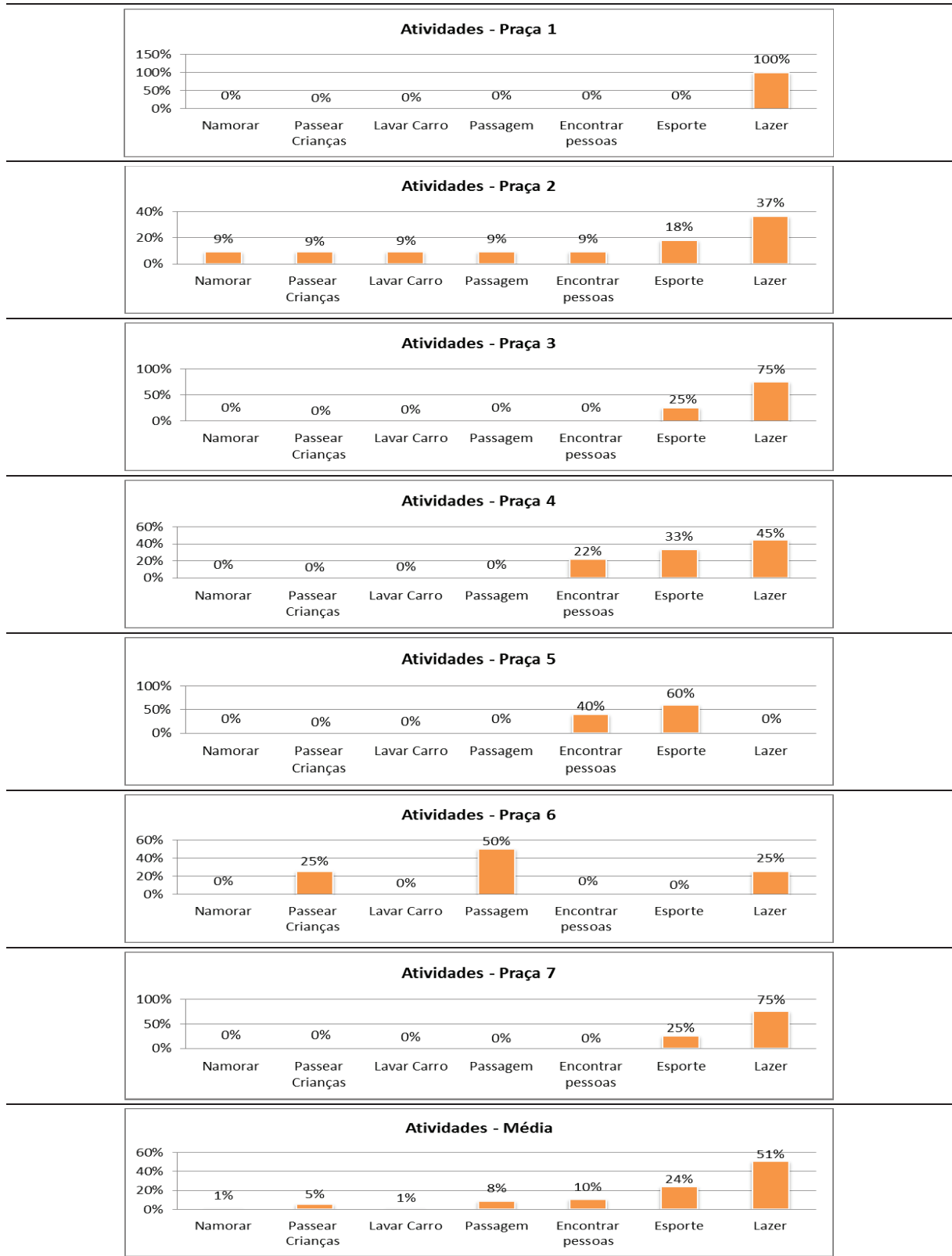
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 53: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de período de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



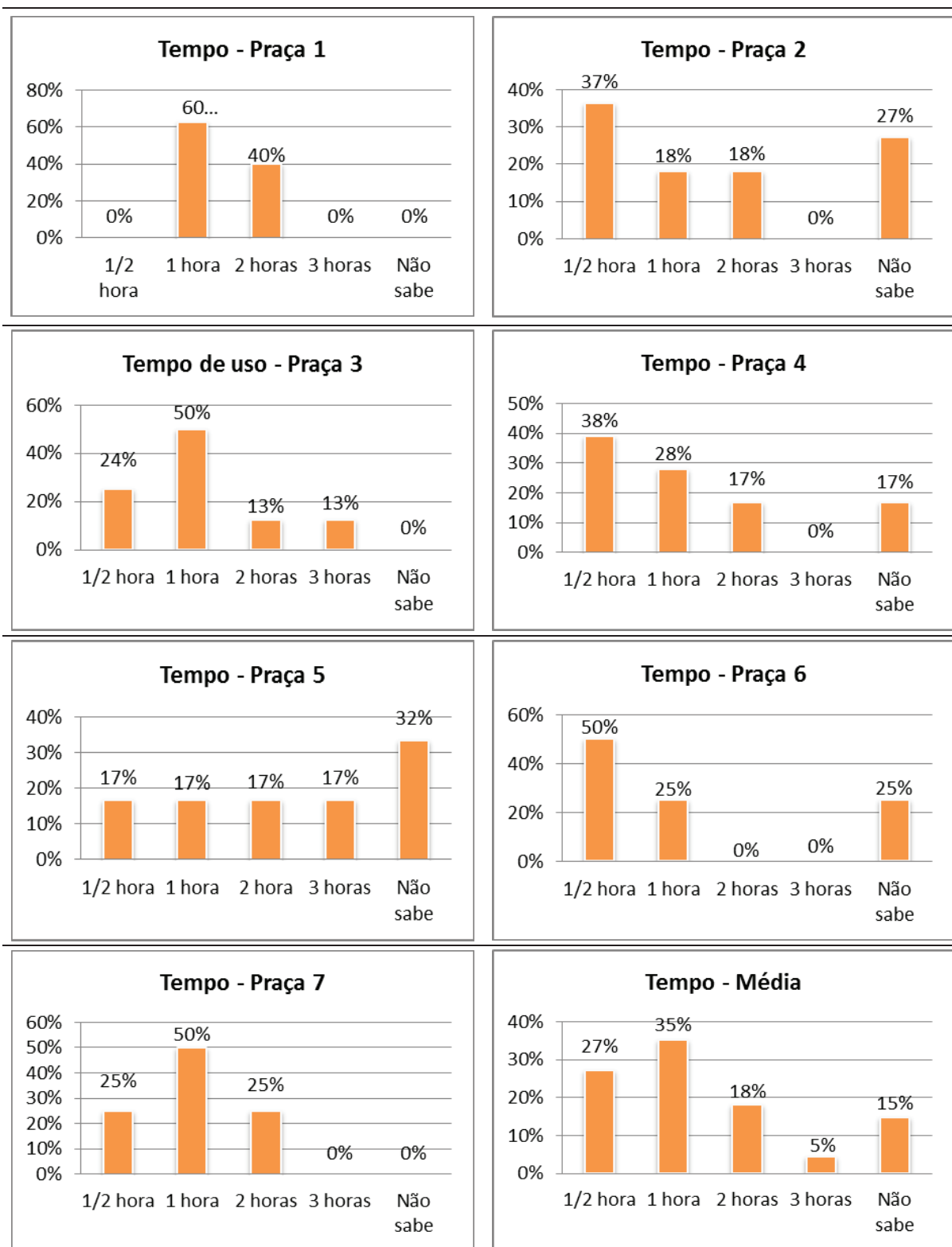
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 54: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



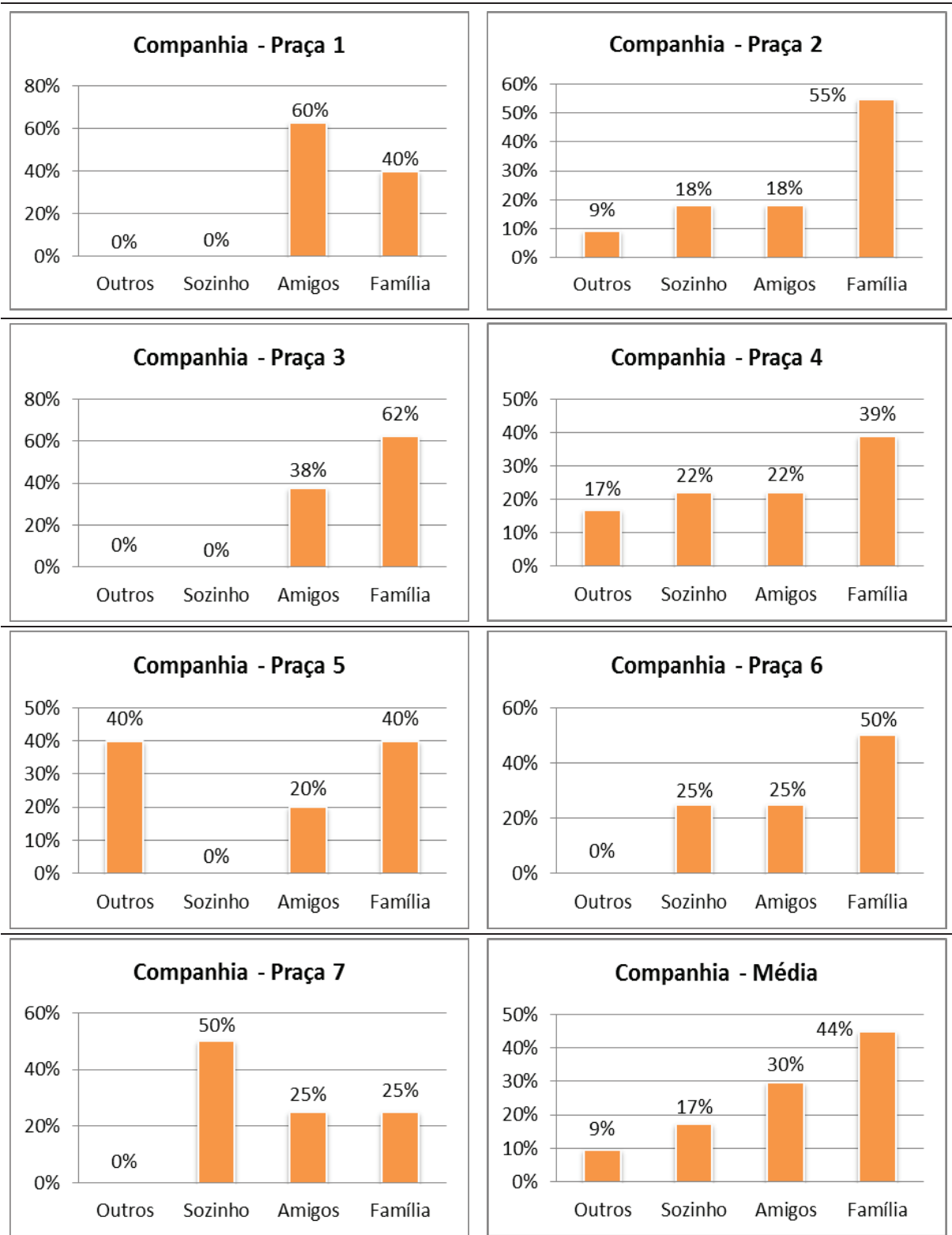
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 55: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 56: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados

No âmbito das CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS abordadas, uma das **situações prejudiciais** identificadas nas praças pelos moradores do seu entorno imediato (Figura 55) foi o uso facilitado de substâncias psicoativas (40%), seguido por depredação e vandalismo (23%), furtos e roubos (12%), e prática de sexo nos espaços públicos (12%).

De fato, praças e outras áreas livres têm sido alvo de ações criminosas que levam a comunidade a um estado de temor constante (SOCAL et al., 2003). A presença de usuários de drogas e o vandalismo do patrimônio público também têm papel de destaque nos resultados encontrados por Souza et al. (2014), sendo fundamental despertar a consciência da sociedade para que tais situações prejudiciais sejam minimizadas.

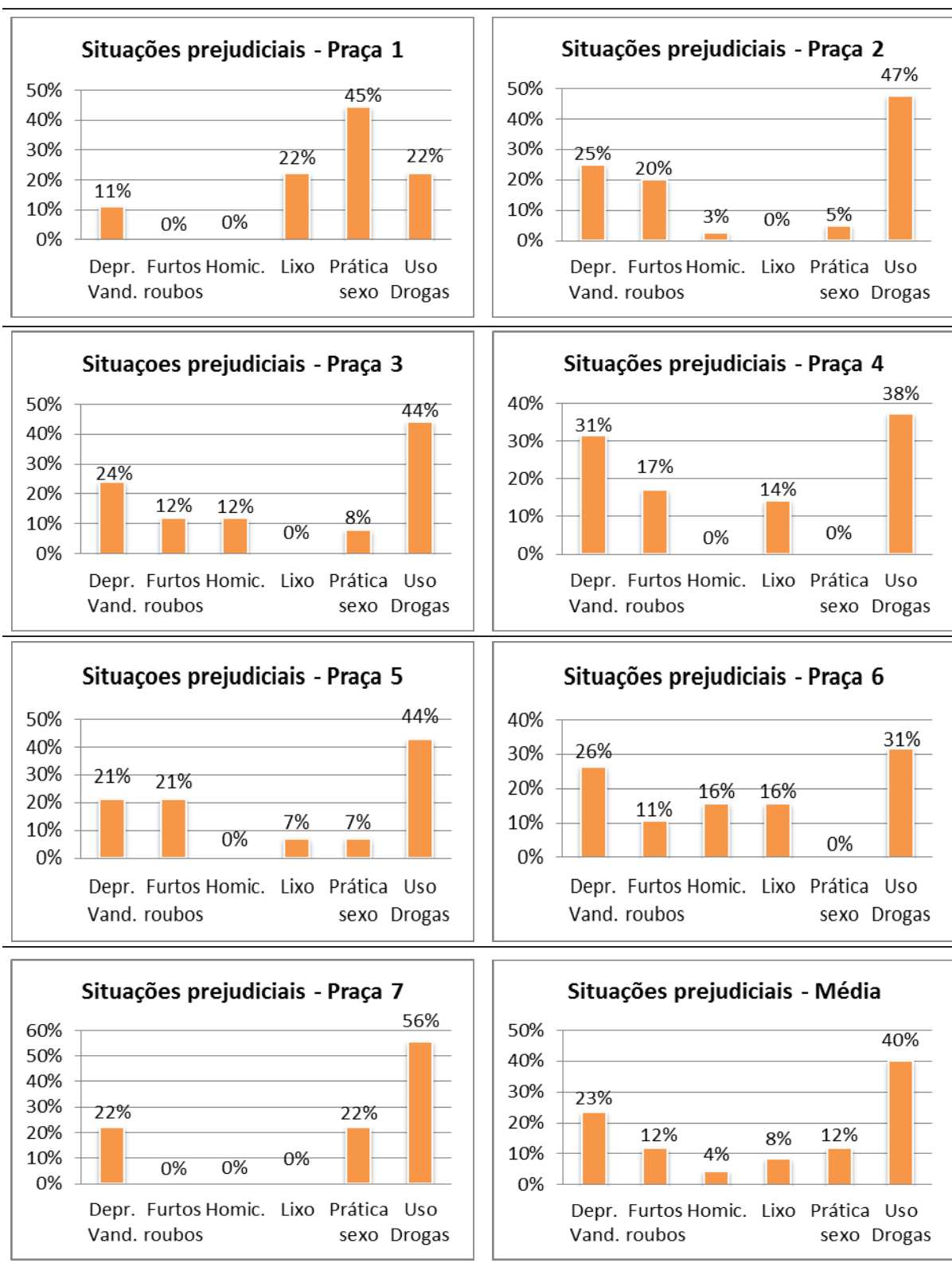
Os problemas decorrentes do uso, da dependência e do tráfico de substâncias psicoativas constituem um dos principais fatores de vulnerabilidade do grupo social composto por crianças e adolescentes (CAUDURO, 2010; DIMENSTEIN, 2000; LESCHER et al., 2004) e fazem parte de um fenômeno que pode ser compreendido somente por meio da avaliação das relações sociais dos atores envolvidos (PEREIRA; SUDBRACK, 2008).

A maior parte dos entrevistados assinalou que as situações prejudiciais identificadas favorecem a **inibição** da frequência dos espaços (33%), ao mesmo tempo em que um número semelhante (29%) afirmou que essas condições em nada inibem o uso desses locais (Figura 56).

Em se tratando da **sensação de segurança**, 35% afirmaram sentir-se totalmente seguros ao frequentar as praças durante o dia. A situação, porém, muda significativamente no período noturno, em que 41% dos entrevistados declararam a percepção de muita insegurança (Figura 57), sendo apontados como seus principais fatores a vulnerabilidade efetiva dos espaços (28%) e a presença de usuários de drogas (26%), bem como o vandalismo (20%).

A questão da insegurança, cuja dimensão mais evidente está atrelada a situações econômicas desfavoráveis, a baixos níveis de instrução, à violência e a atividades ilícitas normalmente relacionadas aos jovens, é uma das mais relevantes faces dos riscos sociais, conforme ponderam Veyret e De Richemond (2013).

Figura 57: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



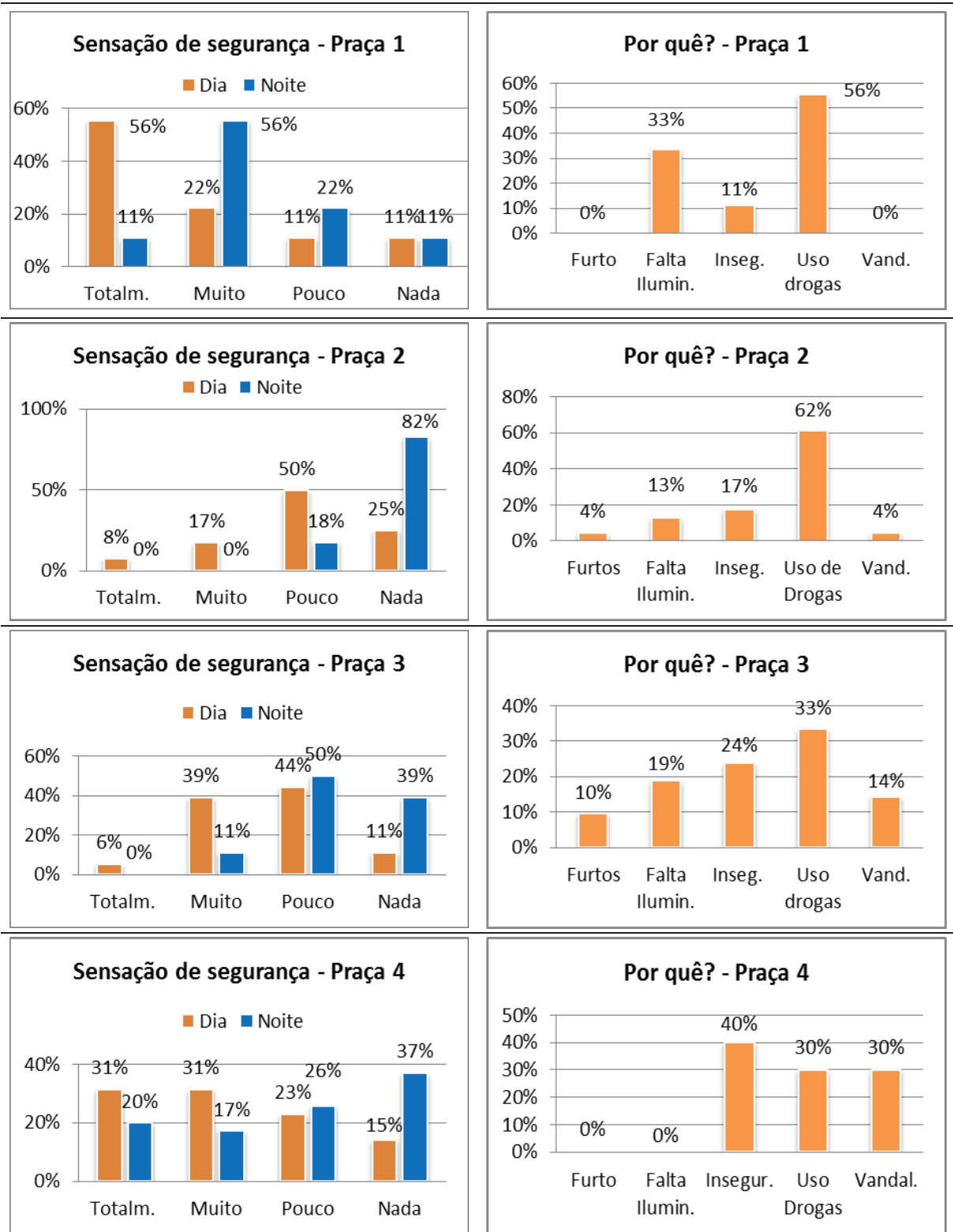
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 58: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência pelos moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

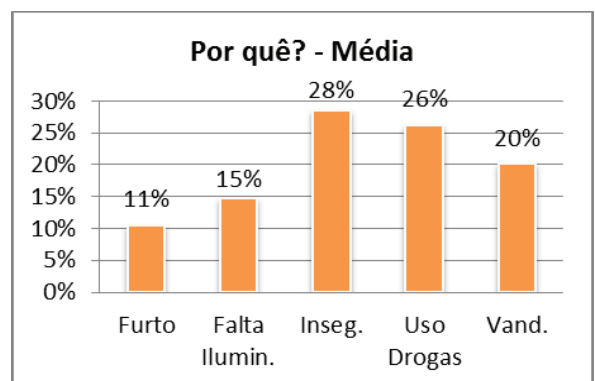
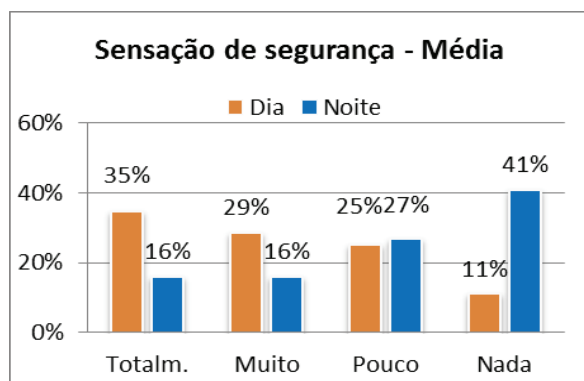
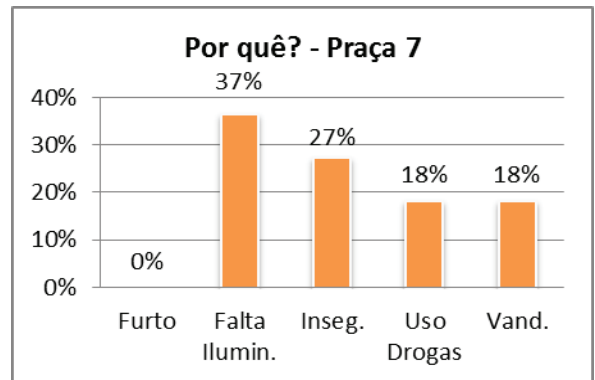
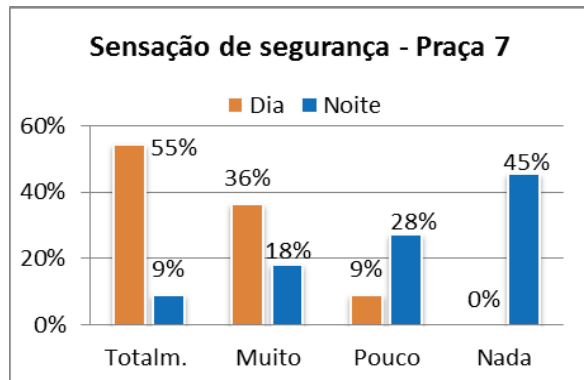
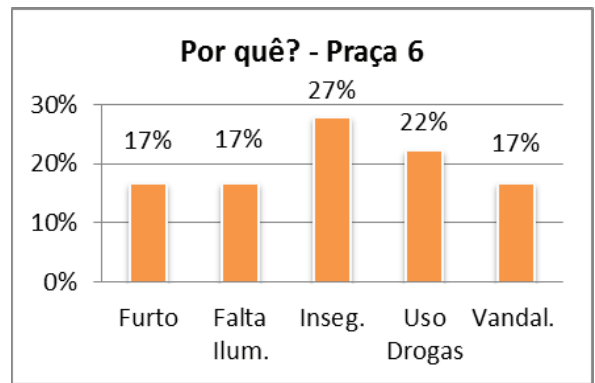
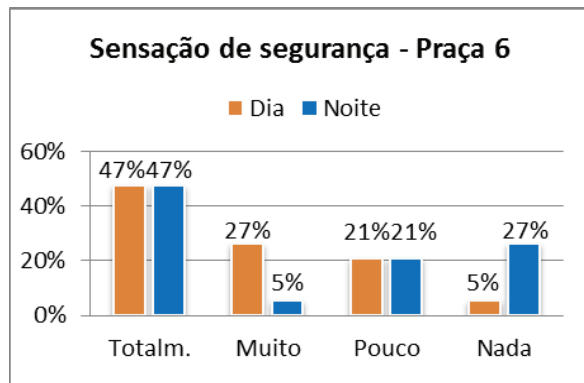
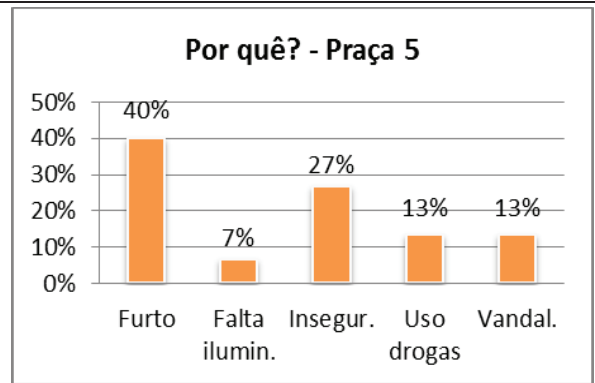
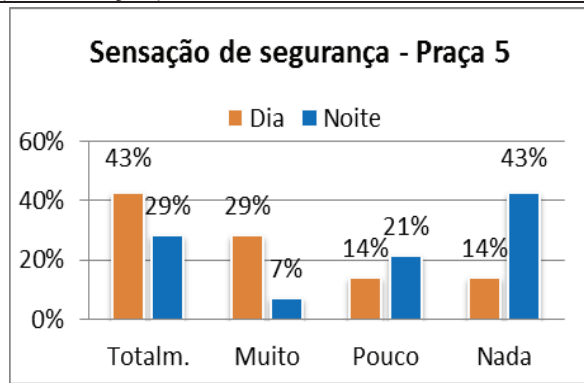
Figura 59: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média da sensação de segurança dos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

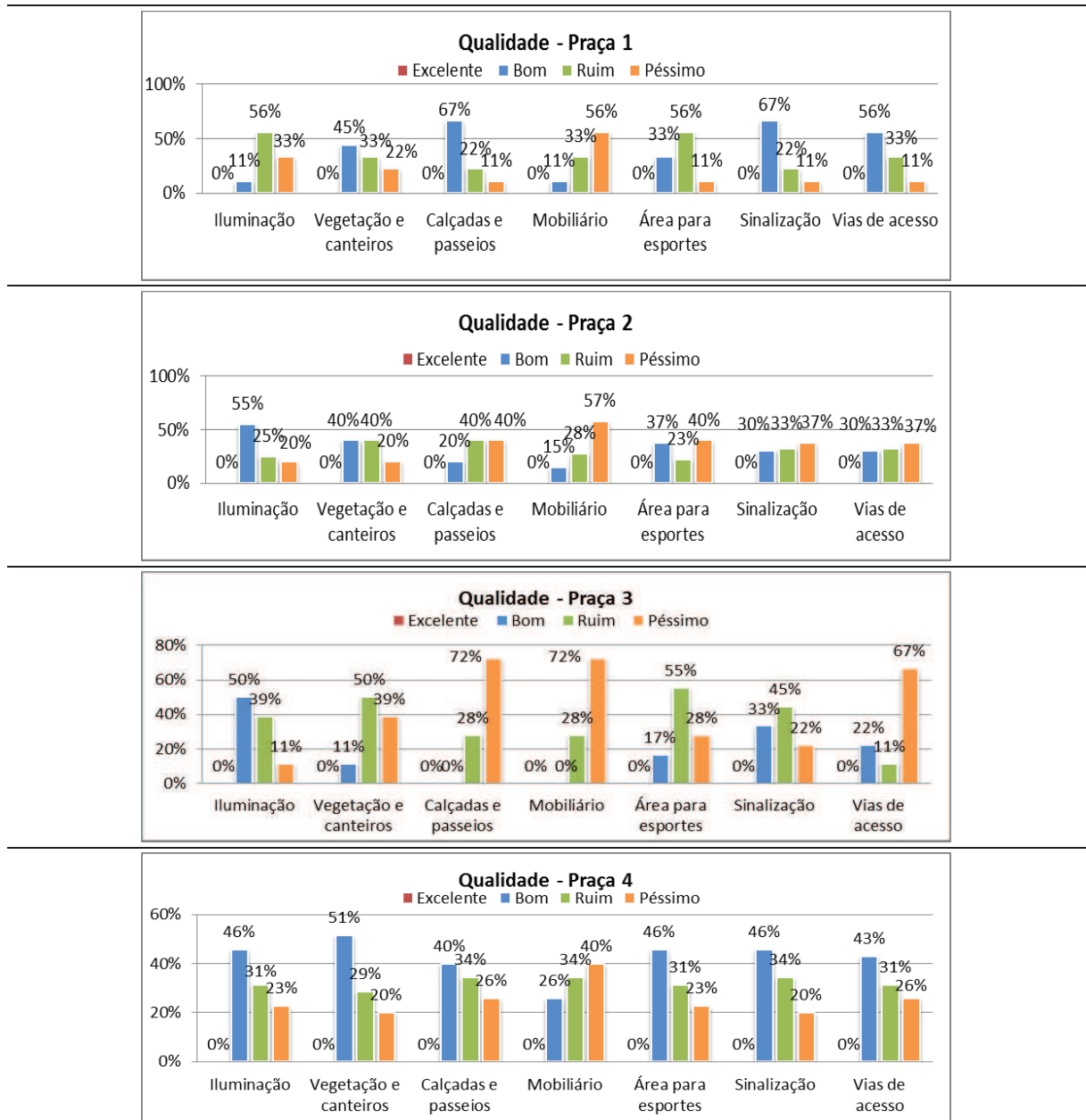
Visando à caracterização da opinião dos respondentes sobre **CONDICIONANTES PAISAGÍSTICAS**, para a análise da **qualidade** dos espaços (Figura 60), foram avaliados os seguintes itens: iluminação, vegetação e canteiros, calçadas e passeios, mobiliário, área para esportes, sinalização e vias de acesso.

Iluminação foi o item que recebeu a melhor avaliação, pois 43% dos respondentes a consideraram “boa”. As opiniões foram diversas sobre vegetação e canteiros, visto que 37% analisaram esses elementos como “bons” e 36% como “ruins”. Calçadas e passeios, por sua vez, foram interpretados como “péssimos” por 38% dos moradores do entorno imediato; o mobiliário também foi enquadrado nessa classe inferior de qualidade por 48% dos entrevistados.

Por outro lado, área para esportes, vias de acesso e sinalização apresentaram avaliações positivas, visto que foram consideradas de “boa” qualidade pela maior parte dos respondentes (41%, 40% e 39%, respectivamente). Todavia, as porcentagens de indicações negativas tiveram valores próximos e, se somados os resultados para os estratos “ruim” e “péssimo”, ultrapassaram as opiniões favoráveis (57%, 58% e 59%, respectivamente). Diante do exposto, os dados mostram que, em geral, os respondentes têm referências negativas da praça.

Da comparação dos resultados com a análise do Parque Cambuí (LIMA, 2013) e com as respostas dos usuários das praças, diagnostica-se que os moradores do entorno imediato avaliaram negativamente os espaços em questão quanto às suas condicionantes ambientais, na medida em que o parque, por exemplo, foi julgado como “bom” pela maioria dos respondentes quanto à iluminação (34%) e à segurança (44%); somente o item manutenção foi interpretado como “ruim” pela maioria dos respondentes (31% – LIMA, 2013).

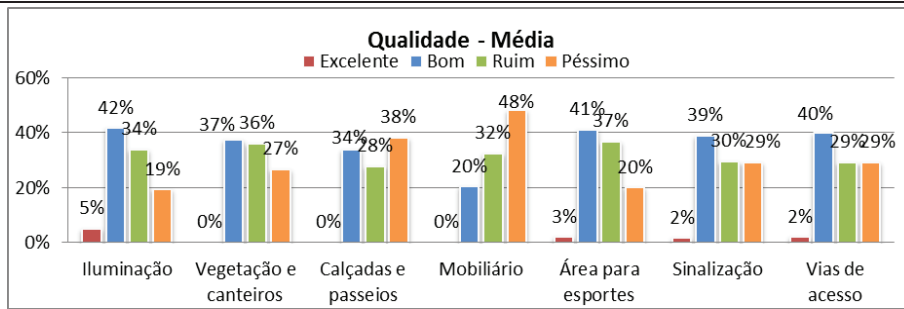
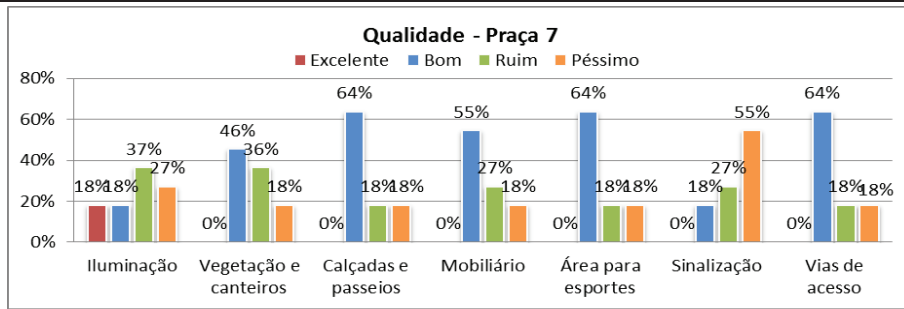
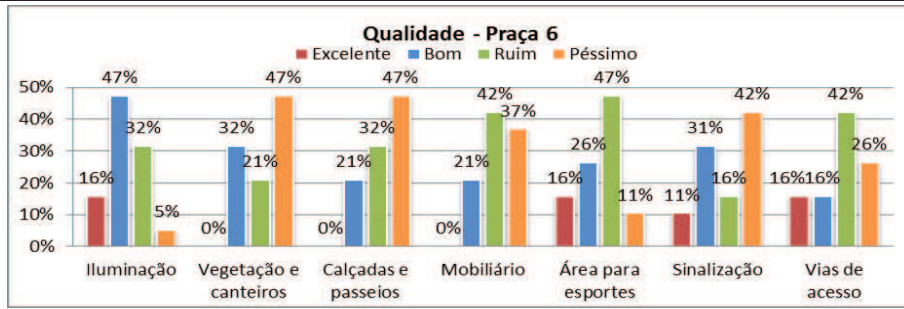
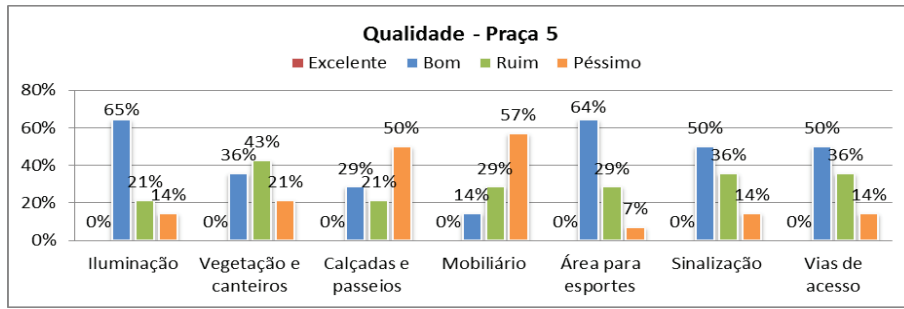
Figura 60: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do grau de qualidade dos itens avaliados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

Reforçando a percepção anterior, o **estado geral** das praças foi apontado como “ruim” pela maioria dos moradores do entorno imediato (44%). Por sua vez, quando indagados sobre o bairro, obteve-se porcentagem expressiva e semelhante às respostas dos usuários, ou seja, a maior parte dos respondentes o classificou como “bom” (47%) (Figura 61).

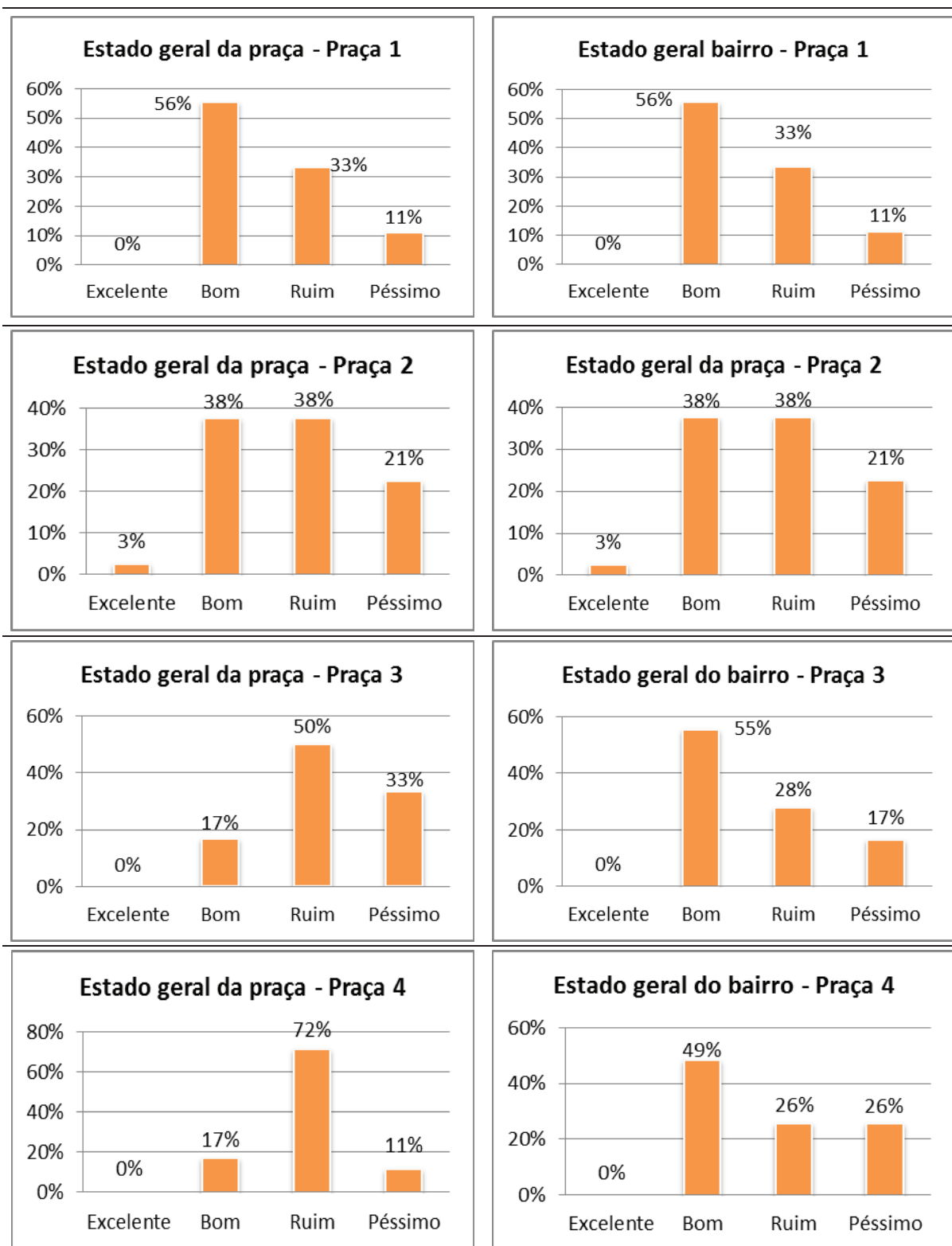
Assim, depreende-se novamente que a avaliação negativa das praças não foi repetida em relação à qualidade geral do bairro, evidenciando a desconexão, pela população alvo, das primeiras com referência ao segundo, assim como da praça com o seu entorno. Silva e Egler (2002) consideram essa condição um dos principais fatores impeditivos da efetiva apropriação do espaço público pelos habitantes da vizinhança e, por decorrência, da real expansão do sentimento de pertencimento e dos valores sociais comunitários.

Sobre aspectos **mais apreciados** nas praças (Figura 62), novamente a resposta “nada” foi registrada em maior número (28%) para os moradores do entorno imediato, seguida da indicação de vegetação (18%) e quadra (área para prática de esportes – 17%). Por outro lado, os itens **menos apreciados** foram a falta de conservação adequada (21%), as condições de insegurança (20%) e a presença de usuários de drogas (18%) (Figura 63). Limpeza e manutenção, instalação de academias ao ar livre e aperfeiçoamento de meios de segurança foram as **melhorias** mais recomendadas (19%, 17% e 16%, respectivamente) (Figura 64).

Cabe lembrar que a questão da insegurança também é frequentemente abordada nas respostas dos usuários do Parque Cambuí (31%), principalmente durante a noite (LIMA, 2013).

Souza (1997) afirma que as praças, juntamente com as ruas de seu entorno, sempre representaram lugares da liberdade e dos cidadãos, ou seja, os espaços públicos por excelência, que se contrapõem aos espaços íntimos do controle e das regras individuais. As práticas sociais desenvolvidas nessas áreas livres urbanas, portanto, atuam como elementos de orientação e leitura espacial, podendo ter seus papéis didático-referenciais comprometidos pela falta de identidade e pela insegurança das comunidades envolvidas.

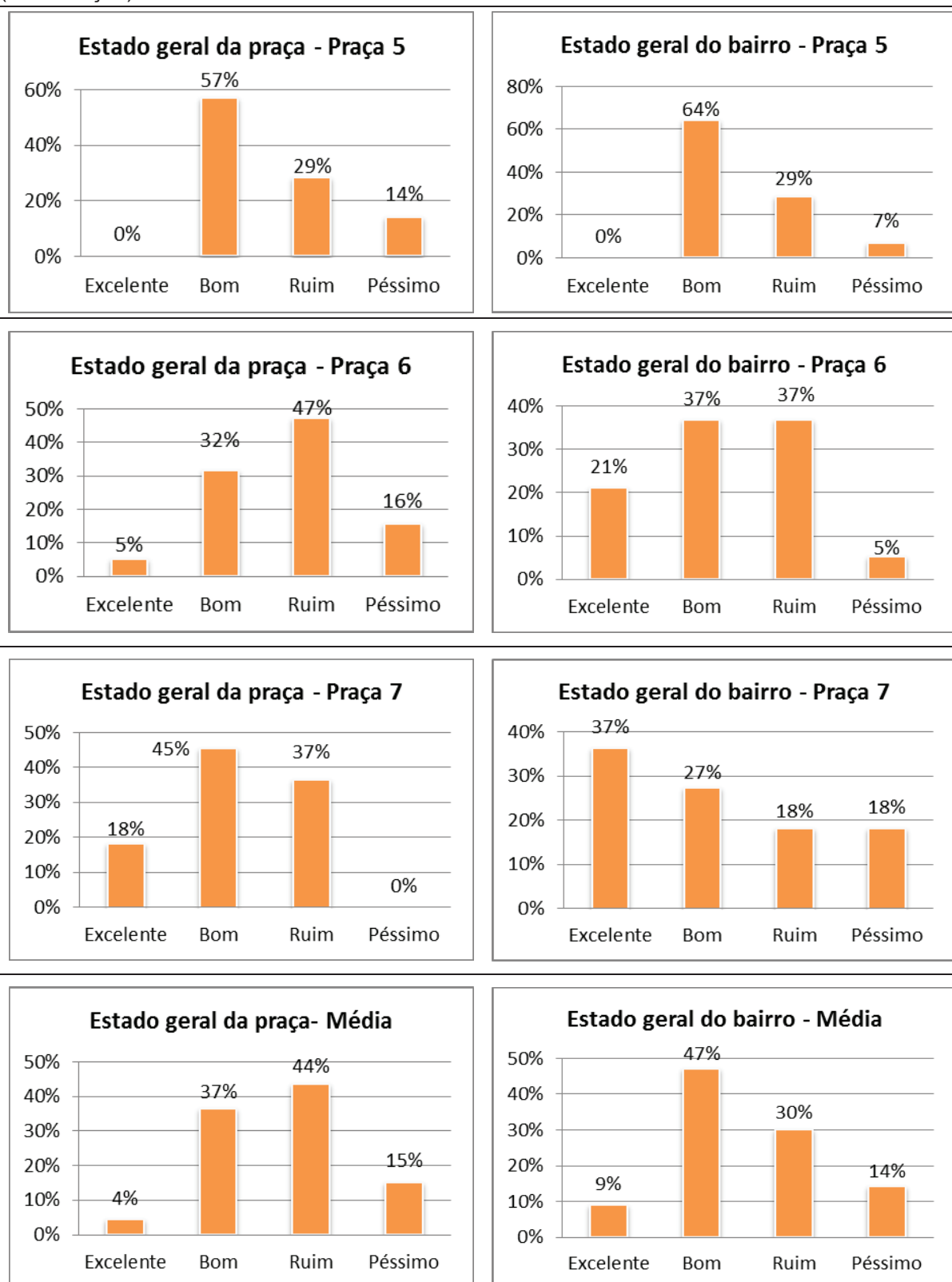
Figura 61: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com moradores do entorno imediato das sete praças selecionadas



(Continua)

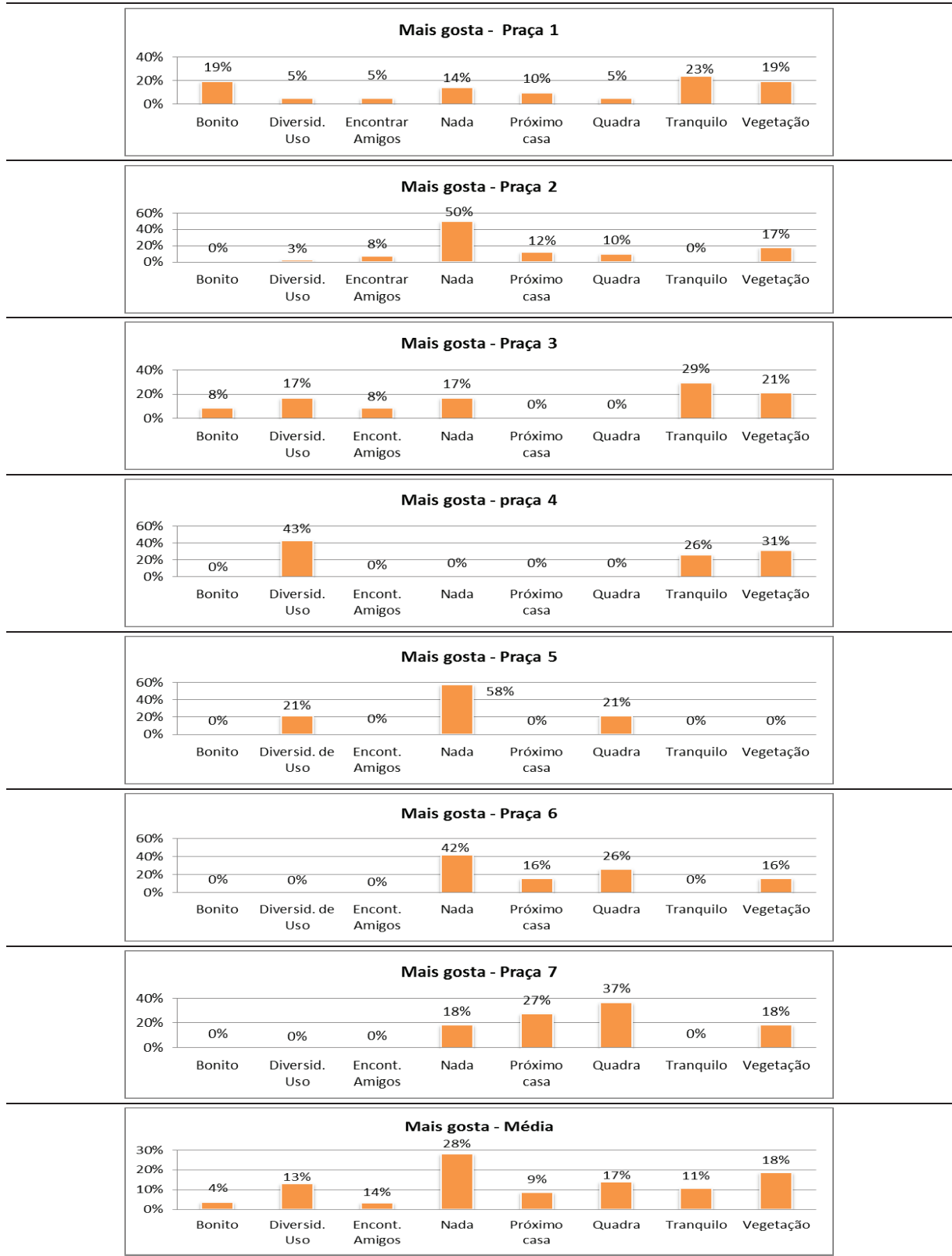
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



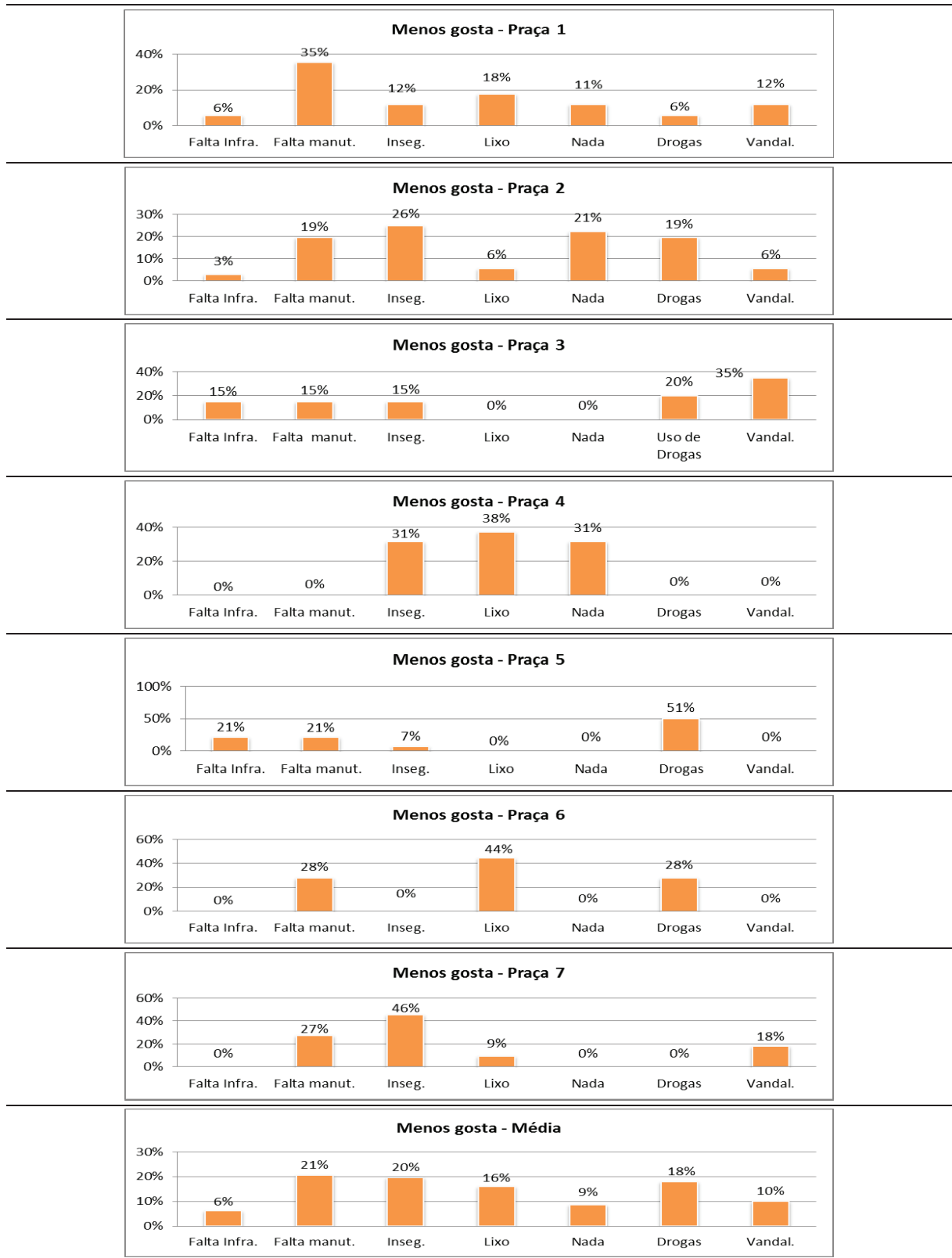
(Conclusão)

Figura 62: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



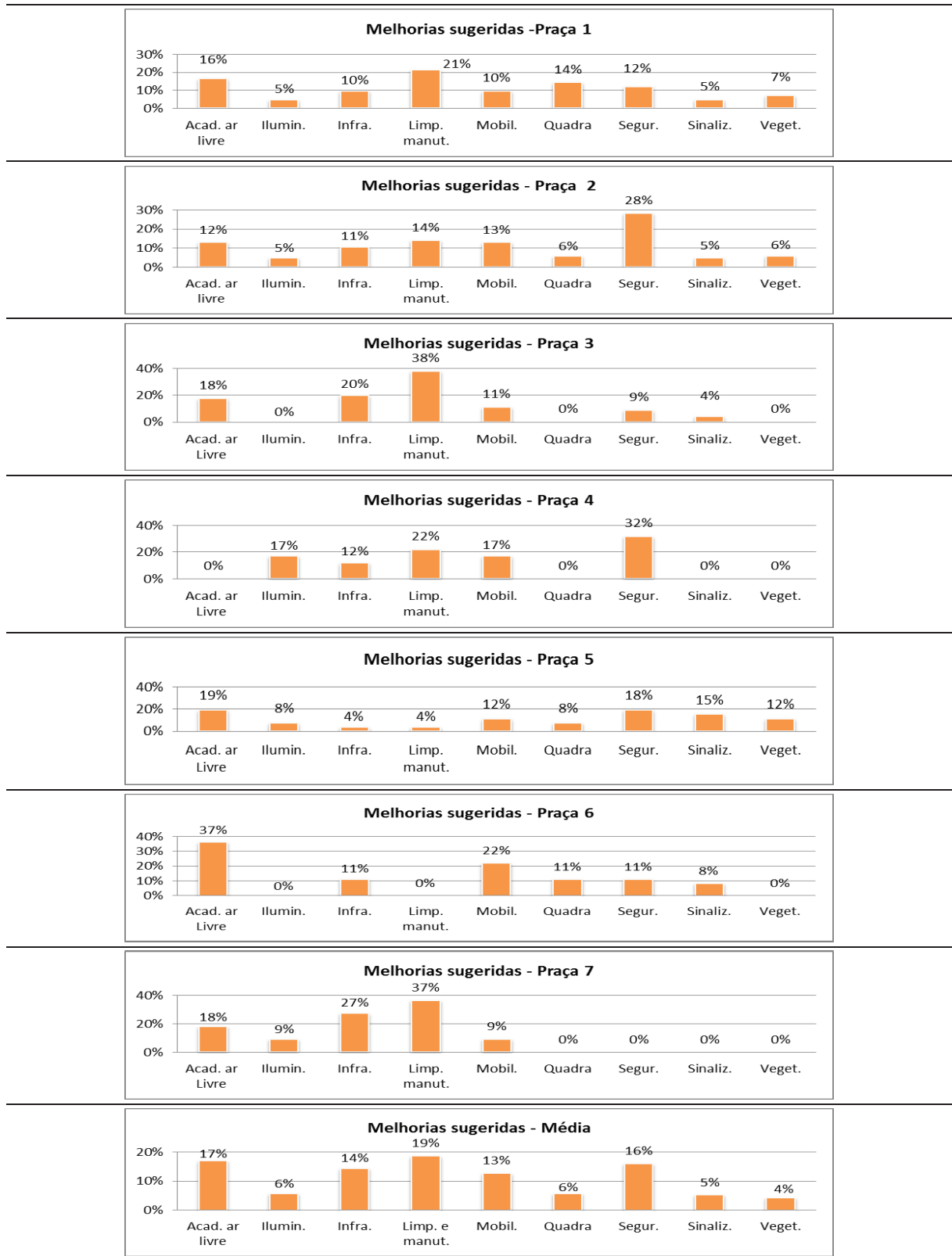
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 63: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 64: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos moradores do entorno imediato para as sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

4.3.3 Percepção dos moradores do entorno ampliado

O PERFIL dos 230 moradores do entorno ampliado entrevistados evidencia a concentração de indivíduos do **gênero** feminino (60%), resultado equivalente ao obtido para os residentes da vizinhança próxima das sete praças estudadas (Figura 65).

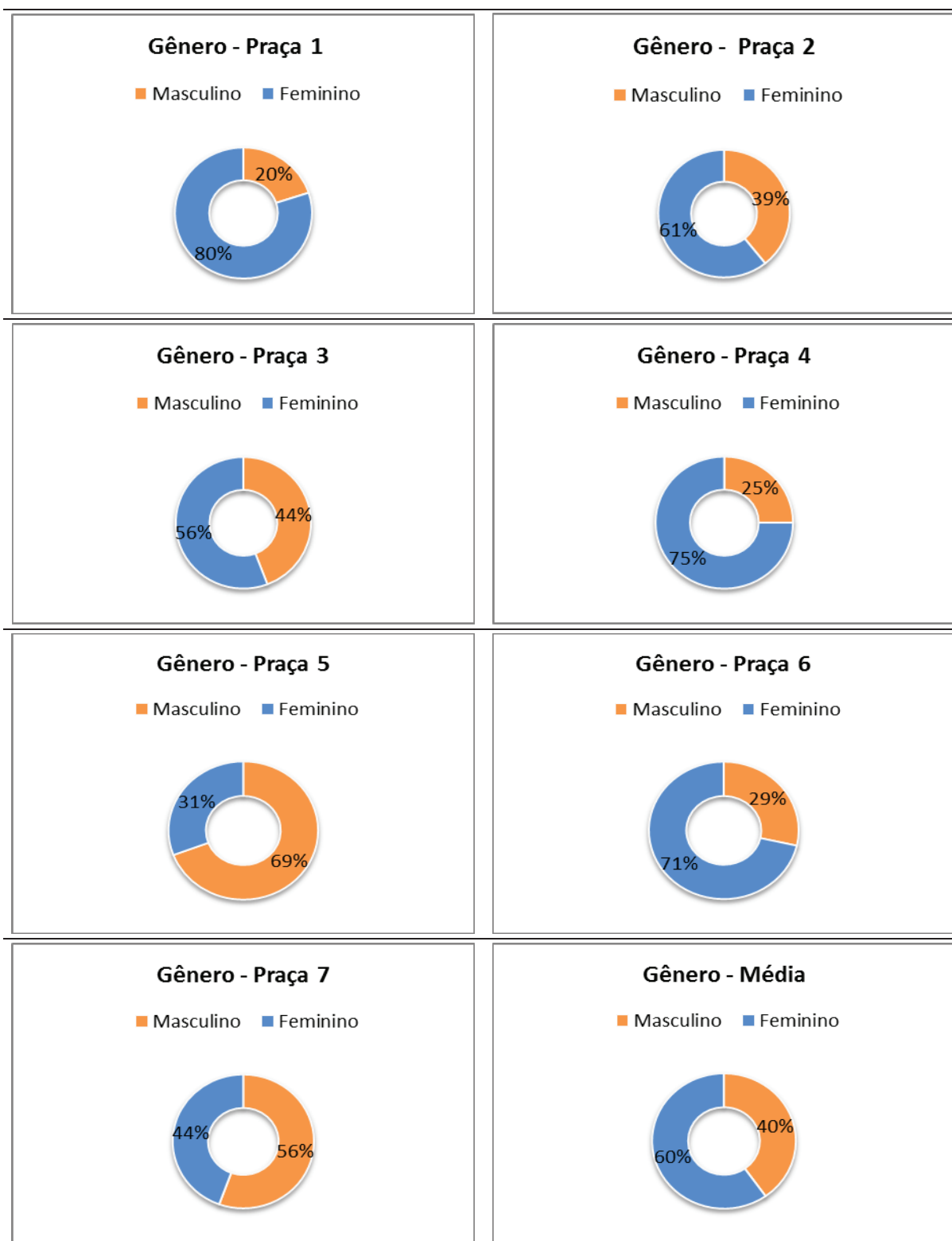
O entorno ampliado da Praça 1 (Vale Verde) apresenta, dentre todas, a maior concentração de mulheres (80%), ao passo que os das praças 5 (Rua Darci Vargas) e 7 (Rua Joana Maria Ferreira), ao contrário das demais, concentram indivíduos do sexo masculino (69% e 56% respectivamente).

Os dados oficiais também identificam o predomínio de representantes do gênero feminino na cidade. Porém, a proporção de mulheres encontrada no entorno ampliado das praças é significativamente superior à registrada no município (52%) e no bairro CIC (52%) (IPPUC, 2014a).

Concernente à **faixa etária** (Figura 66), em média, constata-se a predominância de indivíduos entre 30 e 34 (12%) e entre 55 e 59 anos (11%). A menor concentração de respondentes ocorre na classe acima de 70 anos (3%). Cabe mencionar que é notável a expressiva porcentagem de pessoas com mais de 75 anos no entorno ampliado da Praça 2 (Gregório Piatkowski – 12%), bem como a aglomeração de jovens até 24 anos nos arredores da Praça 3 (Jocelina Dias de Melo – 43%). Nota-se, ainda, a inexistência de respondentes acima de 45 anos no entorno ampliado da Praça 7 (Rua Joana Maria Ferreira). Diagnostica-se, portanto, expressiva diversidade etária dos respondentes.

Diferentemente dos resultados sobre moradores do entorno ampliado do grupo de sete praças, os dados oficiais apontam como prevalente em Curitiba a faixa etária entre 25 e 29 anos (9%), da mesma forma que no bairro CIC (10%) (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a).

Figura 65: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de gênero dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 66: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de faixa etária dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

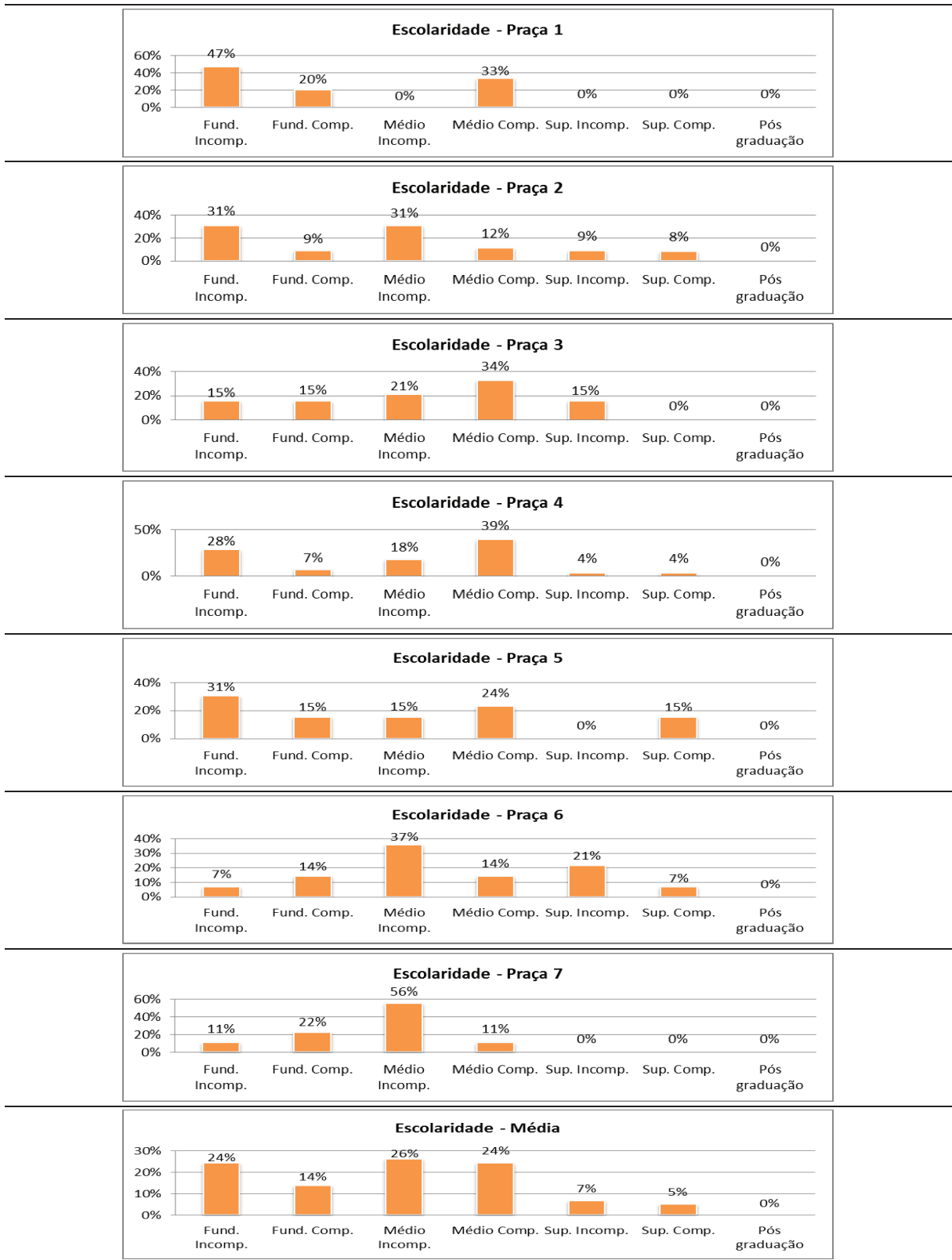
Quanto ao grau de **escolaridade** (Figura 67), constata-se, em média, o maior número de respondentes com ensino médio incompleto (26%), enquanto no município há predomínio de cidadãos com ensino médio completo (29,86%), em conformidade com dados censitários de 2010 (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a).

Analisando os dados obtidos para o entorno ampliado de cada espaço analisado, depreende-se significativa diversidade de escolaridade entre os respondentes. Enquanto as imediações das praças 2 (Gregório Piatkowski), 6 (São Rafael) e 7 (Rua Joana Maria Ferreira) também apresentam maioria de indivíduos com escolaridade no mesmo nível (31%, 37% e 56%, respectivamente), as relacionadas às praças 1 (Vale Verde), 2 (Gregório Piatkowski), 4 (Luiz Geraldo Caillet) e 5 (Rua Darci Vargas) apresentam quantidade significativa de respondentes com ensino fundamental incompleto (47%, 31%, 28% e 31%, respectivamente), elevando a média para 24%. Tais índices são superiores aos registrados pelos dados oficiais, que atestam a existência de apenas 9% da população municipal com ensino fundamental incompleto. Os resultados quanto à escolaridade dos moradores do entorno ampliado também reforçam a declaração de Vieillard-Baron (2013) sobre a relação direta entre baixo nível de escolaridade da população e vulnerabilidade social.

Com relação à **ocupação** (Figura 68), majoritariamente, assim como os usuários e moradores do entorno imediato, pertencem à classe trabalhadora (43%), com índice acima ao encontrado em dados oficiais, que apontam para um total de 38% de trabalhadores em Curitiba (IPPUC, 2014a). De outra forma, aposentados compreendem 20% do total de depoentes, cuja presença é particularmente marcante entre os respondentes no entorno ampliado das praças 3 (Jocelina Dias de Melo) e 5 (Rua Darci Vargas), com 33% e 38%, respectivamente. Desempregados, sem distinção entre formalidade e informalidade, somam 8%.

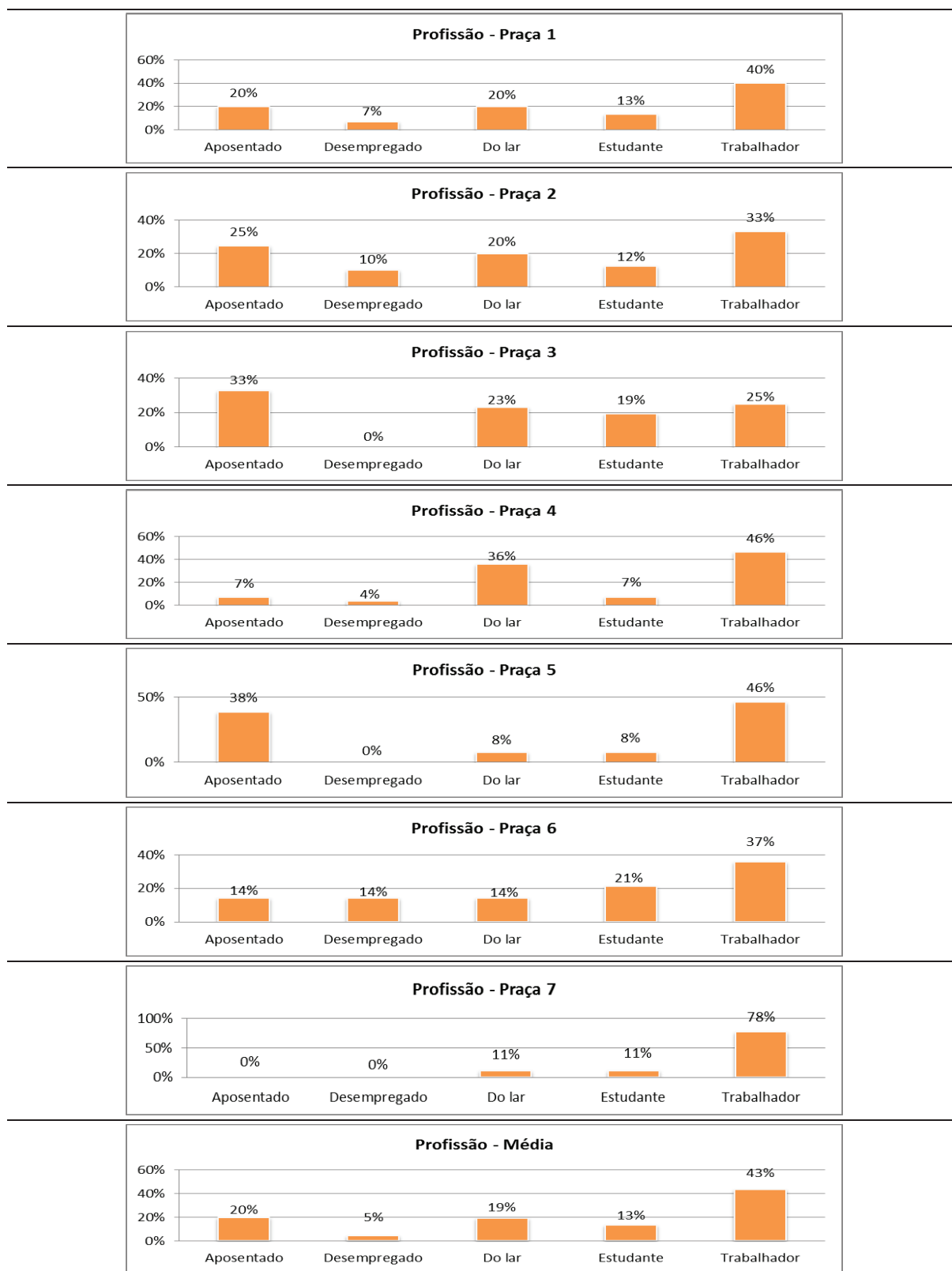
Igualmente, o reduzido índice médio de estudantes entre os respondentes (8%) pode ser explicado em razão do horário de aplicação da maior parte dos questionários, correspondente ao período diurno de dias úteis, quando a maior parte deles está no estabelecimento escolar.

Figura 67: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de escolaridade dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 68: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de ocupação dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Pelo critério Brasil de classificação de **renda** (ABEP, 2014), 35% dos entrevistados no entorno ampliado estão enquadrados na classe B2 (média a média alta), em porcentagem superior à observada no município para este mesmo estrato (29% – Figura 69). Logo abaixo, com 34% do total, estão os representantes da C1 (média a média baixa), que, na cidade de Curitiba, equivalem a 18% dos habitantes de Curitiba, conforme dados do censo demográfico de 2010 (AGÊNCIA CURITIBA, 2014a; IBGE, 2011).

Os que pertencem à classe A2 (alta) compreendem apenas 1% do total de entrevistados, estando concentrados entre os moradores do entorno ampliado da Praça 5 (Rua Darci Vargas). Há que se ressaltar, novamente, a inexistência de representantes das classes A1 (muito alta) e E (muito baixa).

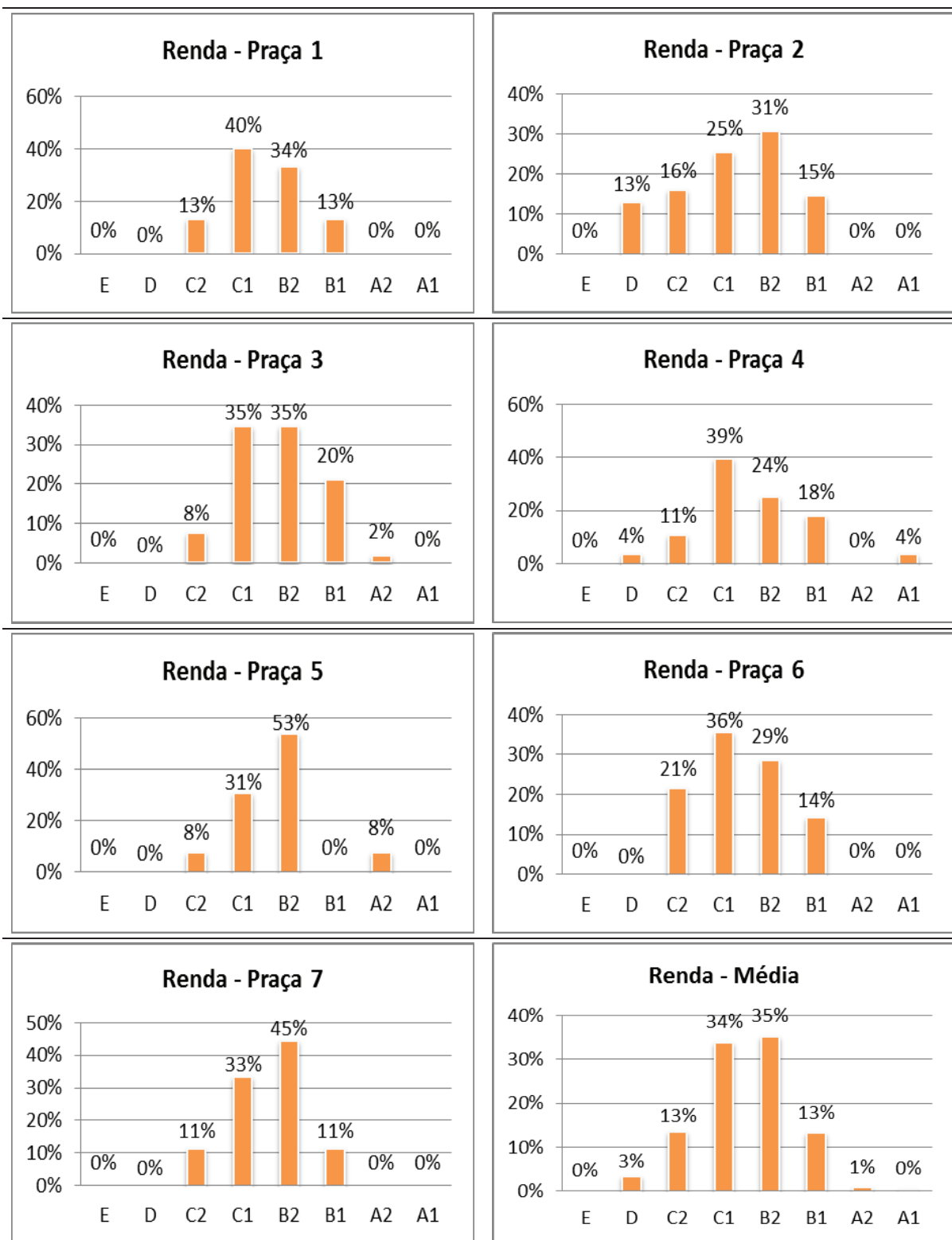
Em seus **HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO**, a maioria dos respondentes afirmou não ser **usuária** das praças (70%) (Figura 70), sendo o maior número de visitantes do espaço registrado para os moradores do entorno ampliado da Praça 7 (Rua Joana Maria Ferreira – 34%).

Os principais **motivos para a não utilização** das praças (Figura 71) são a insegurança (30%) e a presença de consumidores de drogas (19%), particularmente significativos para os respondentes que vivem no entorno ampliado das praças 2 (Gregório Piatkowski) e 3 (Jocelina Dias de Melo). Também a insuficiência de equipamentos adequados configura forte razão para o não uso dos espaços (19%).

A grande maioria (55%) respondeu que não frequenta **outros espaços similares** (Figura 72), (55%), embora alguns respondentes utilizem os já citados Parque Cambuí (16%) e Bosque Fazendinha (12%).

As principais **sugestões** dos moradores do entorno ampliado para que sua possível utilização das praças (Figura 73) foram a instalação de academias ao ar livre – totalizando 30% das respostas e constando como sugestão para todas as praças –, melhorias na manutenção e segurança dos espaços (17% cada). No entanto, também 15% dos respondentes afirmaram que nenhuma melhoria os tornaria usuários desses locais.

Figura 69: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de renda dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

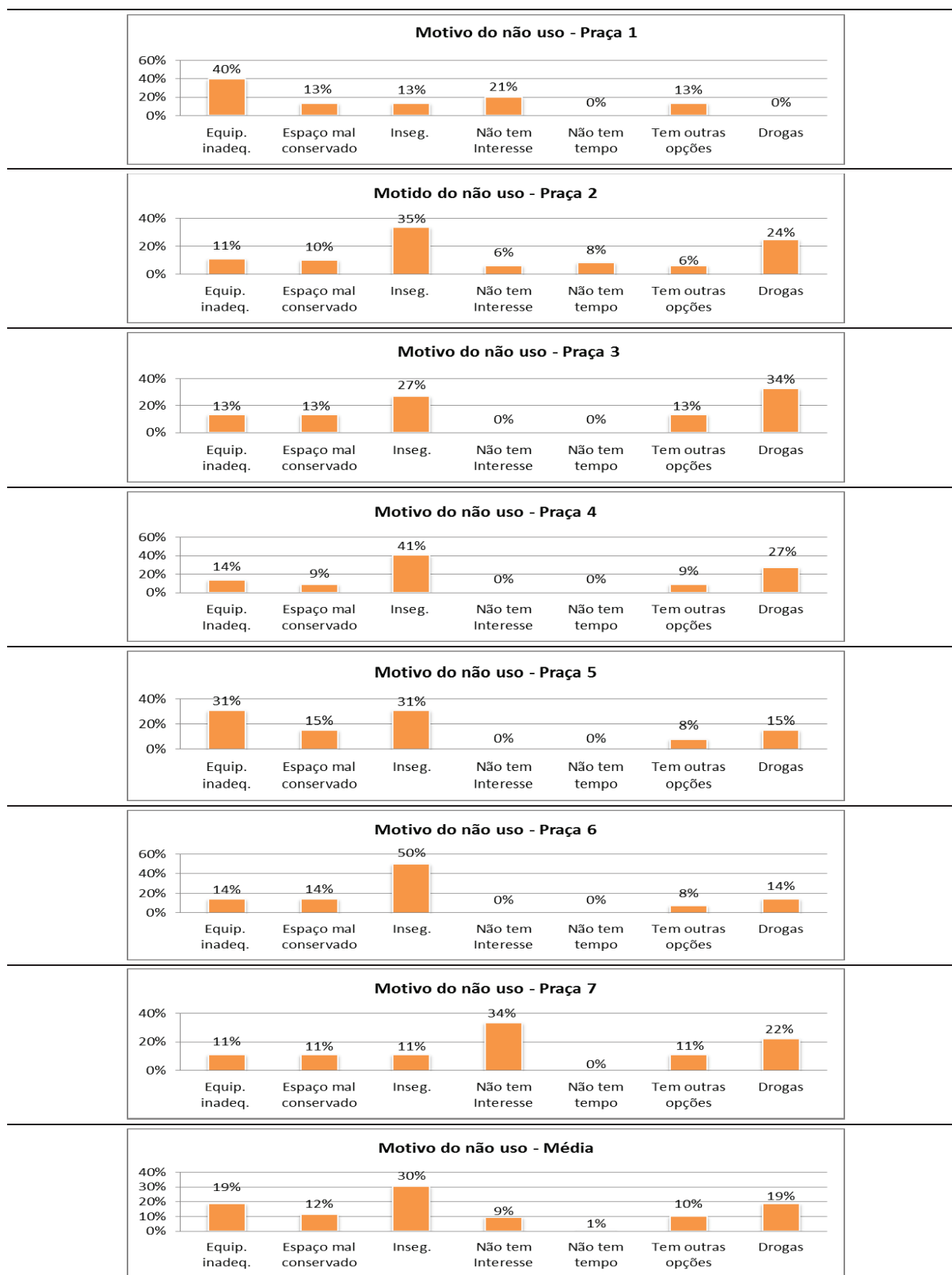
Nota: A1 = muito alta; A2 = alta; B1 = média alta a alta; B2 = média a média alta; C1 = média a média baixa; C2 = média baixa a baixa; D = baixa; E = muito baixa

Figura 70: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de usuários entre os moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



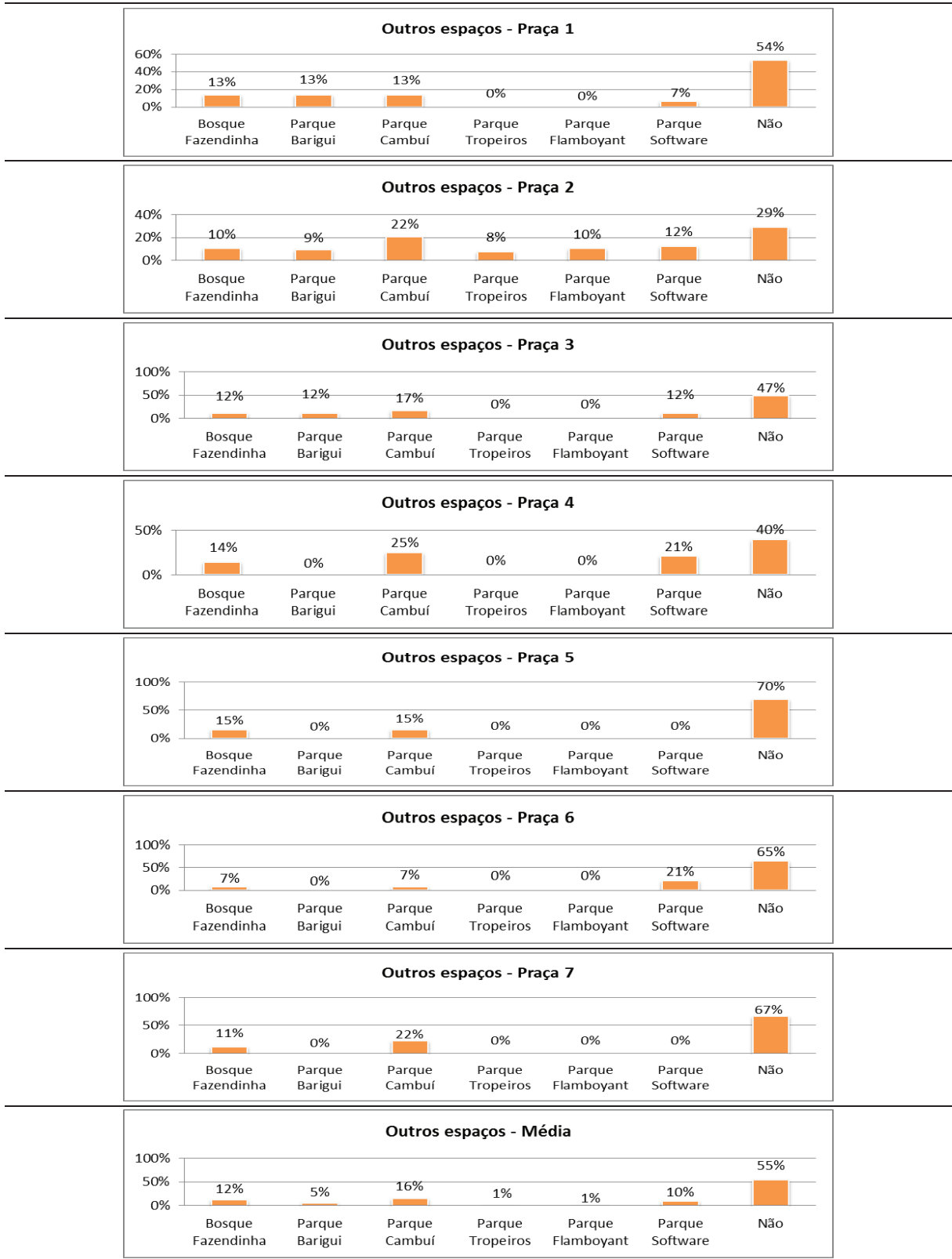
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 71: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para a não utilização pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



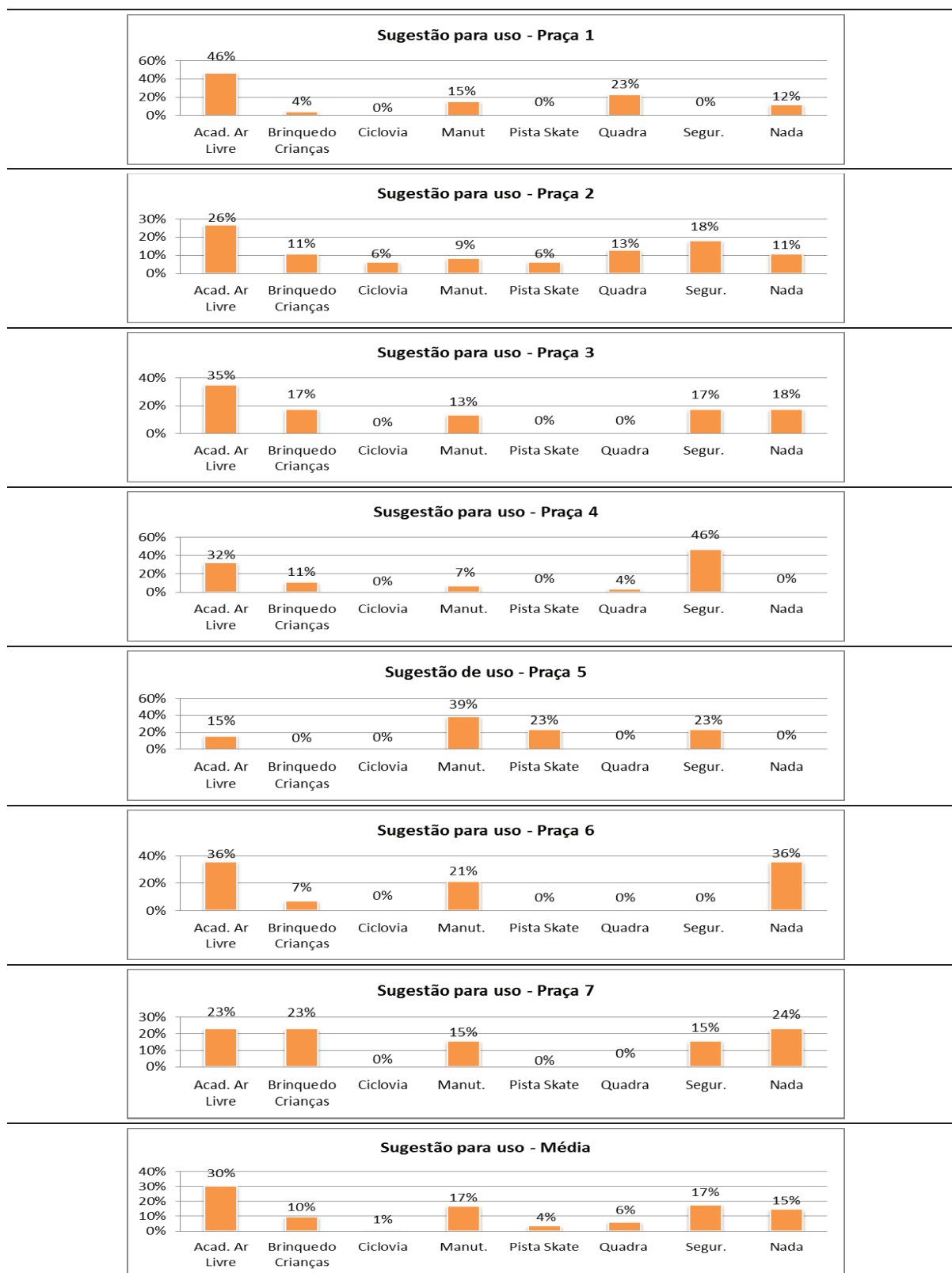
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 72: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de uso de outros espaços similares pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 73: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sugestões dos moradores do entorno ampliado para sua futura utilização das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

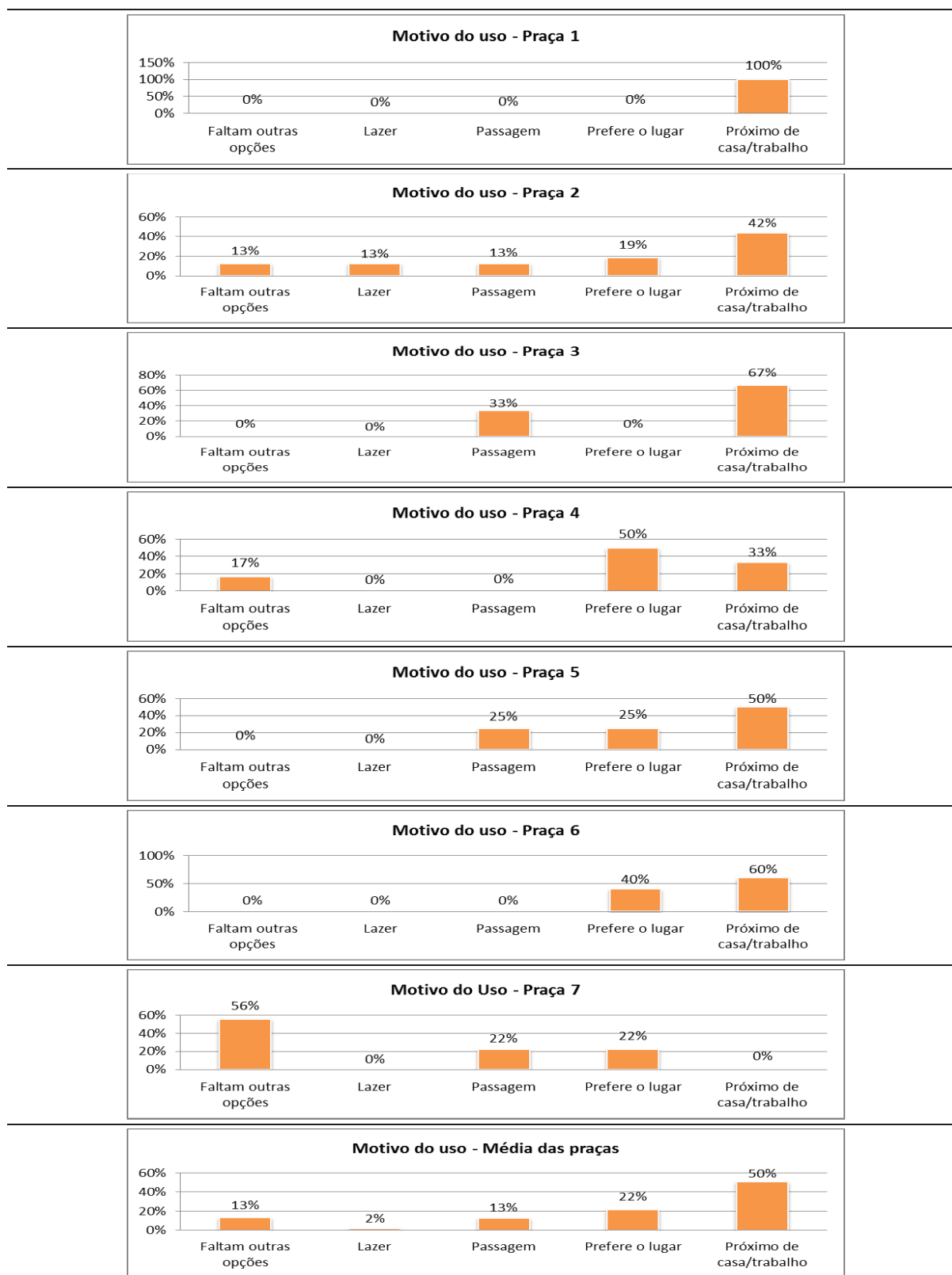
Os que usam as praças alegaram como um dos **motivos para utilização** a proximidade de suas residências (50%) (Figura 74), residindo, em geral, a uma **distância** de uma quadra das mesmas (66%) (Figura 75), preferindo frequentá-las nos **dias** de finais de semana e feriados (61%) (Figura 76), no **período** vespertino (55%) (Figura 77), na **companhia** de amigos (39%) e familiares (33%) (Figura 78), pelo **tempo** médio de meia hora (28%) (Figura 79), buscando, na maioria das vezes, **atividades** de lazer e de prática de esportes (38% e 30%, respectivamente) (Figura 80). Vale lembrar que Lima (2013) também comprova a preferência por finais de semana para a visitação do Parque Cambuí, situado nas cercanias das praças.

Cabe destacar, ainda, a inexistência de moradores do entorno ampliado que sejam também usuários dos espaços e que residam a uma distância superior a quatro quadras das praças. Esse fato, a princípio, justifica a delimita o espacial realizada para a aplica o dos questionários.

Em estudo desenvolvido por Zerbini (2009), foi evidenciada a circunstância de que o indivíduo frequenta praças que estejam localizadas em seus trajetos habituais e que ofereçam, ou seja, lugares onde há oferta de op oes efetivamente atrativas.

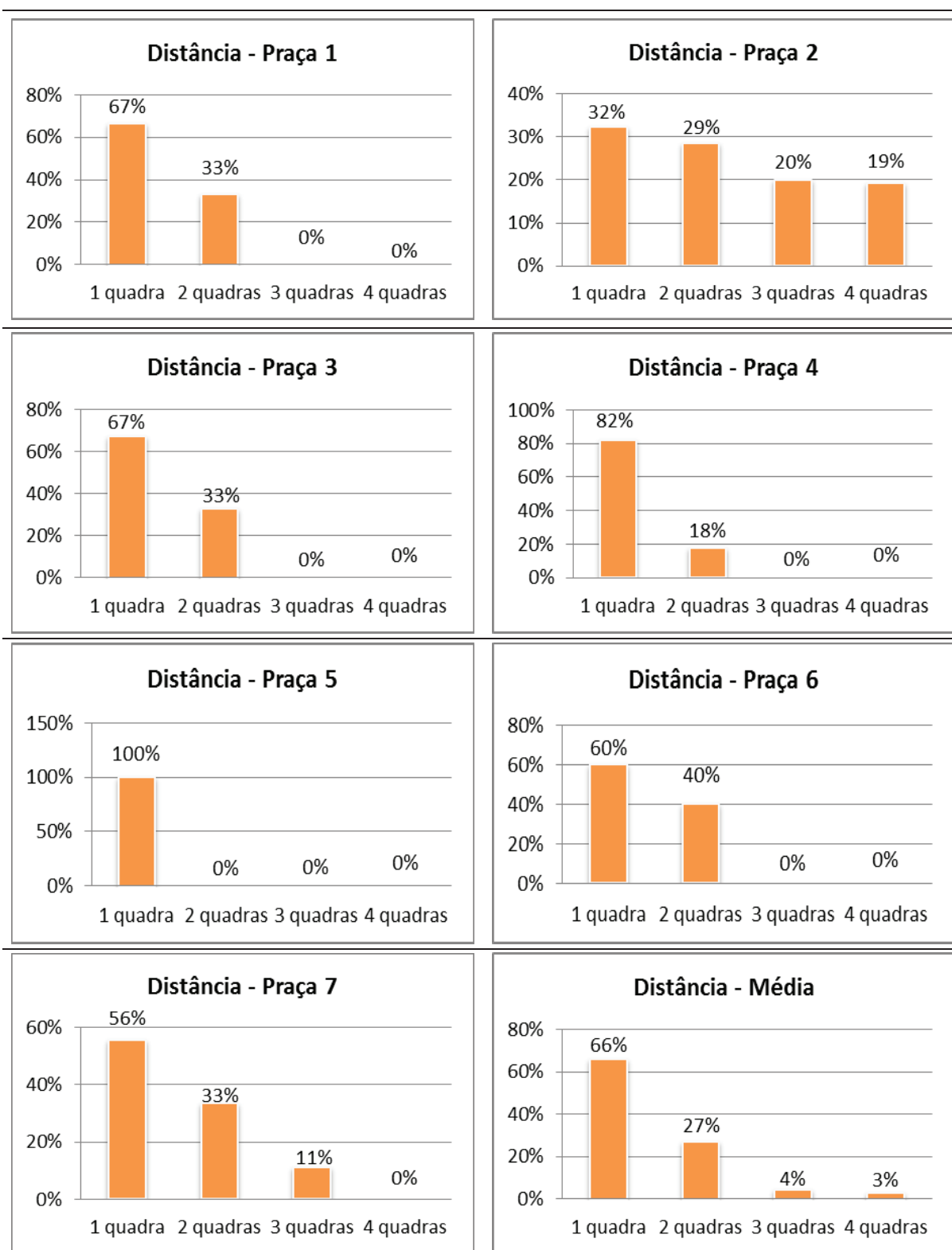
Um espaço físico torna-se um lugar somente quando adquire sentido metafísico e, nesse sentido, Henderson e Frelke (2000) comentam que, para o espaço existir enquanto lugar,   imperativa a existência de experiências afetivas e temporais, as quais são diretamente dependentes das atividades realizadas.

Figura 74: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de motivos para utilização das praças por parte dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



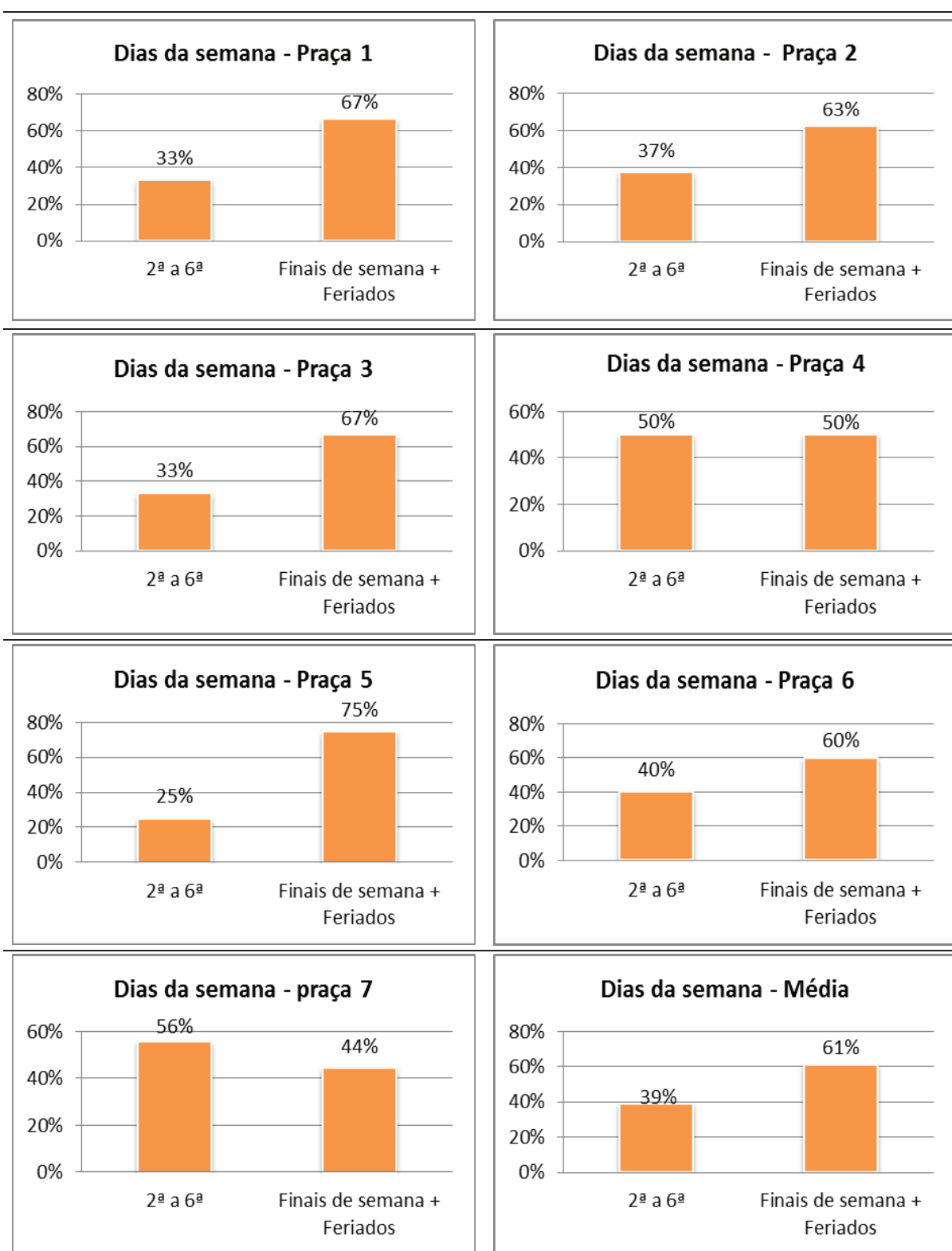
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 75: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de distância das residências dos moradores do entorno ampliado em relação às sete praças selecionadas



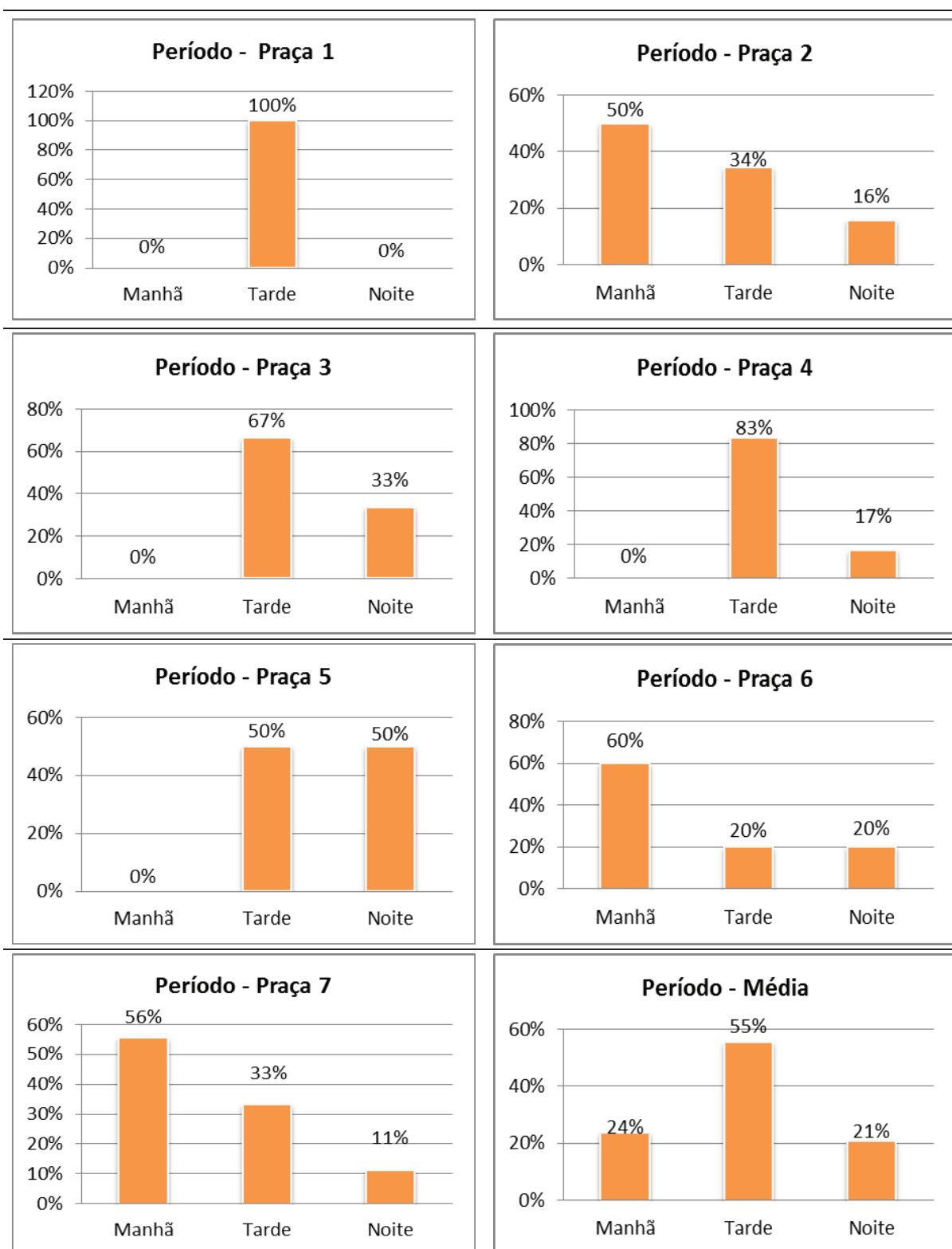
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 76: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de dias de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



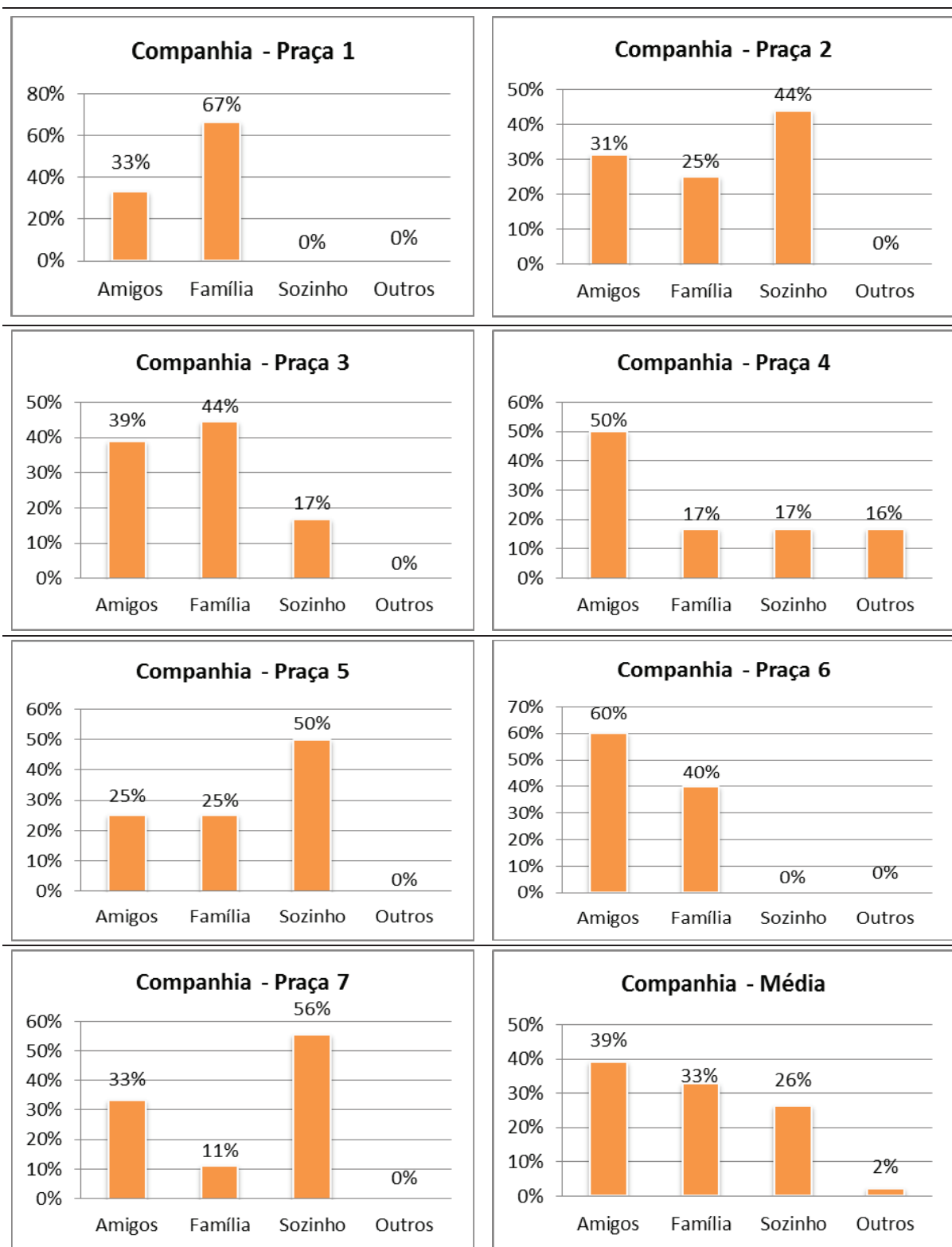
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 77: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de período de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



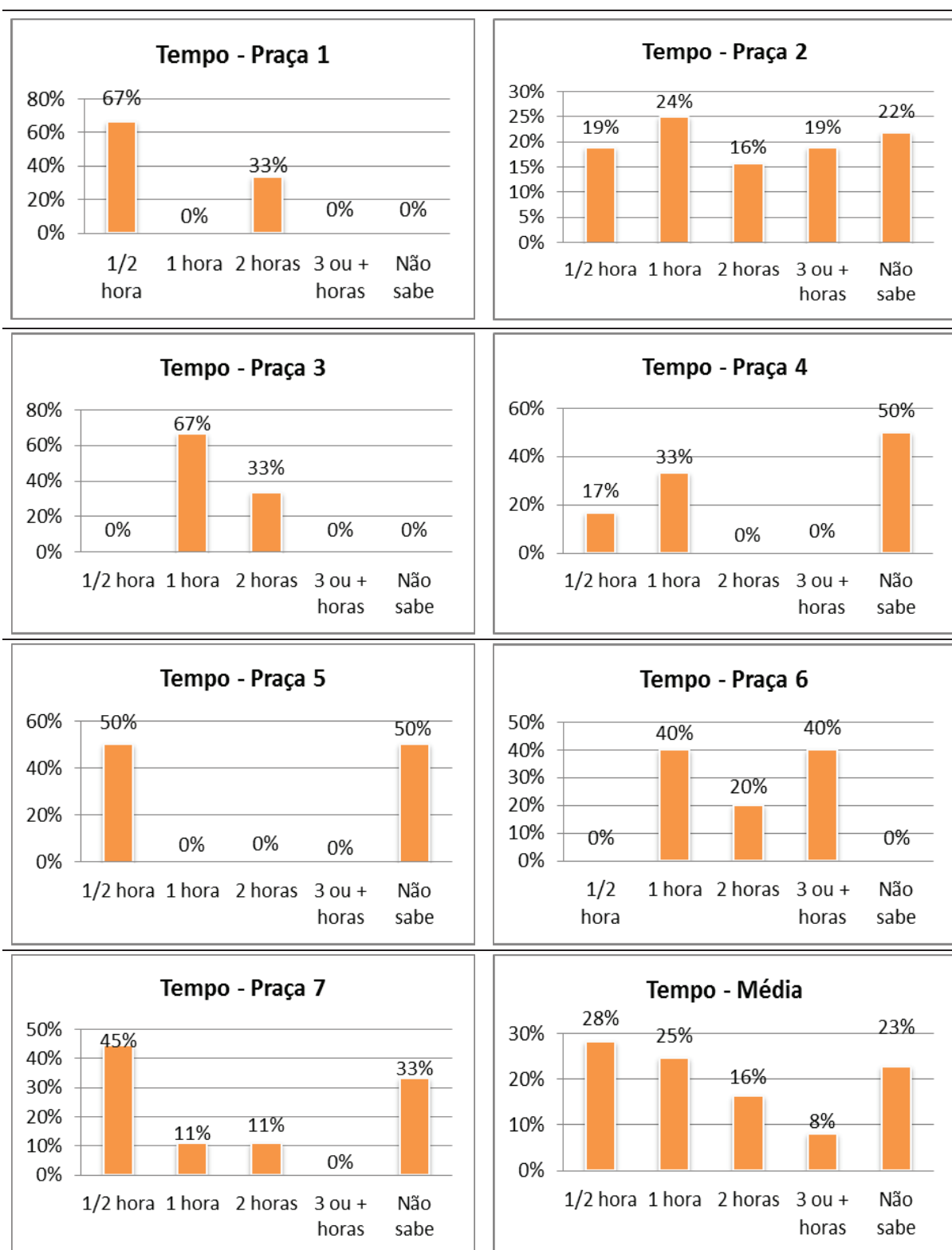
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 78: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de opção de companhia por parte dos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



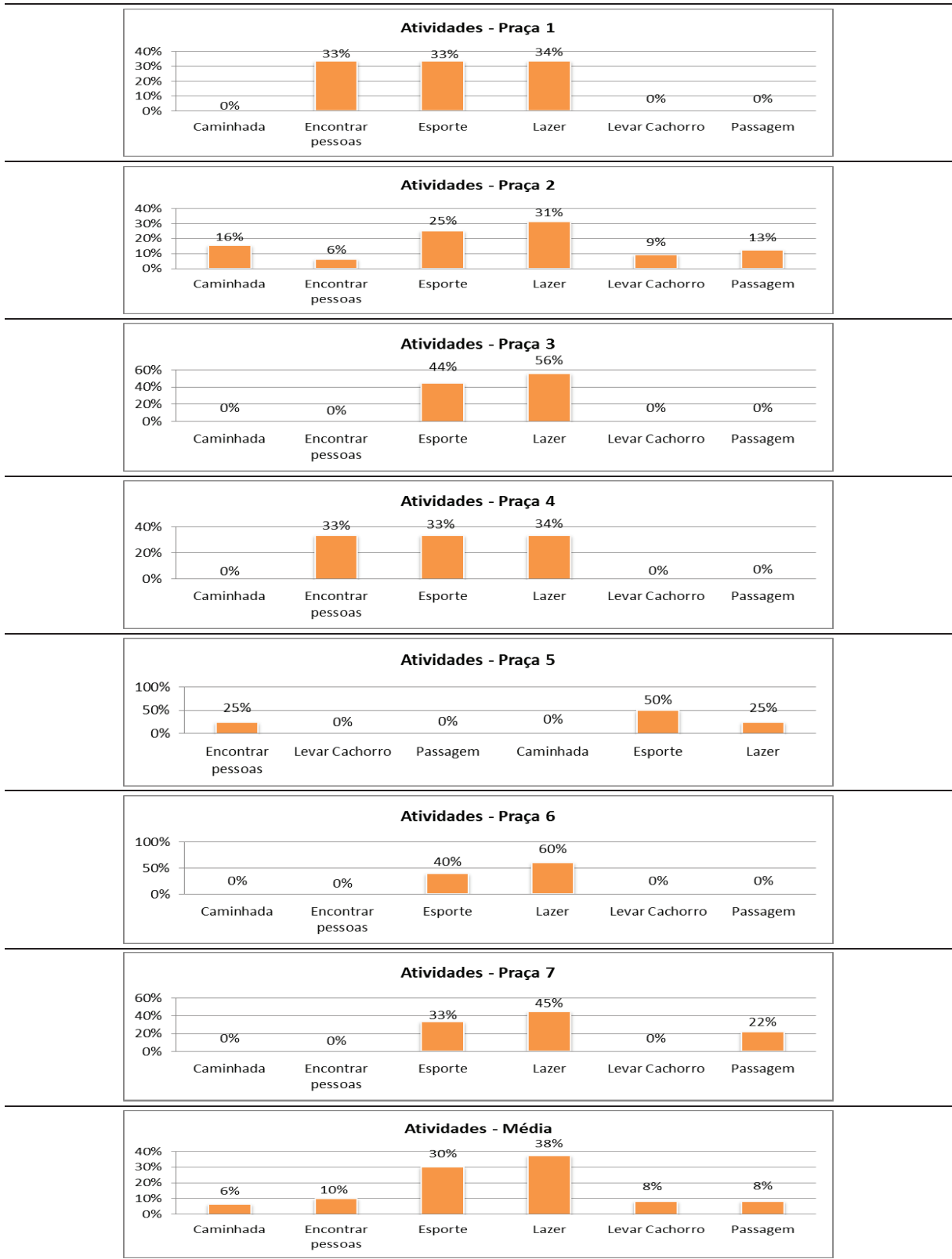
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados

Figura 79: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de tempo de frequência pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 80: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de atividades realizadas pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

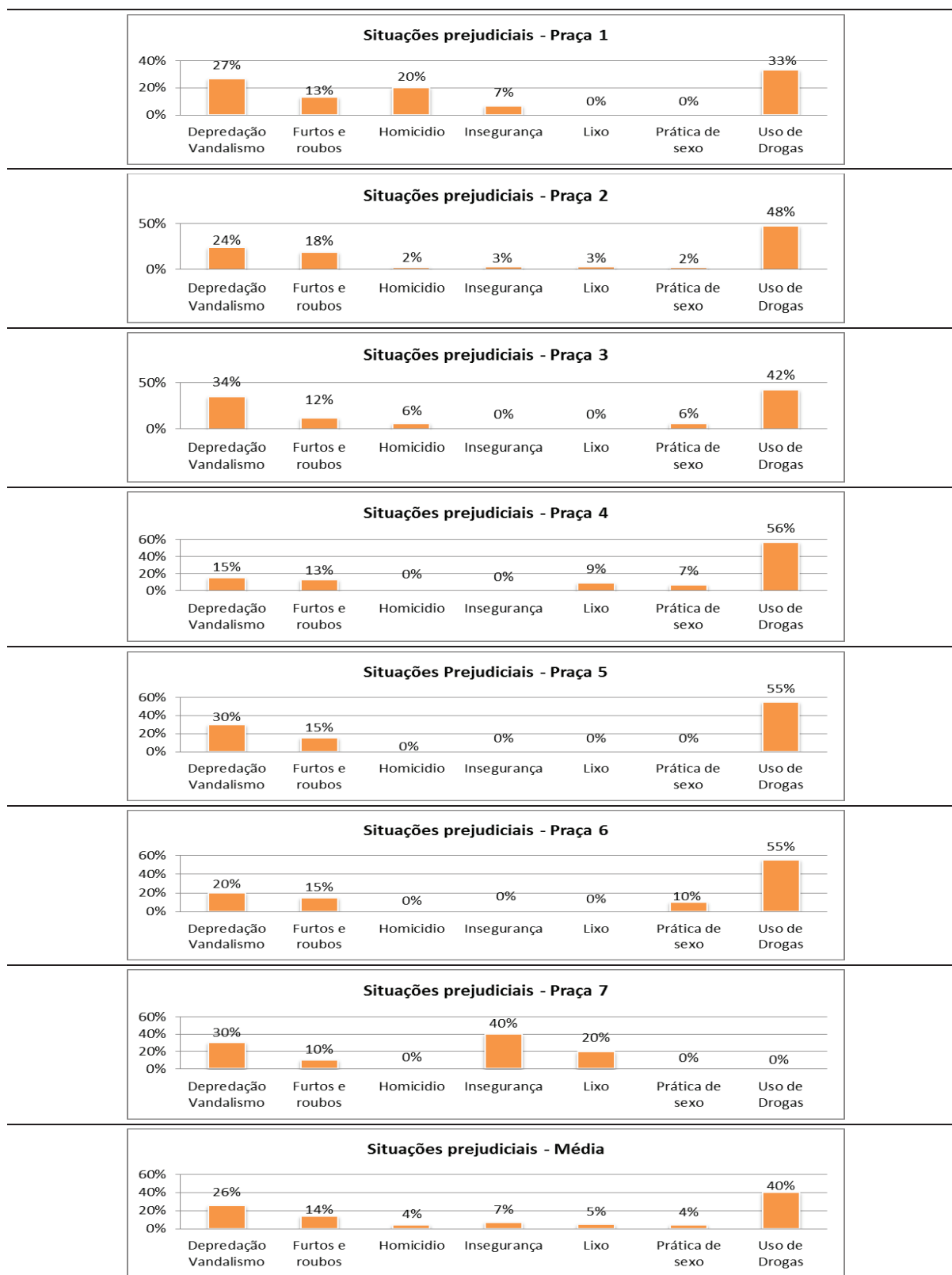
No cenário das CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS consideradas, as **situações prejudiciais** identificadas pelos moradores do entorno ampliado (Figura 81) foram, em especial, relacionadas ao uso facilitado de drogas (40%), seguido por depredação e vandalismo (26%) e furtos e roubos (14%). A maior parte dos depoentes afirmou que essas condições implicam em elevado grau de **inibição** à frequência das praças (35%) (Figura 82), classificando-os como pouco seguros durante o dia (35%) e nada seguros no período noturno (55%) (Figura 83). Os principais fatores apontados como determinantes para essas sensações foram a insegurança efetiva dos espaços (47%) e a presença de usuários de substâncias psicoativas (43%).

O uso abusivo e o tráfico dessas substâncias são classificados por Socal et al. (2003) como ocorrências graves de saúde pública e seu enfrentamento não pode desconsiderar o contexto local e relacional dos envolvidos (SUDBRACK; CARRETEIRO, 2001).

Sobre as situações prejudiciais, identifica-se que os respondentes citaram problemas de ordem prática ou social ligados ao seu cotidiano e a seus interesses imediatos, questões essas também identificadas por Richter (2008). A partir disso, pode-se inferir que a relação dos indivíduos com as praças não está imbuída de sentimentos capazes de transformar esses espaços em “lugar”, justamente em função da inexistência tanto de significados relacionados a apego e pertencimento quanto de forte conexão com esses locais.

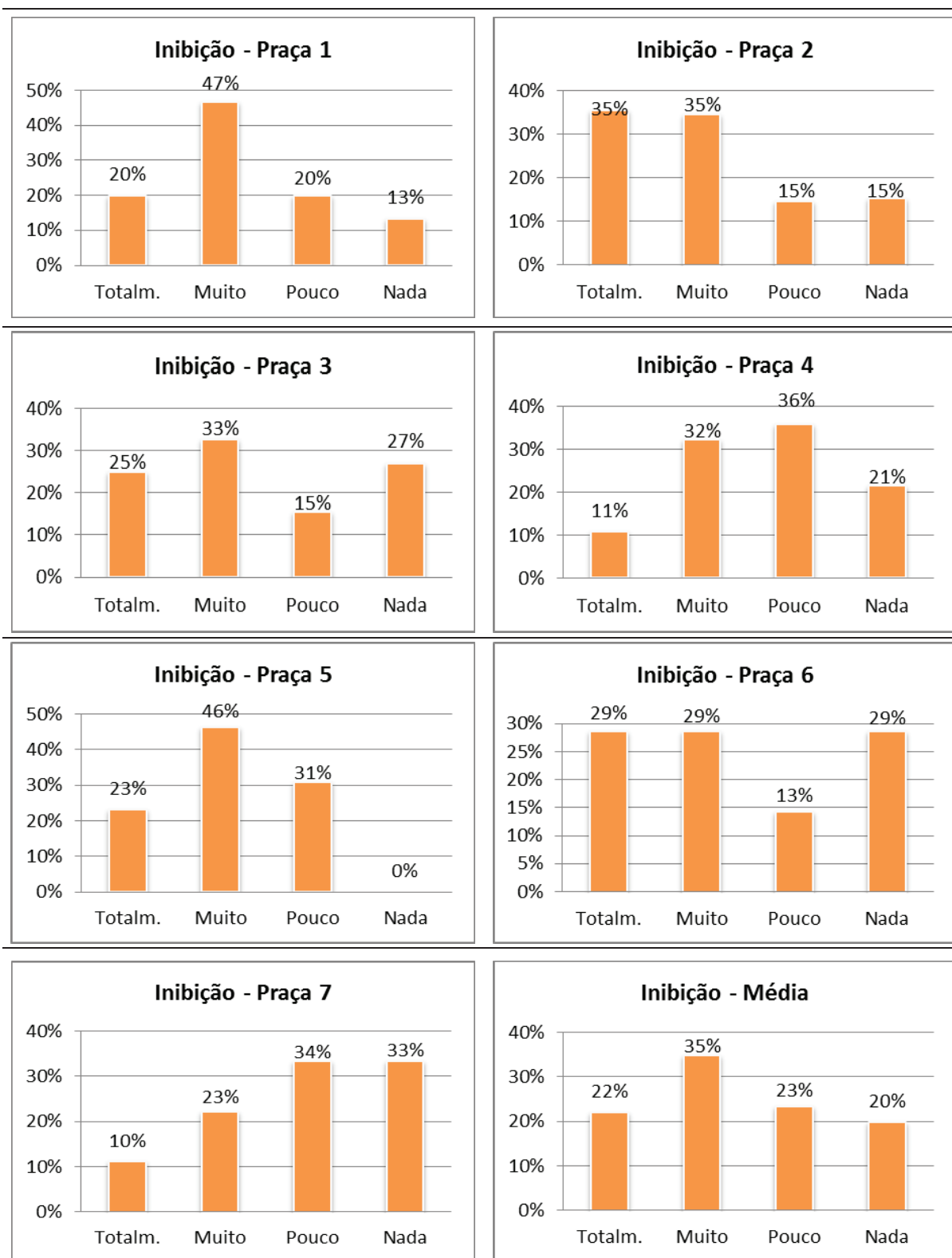
De acordo com Tuan (2012), essa percepção de ótica prática e desprovida de sentimentos é variável em tipo e intensidade, podendo ser essencialmente efêmera, a não ser que a ela se mesquem outras variáveis de características pessoais e afetivas que sejam capazes de torná-la mais duradoura. Nesse contexto, Richter (2008) argumenta que essa permanência pode ser alcançada a partir de maior envolvimento maior da comunidade com os referidos espaços, visto que é inegável que moradores e frequentadores têm relação com as praças, ainda que imediata e superficial. Este autor ainda destaca a evidência de muitas das situações prejudiciais apontadas por usuários e moradores dos entornos de espaços livres serem originadas justamente por membros da própria comunidade e que também usufruem do lugar de alguma forma, saudável ou não.

Figura 81: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de situações prejudiciais identificadas pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas



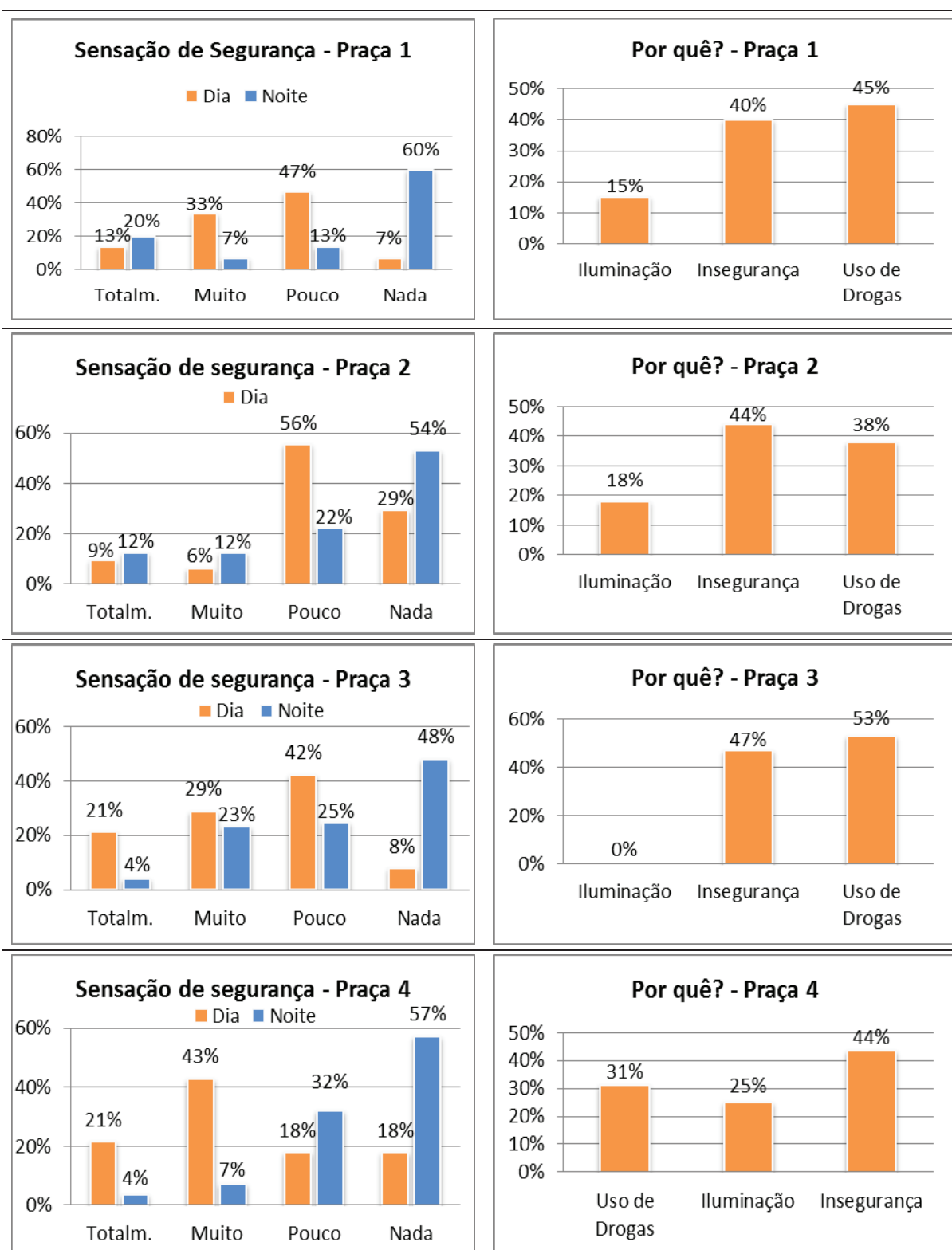
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 82: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de grau de inibição da frequência dos moradores do entorno ampliado nas sete praças seleccionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados

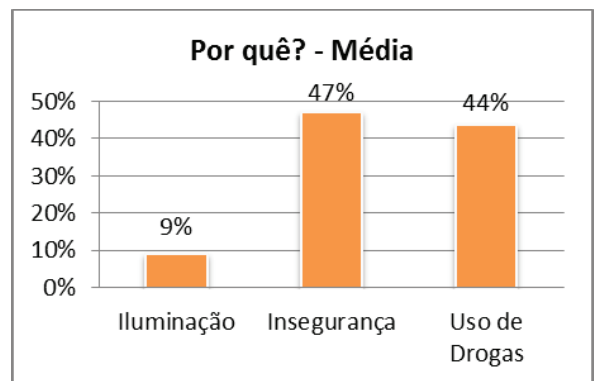
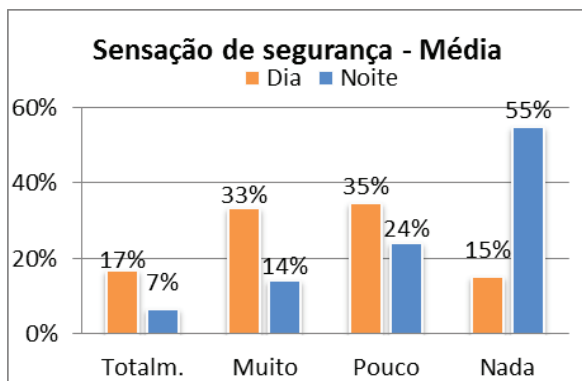
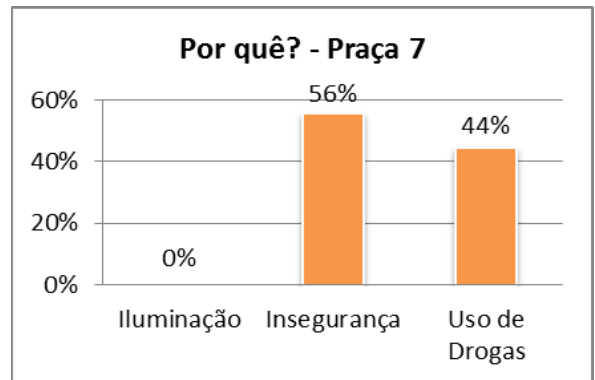
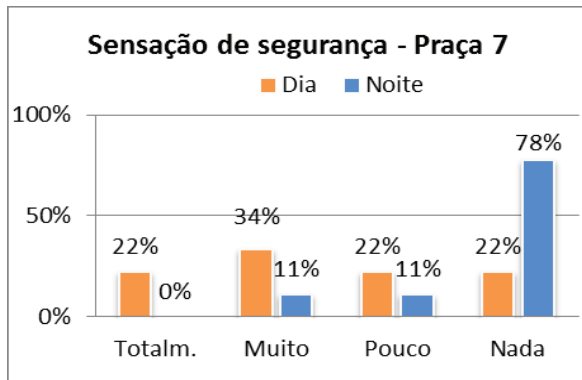
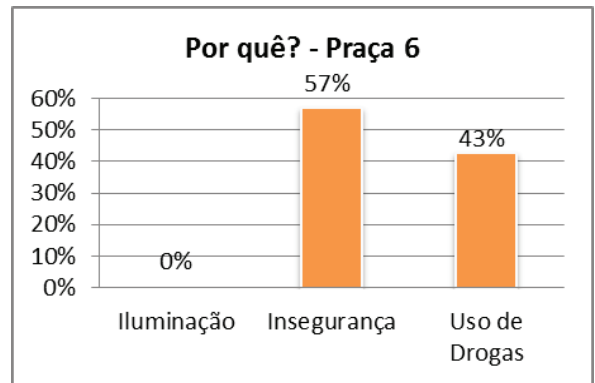
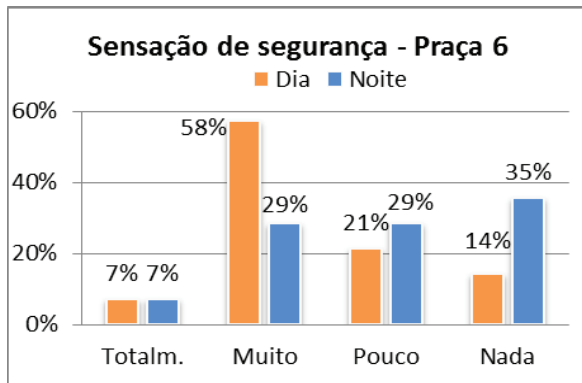
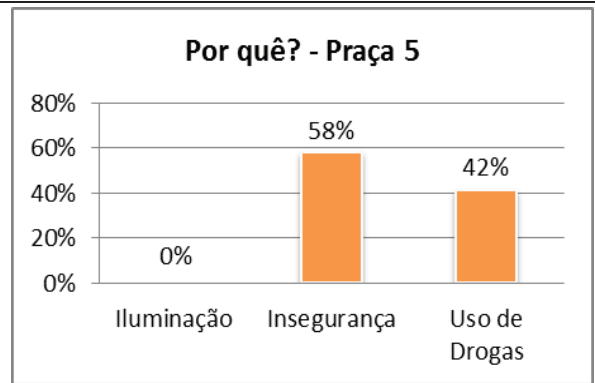
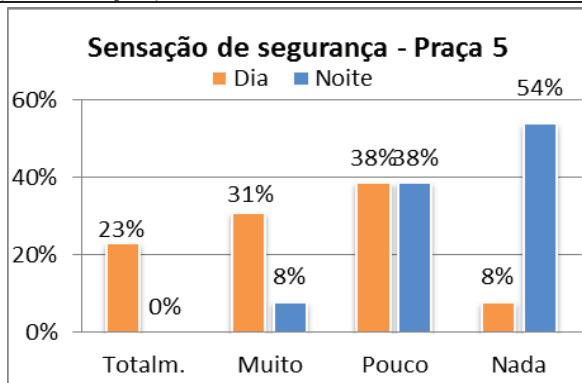
Figura 83: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de sensação de segurança dos moradores do entorno imediato nas sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

Com vistas à análise das CONDICIONANTES PAISAGÍSTICAS e com o objetivo de obter a opinião dos respondentes sobre a **qualidade** dos espaços (Figura 84), os resultados demonstram que os moradores do entorno ampliado têm referências negativas das praças, visto que apenas o item “iluminação” foi avaliado como “bom” pela maioria (43%). Vegetação e canteiros, calçadas e passeios, mobiliário, área para esportes, sinalização e vias de acesso foram classificados como “ruins” ou “péssimos”, com proporções variando de 68% a 84%.

No conhecido estudo de Lynch (2008), realizado em três das principais cidades norte-americanas, a existência de vegetação ou a presença de água nos espaços públicos foram frequentemente citadas como altamente positivas, a ponto de muitos entrevistados afirmarem que mudariam seus trajetos diários habituais para transitarem por áreas arborizadas.

Souza et al. (2014) chamam a atenção para a importância da busca de atendimento às expectativas dos frequentadores efetivos e potenciais dos espaços livres urbanos destinados ao lazer, como praças e parques, visando promover melhorias na sua qualidade de vida.

É importante lembrar que pessoas diferentes desenvolvem sentimentos distintos em relação a um mesmo espaço, sendo o elemento definidor a associação da realidade vista com a intensidade das experiências e sensações experimentadas (RICHTER, 2008).

A maioria dos moradores do entorno ampliado respondeu “ruim” (51%) quando arguidos sobre o **estado geral** das praças, ao passo que, quando indagados sobre o bairro, à semelhança de usuários e moradores do entorno imediato, a maior parte o considerou “bom” (60%) (Figura 85).

Mais uma vez, a avaliação negativa das praças não correspondeu à qualidade geral do bairro, demonstrando que a percepção dos moradores das redondezas também não conecta as primeiras ao segundo, bem como ao seu entorno específico, o que, para Silva e Egler (2002), pode impedir a apropriação dos espaços públicos e a efetivação do sentimento de pertencimento e da sensação de vida em comunidade.

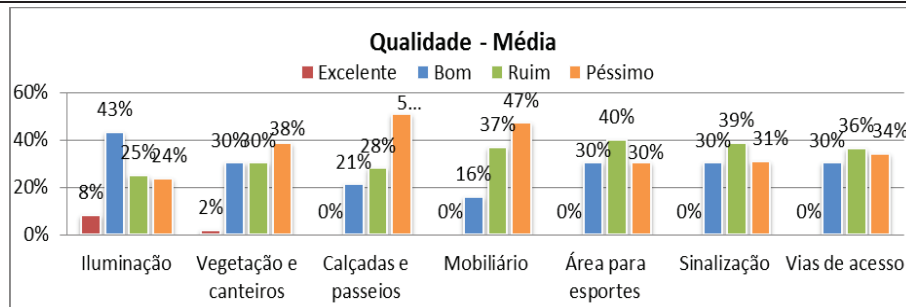
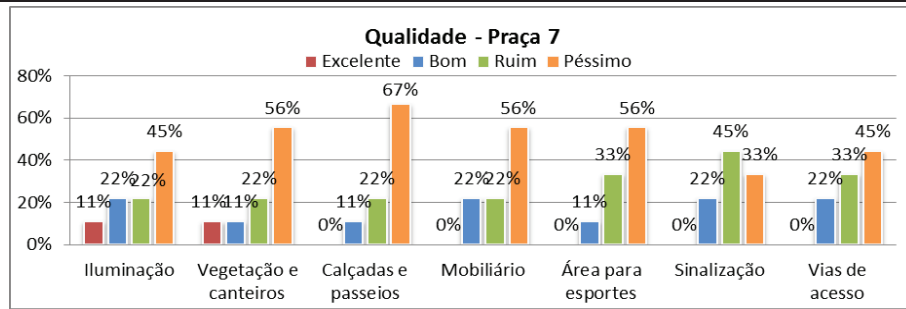
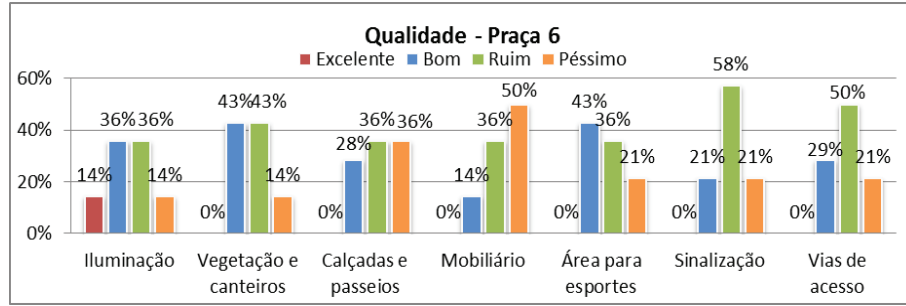
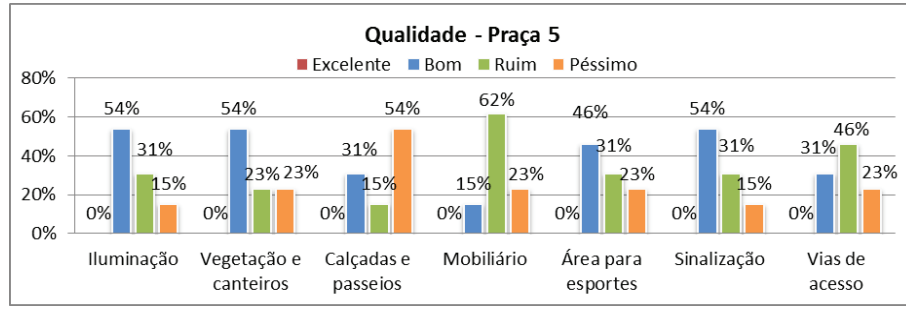
Figura 84: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do grau de qualidade dos itens avaliados pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas



(Continua)

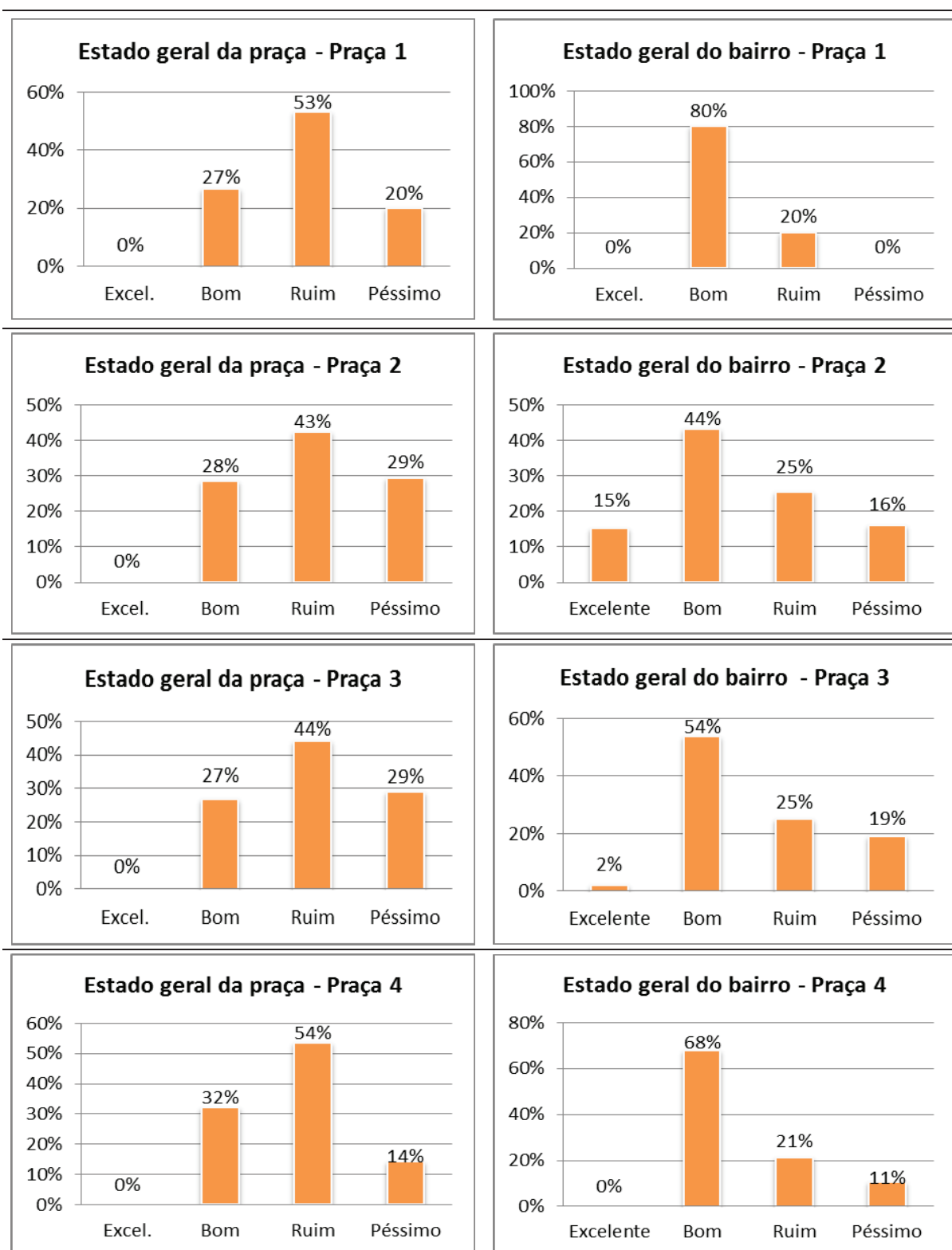
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

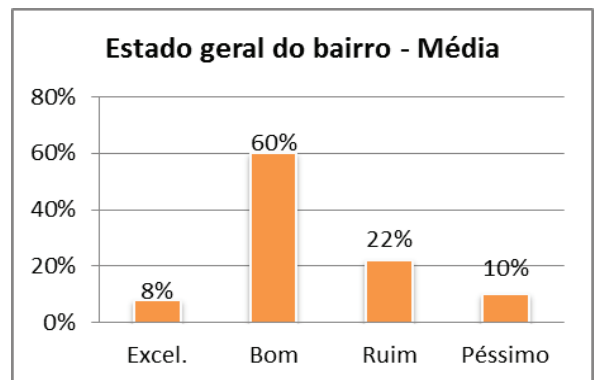
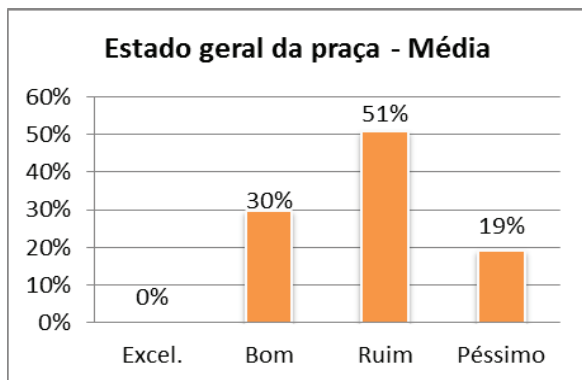
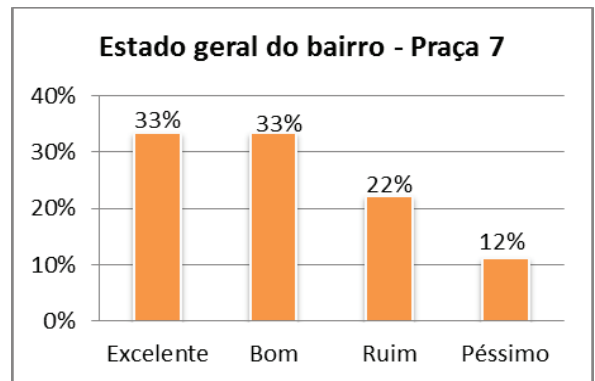
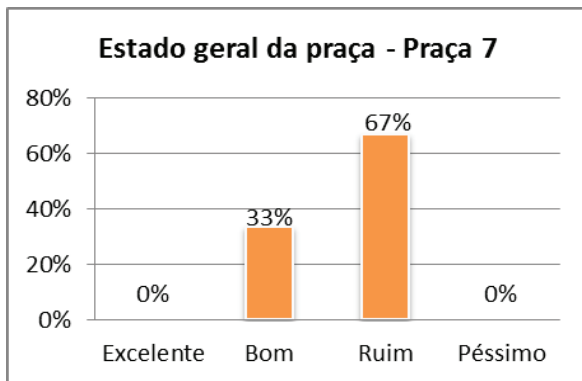
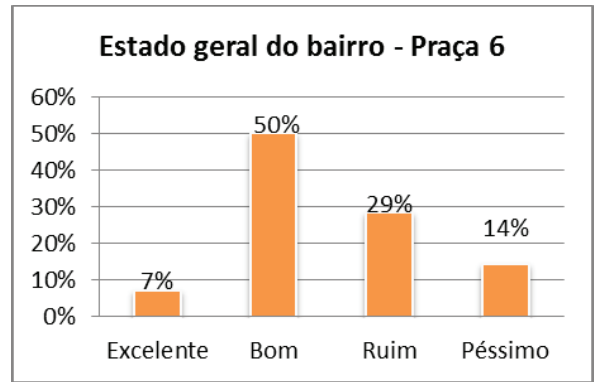
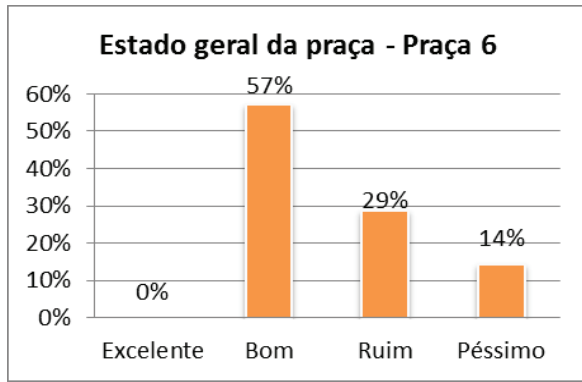
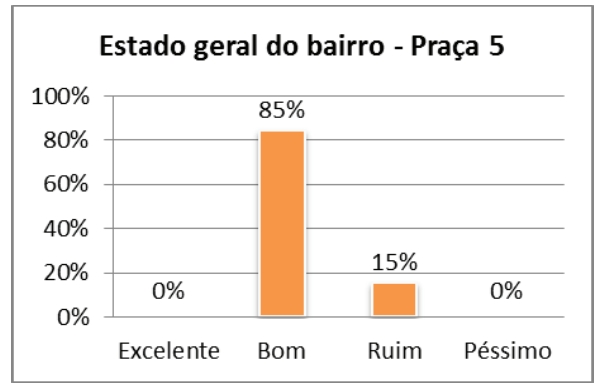
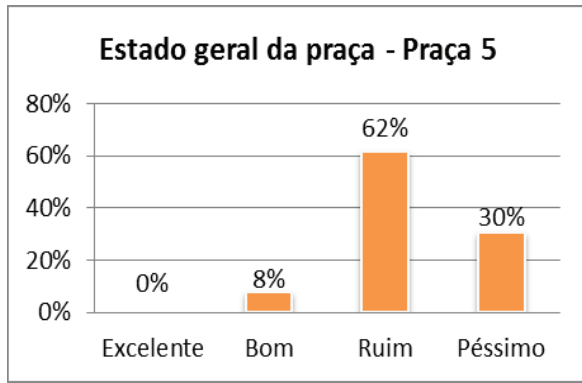
Figura 85: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média do estado geral das praças e do bairro de acordo com os moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)



(Conclusão)

Diante dos resultados expostos anteriormente, denota-se, ainda, que, para muitos moradores dos entornos imediato e ampliado, não há laços de familiaridade com as praças e a imagem predominante é negativa, o que, na visão de Tuan (2013), é intencional, na medida em que revela a maneira pela qual o indivíduo é afetado pelo espaço.

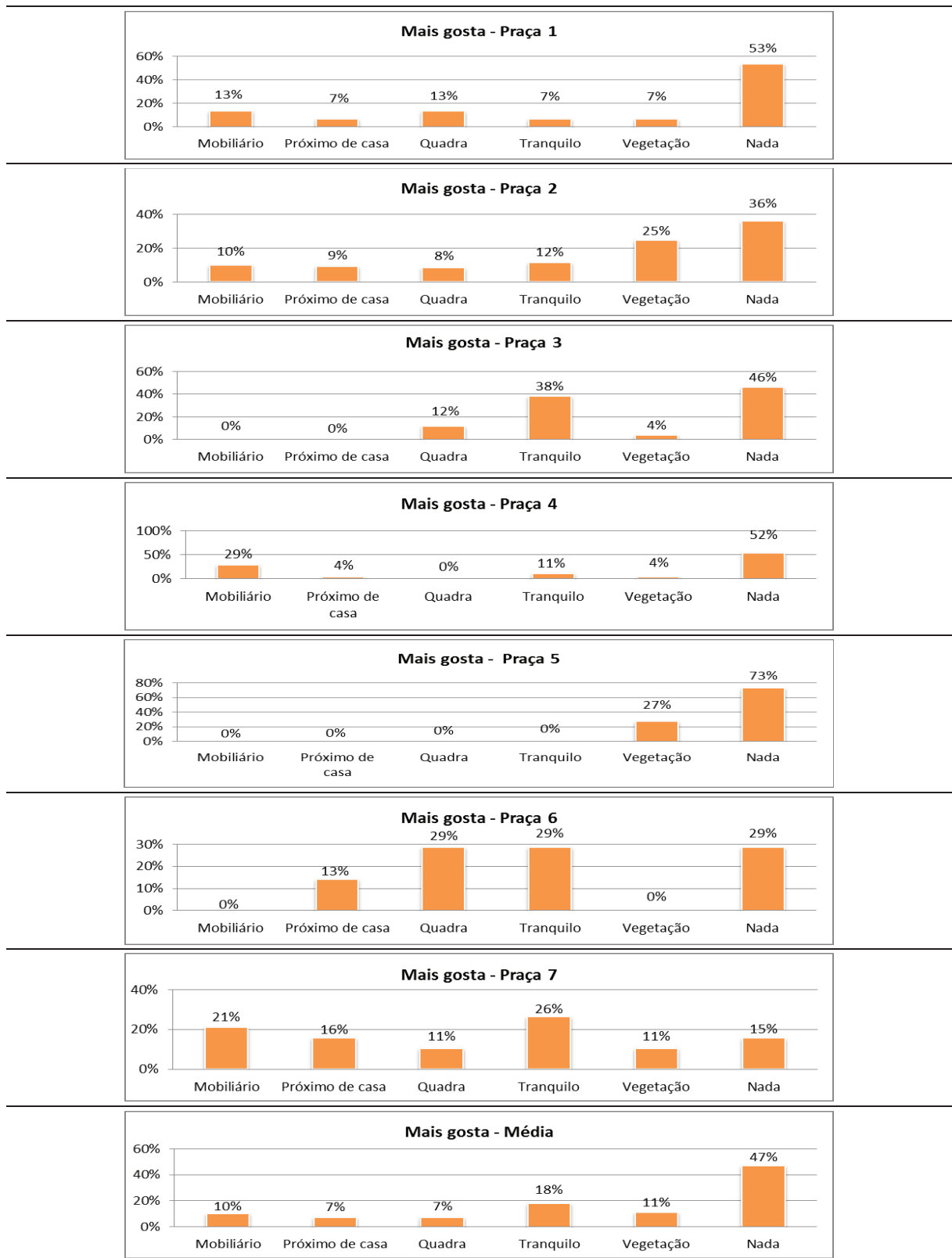
Para Tuan (2012), a familiaridade e o sentimento de pertencimento dependem do tipo de relação estabelecida entre o indivíduo e os espaços que os cercam, podendo incorrer em atitudes tanto negativas quanto positivas frente ao meio. Pode-se dizer, então, que existe interação entre percepção e atitude, na medida em que esta é primordialmente uma postura cultural frente ao mundo.

No tocante às perguntas abertas visando à obtenção da opinião dos moradores do entorno ampliado sobre itens **mais apreciados** nas praças (Figura 86), novamente a resposta “nada” surgiu em maior número (47%). A tranquilidade dos espaços foi apreciada por 18% dos respondentes. Por outro lado, responderam que os aspectos **menos apreciados** são a presença de usuários de drogas (19%) e a sensação de insegurança (14%), embora a argumentação mais frequente neste caso tenha sido “nada” (Figura 87). Limpeza e manutenção, aperfeiçoamento das condições de segurança e instalação de novo mobiliário foram as **melhorias** mais recomendadas (21%, 19% e 17%, respectivamente) (Figura 88).

Como já comentado, a insegurança também é frequente nas respostas dos usuários do Parque Cambuí (31%), principalmente durante o período noturno (LIMA, 2013).

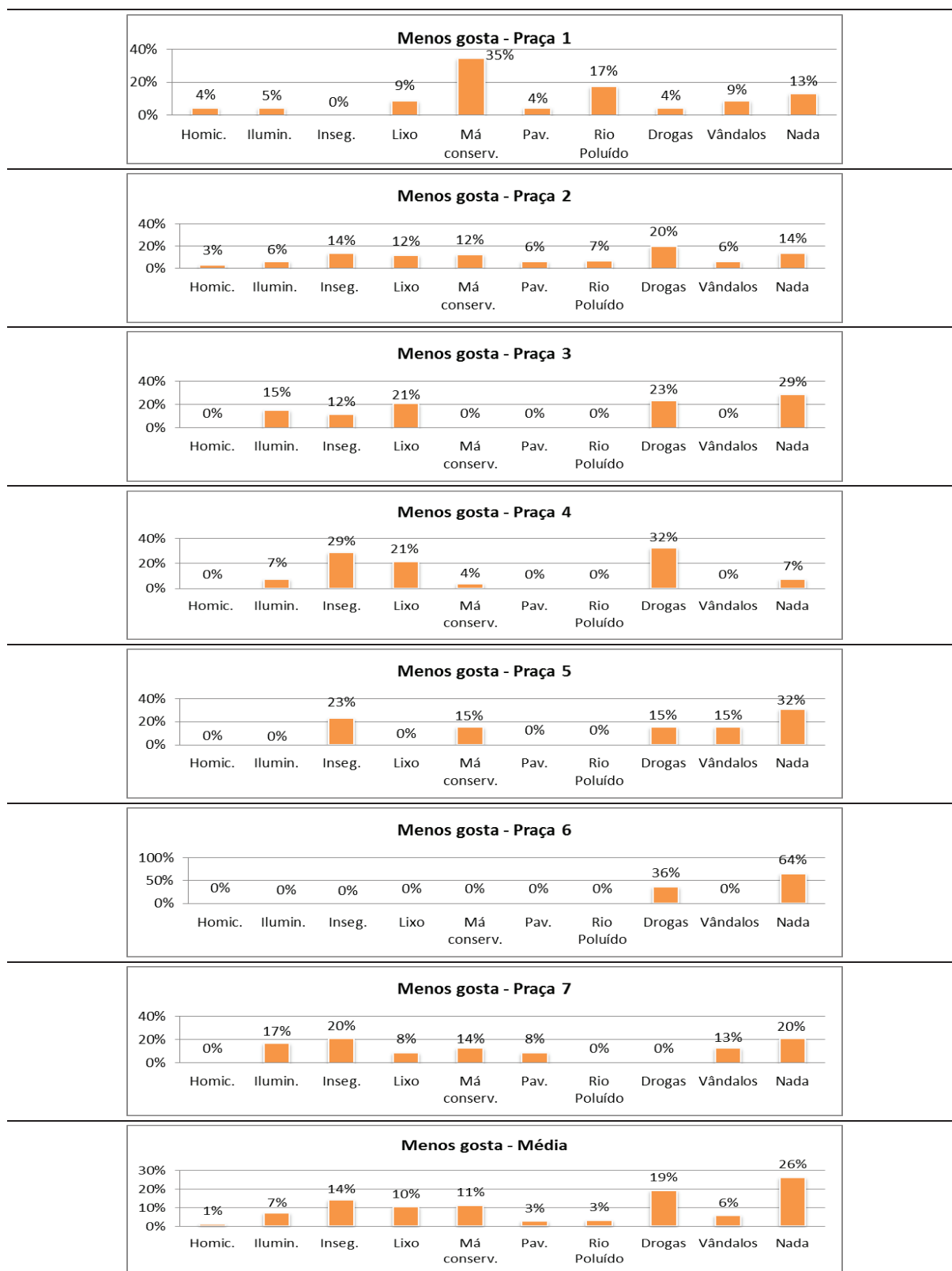
A variada gama de respostas retratando o que os usuários e moradores dos entornos mais e menos gostam nos espaços é confrontada à opinião daqueles que responderam “nada” em ambos os casos. Tem-se, portanto, a impressão de que não estão, de fato, conscientes da realidade local ou, como argumenta Richter (2008), não estão envolvidos através dos sentidos, os quais Okamoto (2002, p.116) chama de “mecanismos de interface com a realidade”.

Figura 86: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos mais apreciados pelos moradores do entorno ampliado nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 87: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de aspectos menos apreciados pelos moradores do entorno ampliado das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 88: Gráficos de proporcionalidade e respectiva média de melhorias sugeridas pelos moradores do entorno ampliado para as sete praças seleccionadas



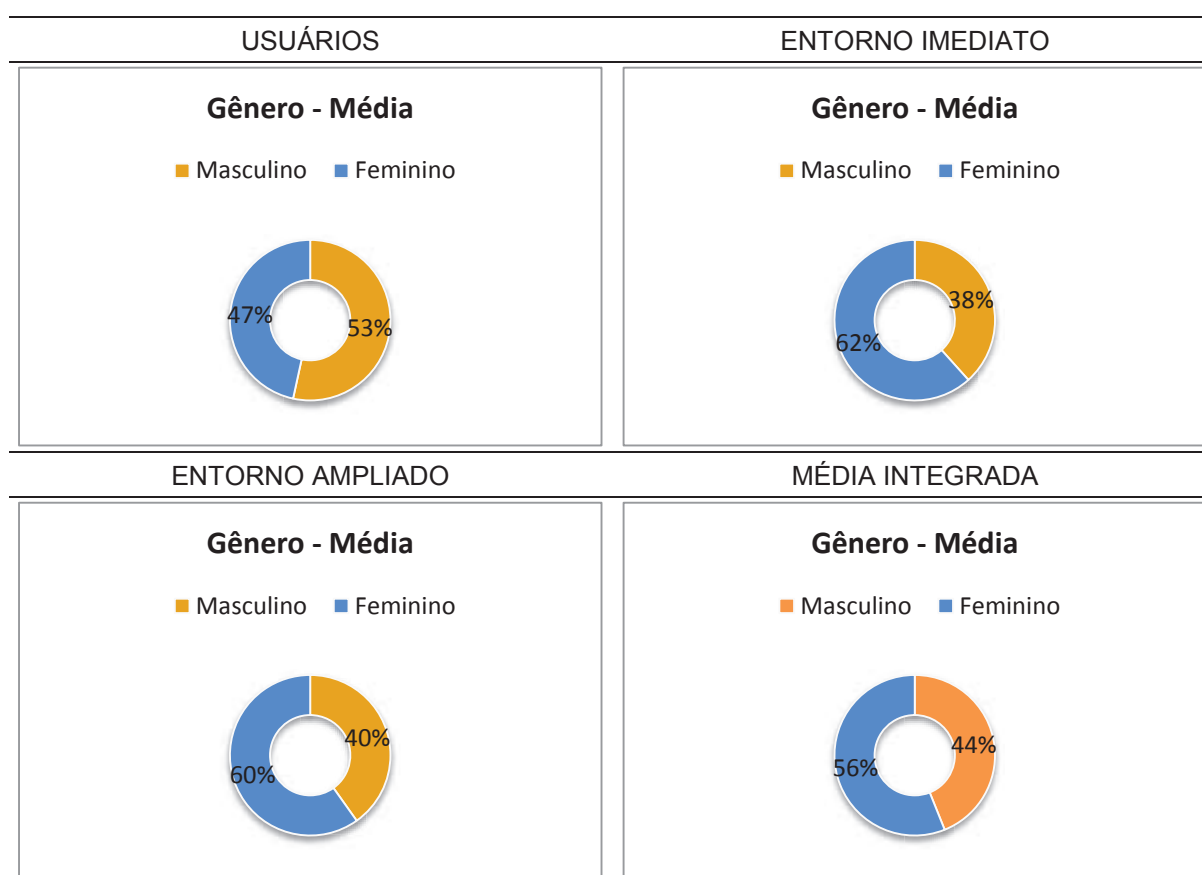
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Assim, visando à adequada interpretação da interação dos resultados alcançados, a próxima subseção é dedicada à integração dos dados anteriores, permitindo a análise conjunta da percepção sobre as praças estudadas.

4.4 AVALIAÇÃO INTEGRADA

Relativamente ao seu PERFIL, entre todos os indivíduos entrevistados no conjunto de sete praças, o **gênero** feminino (56%) é predominante (Figura 89). Os dados obtidos se assemelham aos oficiais municipais, os quais também demonstram a prevalência de mulheres, sendo, contudo, ligeiramente superior à registrada no município de Curitiba (52%) e no bairro CIC (52%) (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a) para os entornos considerados, com proporção inferior apenas para usuários (47%)

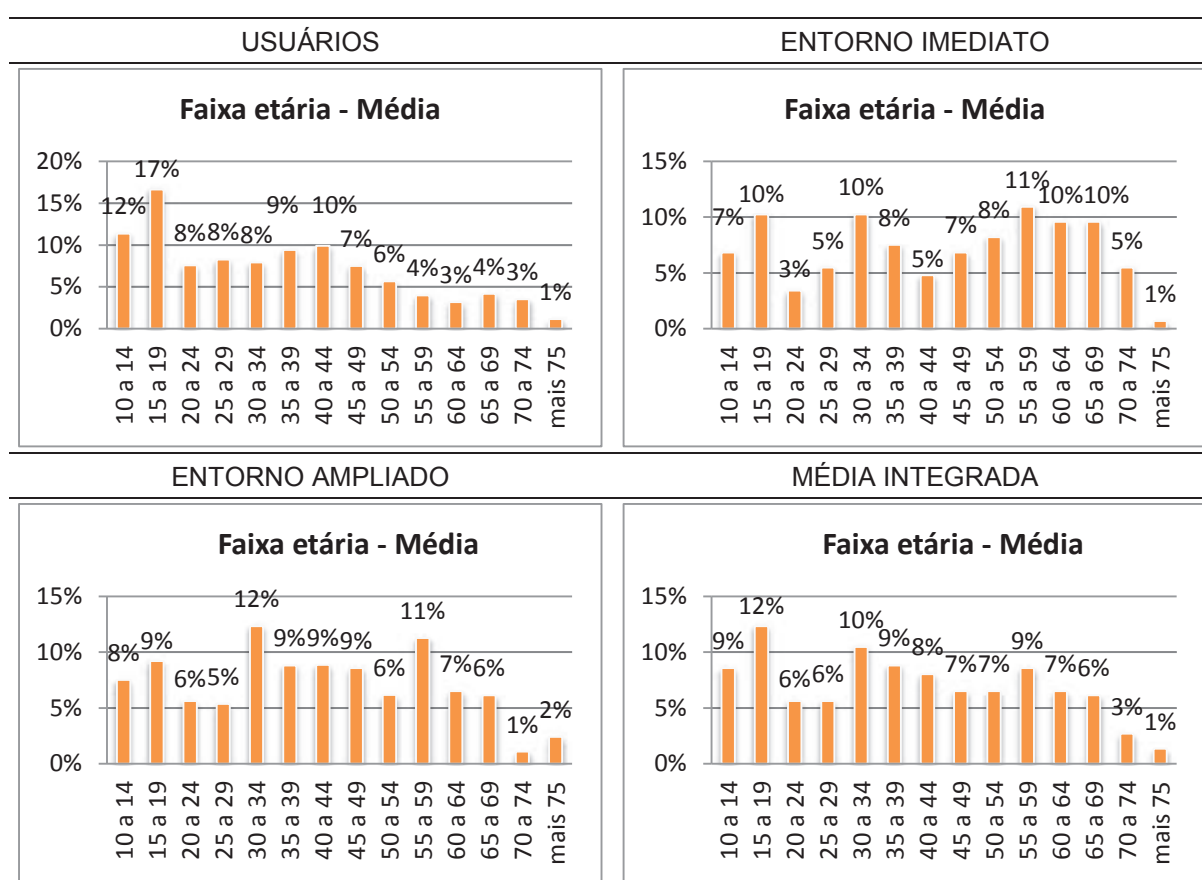
Figura 89: Gráficos de proporcionalidade média de gênero da população alvo das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Em se tratando de **faixa etária** (Figura 90), em média, constata-se o predomínio de jovens entre 15 e 19 anos (11% do total de respondentes), seguida de indivíduos entre 30 a 34 anos (10%). Os resultados revelam, porém, expressiva diversidade de idades entre os respondentes. A menor porcentagem está no segmento acima de 75 anos (1%). Os dados oficiais, todavia, apontam como predominantes em Curitiba e no bairro CIC os habitantes entre 25 e 29 anos (9% e 10%, respectivamente) (IPPUC, 2014a).

Figura 90: Gráficos de proporcionalidade média de faixa etária da população alvo das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

No que se refere ao grau de **escolaridade** (Figura 91), constata-se, na média entre os três tipos de respondentes, o maior número de indivíduos com ensino médio completo (27%), em proporção similar à do município para habitantes com o mesmo nível de formação, de acordo com dados censitários (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a). Ainda assim, observa-se significativa variedade entre os

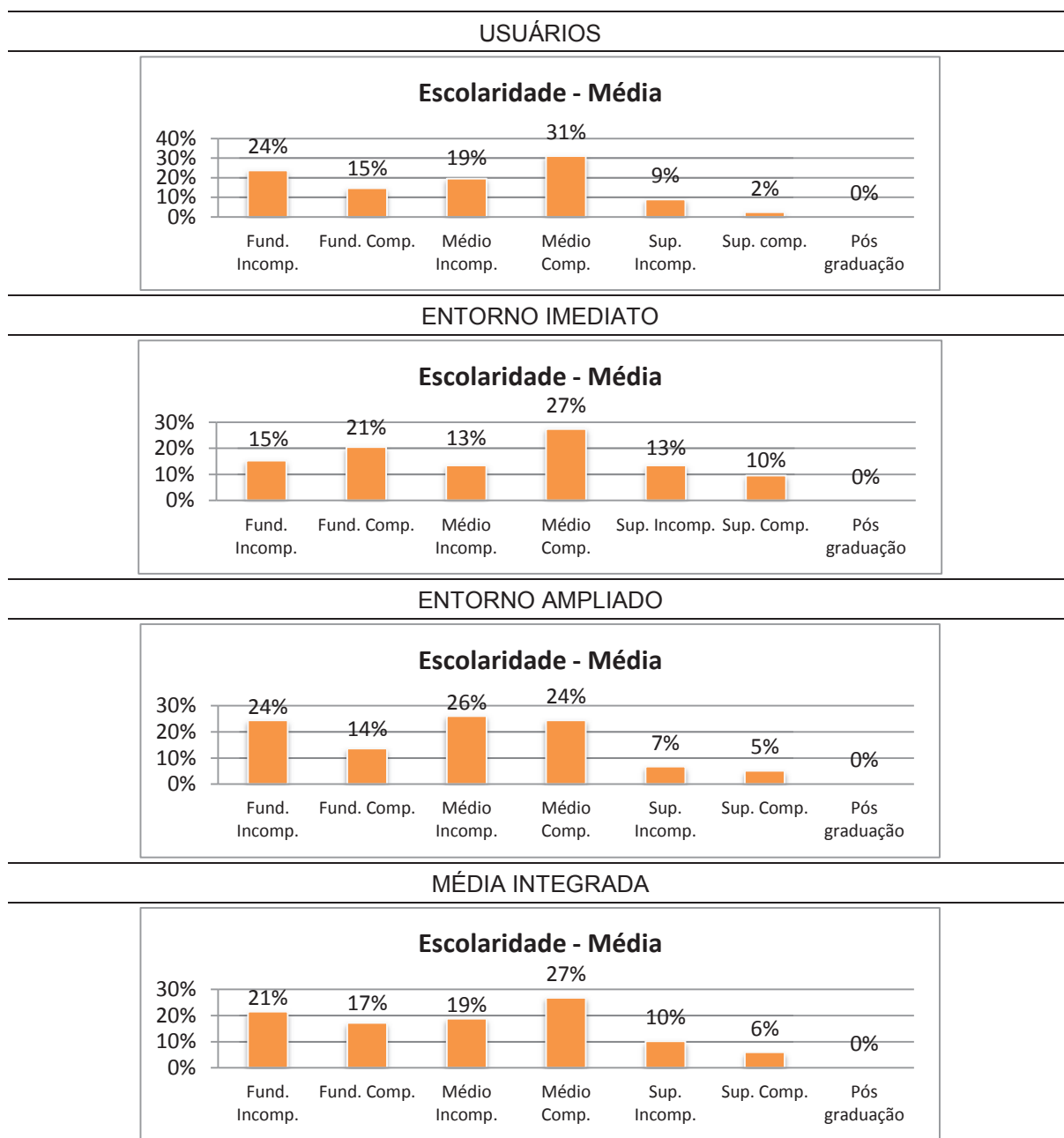
entrevistados, uma vez que é também elevado o número de pessoas com ensinos fundamental e médio incompletos (21% e 19%, respectivamente). Esses índices são superiores aos dados oficiais, que apontam a existência de apenas 9% da população do município com formação de ensino fundamental incompleto (IBGE, 2011; IPPUC, 2014a). Vale destacar, ainda, o reduzido índice de entrevistados com formação superior completa (6%), bem como a inexistência de respondentes com pós-graduação. Tais resultados corroboram, novamente, o pensamento de Vieillard-Baron (2013) sobre o baixo nível de escolaridade da população como um dos principais fatores de vulnerabilidade social.

No tocante à **ocupação** (Figura 92), a maioria dos depoentes pertence à classe trabalhadora (39%), com índice pouco acima do encontrado em dados oficiais, que apontam um total de 38% de pessoas ocupadas na cidade (IPPUC, 2014a). Os aposentados, por sua vez, representam 17% do total de entrevistados. Cabe ressaltar, ainda, a significativa proporção de 19% de pessoas “do lar”. Desempregados somam apenas 7%, salientando-se, entretanto, a inexistência de distinção entre empregos formais e informais.

Com base no critério Brasil de classificação de **renda** (ABEP, 2014), 34% estão enquadrados na classe C1 (média a média baixa – Figura 93), em porção significativamente superior à registrada para o município, que conta com 18% de seus habitantes enquadrados neste estrato. Logo abaixo, com 29% do total, estão os representantes da B2 (média a média alta), que, na cidade, possui a mesma proporção, segundo dados do censo demográfico de 2010 (AGÊNCIA CURITIBA, 2014a; IBGE, 2011). Respondentes que pertencem à A2 (alta), por sua vez, compreendem apenas 2% do total de entrevistados. É notável, ainda, a inexistência das classes A1 (muito alta) e E (muito baixa). É importante atentar para o aumento significativo da população pertencente à categoria C (média baixa) em Curitiba. Dados estratificados pela FGV (2014), com base na PNAD, apontam um crescimento próximo de 10% em apenas seis anos.

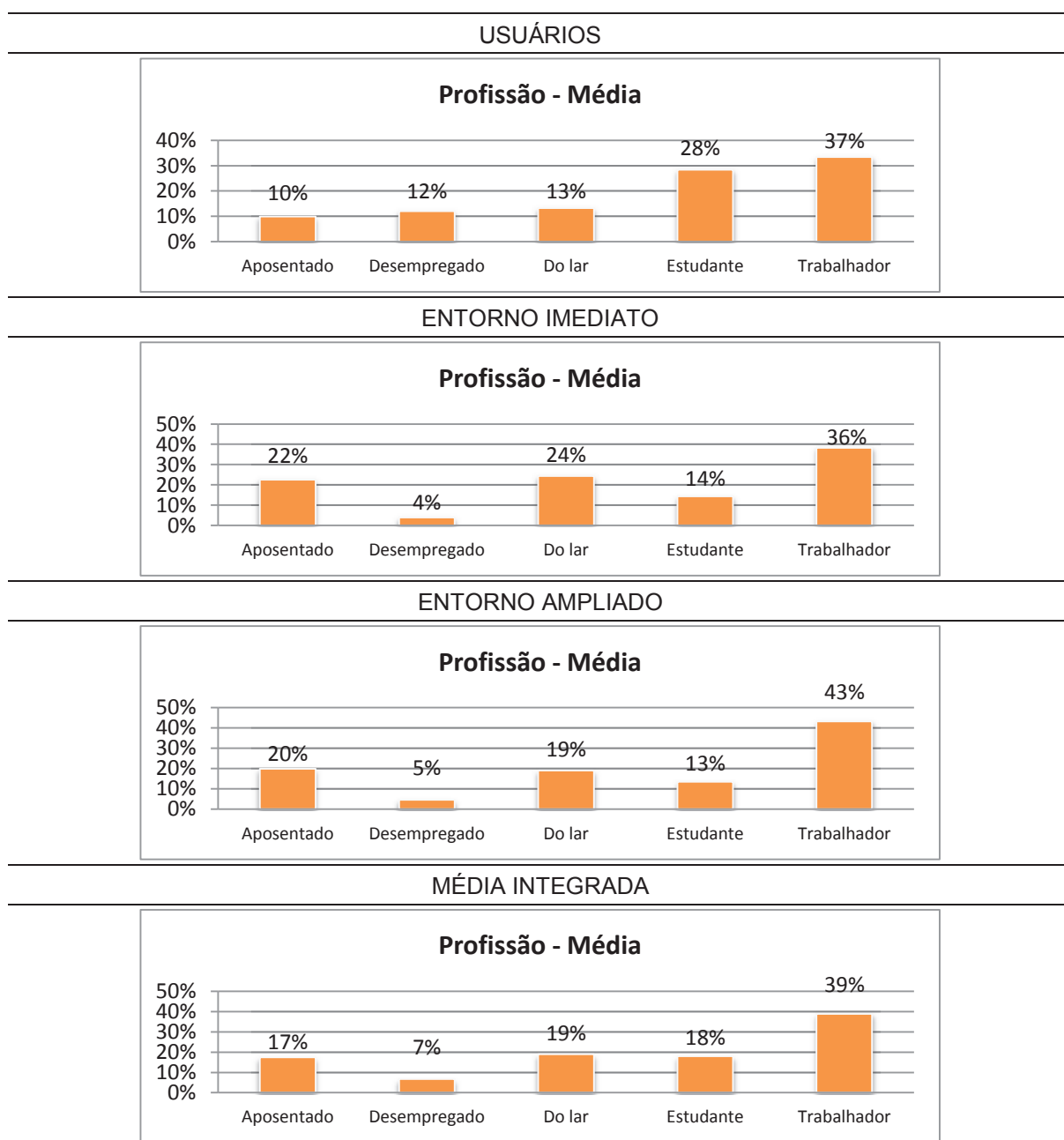
Na concepção de Thouret (2013), o desfavorecimento socioeconômico constitui significativo fator de vulnerabilidade, uma vez que força os cidadãos a habitarem nas regiões mais precárias dos grandes centros urbanos.

Figura 91: Gráficos de proporcionalidade média de grau de escolaridade da população alvo das sete praças selecionadas



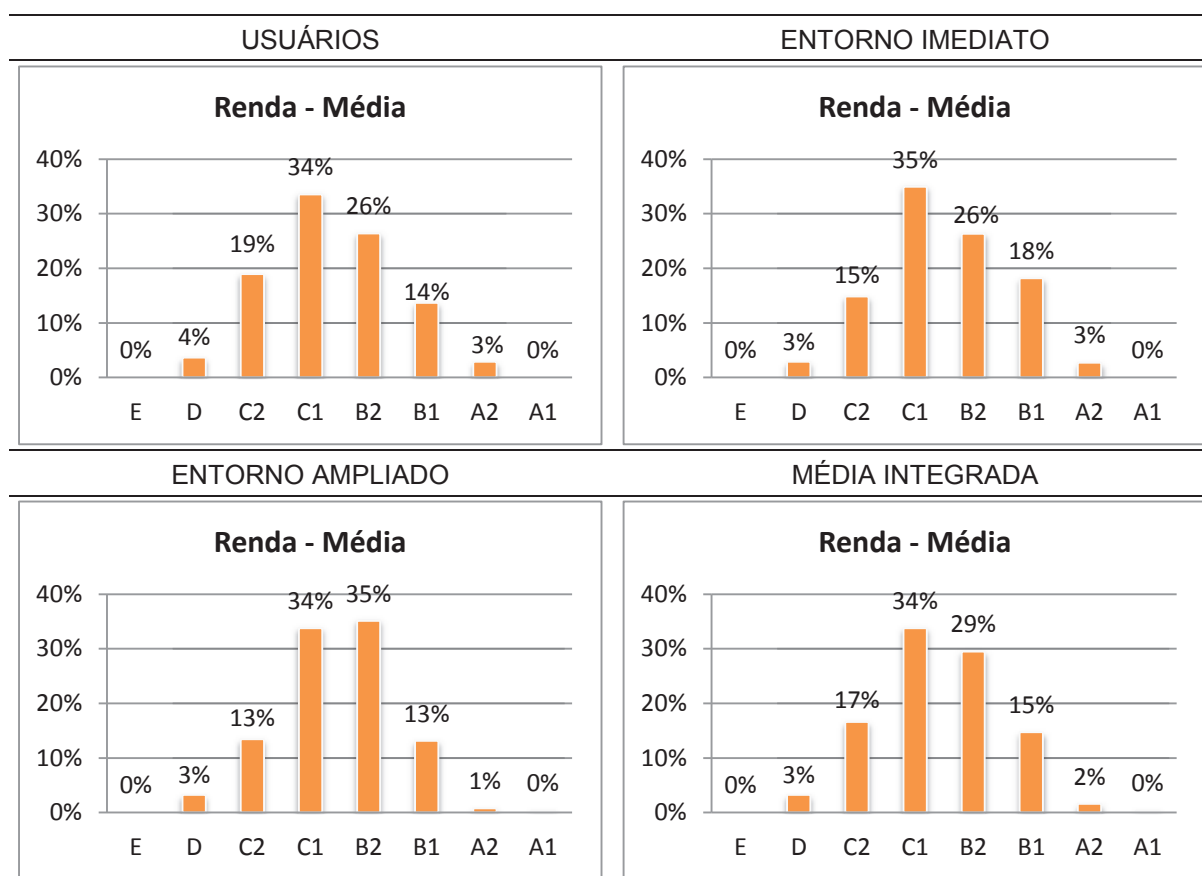
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 92: Gráficos de proporcionalidade média de ocupação da população alvo das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 93: Gráficos de proporcionalidade média de renda da população alvo das sete praças selecionadas



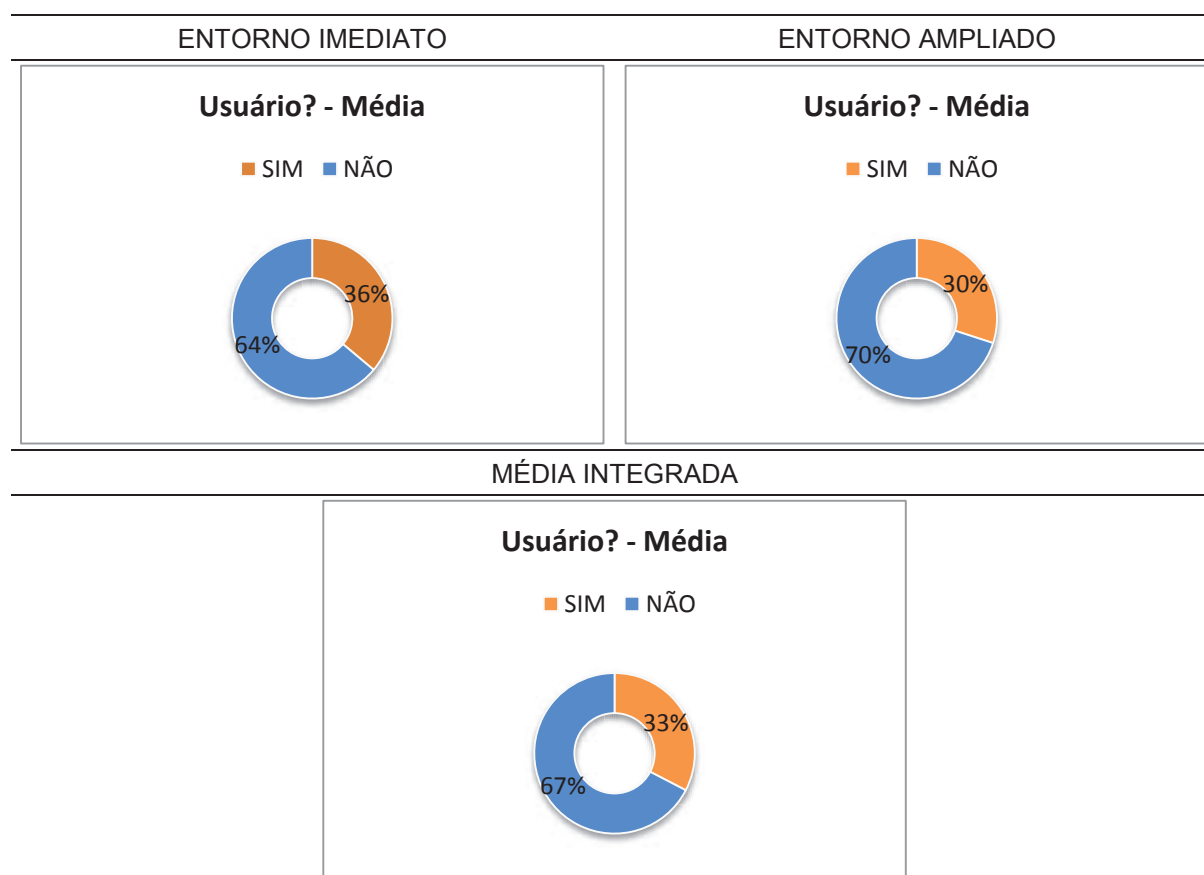
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Nota: A1 = muito alta; A2 = alta; B1 = média alta a alta; B2 = média a média alta; C1 = média a média baixa; C2 = média baixa a baixa; D = baixa; E = muito baixa

Em síntese, a reduzida diferença entre proporções dos gêneros não é indicativa da necessidade de reflexões peculiares acerca de políticas governamentais específicas. Todavia, a diversidade de idade, de nível de formação, de ocupação e de renda, em geral também identificada em nível municipal, indica a propriedade da consideração da multifuncionalidade quando da elaboração dos projetos de espaços públicos similares, visando ao atendimento de todas as camadas da população (FERMINO, 2012).

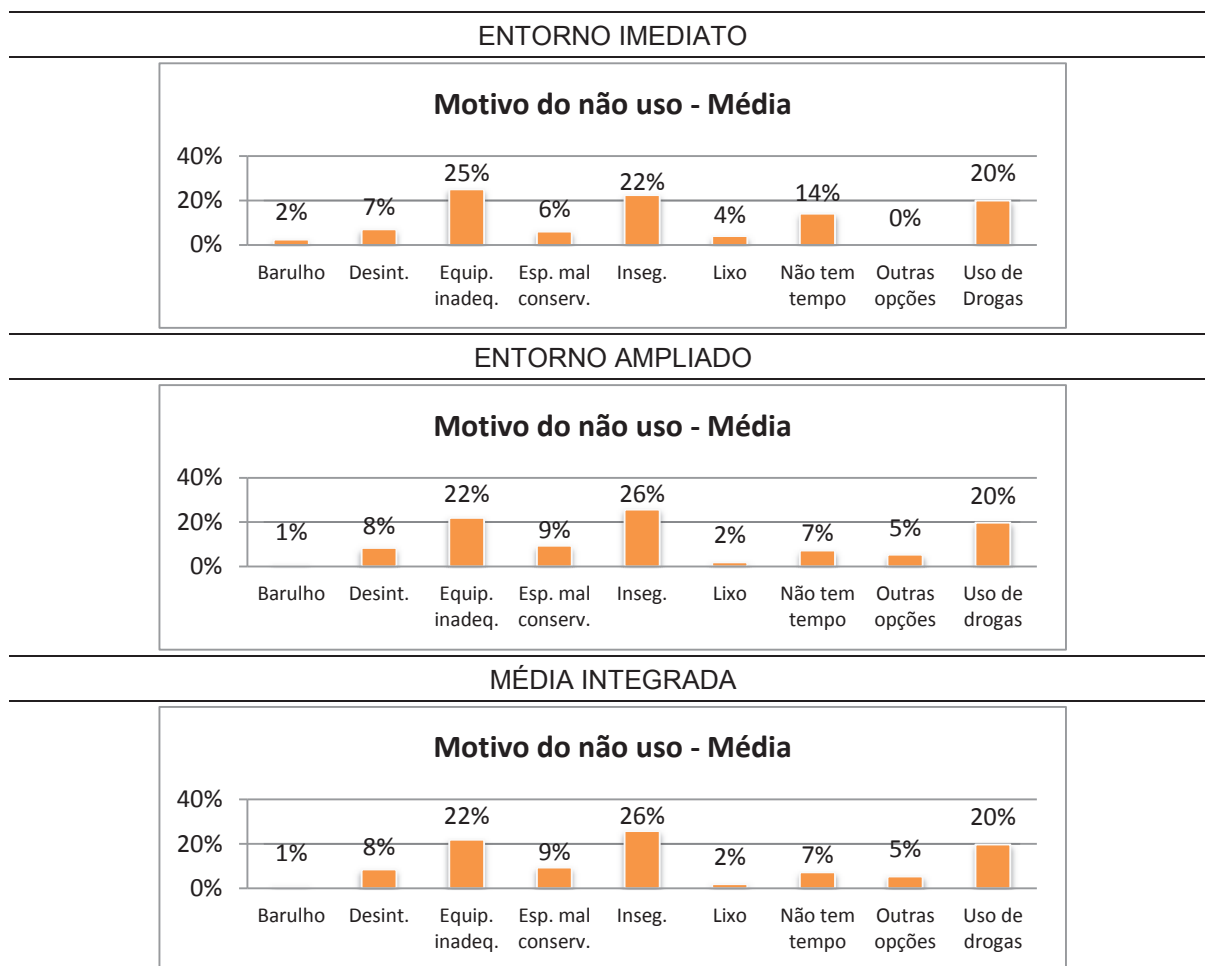
Em seus HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO, a maioria dos respondentes entre os moradores dos entornos imediato e ampliado declarou não ser **usuária** das praças (67%) (Figura 94), apontando, como principais **motivos para a não utilização** das mesmas, a insegurança, a falta de equipamentos adequados e a presença de consumidores de drogas (26%, 22% e 20%, respectivamente) (Figura 95). Merece destaque o fato de consultados declararem não usar esses espaços por falta de tempo ou simplesmente por desinteresse (7% e 8%, respectivamente).

Figura 94: Gráficos de proporcionalidade média de usuários entre a população alvo (moradores dos entornos imediato e ampliado) das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 95: Gráficos de proporcionalidade média dos motivos para a não utilização pelos moradores dos entornos imediato e ampliado das sete praças selecionadas



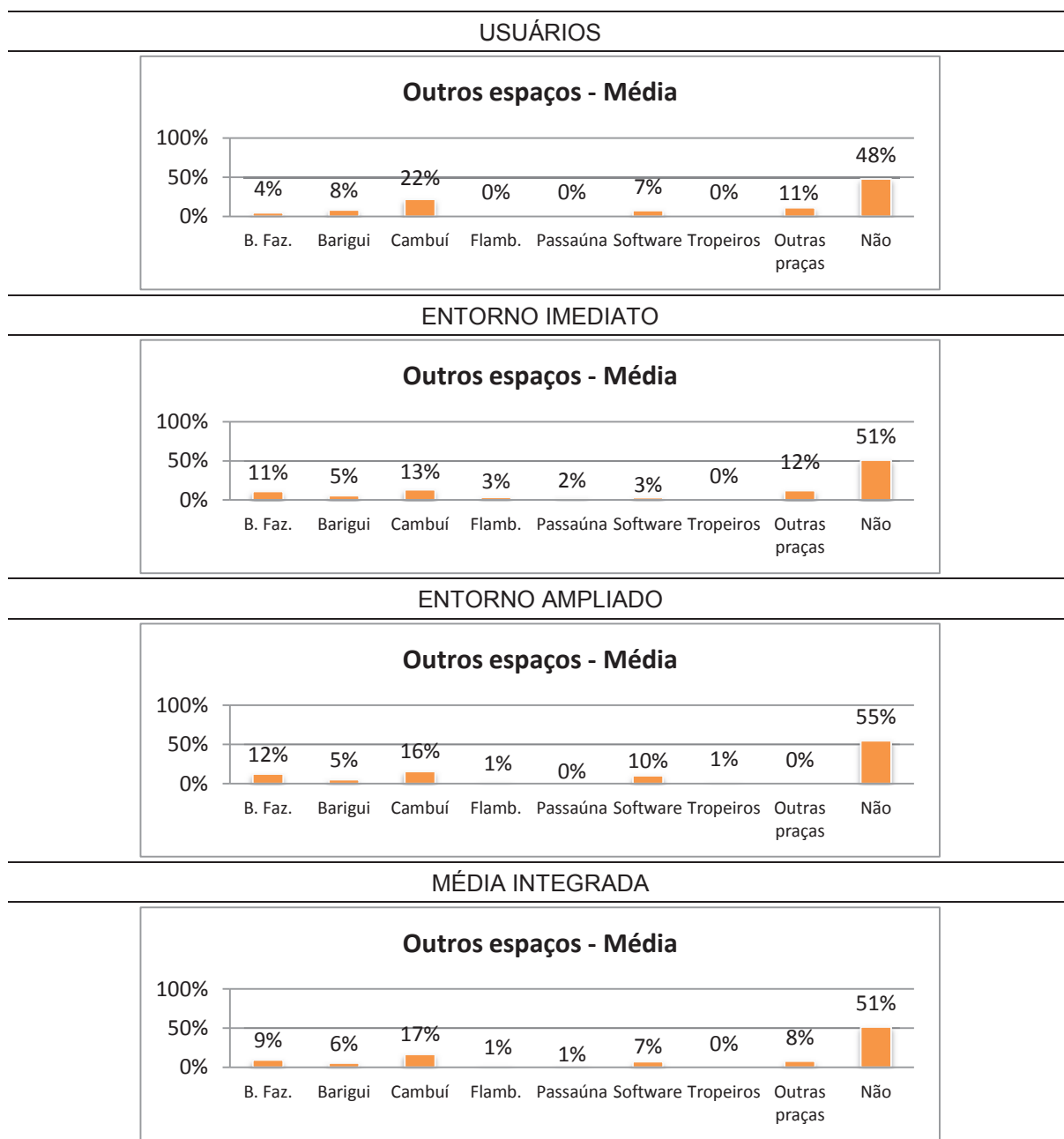
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Henderson e Frelke (2000) comentam que a opção pelo uso ou não de determinadas áreas de lazer é condicionada, dentre outros fatores, por preferências, aspirações e valores pessoais, os quais, quando não facilmente identificados, ampliam a sensação de não pertencimento do ser humano àquele espaço.

Ao serem questionados sobre a sua utilização de **outros espaços similares** voltados ao lazer e à prática esportiva (Figura 96), a maioria dos entrevistados respondeu negativamente (51%), embora outros tenham citado o uso do Parque Cambuí (17%), localizado no mesmo bairro e possuidor de melhor estrutura para seus usuários, conforme resultados apontados por Lima (2013). O Bosque Fazendinha, também situado nas proximidades, constitui outra alternativa,

sendo frequentado por 9% da população alvo; 8% dos entrevistados afirmaram que utilizam outras praças, sem, contudo, especificá-las.

Figura 96: Gráficos de proporcionalidade média do uso de outros espaços similares pela população alvo das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

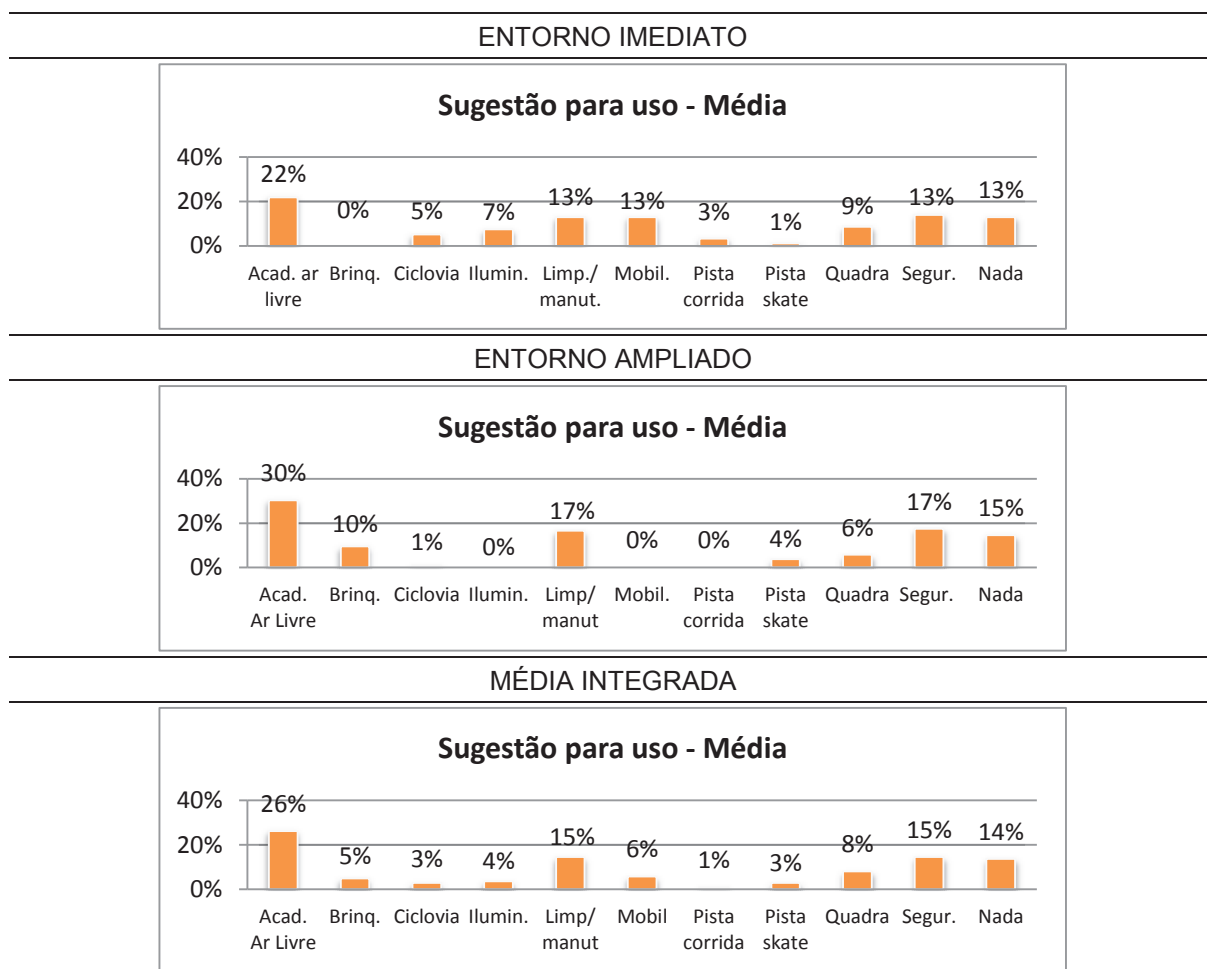
Os resultados encontrados remetem ao posicionamento de Cohen et. al (2010) sobre as tendências de espaços livres públicos localizados em áreas periféricas e inseguras serem menos utilizados, apresentando, comumente, níveis irregulares de frequência.

Dentre as **sugestões** apontadas pelos moradores dos entornos imediato e ampliado para utilização das praças, destaca-se a instalação de academias de ginástica ao ar livre (26% das respostas). Também citaram que as usariam se houvesse mais garantia de segurança (15%). Indicaram, ainda, melhoramentos na limpeza e manutenção (15%). Entretanto, 14% dos respondentes afirmaram que nenhuma melhoria os tornaria usuários dos espaços (Figura 97).

Aqueles que as utilizam informaram a proximidade de suas residências como um dos principais **motivos de uso** (53% – Figura 98), frequentando-as preferencialmente nos **dias** de finais de semana (57% – Figura 99), no **período** da tarde (62% – Figura 100), buscando, principalmente, **atividades** de lazer e prática de esportes (37% e 26%, respectivamente – Figura 101), com **tempo** médio de uso de cerca de 30 minutos (30% – Figura 102), embora seja também significativa a porcentagem de respondentes que frequentam as praças por uma hora (28%). Os frequentadores dos espaços preferem utilizá-los na **companhia** de familiares (34%) e amigos (32%) (Figura 103).

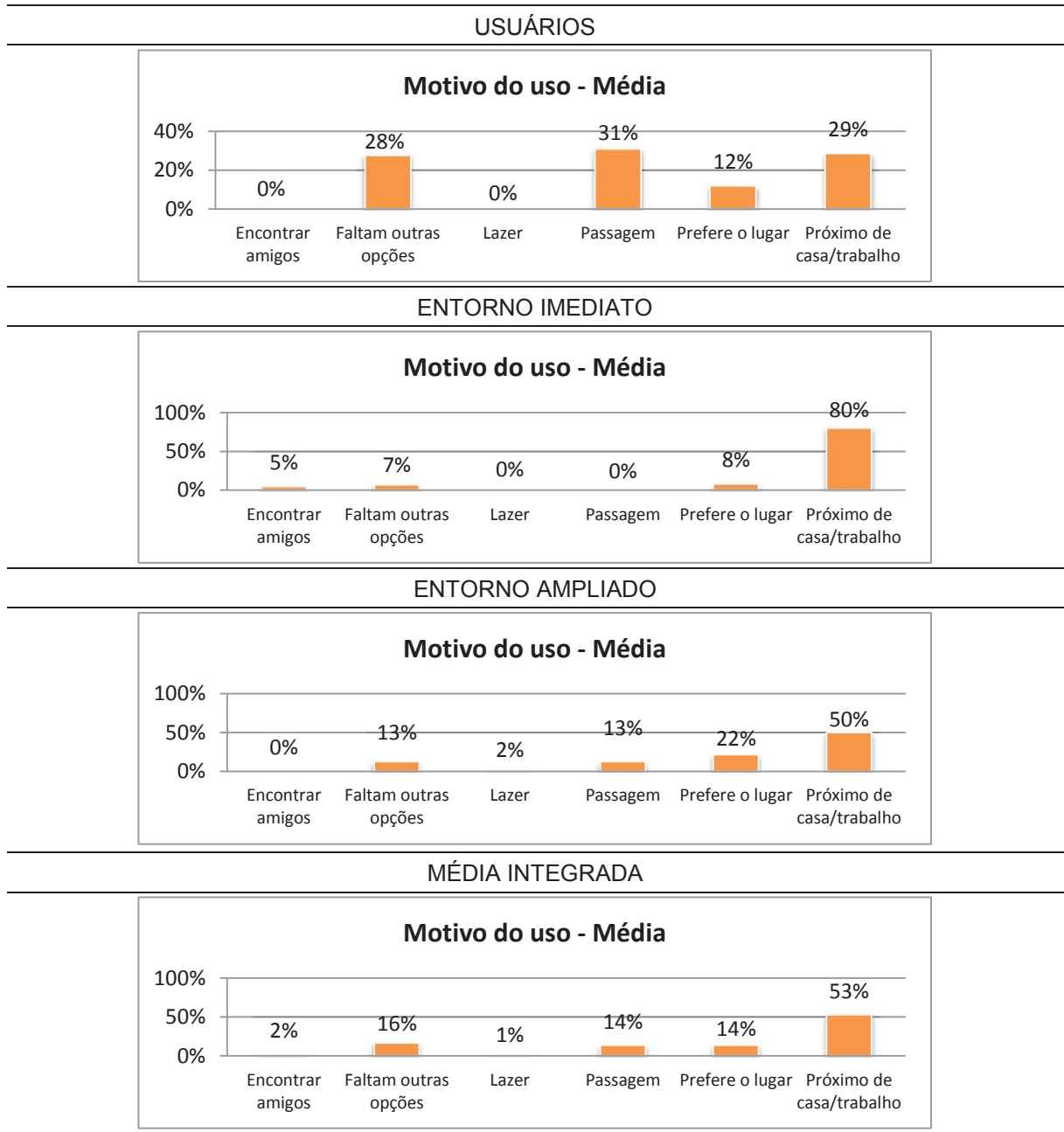
Em estudo desenvolvido por Lima (2013) sobre o perfil dos usuários e hábitos de frequência do Parque Cambuí, citado por parte dos respondentes como opção de lazer na vizinhança, os resultados obtidos confirmam a preferência dos usuários por frequentar os espaços livres de lazer nos finais de semana (81%).

Figura 97: Gráficos de proporcionalidade média de sugestões dos moradores dos entornos imediato e ampliado para sua futura utilização das sete praças selecionadas



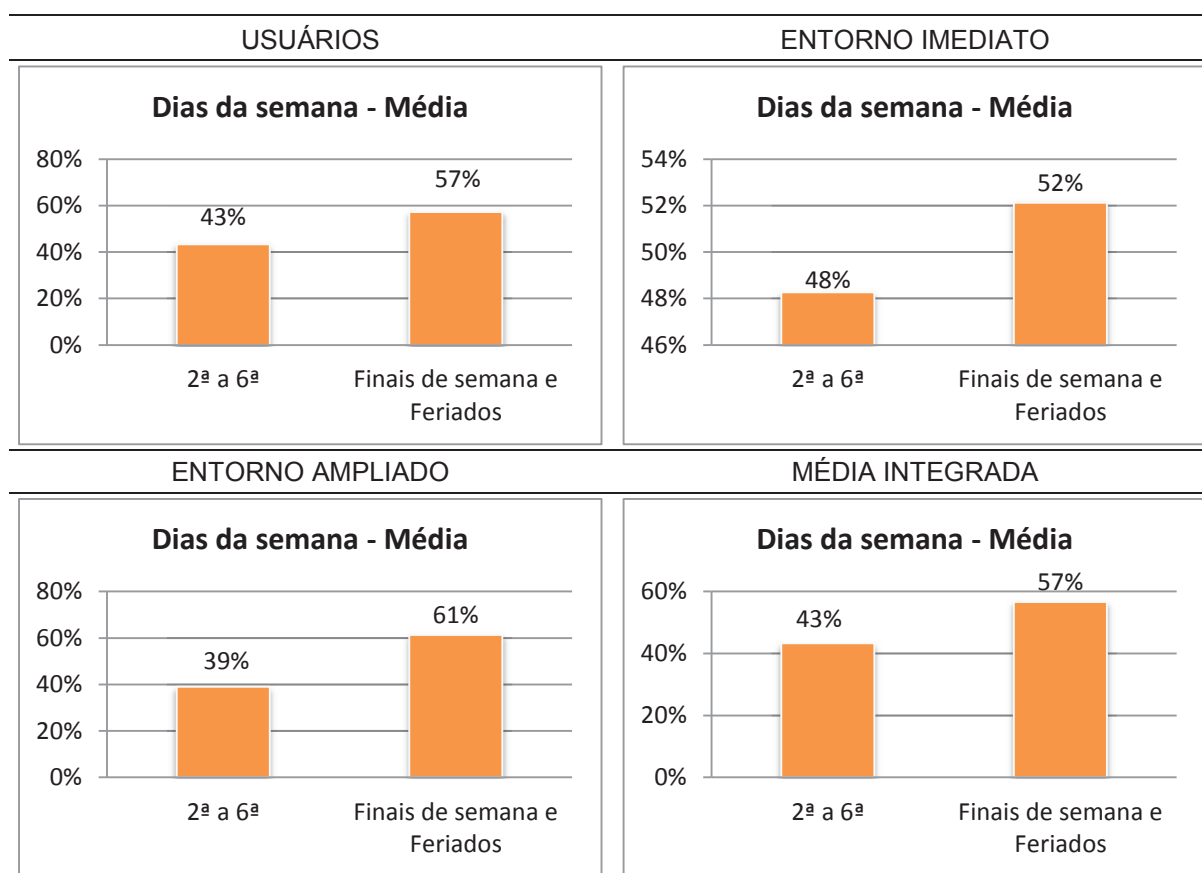
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 98: Gráficos de proporcionalidade média de motivos para a utilização pela população alvo das sete praças selecionadas



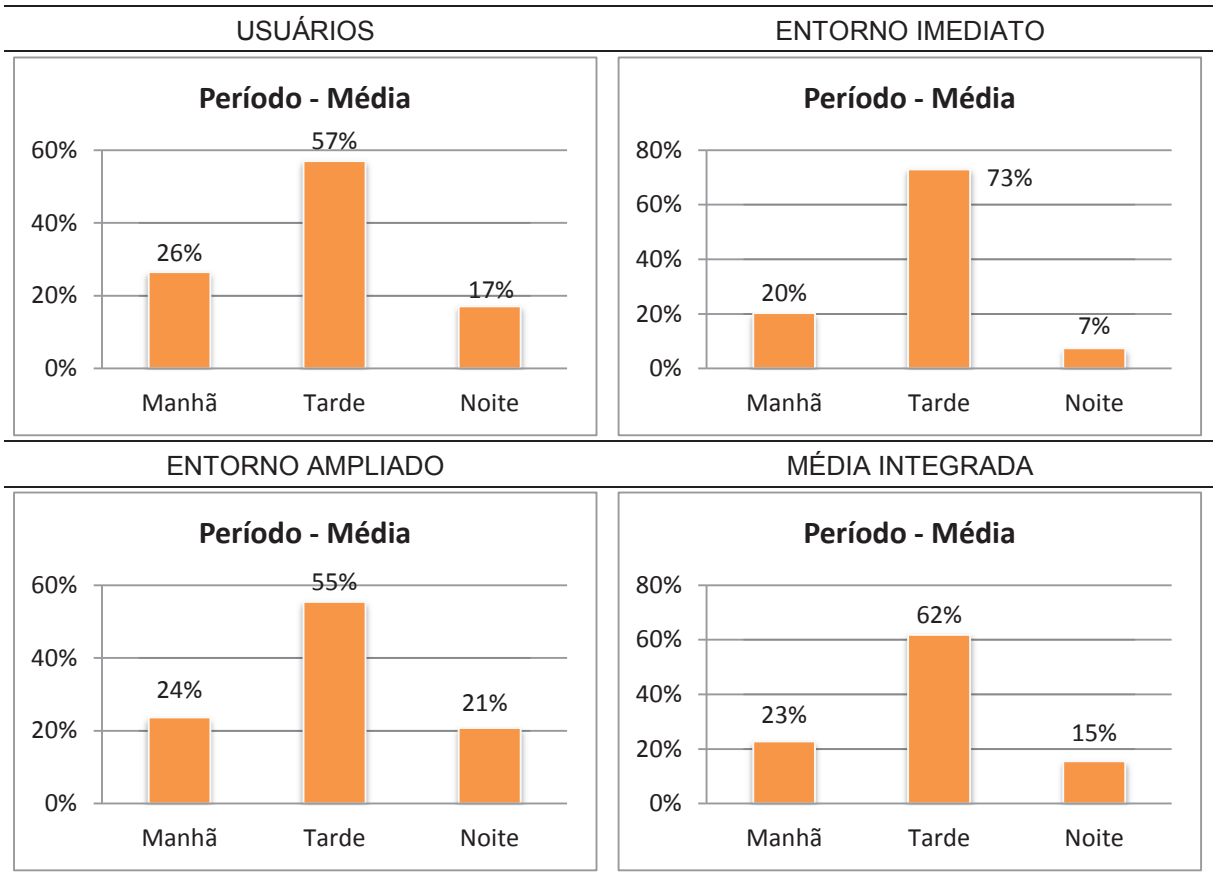
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 99: Gráficos de proporcionalidade média de dias de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas



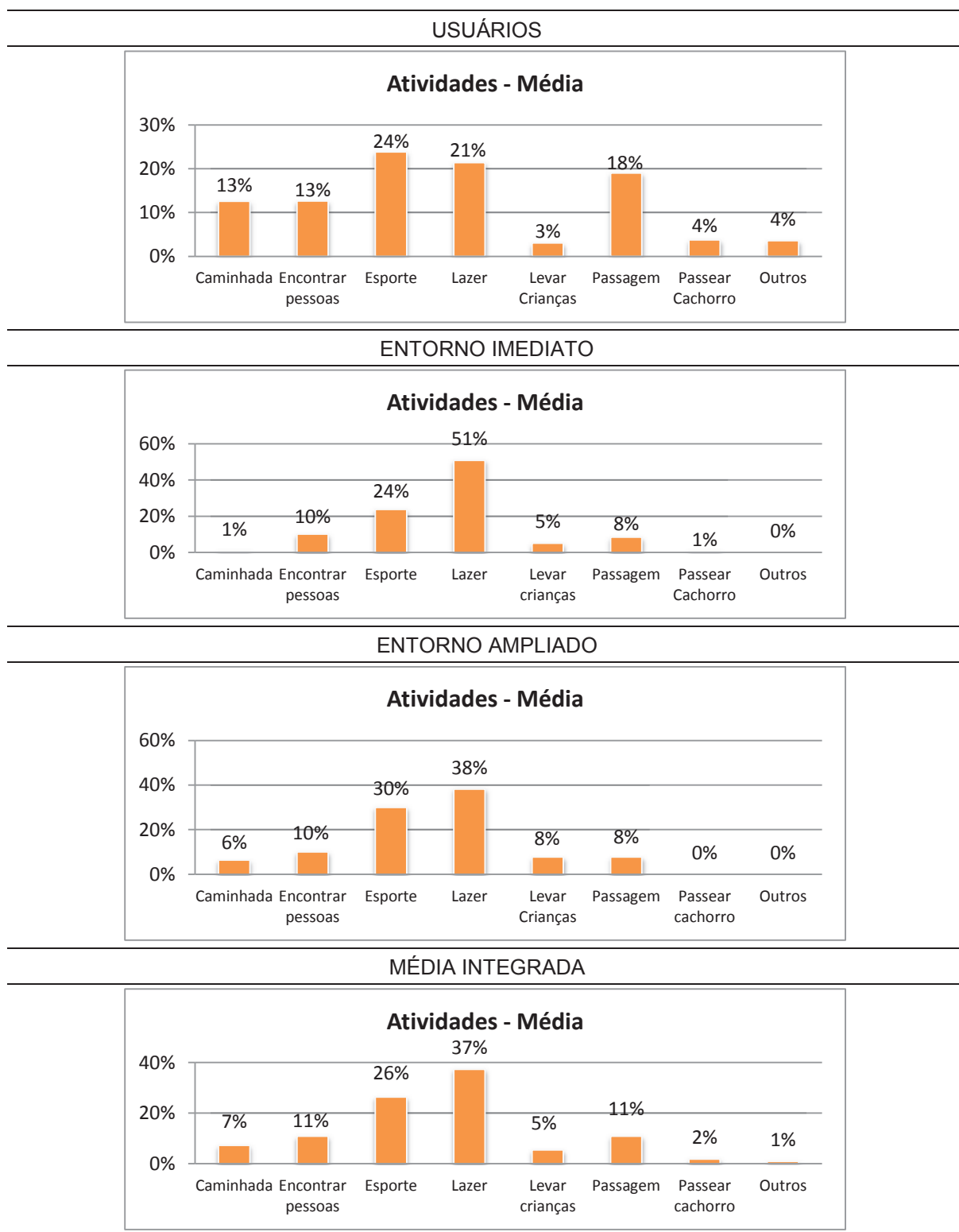
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 100: Gráficos de proporcionalidade média de período de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas



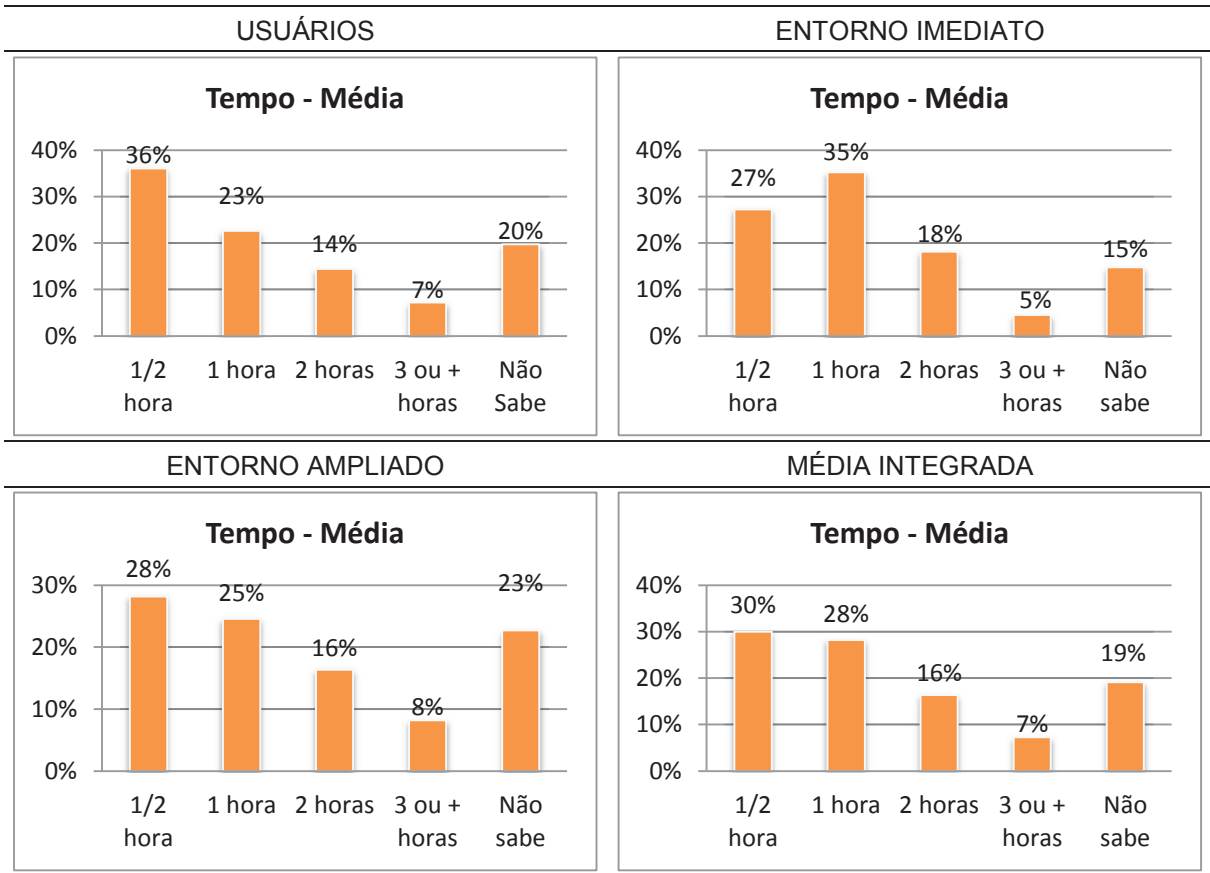
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 101: Gráficos de proporcionalidade média de atividades realizadas pela população alvo nas sete praças selecionadas



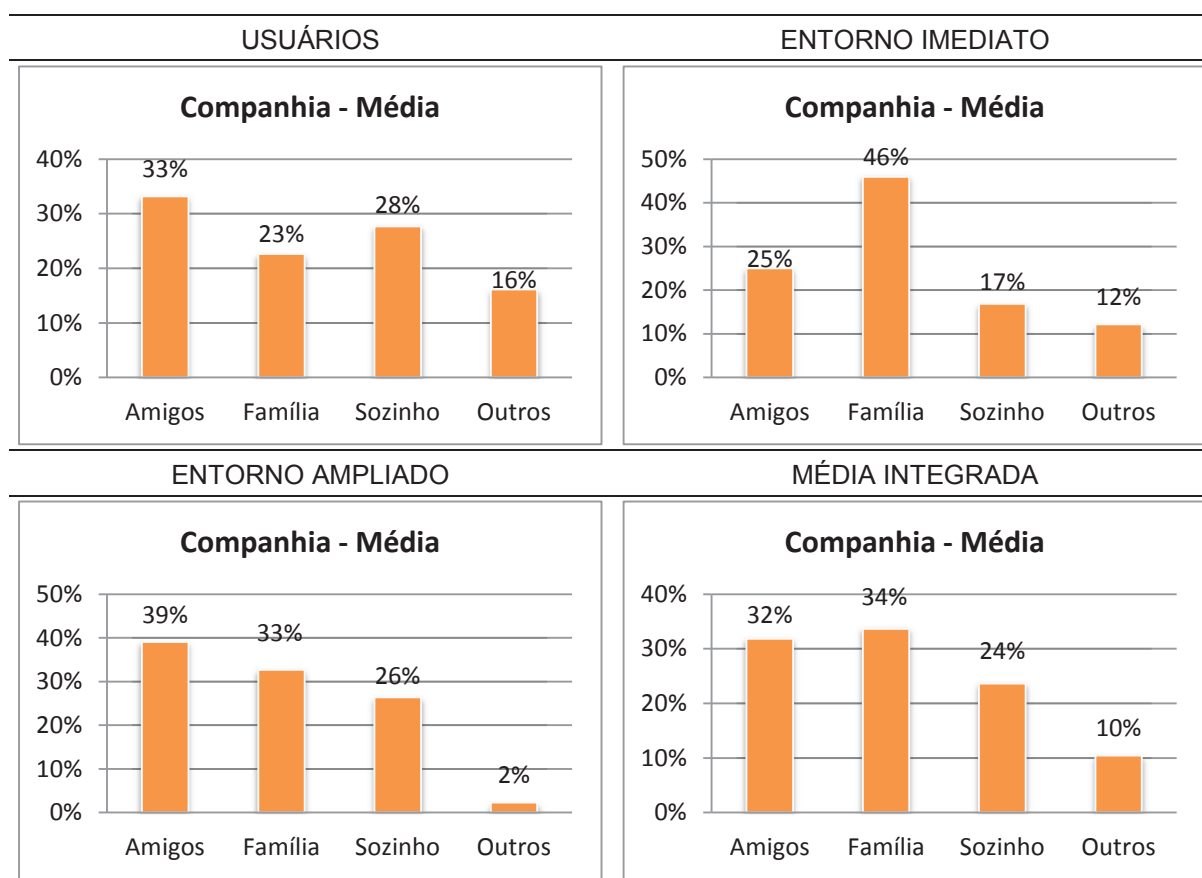
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 102: Gráficos de proporcionalidade média de tempo de frequência pela população alvo das sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 103: Gráficos de proporcionalidade média de opção de companhia por parte da população alvo das sete praças selecionadas



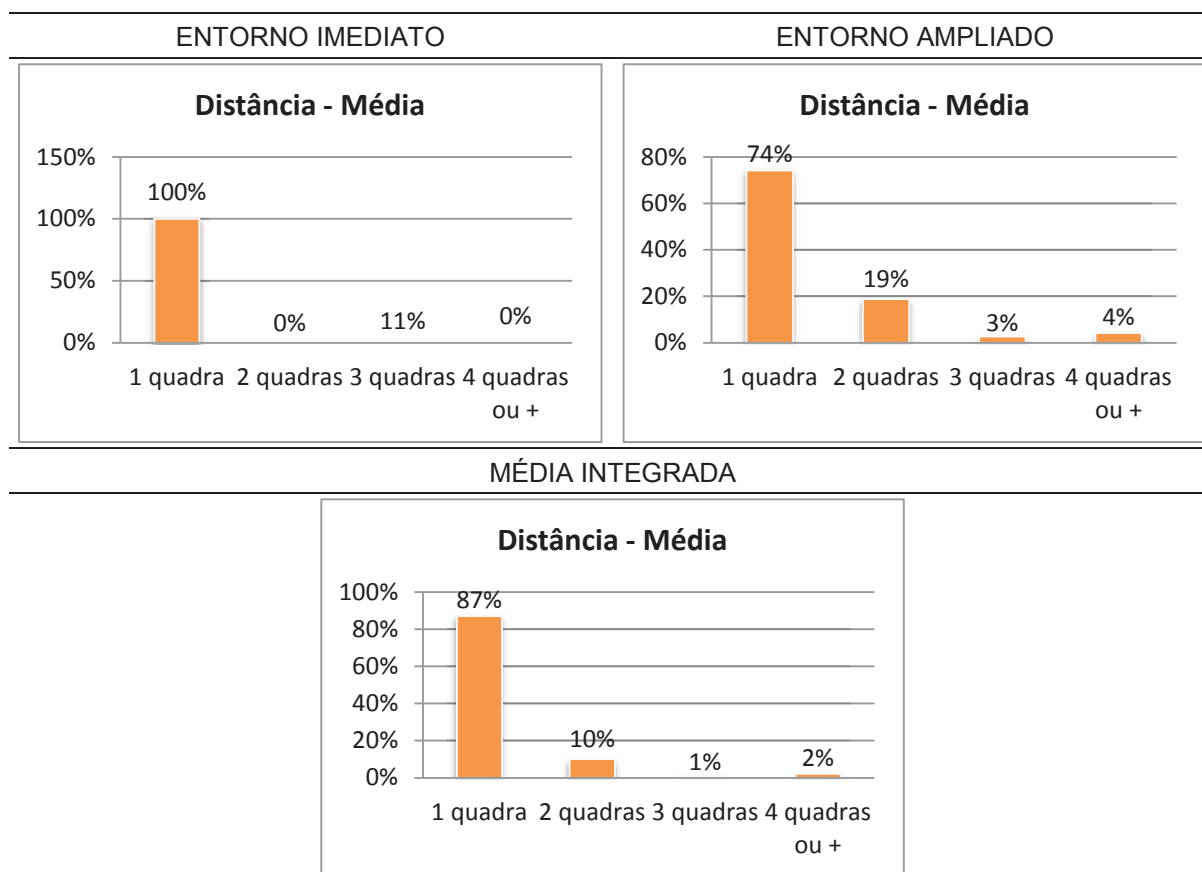
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Os moradores dos entornos imediato e ampliado que utilizam as praças residem principalmente a uma **distância** de uma quadra (87%) (Figura 104). É importante destacar a inexistência de moradores do entorno ampliado que sejam também usuários desses espaços e que residam a uma distância superior a quatro quarteirões.

Estudo desenvolvido por Zerbini (2009) determinou que o indivíduo frequenta, primordialmente, praças situadas em seus trajetos rotineiros e que suportem atividades de lazer atrativas aos seus visitantes.

Henderson e Frelke (2000) que para a configuração de um espaço em lugar, é fundamental a ocorrência de experiências afetivas e temporais, que, por sua vez, são diretamente dependentes das atividades realizadas no local.

Figura 104: Gráficos de proporcionalidade média de distância das residências dos moradores dos entornos imediato e ampliado em relação às sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Antes da análise dos hábitos de uso de praças, os gestores públicos devem se preocupar com as causas que levam à sua não utilização, como a ocorrência de sensações de insegurança, a insuficiência de equipamentos adequados e a presença de consumidores de drogas, ao mesmo tempo em que devem atentar para a motivação do interesse de potenciais usuários.

Espaços públicos têm funções e usos pressupostos definidos, de modo que sua essência está justamente na forma como são utilizados pelos atores sociais e nas atividades que possam acolher. Suas características físicas, então, podem favorecer ou inibir sua utilização, na medida em que não está baseada somente em questões objetivas, como gênero, faixa etária e classe social, mas também em aspectos subjetivos, como motivações, aspirações e valores pessoais (MATOS, 2010).

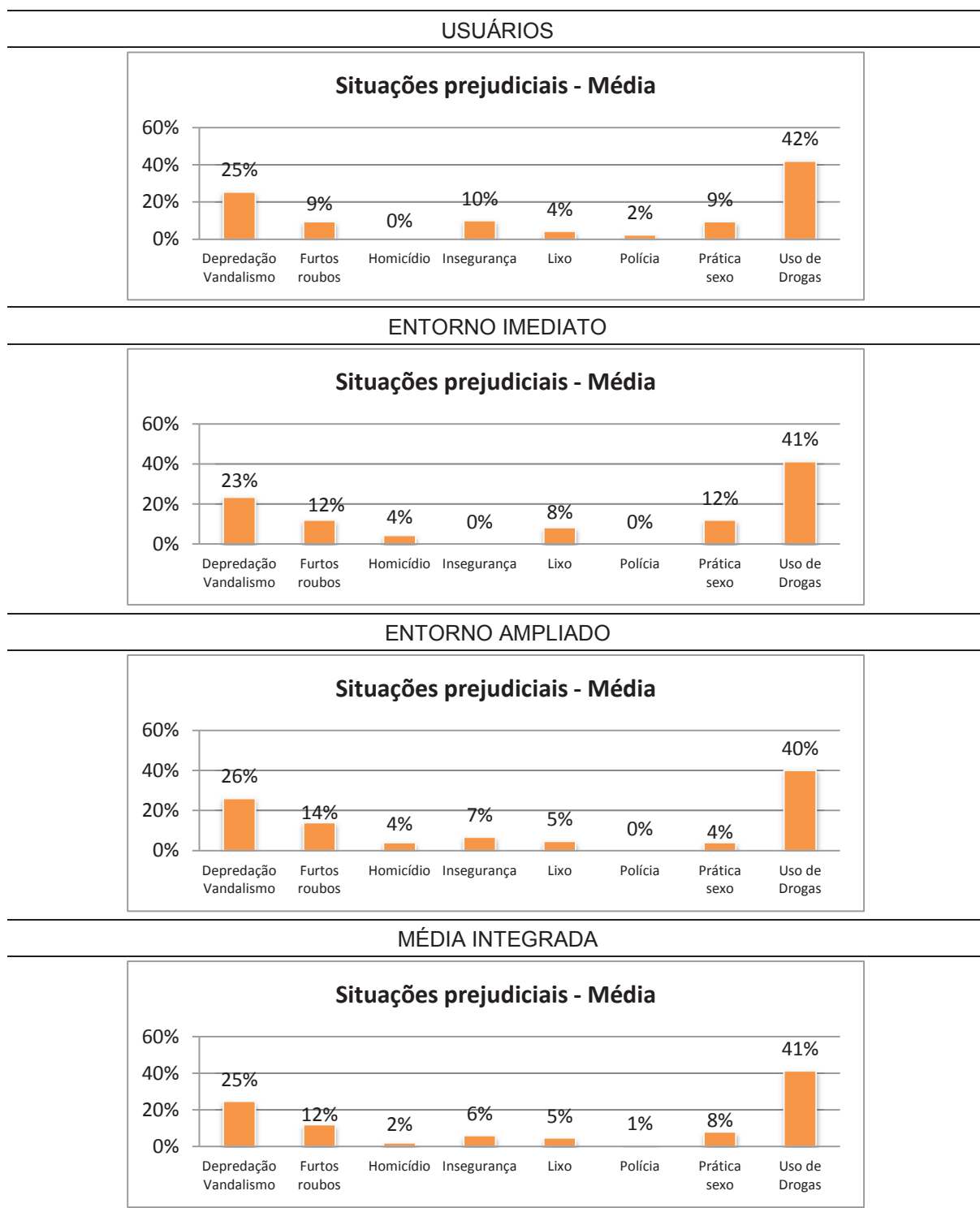
Paralelamente, os administradores urbanos devem considerar sugestões apontadas por usuários e moradores dos entornos imediato e ampliado de espaços públicos, destacando-se, no presente caso, a instalação de academias de ginástica ao ar livre, a garantia de segurança e melhorias na limpeza e manutenção das praças. Os planejadores também devem promover a atração de usuários em raios de abrangência maiores e em praticamente em todos os dias e períodos, otimizando o tempo de permanência, ampliando as bases para o desenvolvimento de atividades diversificadas e possibilitando o usufruto de variadas companhias, reforçando, assim, o sentido de comunidade.

Cabe lembrar que Veyret e De Richemond (2013) consideram a gestão ineficiente dos recursos governamentais como fator de vulnerabilidade social, particularmente nas grandes cidades de países em desenvolvimento. Arantes (1998) pontua que o próprio poder público contribui para a não apropriação dos espaços urbanos por parte da população, uma vez que, frequentemente, a qualificação espacial resulta desarticulada e não integra processos mais amplos de planejamento, tanto no âmbito físico-territorial quanto na dimensão social. Nesse contexto, Souza (2002) adverte para a importância da noção de desenvolvimento socioespacial em oposição à ideia restrita de desenvolvimento econômico ou social de forma isolada.

Ainda que sejam as dimensões espaciais as responsáveis por dar forma ao espaço, Rechia e Tschoke (2012) afirmam que é somente a apropriação por parte dos usuários que confere sentido e significado aos espaços públicos.

Em termos das CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS avaliadas, o uso facilitado de drogas foi especialmente identificado, por parte do público alvo, como uma das principais **situações prejudiciais** do conjunto das sete praças (41%) (Figura 105). De fato, o consumo de substâncias psicoativas é importante fator de vulnerabilidade social (VEYRET; DE RICHEMOND, 2013).

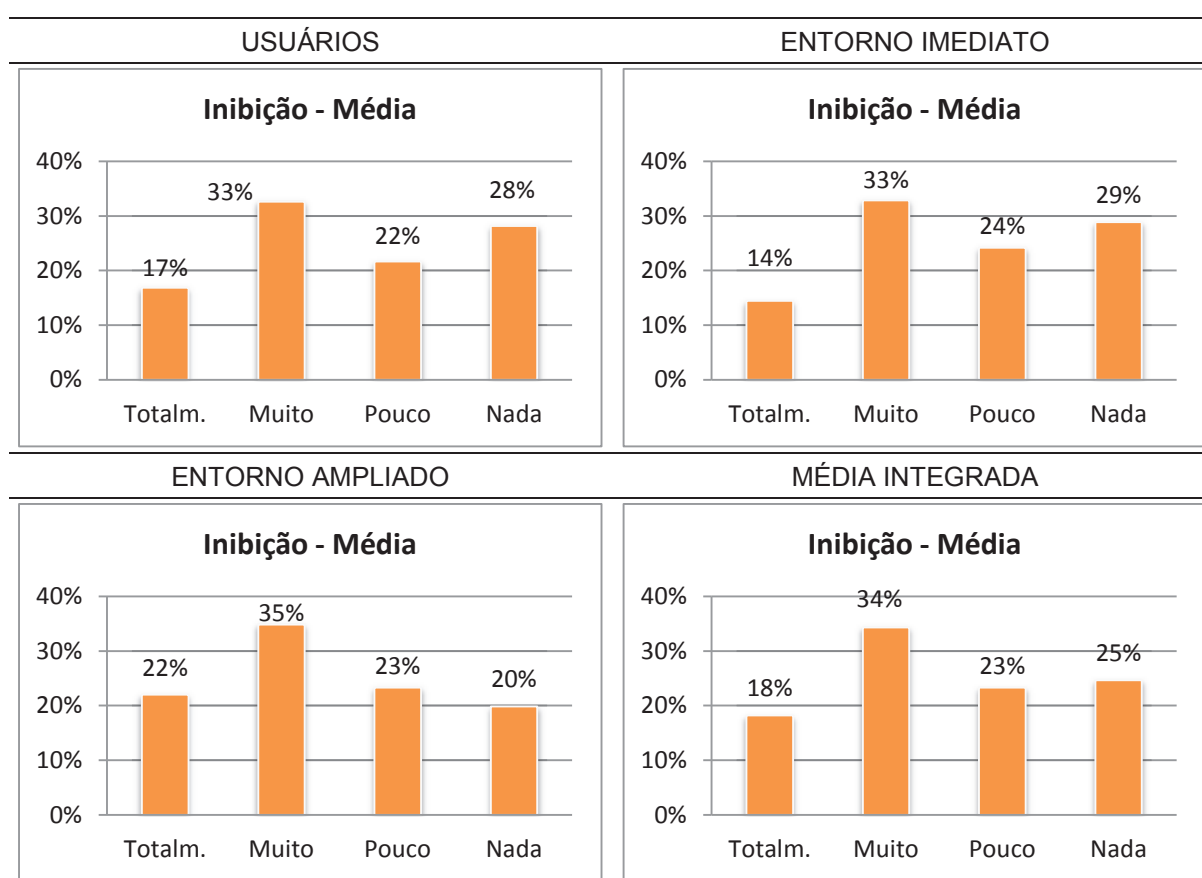
Figura 105: Gráficos de proporcionalidade média de situações prejudiciais identificadas pela população alvo nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Na sequência, foram mencionados aspectos de depredação e vandalismo (25%), bem como de furtos e roubos (12%), com parcela significativa dos respondentes afirmando a **inibição** da frequência desses espaços (34%) (Figura 106) motivada por essas razões. De outra maneira, é também relevante a quantidade de pessoas que mencionaram que essas condições inibem pouco (23%) ou nada (25%) a visita. Nesse cenário, vale ressaltar que várias das situações adversas elencadas são geradas por elementos da própria comunidade.

Figura 106: Gráficos de proporcionalidade média de grau de inibição da frequência pela população alvo das sete praças selecionadas

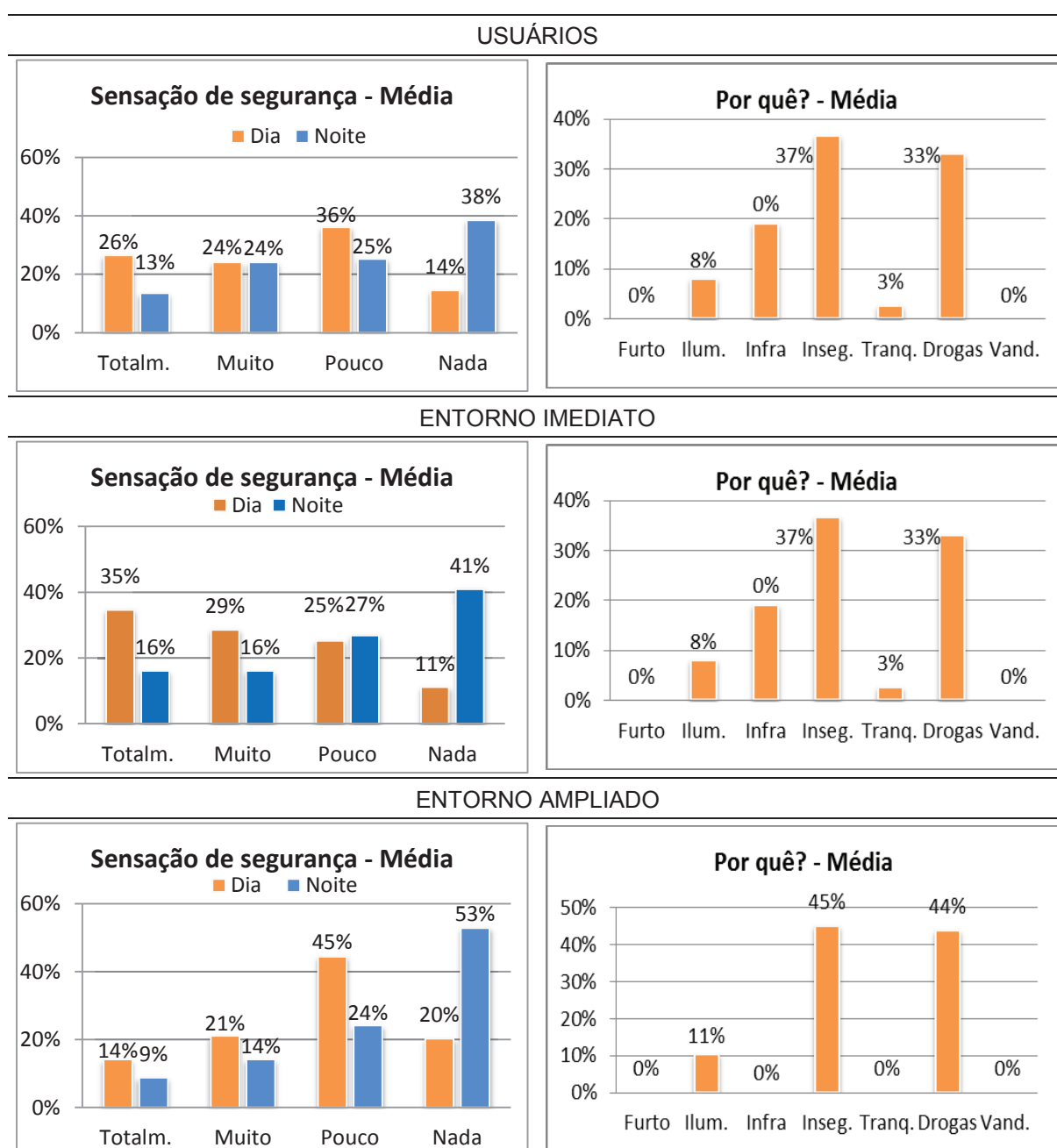


Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Com referência à **sensação de segurança**, os espaços foram classificados pela população alvo como pouco seguros durante o dia (35%) e muito inseguros no período noturno (44%) (Figura 107), com as principais causas apontadas residindo na efetiva impressão de insegurança (37%) e na presença de usuários de substâncias psicoativas (43%). Resultados obtidos em estudos

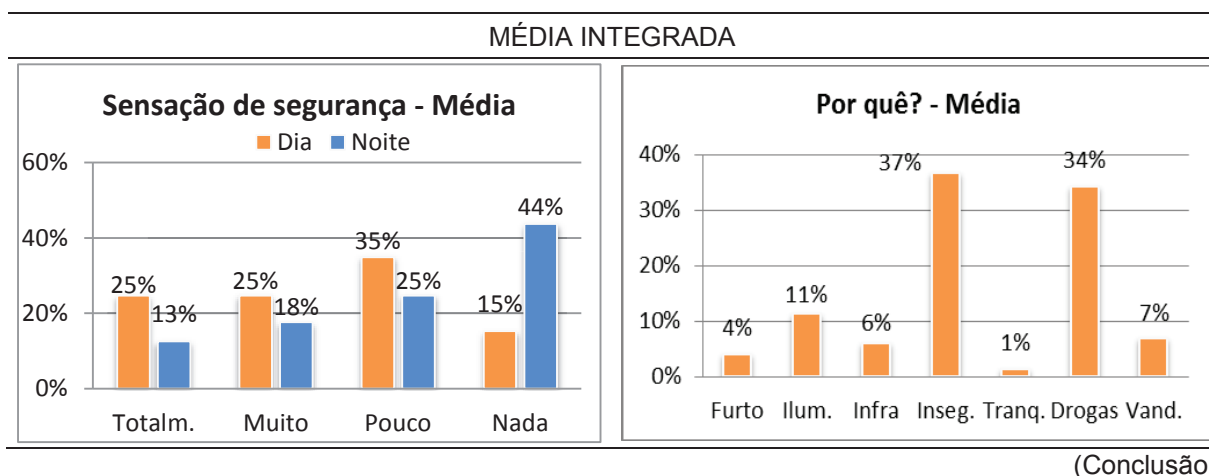
desenvolvidos por Rechia e Tschoke (2006) relacionam a insegurança (real e percebida) ao esvaziamento identificado nas praças da periferia da capital paranaense, que somente são largamente utilizadas quando há alguma atividade especial programada. No restante do tempo, em função da inexistência de eventos pontuais que deem movimento contínuo de pessoas, permanecem vazias.

Figura 107: Gráficos de proporcionalidade média da sensação de segurança da população alvo nas sete praças selecionadas



(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.(Continuação)



Como fenômenos compreendidos apenas por intermédio da avaliação das relações sociais entre atores envolvidos (PEREIRA; SUDBRACK, 2008), as questões pertinentes ao uso, dependência e tráfico de drogas representam um dos principais fatores de vulnerabilidade de crianças e adolescentes (DIMENSTEIN, 2000; CAUDURO, 2010; LESCHER et al., 2004).

Assim como identificado por Richter (2008), ao serem arguidos sobre as situações prejudiciais nas sete praças, os respondentes mencionaram questões práticas ou sociais, tanto referentes a rotinas quanto vinculadas a interesses imediatos, destacando aspectos relacionados a drogas, vandalismos e outros delitos. Para o combate desses problemas e futura prevenção da decorrente inibição de uso dos locais, a gestão pública deve oportunizar soluções que promovam sentimentos de apego e de conexão com os espaços capazes de transformá-los em “lugares”, ou seja, carregados de significados e valores da bagagem cultural dos usuários atuais e potenciais (DUARTE, 2002).

Tuan (2012) argumenta que a percepção essencialmente prática e impassível varia em tipo e intensidade, assumindo características de efemeridade, as quais podem ser evitadas pela agregação de outros fatores de nível pessoal e afetivo, alterando-as para condições de perenidade. Richter (2008) reforça que essas noções duradouras podem ser efetivadas pelo maior envolvimento da comunidade, transformando relações espaciais imediatas e superficiais em relacionamentos permanentes e particularizados.

Também devem propiciadas alternativas para minimização das sensações de insegurança nas praças, as quais, no presente caso, são principalmente atribuídas a atividades relacionadas com substâncias psicoativas. Mosimann (2000) afirma que o consumo de drogas é decorrente, entre outros fatores, da inexistência de políticas públicas integradas para sua adequada interdição. Constata-se, então, que as ações governamentais voltadas aos jovens envolvidos com situações necessitam ultrapassar as meras estatísticas de criminalidade e, portanto, é preciso atuar em prol do aumento da segurança coletiva e, ao mesmo tempo, reconhecer adequadamente as demandas desses indivíduos enquanto atores sociais (CARA; GAUTO, 2009).

Na visão de Socal et al. (2003), questões envolvendo o uso abusivo e o tráfico de drogas representam atualmente graves casos de saúde pública, bem como fatores de vulnerabilidade social. Sudbrack e Carreteiro (2001) alertam para o fato de que seu enfrentamento depende da avaliação prévia de cenários locais e relacionais de todos os envolvidos, ainda mais quando essas conjunturas representam importantes fatores de vulnerabilidade de crianças e adolescentes (DIMENSTEIN, 2000; CAUDURO, 2010; LESCHER et al., 2004).

Frente à opinião dos respondentes sobre a **qualidade** de COMPONENTES PAISAGÍSTICAS (Figura 108), os resultados revelam referências particularmente negativas das sete praças, visto que apenas o item “iluminação” foi avaliado como “bom” pela maioria da população alvo (41%). Vegetação e canteiros, calçadas e passeios, mobiliário, área para esportes, sinalização e vias de acesso foram classificados como “ruins” ou “péssimos”, em proporções que variam de 28% a 48%.

Em seus estudos, Lynch (2008) diagnostica a atratividade da vegetação e da água em espaços públicos, com a aferição de que transeuntes, muitas vezes, mudam seus trajetos habituais para transitar em áreas com esses elementos. De forma complementar, Souza et al. (2014) comentam sobre a importância do atendimento aos anseios de frequentadores de praças e parques, elevando níveis de qualidade de vida da comunidade.

Figura 108: Gráficos de proporcionalidade média do grau de qualidade dos itens avaliados pela população alvo nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Por outro lado, Richter (2008) alerta para o fato de que indivíduos diferentes sentem emoções distintas em relação a um mesmo local, as quais são resultantes da combinação da realidade visualizada com suas experiências espaciais anteriores.

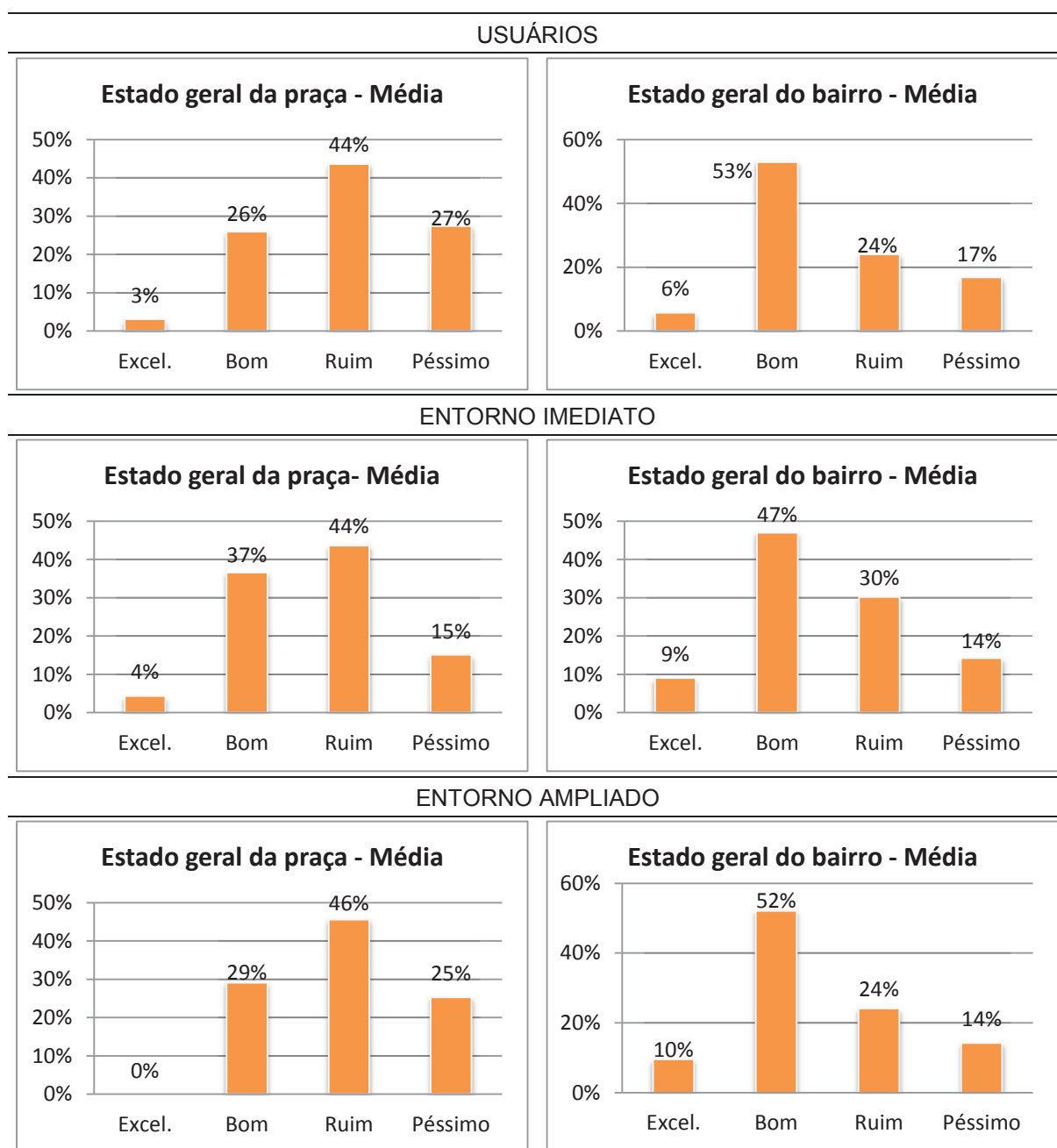
Quando interrogados sobre o **estado geral** das praças, a maioria dos respondentes o classificou como “ruim” (45%), ao passo que, quando perguntados sobre o bairro, a maior parte declarou considerá-lo “bom” (51%) (Figura 109).

Em pesquisa acerca do estado geral das praças na periferia de Curitiba, Rechia e Tschoke (2006) apontam a existência de problemas de manutenção, que, por sua vez, estão relacionados à segurança. Tal fato pode afetar a identificação dos usuários com o espaço. Assim, a falta de conservação pode ser encarada como um fator limitador à apropriação de espaços públicos de lazer, bem como um facilitador para a violência, o que pode culminar com o esvaziamento desses espaços.

Nota-se, assim, que não houve repetição da avaliação negativa das praças com referência à qualidade geral do bairro. Ou seja, a população alvo não relaciona as primeiras ao segundo, desvinculando-as do seu entorno, o que impede a adequada apropriação desses espaços públicos pela comunidade local e o consequente desenvolvimento de sentimento de familiaridade e de sensação de pertencimento (SILVA; EGLER, 2002), os quais, para Tuan (2012), são dependentes dos relacionamentos entre o indivíduo e os espaços circundantes, bem como são produtos da relação entre percepção e atitude de cada indivíduo.

Na visão de Certeau (1994), a apropriação espacial acontece quando um indivíduo estabelece contato com seus pares, por meio de variadas formas de comunicação. Assim, pode-se afirmar que, ao mesmo tempo em que o indivíduo e suas interações sociais têm influência sobre o espaço, tornando-o significativo, este também interfere no indivíduo, determinando suas ações. Nesse sentido, Debortoli, Martins e Martins (2008) afirmam que pensar o espaço enquanto resultado de práticas sociais é também ponderar sobre sua apropriação, a qual está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento, que transcende as características físicas do lugar.

Figura 109: Gráficos de proporcionalidade média do estado geral das praças e do bairro de acordo com a população alvo das sete praças selecionadas

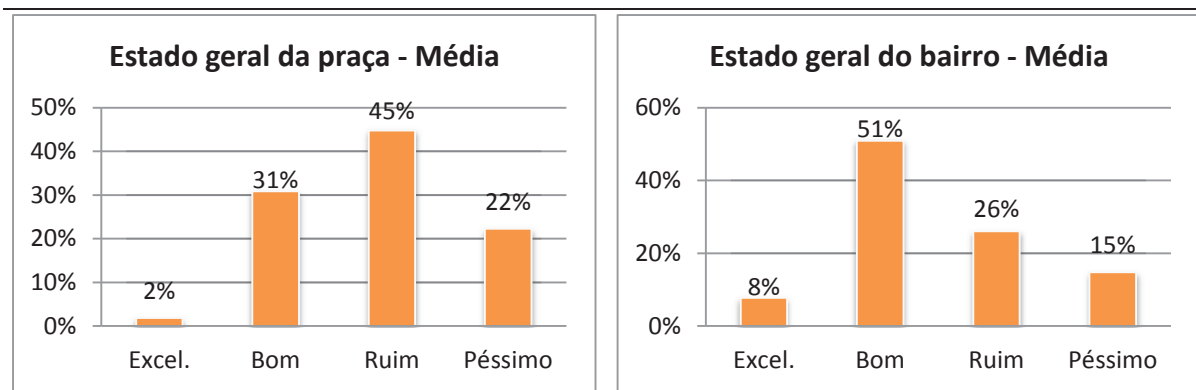


(Continua)

Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

(Continuação)

MÉDIA INTEGRADA

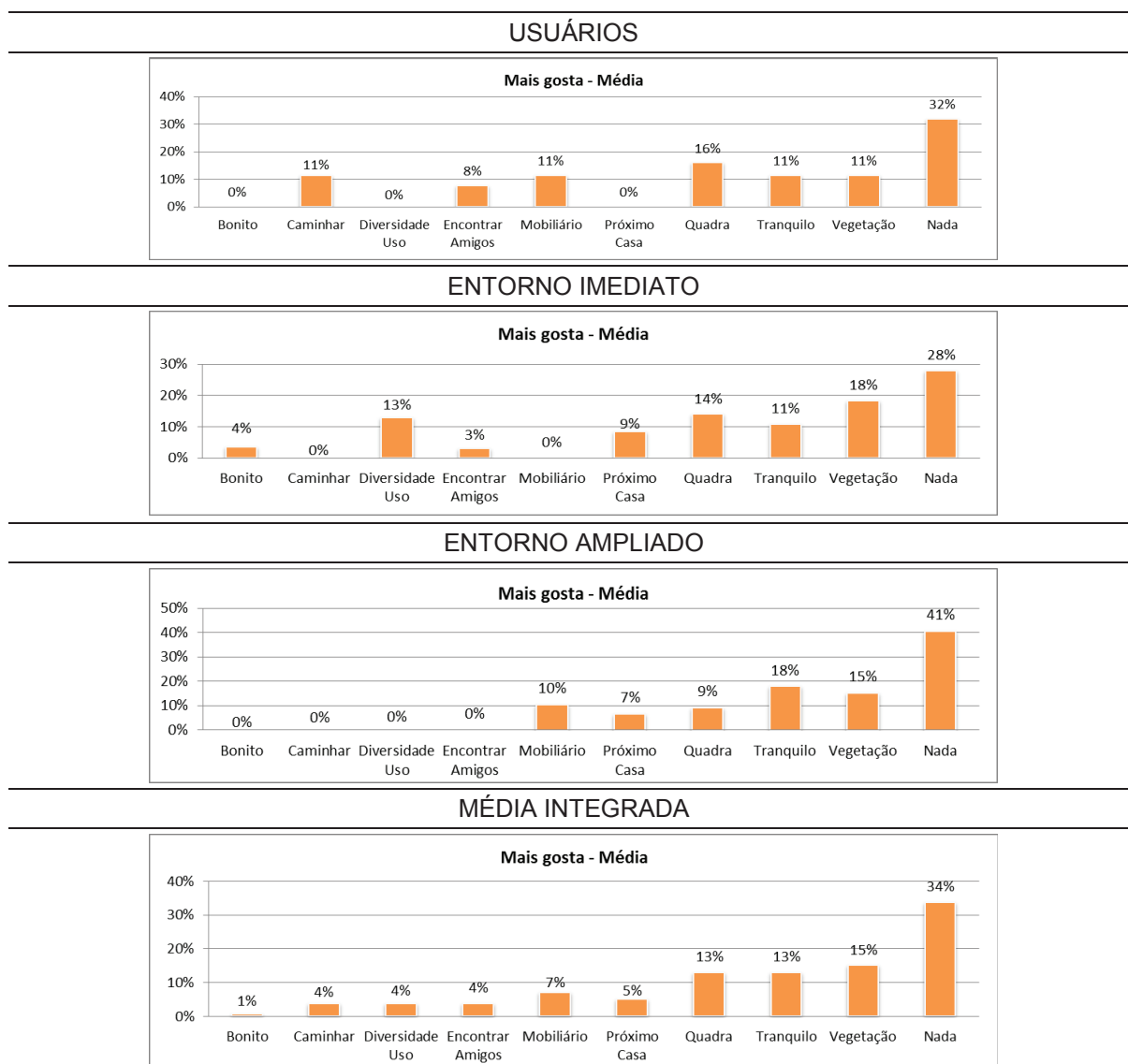


Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Novamente a resposta “nada” apareceu em maior proporção (34%) quanto aos aspectos **mais apreciados** nas sete praças (Figura 110). Esse resultado reflete novamente a falta de envolvimento da população alvo com esses locais, indicando que, como sugere Richter (2008), não está suficientemente ligada aos espaços, especialmente por intermédio dos sentidos como instrumentos de interação com a realidade (OKAMOTO, 2002).

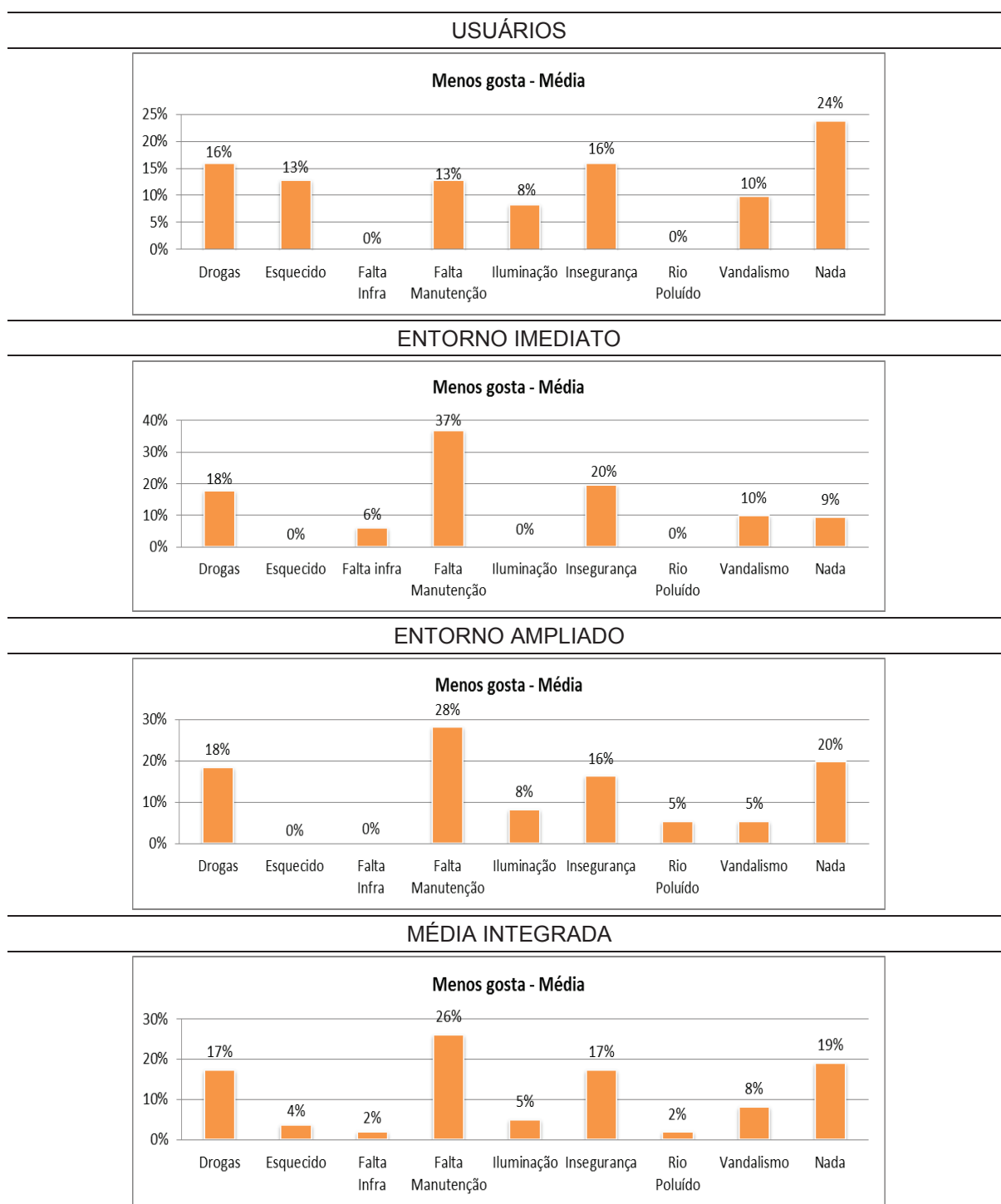
Como itens **menos apreciados**, os entrevistados apontaram a falta de manutenção adequada dos espaços (26%), a presença de usuários de drogas (17%) e a convivência com a insegurança (17%) (Figura 111), sendo limpeza e manutenção, aperfeiçoamento das condições de segurança e instalação de novo mobiliário e equipamentos as **melhorias** mais recomendadas (23%, 18% e 18%, respectivamente) (Figura 112).

Figura 110: Gráficos de proporcionalidade média de aspectos mais apreciados pela população alvo nas sete praças selecionadas



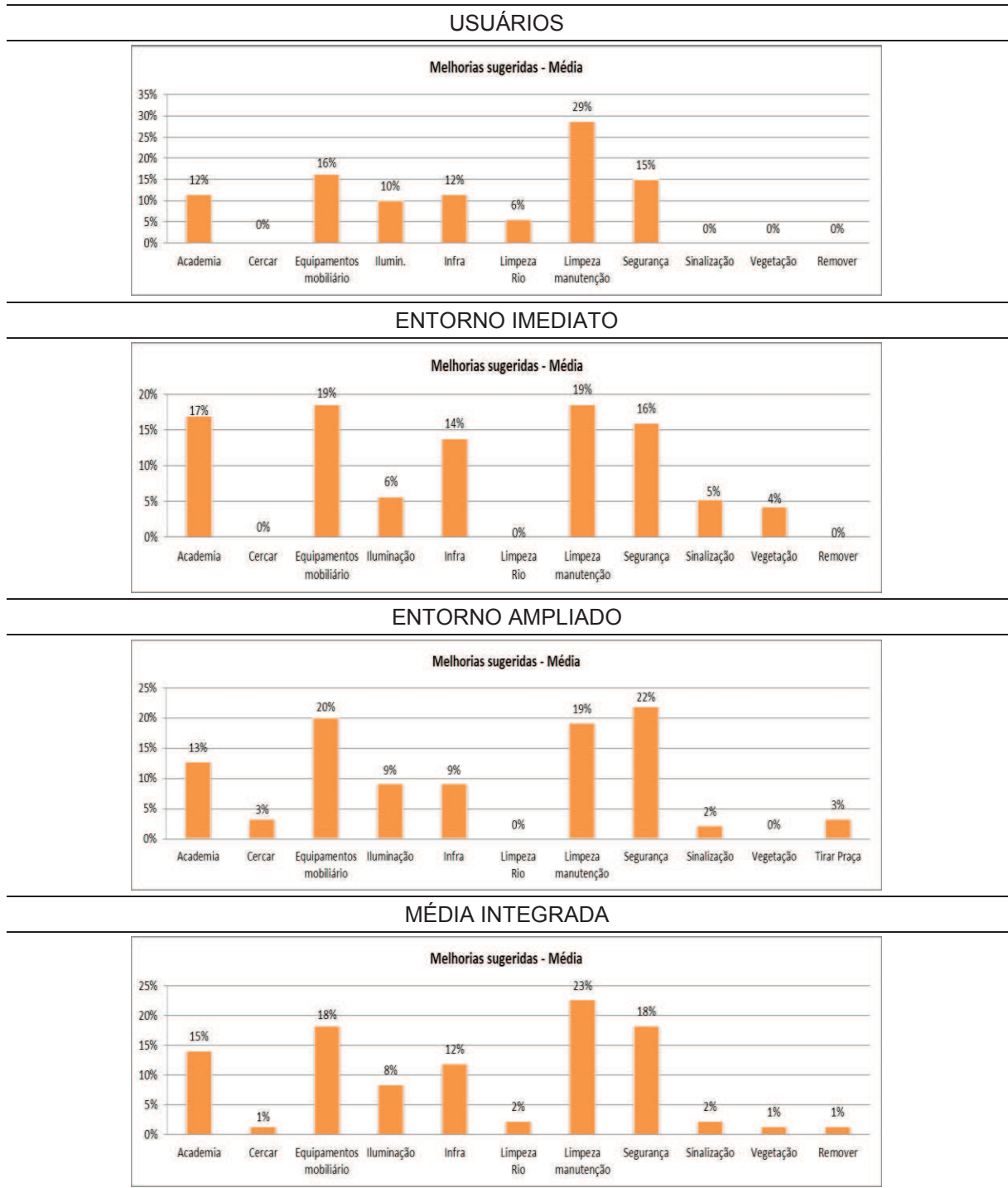
Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 111: Gráficos de proporcionalidade média de aspectos menos apreciados pela população alvo nas sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 112: Gráficos de proporcionalidade média de melhorias sugeridas pela população alvo para as sete praças selecionadas



Fonte: Elaborada com base nas respostas dos questionários aplicados.

Rechia e Tschoke (2012) comentam sobre problemas diversos com manutenção e limpeza nas praças periféricas de Curitiba, demonstrando não haver na gestão pública uma real preocupação no estabelecimento de diálogo estreito com a comunidade sobre essas necessidades de cuidados, o que ajudaria a explicar a falta de apropriação desses espaços por parte da população.

Convém lembrar que a falta de segurança é frequentemente mencionada para outros espaços públicos da região, sendo, por exemplo, também frequente nas respostas dos usuários do Parque Cambuí (31%), especialmente à noite (LIMA, 2013). Veyret e De Richemond (2013) vinculam essa questão a desfavoráveis condições econômicas, a reduzidos graus de instrução, a preocupantes manifestações de violência e a condenáveis atividades ilícitas, especialmente aquelas praticadas por jovens, gerando tensos cenários de riscos sociais.

Não obstante a favorável avaliação da população alvo acerca da iluminação das praças estudadas, há que se atentar, no contexto da gestão urbana, para as suas funções de segurança à noite. Por sua vez, não restam dúvidas sobre a necessidade de investimentos nos demais itens analisados, visando ao atendimento a anseios dos usuários, inclusive por intermédio da melhoria do estado geral desses locais, propiciando a formação de sentimentos de familiaridade e de sensações de pertencimento, bem como a geração de atitudes positivas de cada indivíduo no tocante aos espaços comunitários.

A avaliação integrada dos resultados encontrados permite a formulação de alguns SUBSÍDIOS À GESTÃO URBANA.

Em **abordagem genérica**, vale ressaltar a importância da incorporação de análises perceptuais aos processos referentes à administração pública dos espaços urbanos. Ao organizar aspectos que influenciam a utilização de praças, Zerbini (2009) conclui pela relevância das percepções agradáveis ou desagradáveis transmitidas pelo ambiente físico ao observador. Assim, a identificação dos motivos que desencadeiam tais impressões pode subsidiar futuros projetos para espaços livres públicos, prática que deveria ser recorrente no planejamento das cidades.

É inegável a relação direta entre a composição de determinado espaço livre, bem como do seu entorno, e a decisão de utilizá-lo ou não, embora também seja imperativa a consideração da história do lugar, aliada às referências coletivas

ou pessoais (ZERBINI, 2009). Nesse contexto, diagnostica-se que as praças da área de estudo não apenas carecem de projetos mais elaborados, mas também sua implantação não parece estar atrelada a ajustados programas governamentais que visem ao atendimento das demandas por segurança, à instalação de equipamentos mais adequados e em maior quantidade, e à conveniente manutenção dos locais. Assim, faz-se também imprescindível que as ações implementadas visem igualmente à ocupação ativa e democrática desses espaços.

Cabe aos governantes, portanto, desenvolver políticas públicas locais que coloquem em prática medidas que estimulem a mudança de atitude e de percepção de valores em relação aos espaços livres, de modo que os diversos agentes intervenientes no meio urbano se tornem corresponsáveis pela melhoria da qualidade de vida na cidade.

Por mais que os locais sejam planejados para determinadas formas de apropriação, há que se considerar que os usuários podem ressignificá-los continuamente, tornando as relações estabelecidas entre criador, espaço e indivíduo dinâmica e mutuamente ativa (RECHIA, 2003).

Se o estudo da percepção é capaz de determinar as imagens negativas que usuários e moradores dos entornos imediato e ampliado têm dos espaços públicos, é igualmente possível utilizar os resultados alcançados para a criação de imagens positivas, enfatizando, invariavelmente, os benefícios socioambientais desses locais.

Nessa conjuntura, também se faz necessária a implementação de políticas urbanas em escala micro, por meio de programas de readequação de áreas degradadas. Trata-se de ações pontuais cujo maior desafio consiste na integração de instrumentos de desenvolvimento urbanístico com diretrizes de cunho social, infraestrutural e de qualificação espacial. Para ter sucesso, tais políticas requerem parcerias entre diferentes atores públicos e privados (DOMINGUES, 1995).

Todavia, Rusk (2013) diagnostica que a dinâmica urbana é mais veloz que as ações político-administrativas e institucionais, o que significa dizer que, em não havendo organismos locais minimamente capazes de estimular a democracia participativa, a periferia e seus habitantes são amplamente afetados pela incapacidade de exercer plenamente sua cidadania.

Assim, deve-se ter em mente que, embora não sejam meros receptáculos de soluções padronizadas e replicáveis sem que se leve em conta as especificidades de cada lugar, as periferias trazem consigo oportunidades de transformação equivalentes à natureza de seus problemas (DOMINGUES, 1995).

Por fim, em **abordagem específica** da área de estudo, podem ser evidenciadas as seguintes diretrizes para a atuação dos agentes governamentais:

- a) perfil da população alvo – definição de políticas direcionadas a espaços públicos multifuncionais, atendendo as diferentes camadas da população e respeitando suas respectivas especificidades, com especial ênfase para crianças e adolescentes;
- b) hábitos de utilização das praças – direcionamento de atenção especial dos gestores urbanos a causas da sua não utilização, com consequente motivação do interesse de potenciais usuários, inclusive com incorporação das sugestões indicadas e de soluções para minimização de riscos socioambientais;
- c) condições socioeconômicas – viabilização de ações tanto para redução da sensação de insegurança quanto para elevação do nível de manutenção dos espaços – com prevenção da depredação e do vandalismo pelo envolvimento responsável da comunidade local –, assim como para redução da vulnerabilidade social vinculada a substâncias psicoativas, especialmente em relação à infância e à adolescência;
- d) componentes paisagísticas – implementação de soluções para a promoção do sentimento de pertencimento da população, com incitação a percepções positivas e a atitudes proativas, tanto individuais como coletivas, possibilitando a mitigação de riscos sociais.

Vale lembrar que a atração de usuários em abrangências espaciais, temporais, funcionais e sociais cada vez maiores contribui para a valorização desses espaços e dos seus frequentadores, potencializando o sentido de comunidade.

Enfim, a constatação de certo afastamento entre a visão da administração municipal e a percepção da população maximiza o imperativo do adequado planejamento dos espaços públicos em um processo participativo contínuo (HARDT, 2006; SANTOS; HARDT, 2013).

Para tanto, as instituições responsáveis devem providas dos meios necessários tanto para a viabilização de preceitos técnicos quanto para o atendimento às demandas sociais, as quais invariavelmente incorporam o anseio pela apropriação dos espaços livres públicos de qualidade.

5 CONCLUSÃO

Em termos gerais, os **procedimentos metodológicos** adotados foram adequados para o alcance dos objetivos geral e específicos da pesquisa, embora, para investigações futuras, seja previsível a adaptação de métodos e técnicas às especificidades de cada área de estudo. Para a eventualidade da sua reprodução em outro grupo de espaços livres, recomenda-se o teste preliminar de aplicação dos questionários em uma amostra adequada em todas as praças ou locais similares envolvidos, e não somente em um deles, especialmente se o conjunto em questão estiver inserido em malha urbana de características não homogêneas.

Embora o **referencial teórico** sistematize conceitos relativamente consistentes para a interpretação do tema e assuntos correlatos, há que se destacar a insuficiência de interações entre questões envolvendo, simultaneamente, o resgate dos chamados “espaços esquecidos” e de grupos sociais vulneráveis, notadamente aqueles sujeitos a riscos relacionados a substâncias psicoativas e especificamente os referentes à infância e à adolescência. Diagnostica-se, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos específicos acerca desse relevante contexto da realidade das cidades contemporâneas, especialmente no caso brasileiro.

Pela análise geral dos **resultados** obtidos, tem-se a confirmação da hipótese estabelecida na gênese deste trabalho, ou seja, de que praças e espaços livres públicos similares são interpretados mais como problemas desvinculados de hábitos de uso do que como agentes minimizadores de riscos socioambientais, em função da percepção negativa dos seus usuários e dos moradores dos seus entornos imediato e ampliado, o que, para muitos desses atores, é motivo precípua para a não frequência desses locais, principalmente quando situados em regiões urbanas periféricas.

Em termos específicos, o diversificado perfil dos entrevistados indica a conveniência da estruturação de políticas governamentais voltadas a espaços públicos multifuncionais, com vistas ao atendimento das diferenciadas camadas da população, respeitando suas especificidades.

A análise dos hábitos de uso das praças estudadas evidencia a necessidade premente de atenção dos gestores urbanos às causas da sua não

utilização e, conseqüentemente, à motivação do interesse de potenciais usuários, incorporando sugestões apontadas.

De maneira geral, as praças são percebidas, essencialmente, enquanto lugares destinados a atividades de lazer e recreação e, assim, não são entendidas como áreas potencialmente amenizadoras de riscos socioambientais, o que, a princípio, deveria constituir uma diretriz básica de gestão municipal. Também se recomenda a atração de usuários com maior alcance espacial, temporal, funcional e social, reforçando, sob esse último aspecto, o sentido de comunidade.

Dentre os resultados relativos às condições socioeconômicas consideradas, merecem destaque a sensação de insegurança e o anseio popular por melhorias na manutenção dos espaços analisados, sendo constantes as reclamações dos respondentes acerca do precário estado de conservação do grupo de praças da área específica de estudo, bem como da existência de lixo e de equipamentos danificados, dificultando – ou até mesmo impossibilitando – a sua utilização.

Cabe destacar, ainda, que problemas relacionados à depredação e vandalismo foram significativamente citados, revelando que, não apenas a manutenção dos espaços por parte do poder público é insatisfatória, mas também é praticamente inexistente o zelo da própria coletividade pela qualidade desses locais, situação esta que contribui para a sua degradação. Pode-se afirmar, assim, que diversas situações identificadas como prejudiciais pela população alvo são originárias dos próprios membros da comunidade, os quais, de alguma forma, igualmente usufruem dos espaços.

Problemas referentes a substâncias psicoativas também são recorrentes nas falas da maior parte dos respondentes. Embora durante o dia não sejam as causas determinantes para a inibição da frequência dos espaços, no período noturno constituem as principais explicações para o esvaziamento das praças estudadas, em especial devido à constatação de que a presença de seus consumidores está frequentemente acompanhada de questões afetas ao tráfico de drogas e, por conseguinte, à criminalidade.

Esse cenário conduz à recomendação de implementação imediata de ações governamentais para a redução da vulnerabilidade social diagnosticada, especialmente em relação a crianças e adolescentes.

O fato de a maioria dos entrevistados ter classificado as componentes paisagísticas das praças como “ruins” e, ao mesmo tempo, ter afirmado que o estado geral do bairro é “bom” revela que a população alvo é incapaz de relacionar as primeiras ao segundo. Em outras palavras, os usuários e os moradores dos entornos imediato e ampliado não identificam que esses locais efetivamente fazem parte do bairro, não estando, portanto, dele desconectados. Essa condição pode ser deduzida como um dos fatores determinantes para a não apropriação, por parte da comunidade, dos espaços públicos estudados. O enfrentamento dessas questões perpassa pela viabilização, pela gestão pública, de soluções para a promoção de sentimentos de apego e de pertencimento, estimulando percepções positivas e atitudes proativas dos indivíduos e da coletividade, com possibilidades, nesse cenário, de redução dos riscos sociais.

A revisão da literatura demonstra certas divergências acerca do conceito de áreas urbanas periféricas, especialmente se consideradas diferentes esferas temporais. Ainda assim, a maior parte dos autores as descreve como regiões das grandes cidades visivelmente empobrecidas, localizadas nas franjas das malhas urbanizadas, frequentemente ocupadas por assentamentos irregulares e caracterizadas por altos níveis de carência de infraestrutura e serviços. Nesse âmbito, pode-se afirmar que a região da Cidade Industrial de Curitiba, selecionada como objeto deste estudo, não é exatamente classificada como “periferia”, na medida em que conta com a presença de importante infraestrutura e com oferta razoável de serviços e equipamentos públicos, ainda que frequentemente não sejam de boa qualidade.

Desse modo, não obstante o fato de que outras parcelas do mesmo bairro possam ser compreendidas, em termos urbanísticos, como periféricas por excelência, visto não possuírem as mesmas características citadas, essa realidade não é constatada na porção onde estão localizadas as praças. A análise do perfil dos respondentes, especialmente quanto à renda e à escolaridade, todavia, revela índices que os caracterizam como moradores de periferia. Portanto, pode-se afirmar que, muito mais do que o próprio espaço, as pessoas que ali residem são periféricas, compreendendo, assim, uma abordagem de ordem social e econômica.

Frente a essa conjuntura, os resultados alcançados também evidenciam o imperativo da atuação mais eficaz de gestores urbanos no sentido da compreensão das necessidades dos usuários dos espaços públicos e do apoio às

reivindicações dos habitantes da área, tendo como metas principais a apropriação espacial por parte da comunidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Entretanto, constata-se, pela presente investigação, certo afastamento entre o que deveria ser efetivado pela administração municipal e o que é percebido na paisagem pelos usuários das praças e por moradores de seus entornos imediato e ampliado. Assim, destaca-se a prerrogativa do planejamento urbano e da requalificação de espaços públicos como constituintes de um processo contínuo, cujos resultados finais devem ser produtos de consenso, o qual requer a efetiva participação dos envolvidos, principalmente daqueles diretamente integrados à dinâmica rotineira desses locais.

Como decorrência, também se percebe que os órgãos responsáveis devem ser dotados de meios técnicos, materiais e pessoais, visando tanto à redução da falta de integração entre as diversas esferas relacionadas ao planejamento dos espaços públicos, priorizando a atenção às sensações e anseios dos seus usuários, quanto à eficaz gestão democrática da cidade, destacando a participação dos cidadãos nos processos decisórios. Vale citar, ainda, que níveis satisfatórios de segurança podem ser alcançados, mesmo que em médio prazo, para que as medidas surtam os efeitos esperados, com ações coordenadas envolvendo a administração municipal e a polícia local, dentre outros atores sociais.

Cabe lembrar que a efetiva apropriação dos espaços livres públicos por parte da população também contribui para a sua melhoria, tanto física quanto socialmente, uma vez que o sentimento de pertencimento promove maior atenção, incitando, conseqüentemente, a cobrança da adequada manutenção e dos imprescindíveis melhoramentos desses locais pelas autoridades governamentais. Além disso, envolvimento dos cidadãos com esses lugares auxilia no avanço positivo de índices de segurança, o que eleva suas taxas de frequência sendo, então, mais vigiados.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o desafio posto a gestores, educadores, pesquisadores e outros agentes envolvidos com a temática urbana é a transformação da cidade por meio de incrementos na qualidade e visibilidade de seus bairros, tirando partido da potencial força integradora de seus espaços públicos como meio de produção de sentido e significado para a comunidade.

Como contribuição científica, a investigação permite a identificação das principais questões determinantes para a utilização ou não de certos espaços públicos por diferentes grupos sociais, auxiliando, assim, na tomada de decisões sobre a gestão dessas áreas. Também é detectada a possibilidade de replicação da metodologia adotada em pesquisas futuras sobre outras áreas semelhantes.

Por fim, há que se ter em mente que, conforme explicitado anteriormente, este trabalho é parte integrante de uma pesquisa mais ampla sobre paisagem socializada, a qual gerará, por meio de outros trabalhos em âmbito *lato* e *stricto sensu*, bem como em nível de graduação e de ensino médio, resultados interdependentes e complementares, que auxiliarão no entendimento mais completo da área de estudo e na formulação de subsídios para estruturação de diretrizes voltadas à melhoria dos espaços livres públicos em paisagens periféricas e, conseqüentemente, da qualidade de vida nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de classificação econômica Brasil 2014**. Disponível em: <http://www.abep.org/new/criterioBrasil.aspx>. Acesso em: 31 maio 2014.

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, 2002.

ABRAMOVAY, M.; WASELFIZ, J. J.; ANDRADE, C. C.; RUA, M. G. **Gangues e galeras: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, II, Rio de Janeiro, 2006. **Comunicações...** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 2006. p.1-5. Disponível em: http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/addon/doc_compartilhado/17_71389700.doc. Acesso em: 20 mar. 2014.

AGÊNCIA CURITIBA. **Estimativa da distribuição de renda por classes em Curitiba – 2000**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=49>. Acesso em: 21 jul. 2014a.

AGÊNCIA CURITIBA. **Mercado de trabalho por grau de instrução em Curitiba – 1990, 2000 e 2010**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000334.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014b.

AGÊNCIA CURITIBA. **Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. Disponível em: <http://www.agenciacuritiba.com.br/publico/conteudo.aspx?codigo=13>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ANJOS, J. N. S.; MORAIS, R. P.; RODRIGUES, V. K. M.; BRITO, F. S.; VERAS, A. T. R. Dinâmica de produção e organização das áreas livres: praças da cidade de Boa Vista – RR. Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, 14º, Lima, Peru, 2013. **Anais...** Lima: 2013. s.p. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Jeniffer-Natalie-Silva-dos-Anjos-Roseane-Pereira-Morais-Vivian-Karinne-Morais.pdf. Acesso em: 31 maio 2014.

ARANTES, O. B. F. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AVELINO, **A evolução do consumo de drogas**: aspectos históricos, axiológicos e legislativos. 2009. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14469/a-evolucao-do-consumo-de-drogas>. Acesso em: 15 maio 2014.

BANDEIRA, M. S. M. Leituras da paisagem através de postais ilustrados: para uma sociosemiótica da imagem e do imaginário. Jornadas de Geografia e Planeamento:, V (Geografia, Imagem e Ciberespaço), Braga, 2011. **Actas...** Braga: Ecopy, 2011. p.33-64.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – REVSBAU**, Piracicaba, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.1-2. p.49-54, 1986.

BAUS, J.; KUPEK, E.; PIRES, M. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.36, n.1, p.40-46, 2002.

BECK, U. **Sociedade de risco**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERTONE, L. F. O Estado e a urbanização de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização**: a gestão dos conflitos em Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 1996. p.51-72.

BEZERRA, K. C. V. A. **A experiência da criança com a droga**: características do uso e circunstâncias familiares. 2004. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2004.

BICHIR, R. M. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: p.75-89, v.24, n.70, p.75-89, 2009.

BONAMETTI, J. H. **O impacto da ação do IPPUC na transformação da paisagem urbana de Curitiba a partir de sua área central**. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – USP, São Carlos, 2000.

BORELLI, E. Vulnerabilidades sociais e juvenis nos mananciais da zona sul de São Paulo. **Revista Katálysis**, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS – da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, v.15, n.1, p.62-69, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.069, de 18 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul 1990.

BRYANT, M. M. Urban landscape conservation and the role of ecological greenways at local and metropolitan scales. **Landscape and Urban Planning**, n.76, p.23-44, 2006.

BUCCHERI FILHO, A. T. **O planejamento dos espaços de uso público, livres de edificação e com vegetação (EUPLEVs) no município de Curitiba, PR: planejamento sistemático ou planejamento baseado em um modelo oportunista?** 2010. 226f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná – UFRP, 2010.

BUCCHERI FILHO, A. T. O planejamento dos parques no município de Curitiba, PR: planejamento sistemático ou planejamento baseado em um modelo oportunista? **Caminhos de Geografia**, v.13, n.41, p.206-222, 2012.

BURKOWSKI, M. G. **Percepção sobre segurança pelos moradores de condomínios horizontais fechados no município de Curitiba e a sua relação com a violência urbana.** 2013. 259f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2013.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 3.ed. São Paulo: Editora 34; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2011.

CARA, D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Edições Ministério da Educação – MEC; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2009. p. 171-196.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Turismo urbano.** São Paulo: Contexto, 2000.

CAUDURO, M. T. **Um olhar sobre as crianças e adolescentes em situação de risco.** Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd105/criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-risco.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana – CBAU, 1º, e Encontro Nacional sobre Arborização Urbana – ENAU, 4º, Vitória, 1992. **Anais...** Vitória: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, 1992. p.29-38. Disponível em:

[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20\(1992\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20(1992).pdf). Acesso em: 21 maio 2014.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – UFG, v.27, n.2, p.181-197, jan./jun. 2007.

CIFUENTES, M.; AMADOR, E.; CAYOT, L.; CRUZ, E.; CRUZ, F. **Determinación de capacidad de carga turística em áreas protegidas**. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza – CATIE, 1992.

COHEN, D.; SEHGAL, A.; WILLIAMSON, S.; STURM, R.; MCKENZIE, T.; LARA, R.; LURIE, N. Park use and physical activity in a sample of public parks in the city of Los Angeles. **Preventive Medicine Journal**, n.50, p.9-12, 2006. Disponível em: <http://www.elsevier.com/locate/ypmed>. Acesso em: 01 ago. 2014.

COHEN, D.; MARSH, T.; WILLIAMSON, S.; DEROSE, K. P.; MARTINEZ, H.; SETODJI, C.; MCKENZIE, T. L. **Parks and physical activity: why are some parks more used than others**. Technical report. Santa Monica: RAND Corporation, 2010. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/technical_reports/2006/RAND_TR357.pdf. Acesso em: 13 maio 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.

CRESTANI, A. M. Z. **Revelando lugares e territórios urbanos: espacialidades urbanas e suas sobreposições na cidade contemporânea**. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2012.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2008.

CUNHA, J. M.; JAKOB, A.; HOGAN, D.; CARMO, R. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), XXVII, Caxambu, 2003. **Anais...** Caxambu, 2003. p.1-28.

CURITIBA. Lei Municipal Nº 9.800, de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Município de Curitiba**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 04 jan. 2000.

DAGNINO, R. S.; CARPI JR, S. Risco ambiental: conceitos e aplicações. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro / SP, v.2, n.2, p. 50-87, jul.-dez. 2007.

DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M. F.; MARTINS, S. A. Introdução. In: DEBORTOLI, J. A.; MARTINS, M. F.; MARTINS, S. A. (Org.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2008. p.11-46.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v.5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1997.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2.ed. São Carlos: Studio Nobel; Editora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 1999.

DESCHAMPS, M. V. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba**. 2004. 176f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 19.ed. São Paulo: Ática, 2000.

DIZERÓ, J. D. **Praça do interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto / SP**. 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas, Campinas, 2006.

DOMINGUES, A. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras e Geografia**, Porto, s.1, v.X/XI, p.5-18, 1995.

DROGAS. **Drogas**. Disponível em: <http://www.drogas.org.br/drogas/home/Default.asp>. Acesso em: 15 maio 2014.

DUARTE, F. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DZIURA, G. L. **Permeabilidade espacial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico**: da Modernidade à Pós-modernidade nos edifícios multifuncionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba, 1966 – 2008. 432f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.9, n.1, p.157-166, 2004.

FERMINO, R. C. **Utilização de espaços públicos de lazer**: associação com variáveis individuais e ambientais em adultos de Curitiba – PR. 2012. 243f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2012.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1999.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Renda e bem estar**. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br>. Acesso em: 17 jul. 2014.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Localização industrial e extensão urbana em Curitiba. In: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles; Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra capital Editora, 2009. p.157-173.

GALBINSKI, J. **Competição espacial em Brasília**. In: PAVIANI, A. (Org.). Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – EDUSP, 1996. p.163-178.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, C. M. B.; CHIESA, P. Sistema de espaços livres em Curitiba: tradição, posturas e práticas locais. In: KAHTOUNI, S.; MAGNOLI, M. M.; TOMINAGA, Y. (Org.) **Discutindo a paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006. p.141-170. (Coleção Paisagem Aberta)

GOOGLE EARTH. **Imagens aéreas da Grande Curitiba**. 2012.

GUATTARI, E.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUZZO, P.; CARNEIRO, R. M. A.; OLIVEIRA JUNIOR, H. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): acesso público, índices e base para novos instrumentos e mecanismos de gestão. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana** – REVSBAU, Piracicaba, v.1, n.1, p.19-30, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, E. T. **The silent language**. New York: Anchor Books, 1990.

HARDT, L. P. A. **Subsídios ao planejamento de áreas verdes urbanas baseado em princípios de ecologia urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 1994. 213f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1994.

HARDT, L. P. A. **Subsídios à avaliação da qualidade da paisagem urbana**: aplicação a Curitiba, Paraná. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2000.

HARDT, L. P. A. Ecologia e paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, v.4, n.1, p.597-612, abr. 2004.

HARDT, L. P. A. Paisagismo: fundamentos para projeto. In: Semana de Estudos Florestais, X, Irati, 2008. **Anais...** Irati: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, 2008. p.1-8.

HARDT, L. P. A. HARDT, C. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, VIII, São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 2006. p.1-9.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Avaliação da qualidade da paisagem como fundamento à gestão urbana e regional: estudo de caso em Piraquara, Paraná, Brasil. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2007. p.5301-5307.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; HARDT, M. Subsídios para a gestão de paisagens: um ensaio metodológico. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2007. p.3967-3974.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; DUARTE, F. **Paisagem Solidária**: percepções para a gestão democrática de Curitiba, Paraná. Curitiba: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2009. (Relatório de pesquisa)

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. **Paisagem Socializada**: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos. Curitiba: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2012. (Projeto de pesquisa)

HENDERSON, K. A.; FRELKE, C.E. Space as a vital dimension of leisure: the creation of place. **World Leisure**, North Carolina, n.3, p.18-24, 2000.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. do; OLIVEIRA, A. A. B de. Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: o caso de Campinas. In: HOGAN, D.

J.; BAENNGER, R.; CUNHA, J. M. P da; CARMO, R. L. do. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas – NEPO/UNICAMP, 2001. p.395-418.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2011. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2014.

IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública. **Estrutura da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Disponível em: http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/?page_id=2068. Acesso em: 12 jan. 2015. IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. Disponível em: http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm. Acesso em: 01 ago. 2014a.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapa de bairros e regionais de Curitiba**. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=28&idioma=1&titulo=Mapas%20-%20Bairros%20de%20Curitiba>. Acesso em: 01 out 2014b.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Mapa de áreas verdes de Curitiba - 2005**. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 01 out 2014c.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JELLICOE, G. A.; JELLICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2000.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KLIASS, R. G., MAGNOLI, M. M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.21, p.245-256, 2006.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – UnB, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANG, J. **Creating architectural theory: the role of the behavioral sciences in the environmental design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4.ed. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2004.

LESCHER, A. D.; GRAJGER, B.; BEDOIN, G.; AZEVEDO, L. M.; SILVA, L. N.; PERNAMBUCO, M. C. A.; CARNEIRO JUNIOR, N. **Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação profissional.** Disponível em: <http://www.projetoquixote.epm.br/publicacao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização da conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana – CBAU, II, São Luís, 1994. **Anais...** São Luís: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, 1994. p.539-553.

LIMA, E. F. W. A reconquista dos espaços públicos: um processo urbano e social. In: Seminário de Arquitetura Latinoamericana – SAL, XI, Oaxtepec, México, 2005. **Anais...** Oaxtepec, México: 2005. p.01-15. Disponível em: <http://www.rafaellopezrangel.com/Reflexiones%20sobre%20la%20arquitectura%20y%20el%20urbanismo%20latinoamericanos/Design/archivos%20texto/T2B07.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

LIMA, G. F. **Paisagem Iluminada: avaliação de unidade de conservação de uso sustentável como referência de cenário natural em Curitiba, Paraná.** 2013. 33f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2013.

LIMA, G. F. **Paisagem Socializada: análise perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba.** 2014. 32f. Monografia (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2014.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v.1, n.1, p.71-91, 1999.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência** – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, v.1, n.11, p.125-139, jan/jun. 2005.

LOBODA, C. R. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava, Paraná.** 2003. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2003.

LOPES JÚNIOR, W. M.; SANTOS, R. C. B. Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia: p.351-359, v.21, n.3, p.351-359, 2009.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 2008.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 1999.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. **Praças brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Natural *hazards*: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.2, p.95-110, 2004.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, v.20, n.1, p.33-43, jan./mar. 2006..

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATOS, F. L. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da cidade Porto. **Observatorium** – Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFU, v.2, n.4, p. 17-33, jul. 2010.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.19, n.1, p.33-43, jun. 2007.

MENDONÇA, S. S.A.U – Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, S. (org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004. p.185-208.

MENEGAT, E. Espaço público e espaço urbano: uma ontologia tentativa. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VI, Natal, 2000. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2000. p.01-12.

MELAZO, G. C. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, ano VI, n.6, p.45-51, 2005.

MILANO, M. S. Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de unidades de conservação. In: Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas. **Apostila...** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – FBPN, 2001. p.01-62.

MOSIMANN, A. **O tratamento do uso indevido de drogas**. Brasília: Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas da Universidade de Brasília – PRODEQUI/UnB, 2000.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **Metrópole Grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 1994.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NASAR, J. **The evaluative image of the city**. Thousand Oaks, California: Sage, 1998.

NATÁLIO, C. Territorialização / desterritorialização: movimentos cinematográficos. In: Encontro Anual da Associação de Investigadores da Imagem em Movimento – AIM, II, Lisboa, 2013. **Atas...** Lisboa: AIM, 2013. p.199-211.

NEGRI, S. M. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v.VII, n.8, p.129-153, 2008.

NICASTRI, S. **As drogas e seus efeitos**. Brasília: Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas da Universidade de Brasília – PRODEQUI/UnB, 2000.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

OLIVA, J. C. G. A. A cidade e as políticas sociais públicas destinadas a crianças, adolescentes e famílias. 2008. 212f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação e Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2008.

OLIVA, J. C. G. A.; KAUCHAKJE, S. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. **Revista Katálisis**, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS – da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, v.12, n.1, p.22-31, 2009.

OLIVEIRA, C. H. **Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas**. 196f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos, 1996.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

ORTH, D. M.; CUNHA, R. D. Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC, VIII, Salvador, 2000. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente – ANTAC, 2000. p.474-475.

PADILHA, F. T. **Percepção de espaços abertos públicos na paisagem urbana: aplicação à área central de Curitiba, Paraná**. 2008. 216f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2008.

PAVIANI, A. **Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 1996

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p.186-189.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, X, Barcelona, 2008. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona – UB, 2008. p.01-16 Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.htm#_edn1. Acesso em: 01 jun.14.

PEREIRA, S. E. F. N. **Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas**. 2009. 337f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2009.

PEREIRA, S. E. F. N. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar. 2010. Disponível em: <http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

PEREIRA, S. E. F. N.; SUDBRACK, M. F. O. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.24, n.2, p.151-159, 2008.

PILOTTO, A. S. Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intraurbano. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

PINTO, A.; CARVALHO, E.; SILVA, P. Riscos naturais e carta de riscos ambientais: um estudo de caso da Bacia do Córrego Fundo, Aquidauana / MS. **Climep** – Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro, SP, v.2, n.2, p.86-104, jul./dez. 2007.

PIRES, P. S. **Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma - SC**. 1993. 105f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1993.

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos**: uma mirada desde América Latina. Santiago, Chile: Comisión Económica para la América Latina y el Caribe – CEPAL, 2001.

PÓLIS – Instituto Pólis. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

PRETO, M. H. F. **Sistema de espaços livres públicos**: uma contribuição ao planejamento local. 2009, 273f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v.XIX, n.21, p.01-20, jan-jun 2011.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.17-35.

REBELO, F. **Riscos naturais e acção antrópica**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade – natureza nas experiências de lazer**. 2003. 199f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

RECHIA, S.; TSCHOKE, A. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, v.34, n.2, p.263-280, 2012.

REIS, R. S. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: uma abordagem socioecológica da percepção dos usuários**. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2001.

RICHTER, E. M. **Percepção ambiental do parque urbano integrado Elso Pilau, Município de Giruá – RS**. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje – desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

RUSK, D. **Cities without suburbs: a census 2010 perspective**. 4.ed. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6.ed. São Paulo: Editora DA Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2007.

SANTOS, C. R. dos; HARDT, L. P. A. Qualidade ambiental e de vida nas cidades. In: PAVIANI, A.; FRANCISCONI, J. G. de M.; GONZALES, S. F. N. (Org.). **Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: o objeto, a teoria e a prática**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UnB, 2013. p.151-169.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEHLI, D. A. **Registro fotográfico de grupo de sete praças na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)**. Curitiba, 2014.

SERPA, A. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.161-179.

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Relatório estatístico criminal**. Disponível em:
http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Relativo_Morte_2014.pdf. Acesso em: 31 jan. 2014.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.1, p.148-155, 2006.

SILVA, L. J. M.; EGLER, I. O estudo da percepção em espaços urbanos preservados. In: Encontro da Associação Nacional de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, I, Indaiatuba, 2002. **Anais eletrônicos...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002. p. 01-10.

SOCAL, E.; MERIGO, J.; EIDELWEIN, K.; RAMOS, N. V.; MERCHIORI, O. M.; SILVA, R. L. **Pesquisa e diagnóstico sobre crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social em Santa Maria/RS: construindo cidadania**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington: American Association of Geographers – AAG, 1971.

SOUZA C. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C.; PESAVENTO, S. (Org.) **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1997. p.107-122.

SOUZA, E. A. B.; HIGA, T. T.; GERMANO, A. D.; BRUN, F. G. K. Análise de percepção de satisfação dos frequentadores do Parque Municipal Lêda Campos Borges em Frutal – MG. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana – CBAU, XVIII, Rio de Janeiro, 2014. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU, 2014. Disponível em: <http://www.cbau2014.com.br/trabalhos/21367.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. C.; MACEDO, S. B.; MACEDO, R. L. G.; ANDRETTA, V.; AZEVEDO, F. C. S. Atividades ecoturísticas de mínimo impacto em unidades de conservação. In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, II; Congresso Nacional de Ecoturismo – CONECOTUR, I, Itatiaia, 2007. **Anais...** Itatiaia: Sociedade Brasileira de Ecoturismo – SBECOTUR, 2007. s.p.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.57-72.

SOUZA, P. C. A. **Funções sociais e ambientais de parque urbano instituído como unidade de conservação:** percepção dos usuários do Parque Natural Municipal Barigui em Curitiba, Paraná. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2010.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, IX, Porto Alegre, 2007. **Anais...** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2007. p.01-16. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/encarna.htm>. Acesso em: 01 jul. 2014.

SUDBRACK, M. F. O.; CARRETEIRO, T. C. O. **Drogas, juventude e complexidade:** a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais de jovens de contextos desfavorecidos e construção de uma metodologia preventiva – estudo em duas capitais brasileiras (Brasília e Rio de Janeiro). Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Universidade de Brasília – UnB, 2001. (Projeto de pesquisa)

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável.** São Paulo: Aleph, 2000.

TARNOWSKI, C. M. L. **Percepção da paisagem:** estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2007.

TELLES, T. S.; SUGUIHIRO, V. L. T.; BARROS, M. N. F. Os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva orçamentária. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n.105, p.50-66, 2011.

THOURET, J. C. Avaliação, prevenção e gestão dos riscos naturais nas cidades da América Latina. In: VEYRET, Y. (Org.) **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2013. p.83-112.

TOLEDO, F. S., SANTOS, D. G. Espaços livres de construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana** – REVSBAU, Piracicaba, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

TOMINAGA, Y. Gestão dos espaços livres públicos: relato de uma experiência. In: KAHTOUNI, S., MAGNOLI, M. M., TOMINAGA, Y. (Org.). **Discutindo a paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006. p.171-190. (Coleção Paisagem Aberta)

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP, v.17, n.47, p.97-128, 2003.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, 2012.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, 2013.

VEYRET, Y. O risco, os riscos. In: VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Introdução. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.23-24.

VEYRET, Y.; DE RICHEMOND, N. M. O risco, os riscos. In: VEYRET, Y. (Org.) **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.23-79.

VIERO, V. C.; BARBOSA FILHO, L. C. Praças públicas: origem, conceitos e funções. In: Jornada de Pesquisa e Extensão da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Santa Maria, 2009. **Materiais...** Santa Maria: ULBRA, 2009. p.1-3. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2014.

VEILLARD-BARON, H. Os riscos sociais. In: VEYRET, Y. (Org.) **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.275-316.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago, Chile: Comisión Económica para la América Latina y el Caribe – CEPAL, 2001. (Serie Población y desarrollo, n.7).

VILLAÇA, F. Espaço Intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZAGURY, T. **Encurtando a adolescência**. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011

ZERBINI, A. S. **A relação entre imagem ambiental e uso de praças na área central da cidade de Porto Alegre – RS**: uma contribuição à percepção ambiental. 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PRINCIPAIS ESTUDOS INTEGRANTES DA PESQUISA SOBRE PAISAGEM SOCIALIZADA

MESTRADO
Dyala Assef SEHLI. Paisagem Socializada : avaliação perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2015.
Letícia Barreto Maciel NOGUEIRA. Paisagem Socializada : relações entre espaços livres e consumo de substâncias psicoativas em Curitiba, Paraná. (título provisório previsão de defesa: 2015)
Mariana Cazé de SOUZA. Paisagem Socializada : relações de vizinhança em diferentes formas de ocupação em Curitiba, Paraná. (título provisório previsão de defesa: 2016)
Paulo Ritter de OLIVEIRA. Paisagem Socializada : aspectos de gestão em Curitiba, Paraná. (título provisório previsão de defesa: 2015)
Willian Carlos Siqueira LIMA. Paisagem Socializada : relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da Grande Curitiba, Paraná. (título provisório previsão de defesa: 2015)
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
Alessandra Fernandes MESTRES. Paisagem Socializada : caracterização de regiões críticas para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba. 2014.
Aline de Fátima LAPCHENSK. Paisagem Socializada : tecnologias ambientais para resgate socioespacial. 2014.
Aline Peixer RAMOS. Paisagem Socializada : diagnóstico de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2014.
Gessê Ferreira LIMA. Paisagem Socializada : análise perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2014.
Pollyanna de Carvalho SANTOS. Paisagem Socializada : tecnologias sociais para resgate social. 2014.
Ricardo Biaobock Peres de OLIVEIRA. Paisagem Socializada : modelos de referência para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos. 2014.
Sabrina Helena Ponciano de BARROS. Paisagem Socializada : análise processual da gestão para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba. 2014.
Aline Calliari CABRAL. Paisagem Socializada : casos internacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015.
Carolina Toppan RABELLO. Paisagem Socializada : casos nacionais de gestão como fundamento ao resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015.
Erica Merlim Perentel SILVA. Paisagem Socializada : casos internacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social. 2015.
Gesse Ferreira LIMA. Paisagem Socializada : análise ampliada da população alvo para resgate de grupos sociais de risco em espaços esquecidos na Grande Curitiba, Paraná. 2015.
Rebeca Alves BOTELHO. Paisagem Socializada : casos nacionais de tecnologias socioambientais de controle de acidentes naturais e de resgate social. 2015.
Victor Augusto Bosquilia ABADE. Paisagem Socializada : diagnóstico ampliado de espaços esquecidos na área específica de análise para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba, Paraná. 2015.

APÊNDICE B:
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS
DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



QUESTIONÁRIO - USUÁRIO

Praça: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO

- Gênero: () M () F
- Idade:
- Grau de escolaridade:

Fundamental	() Completo	() Incompleto
Médio	() Completo	() Incompleto
Superior	() Completo	() Incompleto
Pós Graduação	() Completo	() Incompleto

- Atividade:
- () Do lar () Trabalhador- Profissão _____
- () Estudante - Área _____
- () Aposentado – Pro fissão _____
- () Desempregado – Profissão/tempo _____

Renda – CCEB (Critério de Classificação Econômica Brasil)

Variável	QUANTIDADE				
	zero	um	dois	três	quatro ou +
TV a cores	0	1	2	3	4
DVD	0	1	2	3	4
Rádio	0	4	5	6	7
Banheiros	0	4	7	9	9
Automóveis	0	3	4	4	4
Empregados domésticos mensalistas	0	2	2	2	2
Máquina de lavar roupa	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer	0	2	2	2	2

EDUCAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA	
Nível	Pontos
Analfabeto/Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo/fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo/médio incompleto	2
Ensino médio completo/superior incompleto	4
Ensino superior completo	8

Fonte: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=835>

HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

1) Quais atividades você pratica neste espaço?

- () Esporte () Lazer () Encontro com outras pessoas
 () Outras. Quais? _____

2) Por quais motivos utiliza este espaço?

- () Falta de outras opções () Prefere este lugar
 () Próximo de casa/trabalho
 () Outros. Quais? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



- 3) Em quais dias costuma utilizar o espaço?
 De segunda a sexta-feira Finais de semana e feriados
- 4) Em qual período costuma utilizar o espaço:
 Manhã Tarde Noite
- 5) Por quanto tempo costuma utilizar o espaço? _____
- 6) Com quem você costuma utilizar o espaço?
 Sozinho Amigos Família Outros _____
- 7) Qual a distância aproximada da residência? _____
- 8) Porque você não utiliza este espaço?
 Insegurança
 Inexistência de equipamentos adequados
 Insuficiência de conservação do espaço
 Presença de usuários de drogas
 Outros. Quais? _____
- 9) Existe outro local de lazer próximo que você utiliza?
 Sim Não
 Qual e por quê? _____

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS (consumo de drogas, atividades físicas)

- 10) Quais situações prejudiciais você identifica neste espaço?
 Drogas
 Furtos e roubos
 Prática de sexo
 Depredação e vandalismo
 Outros. Quais? _____
- 11) O quanto estas situações atrapalham a sua utilização do espaço?
 Totalmente Muito Pouco Nada
 Por quê? _____
- 12) O quanto você se sente seguro neste espaço durante o dia?
 Totalmente Muito Pouco Nada
 Por quê? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



13) O quanto você se sente seguro neste espaço durante a noite?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

COMPONENTES PAISAGÍSTICAS (aspectos estruturais, funcionais e perceptuais)

14) Qual sua opinião sobre os seguintes equipamentos do espaço:

Iluminação

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Vegetação e canteiros

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Calçadas e passeios

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Mobiliário (bancos, lixeiras, luminárias, floreiras, etc.)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Área para prática esportiva (quando houver)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Placas de trânsito e outras placas

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Ruas em volta da praça

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

15) Qual sua opinião sobre o estado geral do espaço?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

16) Qual sua opinião sobre o estado geral do bairro?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

17) O que você MAIS GOSTA neste espaço? Cite apenas uma opção:

18) O que você MENOS GOSTA neste espaço? Cite apenas uma opção:

19) O que você acha necessário melhorar neste espaço? Cite até três opções:

APÊNDICE C:
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO ENTORNO IMEDIATO
DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



QUESTIONÁRIO - MORADOR DO ENTORNO IMEDIATO

Praça: _____
Endereço: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO

- Gênero: () M () F
- Idade: _____
- Grau de escolaridade:

Fundamental	() Completo	() Incompleto
Médio	() Completo	() Incompleto
Superior	() Completo	() Incompleto
Pós Graduação	() Completo	() Incompleto
- Atividade:
 - () Do lar () Trabalhador- Profissão _____
 - () Estudante - Área _____
 - () Aposentado – Pro fissão _____
 - () Desempregado – Profissão/tempo _____

Renda – CCEB (Critério de Classificação Econômica Brasil)

Variável	QUANTIDADE				
	zero	um	dois	três	quatro ou +
TV a cores	0	1	2	3	4
DVD	0	1	2	3	4
Rádio	0	4	5	6	7
Banheiros	0	4	7	9	9
Automóveis	0	3	4	4	4
Empregados domésticos mensalistas	0	2	2	2	2
Máquina de lavar roupa	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer	0	2	2	2	2

EDUCAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA	
Nível	Pontos
Analfabeto/Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo/fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo/médio incompleto	2
Ensino médio completo/superior incompleto	4
Ensino superior completo	8

Fonte: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=835>

HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

- 1) Você utiliza o espaço?
 - () Sim () Não - vá para **pergunta nº 08**
- 2) Quais atividades você pratica neste espaço?
 - () Esporte () Lazer () Encontro com outras pessoas
 - () Outras. Quais? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



- 3)** Por quais motivos utiliza este espaço?
 Falta de outras opções Prefere este lugar
 Próximo de casa/trabalho
 Outros. Quais? _____
- 4)** Em quais dias costuma utilizar o espaço?
 De segunda a sexta-feira Finais de semana e feriados
- 5)** Em qual período costuma utilizar o espaço:
 Manhã Tarde Noite
- 6)** Por quanto tempo costuma utilizar o espaço? _____
- 7)** Com quem você costuma utilizar o espaço?
 Sozinho Amigos Família Outros _____
- 8)** Qual a distância aproximada da residência? _____
- 9)** Porque você não utiliza este espaço?
 Insegurança
 Inexistência de equipamentos adequados
 Insuficiência de conservação do espaço
 Presença de usuários de drogas
 Outros. Quais? _____
- 10)** Existe outro local de lazer próximo que você utiliza?
 Sim Não
 Qual e por quê? _____

- 11)** O que gostaria que tivesse neste espaço para que você o utilizasse?

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS (consumo de drogas, atividades físicas)

- 12)** Quais situações prejudiciais você identifica neste espaço?
 Drogas
 Furtos e roubos
 Prática de sexo
 Depredação e vandalismo
 Outros. Quais? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



13) O quanto estas situações atrapalham a sua utilização do espaço?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

14) O quanto você se sente seguro neste espaço durante o dia?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

15) O quanto você se sente seguro neste espaço durante a noite?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

COMPONENTES PAISAGÍSTICAS (aspectos estruturais, funcionais e perceptuais)

16) Qual sua opinião sobre os seguintes equipamentos do espaço:

Iluminação

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Vegetação e canteiros

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Calçadas e passeios

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Mobiliário (bancos, lixeiras, luminárias, floreiras, etc.)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Área para prática esportiva (quando houver)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Placas de trânsito e outras placas

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Ruas em volta da praça

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

17) Qual sua opinião sobre o estado geral do espaço?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

18) Qual sua opinião sobre o estado geral do bairro?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA

19) O que você **MAIS GOSTA** neste espaço? Cite apenas uma opção:

20) O que você **MENOS GOSTA** neste espaço? Cite apenas uma opção:

21) O que você acha necessário melhorar neste espaço? Cite até três opções:

APÊNDICE D:
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO ENTORNO AMPLIADO
DAS SETE PRAÇAS SELECIONADAS

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



QUESTIONÁRIO - MORADOR DO ENTORNO

Praça: _____

Endereço: _____

PERFIL DO ENTREVISTADO

- Gênero: () M () F

- Idade: _____

- Grau de escolaridade:

Fundamental () Completo () Incompleto

Médio () Completo () Incompleto

Superior () Completo () Incompleto

Pós Graduação () Completo () Incompleto

- Atividade:

() Do lar () Trabalhador- Profissão _____

() Estudante - Área _____

() Aposentado – Pro fissão _____

() Desempregado – Profissão/tempo _____

Renda – CCEB (Critério de Classificação Econômica Brasil)

VARIÁVEL	QUANTIDADE				
	zero	um	dois	três	quatro ou +
TV a cores	0	1	2	3	4
DVD	0	1	2	3	4
Rádio	0	4	5	6	7
Banheiros	0	4	7	9	9
Automóveis	0	3	4	4	4
Empregados domésticos mensalistas	0	2	2	2	2
Máquina de lavar roupa	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer	0	2	2	2	2

EDUCAÇÃO DO CHEFE DA FAMÍLIA	
Nível	Pontos
Analfabeto/Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo/fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo/médio incompleto	2
Ensino médio completo/superior incompleto	4
Ensino superior completo	8

Fonte: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=835>

HÁBITOS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

1) Você utiliza o espaço?

() Sim () Não - vá para **pergunta nº 08**

2) Quais atividades você pratica neste espaço?

() Esporte () Lazer () Encontro com outras pessoas

() Outras. Quais? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



- 3) Por quais motivos utiliza este espaço?
 Falta de outras opções Prefere este lugar
 Próximo de casa/trabalho
 Outros. Quais? _____
- 4) Em quais dias costuma utilizar o espaço?
 De segunda a sexta-feira Finais de semana e feriados
- 5) Em qual período costuma utilizar o espaço:
 Manhã Tarde Noite
- 6) Por quanto tempo costuma utilizar o espaço? _____
- 7) Com quem você costuma utilizar o espaço?
 Sozinho Amigos Família Outros _____
- 8) Qual a distância aproximada da residência? _____
- 9) Porque você não utiliza este espaço?
 Insegurança
 Inexistência de equipamentos adequados
 Insuficiência de conservação do espaço
 Presença de usuários de drogas
 Outros. Quais? _____
- 10) Existe outro local de lazer próximo que você utiliza?
 Sim Não
 Qual e por quê? _____

- 11) O que gostaria que tivesse neste espaço para que você o utilizasse?

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS (consumo de drogas, atividades físicas)

- 12) Quais situações prejudiciais você identifica neste espaço?
 Drogas
 Furtos e roubos
 Prática de sexo
 Depredação e vandalismo
 Outros. Quais? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA



13) O quanto estas situações atrapalham a sua utilização do espaço?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

14) O quanto você se sente seguro neste espaço durante o dia?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

15) O quanto você se sente seguro neste espaço durante a noite?

() Totalmente () Muito () Pouco () Nada

Por quê? _____

COMPONENTES PAISAGÍSTICAS (aspectos estruturais, funcionais e perceptuais)

16) Qual sua opinião sobre os seguintes equipamentos do espaço:

Iluminação

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Vegetação e canteiros

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Calçadas e passeios

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Mobiliário (bancos, lixeiras, luminárias, floreiras, etc.)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Área para prática esportiva (quando houver)

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Placas de trânsito e outras placas

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Ruas em volta da praça

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

17) Qual sua opinião sobre o estado geral do espaço?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

18) Qual sua opinião sobre o estado geral do bairro?

() Excelente () Bom () Ruim () Péssimo

Por quê? _____

PUCPR – PPGTU – PESQUISA PAISAGEM SOCIALIZADA

19) O que você MAIS GOSTA neste espaço? Cite apenas uma opção:

20) O que você MENOS GOSTA neste espaço? Cite apenas uma opção:

21) O que você acha necessário melhorar neste espaço? Cite até três opções:
